

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO

DIRCEU ANDRÉ GERARDI

**RECRUTAMENTO, NOMEAÇÃO E
CARREIRAS POLÍTICAS DE PREFEITOS EM
ASN DO RIO GRANDE DO SUL**

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira

Orientador

Porto Alegre
2015

DIRCEU ANDRÉ GERARDI

**RECRUTAMENTO, NOMEAÇÃO E CARREIRAS POLÍTICAS DE PREFEITOS EM
ASN DO RIO GRANDE DO SUL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Dr. Rafael Machado Madeira

Porto Alegre
2015

G358r Gerardi, Dirceu André
Recrutamento, nomeação e carreiras políticas de prefeitos em ASN do Rio Grande do Sul. / Dirceu André Gerardi. – Porto Alegre, 2015. 226 f.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.
Orientador: Prof. Dr. Rafael Machado Madeira

1. Ciências Sociais. 2. Autoritarismo. 3. Capital Social. 4. Família Política Tradicional. I. Madeira, Rafael Machado. II. Título.

CDD 320.98165

Ficha elaborada pela bibliotecária Anamaria Ferreira CRB 10/1494

DIRCEU ANDRÉ GERARDI

**RECRUTAMENTO, NOMEAÇÃO E CARREIRAS POLÍTICAS DE PREFEITOS EM
ASN DO RIO GRANDE DO SUL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Ciências Sociais.

Aprovada em: 31 de agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo Sérgio Peres (UFRGS)

Prof. Dra. Maria Izabel Mallmann (PUCRS)

Prof. Dr. Luciano Arone Abreu (PUCRS)

Prof. Dra. Teresa Cristina Schneider Marques (PUCRS)

Porto Alegre
2015

Dedico esta tese aos meus pais, Dirceu e Gênova, que tanto apoiaram e incentivaram meu crescimento profissional.

AGRADECIMENTOS

Ao produzir esta nota agradecimento, recuo no tempo e vejo que não sou o único responsável pela construção desta biografia, trajetória que se tornou possível pelo empenho da família, professores e amigos, quais contribuíram para que o ponto final fosse colocado na tese, e o doutorado fosse concluído.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais Dirceu e Genova que se postaram contrários as minhas escolhas porque implicava em voar para fora do ninho, sabiam que a ascensão pela educação era um caminho promissor, e durante toda esta caminhada garantiram o carinho e amor necessários. Da família, ainda agradeço ao meu irmão caçula, Daniel, sempre dizia: “vai!”. E a Simone, companheira para tudo que na fase mais árdua do trabalho, onde noites e dias eram dedicados exclusivamente a tese foi compreensiva, nos momentos de fraqueza, com prazos apertados, forneceu o incentivo para seguir adiante, e sem essa ajuda não conseguiria.

Agradeço ao Rafael Madeira, meu orientador e responsável por apresentar o mundo das elites políticas. O apoio e autonomia prestados durante a fase de investigação, permitiram não só a inauguração de uma agenda de pesquisas, mas o desenvolvimento de uma parceria que motivou um catarinense, topou o desafio de compreender os meandros da política do Rio Grande do Sul. Em momentos de crise, quando estava sem parâmetros, foi o guia. Obrigado por tirar este aprendiz da sua zona de conforto, sua paciência e confiança durante a reconversão do trabalho, poucos meses antes da defesa. Sem esse apoio, certamente não chegaria ao fim.

O apoio e confiança prestados pela professora Maria Izabel Mallmann a essa pesquisa: flexibilizou prazos, disponibilizou recursos que permitiram visitar 29 municípios gaúchos, 15 arquivos históricos, entrevistar 37 ex-prefeitos, adquirir livros, juntar documentos, fotos e jornais. Material para pesquisar por anos. Sem sua ajuda essa pesquisa não teria ocorrido.

Agradeço ao Prof. André Marengo, coordenador projeto Atlas Político do Rio Grande do Sul, no âmbito da UFRGS, por subsidiar o material de áudio e vídeo empregado para a produção de 76 horas de entrevistas.

A Rosane, a nossa secretária da pós-graduação, conhecedora de todos os procedimentos do PPG, foi uma grande amiga, incentivadora. Ajudou a fazer as coisas direito.

Obrigado, sem suas valiosas orientações nunca teria conseguido realizar o estágio nos EUA, e cumprir prazos.

Ao professor Barry Ames, agradeço a receptividade na Universidade de Pittsburgh. Em suas aulas, aprendi muito sobre a política brasileira, as dicas, e ao novo mundo que apresentou. Sem isso não teria conhecido o professor Aníbal Pérez-Liñán, e aprendido sobre Política Comparada, econometria como o professor Finkel e GIS com o professor Ravi.

No Brasil, como esquecer do Vagner. Grande amigo e companheiro incansável do CBPD para conversas sobre Bourdieu, Habermas, filosofia, a vida e de um bom mate. Ao Felipe, agradeço as críticas, conselhos e parceria, sempre dizia: “sai da introdução”, “entrega o trabalho”. E aqueles calendários mirabolantes e irrealizáveis que surgiram das discussões com a Janine, ambos com prazos de defesa apertados, acho que sem aquilo teríamos desistido.

E a professora Tereza, sempre empenhada em ouvir sobre a pesquisa e preocupada com o andamento da redação final. Agradeço aos comentários feitos durante a qualificação e defesa. Ao professor Paulo Peres que acompanhou a evolução do trabalho nas duas fases, seus preciosos comentários e sugestões permitiram a organização de um trabalho mais compacto. O mesmo digo ao professor Luciano Abreu, e seu olhar de historiador admitiram o esforço de trazer a “carne e osso” da elite para o trabalho.

Não poderia esquecer dos diversos entrevistados, das telefonistas de prefeituras, assessorias de prefeitos, de câmaras de vereadores, dos arquivos públicos quais forneceram informações valiosíssimas em diversas fases do trabalho. Ao historiador Claudio Leão, por intermediar entrevistas em Bagé, e a tantos outros políticos e pessoas comuns que tornaram a pesquisa de campo uma realidade.

...só sei que nada sei.

Sócrates

RESUMO

O objetivo desta tese é analisar o recrutamento de prefeitos nomeados no autoritarismo e as suas carreiras na atual democracia brasileira, estabelecidas entre a reforma política de 1979 e as eleições municipais de 2012. Até então, os estudos sobre recrutamento estiveram concentrados nas elites parlamentares em períodos democráticos, sendo escassas as pesquisas dedicadas aos representantes de executivos, em partidos e no período autoritário. A partir da execução de trinta e sete entrevistas, do exame dos dados biográficos e de carreira de cento e sete prefeitos nomeados, buscou-se traçar o perfil do recrutamento e de suas carreiras. As agências de recrutamento (local e estadual) indicaram candidatos com recursos sociais, educacionais, políticos e de origem familiar, elitizados. O capital social, mensurado pelas conexões estabelecidas no campo político e social, forneceram o reconhecimento necessário para que as indicações se convertessem em nomeações. Após a abertura, o perfil elitizado dos nomeados, associado a uma baixa produção de lideranças políticas e a continuidade das ASN até o ano de 1985, criam condições para que integrem a nova democracia e sigam carreiras na burocracia estatal e cargos eletivos.

Palavras-chave: Recrutamento. Capital Social. Família Política Tradicional. Prefeitos Nomeados e Carreiras. Autoritarismo Brasileiro. Área de Segurança Nacional.

ABSTRACT

This Thesis analyze the recruitment and appointment of mayors in authoritarian Brazil and their careers in the current democracy from 80's political reform to the 2012 municipal elections. Until then, many studies on recruitment have concentrated on parliamentary elites in democratic periods, so there are few researches over mayors at political parties in authoritarianism. After the execution of thirty-seven interviews and a exam of biographical data and career of hundred-seven appointed mayors, was traced the profile of recruitment and careers. The recruitment agencies (local and state) recommend ones candidates with elite's features, high level education and traditional political and family origins. Social capital measured by connections in political and social field, was source of recognition by members of party's agency. After 79's political reform, the low production of political leaderships, the ASN continuity, are conditions for mayors' follow political careers in the new Brazilian democracy, either on state bureaucracy, as in elective office.

Key-word: Recruitment. Social Capital. Political Dynasty. Mayor's Appointment and Career. Brazilian Authoritarianism. National Security Area.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tipologia para o recrutamento fechado – ambiente local	69
Figura 2 – Tipologia recrutamento fechado – ambiente estadual	70
Figura 3– Tipologia para nomeação direta de prefeitos: federal e estadual.....	70
Figura 4 – Tipologia para a carreira política entre 1979 e 2012	73
Figura 5 – Prefeito nomeado em Santana do Livramento	81
Figura 6 – Ato de nomeação do prefeito de São Borja (1966).....	141
Figura 7 – Posse do Cel. Antônio Augusto Brasil Carus como prefeito nomeado de Uruguaiana, ocorrido no gabinete do governador Sinval Guazelli (1976).....	144
Figura 8 - Obras promovidas em Itaqui	154
Figura 9 - Número de prefeitos por ano de nomeação e atividade profissional (urbana e rural)	156
Figura 10 – Sucessão eleitoral em Dom Pedrito (1985).....	157
Figura 11 - Prefeito nomeado apoiando candidatura de deputado estadual.....	159

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação de municípios ASN do RS	61
Tabela 2 – Em que condição desempenha o cargo de prefeito entre 1964 e 1985?.....	66
Tabela 3 – Quantidade de prefeitos nomeados entre 1966 e 1985	66
Tabela 4 – Recrutamento por tipo de <i>selectorate</i> (desagregado)	67
Tabela 4 - Tipo de selectorate, agências e nível do recrutamento.....	68
Tabela 6 – <i>Selectorate</i> partidário e não partidário	77
Tabela 7 – Recrutamento por tipo de <i>selectorate</i> desagregado.....	77
Tabela 8 – Carreira eletiva anterior à nomeação (1945-1965).....	83
Tabela 9 – Carreira na administração pública anterior à nomeação (1945-1965).....	83
Tabela 10 – Lista de prefeitos de Vicente Dutra (1967-1982).....	108
Tabela 11 - Prefeitos nomeados para o primeiro mandato por ano, tempo de carreira e profissão.....	125
Tabela 12 –Quantidade de mandatos de prefeitos na condição de nomeado	129
Tabela 13 - Prefeitos <i>reconduzidos</i> ao cargo, por município, ano, tempo de carreira e profissão.....	130
Tabela 14 – Nome, partido e trajetória de prefeitos nomeados no multipartidarismo (1945-1965), ano de início, e diploma, em relação a origem familiar.	130
Tabela 15 – Recursos sociais e políticos de prefeitos nomeados pelo Presidente da República	135
Tabela 16 – <i>Nomeação direta</i> de prefeitos realizadas pelos presidente da República.....	135
Tabela 17 - Média da população rural do RS entre 1960 e 1991 por ASN.....	152
Tabela 18 - Produção média anual das propriedades agrícolas por ASN (em Reais).....	153
Tabela 19 – Nomeado com atividade profissional ligada ao setor rural.....	156
Tabela 20 - Prefeitos nomeados com profissional principal (rural)	157
Tabela 21 - Relação de nomeados com passagens na administração pública (1979-2012) ..	163
Tabela 22 – <i>Odds Ratio</i> , significância e variáveis preditoras para carreira administrativa, local e estadual – (79/12).....	168
Tabela 23 - Partido do prefeito eleito por município ASN (1982 – 2008)	174

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Prefeitos nomeados por ano de início e fim do mandato por governo (1967-1985)	123
Gráfico 2 – Ano do término do mandato e tempo de carreira de nomeados (1964-1985)	124
Gráfico 3 – Produção de gado de corte em ASN e não ASN por ano	152
Gráfico 4 - % de municípios com candidatura de ex-prefeitos nomeados (1982-2012).....	177
Gráfico 5 – candidaturas entre 1979 e 2012 em relação ao fim do mandato como nomeado (%).....	180
Gráfico 6 - Quantidade de candidaturas por ano da eleição (1979-2012).....	181
Gráfico 7 – Número de eleitos por ano da eleição (1979-2012).....	182

LISTA DE ABREVIACÕES

Partidos políticos 1945/1965

PDC – Partido Democrata Cristão
PL – Partido Libertador
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
UDN – União Democrática Nacional
PRP – Partido de Representação Popular

Partido políticos 1965/1979

ARENA – Aliança Renovadora Nacional
MDB – Movimento Democrático Brasileiro

Partidos políticos 1979/atualidade

PDT – Partido Democrático Trabalhista
PDS – Partido Social Democrático
PPR – Partido Progressista Renovador
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PP – Partido Progressista
PFL – Partido da Frente Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

Outras siglas

AI-1 – Ato Institucional número um
AI-2 – Ato Institucional número dois
AI-3 – Ato Institucional número três
AI-5 – Ato Institucional número cinco
AC-7 – Ato Complementar número sete
ASN – Área de Segurança Nacional
EH – Estância Hidromineral
CE – Capital de Estado
CSN – Conselho de Segurança Nacional
CEN – Conceito Estratégico Nacional
DGP – Diretrizes Gerais do Planejamento
ESG – Escola Superior de Guerra
RS – Rio Grande do Sul
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SUMÁRIO

RESUMO	9
ABSTRACT	10
LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE GRÁFICOS.....	13
LISTA DE ABREVIACÕES.....	14
1 INTRODUÇÃO: ABORDANDO O PROBLEMA	17
1.1 Recrutamento aberto no Brasil: a supremacia dos estudos legislativos	19
1.2 O recrutamento partidário e a insipiente literatura nacional	30
1.3 Recrutamento Fechado: o Estado como fomentador de carreiras no Brasil (1930-1985).....	34
1.4 O recrutamento no autoritarismo brasileiro.....	41
1.5 Problemática e a Proposta da Tese.....	46
2 METODOLOGIA PARA O ESTUDO DO RECRUTAMENTO E CARREIRAS DOS PREFEITOS NOMEADOS	51
2.1 Nível quantitativo.....	54
2.2 Nível qualitativo	57
2.3 Estratégia para execução das entrevistas	58
2.4 Delimitação temporal e espacial.....	59
2.5 Delimitação do objeto: os prefeitos nomeados	63
2.6 Estratégia para análise do recrutamento em ASN	67
2.6.1 <i>Selectorate</i> e agências	67
2.6.2 Os níveis do recrutamento: O local e o estadual	69
2.6.3 Recursos sociais e perfil sócio-profissional.....	71
2.7 Estratégia para análise das carreiras de nomeados após reforma política de 1979	73
3 SELECTORATE E AGÊNCIAS DE RECRUTAMENTO EM ÁREAS DE SEGURANÇA NACIONAL	74
3.1 Recrutamento fechado: Quem e como recrutam candidatos a nomeação?.....	75
3.2 <i>Selectorate</i> partidário.....	78
3.2.1 Comissão partidária.....	78
3.2.2 Comissão mista	87
3.2.3 Líder executivo.....	91
3.2.4 Líder partidário.....	98
3.2.5 Convenção partidária.....	100
3.3 <i>Selectorate</i> não partidário.....	102
3.3.1 Comissão militar.....	103
3.3.2 Comissão política: Os eleitos em Câmaras de Vereadores.....	106
4 RECRUTAMENTO EM SELECTORATE NÃO PARTIDÁRIO: A RECONDUÇÃO E NOMEAÇÃO DIRETA DE PREFEITOS	115
4.1 Recrutamento Fechado Estadual: Quem e como são nomeados?.....	116
4.2 a entrega da lista tríplice e os critérios do governador: OS Caminhos da nomeação	118
4.2.1 A nomeação direta de prefeitos por governadores	122

4.2.2 Quem é nomeado?.....	125
4.2.3 A recondução de prefeitos por governadores.....	128
4.2.4 Caso Exemplar: recrutamento, indicação e nomeação de João Antônio Dib na capital Porto Alegre.....	132
4.3 O presidente da república e oferta de carreiras: as Nomeações Diretas.....	134
4.3.1 Prefeitos civis.....	135
4.3.2 Prefeitos Militares.....	142
5 AVENIDAS DA TRANSIÇÃO: A ELITE NOMEADA E CARREIRA POLÍTICA NA NOVA DEMOCRACIA BRASILEIRA.....	148
5.1 carreiras e sistema partidário: pavimentando caminhos.....	149
5.1.1 Mudanças sociais, manutenção fundiária e continuidades políticas: alguns dados.....	151
5.2 Regularidade das instituições políticas: algumas variáveis.....	158
5.2.1 A transição para o multipartidarismo.....	160
5.3 a elite nomeada na carreira política: entre a transição e os dias atuais (1979–2012).....	162
5.4 Ex-nomeados no serviço público: quem assume e que cargos?.....	162
5.4.1 Recursos sociais da elite administrativa: Escolaridade, área de formação e experiência política.....	165
5.5 Os nomeados na carreira eletiva: Quem segue e com que capitais.....	170
5.5.1 O contexto da transição e as eleições de 1982 e 1985.....	174
5.5.2 Desistindo da carreira Eletiva.....	178
5.5.3 Nomeados no caminho democrático: postulantes e eleitos.....	179
5.5.4 Recursos sociais e trajetória de eleitos.....	183
6 CONCLUSÃO FINAL.....	186
ANEXOS.....	191
REFERENCIAS.....	217

1 INTRODUÇÃO: ABORDANDO O PROBLEMA

Em diversas fases da história política brasileira, quando alguém era designado pelo Estado a ocupar um cargo eletivo sem que houvesse a necessidade de *estabelecer candidatura, angariar votos, enfrentar eleições* (processos típicos da democracia representativa), estava-se diante de um modelo de recrutamento com *design* fechado e variadas configurações para o acesso à carreira política. A condição de nomeado permitiu que presidentes, governadores, senadores e prefeitos ocupassem as posições mais altas da hierarquia política no país (*durante o Governo Provisório nos anos trinta, Estado Novo, multipartidarismo (1945-1965), autoritarismo e transição*), formando elites forjadas pela métrica do Estado e que governaram em seu nome por mais de 60 anos. Esse processo encerrou-se em 1991, sob a atual democracia. São escassas as pesquisas que buscam analisar esta empresa responsável pela oferta de carreiras à pessoas na condição de nomeados.

No interior do autoritarismo brasileiro há um ambiente em que prefeitos foram nomeados de maneira regular por aproximadamente dezenove anos (1966-1985), nas chamadas Área de Segurança Nacional (ASN). Essas áreas são o resultado de estudos realizados por organismos ligados ao Conselho de Segurança Nacional. A sua função foi apontar regiões que oferecessem alguma fragilidade geopolítica.¹ Os municípios incluídos na categoria ASN eram os localizados na fronteira com países sul-americanos, as capitais de estado, as estâncias hidrominerais e balneários, além de municípios com instituições, portos e aeroportos militares.

O projeto inicial do regime era instalar ASN em 300 municípios brasileiros, controlando, assim, 60% do eleitorado. O que se verifica é que as ASN surgiram em 1966, através do decreto AI-3 que substituiu prefeitos de 21 capitais de estado. Somando-se a isso, foi criado, em 1968, um novo enquadramento geopolítico,² incluindo mais 68 município da fronteira brasileira. As ASN atingiram seu número máximo na década de 1980, com 185 municípios e 29,7% do eleitorado nacional.³

O Rio Grande do Sul (RS), se comparado a outros estados brasileiros, reuniu a maior quantidade de ASN: eram 29 municípios (12,5% do total), que acomodaram 36% do

¹ Ato Institucional Número 3 (AI-3), que suspende as eleições para prefeitos de capitais de estado e governador. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm

² Lei Nº 5.449, de 4 de junho de 1968, que declara os municípios de interesse a segurança nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5449.htm#art1

³ O eleitorado das ASN (capitais de estado, estâncias hidrominerais, áreas de segurança nacional e territórios federais) do Brasil, nas eleições de 1976, era de 12.557.892, sendo que o eleitorado nacional registrava 42.218.102.

eleitorado do estado.⁴ A grande parte estava na fronteira com a Argentina e o Uruguai, municípios por onde passaram, entre 1966 e 1985, aproximadamente 142 prefeitos – 107 nomeados. Nessas localidades, o cargo de prefeito estava definitivamente fora da disputa eleitoral, fato que permitiu a grupos políticos organizados no interior da Arena, associados aos prefeitos nomeados e outros políticos, filtrar o acesso às prefeituras, possibilitando o controle dos cargos e – na maioria das vezes – a indicação dos postulantes à nomeação.

A modificação do sistema político conferido pela reforma partidária de 1979⁵ abriu o mercado para a criação de novos partidos, estabelecendo uma radical alteração do sistema político, especialmente nos ambientes com prefeitos nomeados, que perdem o apoio do regime – inicialmente em 1982 e definitivamente no ano de 1985. Era de se supor que o fim desses ambientes levaria a classe de prefeitos nomeados à extinção. Mas isso não ocorreu.

Embora a categoria “prefeito nomeado” tenha sido abolida do vocabulário político em 1985, a carreira desses prefeitos não foi alterada substancialmente. A continuidade em cargos na atual democracia é claramente perceptível, ao observar as eleições de 1982, 1985 e 1988, ou mesmo 27 anos depois da extinção das ASN.

Em 2012, foram vistos disputando cargos eletivos, nomes como o do ex-prefeito de Porto Alegre, Guilherme Socias Villela (elegeu-se vereador), João Antônio Dib, dez vezes vereador de Porto Alegre (hoje aposentado), ou do ex-prefeito nomeado de Rio Grande, Abel Abreu Dourado (em 2012 ele desempenhava a função de secretário de Administração na Prefeitura de Pelotas). Fato que igualmente pode ser observado entre os senadores biônicos⁶,

⁴ O eleitorado das ASN do Rio Grande do Sul (capital Porto Alegre, estâncias hidrominerais, área de segurança nacional) no ano de 1972 foi (778.920) e em 1976 atingiu (974.712). O eleitorado estadual em 1972 (2.638.194) e no ano de 1976 foi (2.709.712) eleitores. Assim, no ano de 1972 o eleitorado das ASN no RS representa (29,5%) e o do ano de 1976 (36%) do eleitorado do estado.

⁵ (LEI Nº 6.767, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1979) - (Lei Orgânica dos Partidos Políticos). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6767.htm

⁶ **Afonso Camargo (Paraná)**: senador da República por dois períodos, primeiro como biônico (1975-1978) e Eleito (1987-1994), além de deputado federal por quatro vezes (1994, 1998, 2002 e 2006) e ministro dos Transportes nos governos de Sarney e Collor; **Alexandre Costa (Maranhão)**: O primeiro cargo foi como prefeito nomeado (1951) da capital São Luiz. Desempenhou ainda por um longo período o cargo de deputado federal (1955 a 1959), (1963 a 1967), (1967 a 1971); senador da República eleito (1971 a 1978) e (1995 a 1998) e Senador Biônico (1979 a 1987); **João Calmon (Espírito Santo)**: deputado federal (1963 a 1967) e (1967 a 1971); senador da República eleito (1971 a 1978) e (1987 a 1995) e Senador Biônico (1979 a 1987); **Jutahy Magalhães (Bahia)**: Duas vezes deputado estadual (1963 a 1967) e (1971 a 1975); vice-governador nomeado da Bahia (1967 a 1971); deputado federal (1975 a 1979); senador biônico (1979 a 1987) e senador da República eleito (1987 a 1995); e **Saldanha Derzi (Mato Grosso do Sul)**: Sua trajetória tem início como prefeito nomeado no município de Ponta Porã (1942-1945), é eleito vereador pela (UDN) em 1947 e em 1950, eleito prefeito. Três vezes deputado federal (1955 a 1959), (1959 a 1963) e (1963 a 1967); deputado estadual (1967 a 1971) e senador em quatro oportunidades: três como político eleito (1971 a 1978), (1987 a 1995) e (1987 a 1995) e uma como biônico (1979 a 1987).

ou entre os governadores eleitos no ano de 1990, com quadros originários de prefeitos e governadores nomeados⁷.

1.1 RECRUTAMENTO ABERTO NO BRASIL: A SUPREMACIA DOS ESTUDOS LEGISLATIVOS

A fase inaugural dos estudos sobre recrutamento no Brasil ocorre na década de 1960. A hipótese de Lamounier e Kinzo (1978) para produção na área diz que o descrédito dos partidos e o plebiscitarismo contribuíram para manter uma visão estereotipada do Congresso, como abrigo de interesses oligárquicos e clientelistas. É bem verdade que essa imagem acerca dos seus quadros prevaleceu por muito tempo. Os parlamentares, ao votarem uma legislação do petróleo e tarifas de 1957, não apresentaram comportamento “compatível com um estreito interesse oligárquico”.⁸ Para esses autores considerações como essa parecem ter estimulado estudos minuciosos sobre a base social dos parlamentares e, por sua vez, sobre o recrutamento político.

Longe de querer responder à questão proposta anteriormente, observa-se que os estudos inaugurais sobre o recrutamento no Brasil, procuraram definir os contornos sócio-ocupacionais de *postulantes* a diversos cargos políticos e para determinada eleição. O trabalho de Pitta e Arruda (1966) segue essa linha, sendo dedicado aos deputados estaduais cariocas. Alcício e Lopes (1971) observaram os deputados federais, estaduais e vereadores do município carioca de Duque de Caxias, entre 1947 e 1970. Maria Moreira (1967) pode ser um dos

⁷ Entre os governadores eleitos:

(4) governadores nomeados: *Annibal Barcellos (AC)* – Governador nomeado; *Antônio Carlos Magalhães (BA)* – Governador Nomeado; *Hélio de Carvalho Garcia (MG)* – vice-governador e prefeito nomeado de Belo Horizonte; *Ottomar de Sousa Pinto (RR)* – Governador nomeado;

(4) prefeitos nomeados em capital de estado: *Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti (PE)* – Sobrinho de Moura Cavalcanti, Governador nomeado, que por sua vez, nomeia Joaquim, Prefeito nomeado de Recife entre 1983 e 1986; *Antônio de Almendra Freitas Neto (PI)* – Deputado estadual pela Arena em 1974 e 1978; e PDS 1982 – nomeado prefeito de Teresina; *José Agripino Maia (RN)* – família política tradicional – é indicado como prefeito nomeado de Natal, pelo seu primo e governador nomeado Lavoisier Maia; e governador eleito em 1982; *João Alves Filho (SE)* – Prefeito nomeado em Aracajú e governador de Sergipe durante três mandatos em 1982, 1990 e 2002;

(2) deputados federais. *Geraldo Bulhões Barros (AL)* - deputados federal pela Arena (1970, 1974 e 1978); pelo PDS (1982) e PMDB (1986); *Edison Lobão (MA)* - Assessor do Ministério de Viação e Obras Públicas do governo do Distrito Federal (1969/1974), e do Ministério do Interior (1969/1974); deputado federal pela Arena em 1978, e pelo PDS em 1982.

⁸ A resenha de Lamounier e Kinzo publicado no BIB comentava sobre a atuação do congresso e uma das hipóteses para explicar a diversidade de elites no interior da casa pode ser observado pela seguinte passagem: “Bem ou mal, o Congresso votou uma legislação sobre petróleo, no início dos anos cinquenta, e uma legislação sobre tarifa, em 1957, cujo conteúdo não parece compatível com um interesse oligárquico estreito e monolítico”. Mais recentemente, os estudos sobre a atuação do legislativo, observada por Limongi & Figueiredo (Limongi e Figueiredo, 1999) e uma série de outros trabalhos, apresentaram que o comportamento no legislativo não reflete as votações observadas na casa, e que isso pode ser mais bem explicado ao observar o funcionamento da casa legislativa, e a forma como o Legislativo e Executivo se unem.

exemplos dessa linhagem de trabalhos: analisou 194 candidatos a deputado estadual da Guanabara para as eleições de 1966, identificando que os bacharéis (jornalistas e advogados) são a base ocupacional de 61% dos candidatos da Arena e 58% o MDB; ainda, pontuou que 71% dos indivíduos (N=138) não possuíam experiência política anterior à sua candidatura.

David Fleischer dedicou seus esforços para compreender o recrutamento em Minas Gerais, investigando itinerários e carreiras políticas de deputados federais na República Velha (1971), trabalho posteriormente ampliado (1977a) que incluiu governadores e vices. Apesar de estar inserido no grupo dos trabalhos inaugurais, promoveu um tratamento mais refinado do recrutamento e buscou identificar alterações no padrão de recrutamento de deputados e prefeitos mineiros, após a entrada dos militares no poder (1973, p. 116). Utilizando entrevistas, identificou que a política de nomeações implementada pelos governadores, a nova legislação e a competição eleitoral, bloquearam as ambições de políticos, impedindo a renovação da classe política de “baixo para cima”. O recrutamento resultou em tema de outros dois trabalhos, tratados inicialmente no contexto do multipartidarismo e estendendo-se ao autoritarismo. O primeiro trabalho é sobre os 30 anos de recrutamento de deputados federais (1977b) e o segundo sobre os deputados estaduais (1977c).

Na atualidade, os trabalhos sobre recrutamento “são análises do perfil socioeconômico e profissional”⁹ de parlamentares¹⁰, especialmente deputados federais¹¹ e mais recentemente estendeu-se ao Senado¹² e integrantes de câmaras municipais¹³. O *objeto* investigado, em vez de *candidatos*, considera políticos “já recrutados”, ou seja, indivíduos eleitos para determinado cargo eletivo, sobretudo em períodos democráticos, o que expõe com muita clareza a escassez de pesquisas sobre ocupantes de posições políticas em executivos subnacionais¹⁴ e locais¹⁵.

⁹ (Perissinotto e Bolognesi, 2009, p. 144; Perissinotto e Miriade, 2009, p. 302)

¹⁰ No artigo de Adriano Codato e Luiz Domingos Costa (2012) “Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos Senadores da República” que é um dos mais atuais artigos sobre recrutamento e carreiras políticas chegam à constatação de que a maioria dos estudos é sobre deputados federais.

¹¹ Deputados Federais: (Barreto e Bento, 2012a; Bolognesi e Costa, 2006; Bolognesi e Medeiros, 2014; Bolognesi, 2013a; Braga, Veiga e Miriade, 2009; Coradini, 2011; Fleischer, 1971; Forjaz, 1985; Freire, 2002; Leoni, Pereira e Rennó, 2003; Leoni, 2002; Lima, 2010; Madeira, 2004, 2007; Mancuso *et al.*, 2013; Marengo dos Santos, 2000, 2001; Montalvão e Seidl, 2010; Montalvão, 2011; Müller, 2005; Neto, Cox e McCubbins, 2003; Nicolau, 2000; Pegurier, 2009; Pereira e Rennó, 2001; Perissinotto e Miriade, 2009; Perissinotto e Veiga, 2014; Rodrigues, 1987, 2009b; Rohde, 2012; Sampaio, 2012; Santos, 2010; Silva Júnior e Figueiredo Filho, 2012; Vieira, 2012);

¹² Senadores: (Codato, Costa e Massimo, 2013; Costa e Codato, 2012; Costa, 2010; Costa, Costa e Nunes, 2014; Izumi, 2010; Lemos e Ranincheski, 2002; Magalh, 2006; Neiva e Izumi, 2012; Silva, 2010);

¹³ Vereadores: (Barreto, 2008; Lima e Barreto, 2014; Lima, 2010)

¹⁴ Subnacional (Abrucio e Samuels, 1999; Massia, 2012; MASSIA, 2010).

¹⁵ Local (Codato, Cervi e Perissinotto, 2013; Reis, 1977; Rodrigues, 2006).

A metodologia empregada nesses estudos está ancorada na “Teoria das Elites”, que tem como autores fundadores Gaetano Mosca, Vinfredo Pareto, e Robert Michels. A tese diz que independentemente da constituição formal de uma nação, sempre existirá uma minoria que tem o poder e que a dirige. Nesse caso, os parlamentares, ao ocuparem esses postos políticos, alçam a condição de elite, sendo investigados a partir desse ponto.

Wright Mills (1981) buscava na análise das estruturas de poder uma relação com estruturas sociais. Para ele, a “elite do poder” americano provinha de três domínios: militar, político e econômico. As “cúpulas” dessas três instituições detinham o poder e conseguiam impor suas decisões à sociedade. A crítica de Robert Dahl (1970) ao método de identificações de Mills dizia que a “elite dirigente” só poderia ser percebida durante processos decisórios conflituosos.

Entretanto, o método empregado por Wright Mills para identificar a “elite do poder” e descrito pela literatura como “método posicional”, é muito semelhante às descrições de Pierre Bourdieu, que por sua vez, criticaria o substancialismo das análises elitistas, sugerindo ao investigador lutar contra a “inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista” – era “preciso pensar relacionalmente”. Para Bourdieu é mais fácil observar “grupos, indivíduos que pensar relações” (2004, p. 27-29).

As críticas tinham endereço certo, a consideração de que os grupos dominantes são o resultado natural da superioridade de seus membros¹⁶. Entretanto, Bourdieu, mais tarde, reconheceu que o substancialismo em análises relacionais é originário da própria dificuldade em se “apreender os espaços sociais de outra forma que não seja a de distribuições de propriedades entre indivíduos”¹⁷. Sugerindo assim que sejam feitas exaustivas descrições das posições a fim de captar os capitais. Aqui surge a noção de que os capitais seriam o resultado direto das posições ocupadas pelos indivíduos num determinado campo.

Depois de verificar esses atributos sugeridos por Bourdieu, seria importante um questionamento: “o que tais características explicam? Sem isso, o estudo das elites políticas seria apenas uma descrição adequada do “perfil social” dos seus membros, o que pouco ou nada diz de fato sobre a estrutura e o funcionamento da sociedade em questão”.¹⁸ Questionamento essencial para quem busca compreender a carreira política em um *continuum* de tempo como o posto nesta tese. As diferentes fórmulas e fases empregadas, fornecem subsídios para entender o recrutamento que não seja apenas pela mensuração do perfil sócio-

¹⁶ Para uma boa revisão de literatura sobre o tema, ver (Perissinotto e Codato, 2008).

¹⁷ (Bourdieu, 2004a, p. 29 - o grifo é nosso.)

¹⁸ (Perissinotto e Codato, 2008, p. 11)

ocupacional¹⁹. Nesse caso, faz-se necessária a descrição das etapas e níveis empregados entre a indicação e a conquista do posto de nomeado. Com isso, é possível compreender que num ambiente marcado pela ausência de competição eleitoral, os recursos individuais, o capital social, expresso, pelas relações e conexões sociais, ganham relevo.

O **método posicional** permite ao analista político, selecionar, por exemplo, parlamentares em um determinado ponto no tempo, geralmente o cargo anterior à posição conquistada, para posteriormente analisar sua trajetória. O método permite a mensuração das posições ocupadas por esses parlamentares, antes da conquista ao cargo em questão (trajetória), formando a ideia (existência) de uma hierarquia de posições políticas²⁰, deixando claro as vias de acesso aos parlamentos, por exemplo.

Nesse sentido, a análise das propriedades políticas de indivíduos que ocupam as posições mais elevadas na hierarquia política, como os estudos sobre deputados, seleciona indivíduos “já recrutados”. Partindo desse ponto, os analistas buscam apreender mudanças na base social dos legislativos, estabelecer padrões de recrutamento, e, em relação as posições sociais e profissionais, verificar a existência de profissões que tornam possível uma carreira política ou alguma predisposição sócio-ocupacional para o sucesso eleitoral²¹. Dentro desse aspecto são examinados diversos elementos, como a posse de um diploma de ensino superior, o tempo de mandato, a idade, a profissão, os vínculos sociais e o patrimônio pessoal (como o fato de pertencer a uma família política tradicional). Ao adotar essa metodologia *posicional*, os estudos sobre recrutamento no Brasil deram um salto qualitativo se comparados aos primeiros produzidos na década de 1960.

Os trabalhos sobre recrutamento, apesar de reconhecerem os partidos como um dos principais operadores de carreiras políticas, negligenciam processos que ocorrem em seu interior e como seus membros são atuantes nestes processos, tornam-se fenômenos pouco compreendidos.

Estudos sobre as bases sociais do recrutamento – observados de diversos ângulos teóricos e empíricos – identificam a ocorrência de dois fenômenos opostos. O primeiro é a

¹⁹ Perissinotto e Codato comentam: “Para Bourdieu, o poder não é uma relação entre “indivíduos”, mas uma relação entre diferentes posições que distribuem desigualmente os capitais específicos de um campo, o que, por sua vez, confere aos ocupantes dessas posições potencialidades distintas para produzir ganhos nas lutas que caracterizam o mesmo campo. Só faz sentido estudar os atributos dos agentes se o estudo servir ao objetivo último da Sociologia, a saber, captar a “sócio-lógica” objetiva que rege o funcionamento de um campo. Fora desse registro, o estudo das elites de pouco serviria.” (2008, p. 10)

²⁰ (Cf. Miguel, 2003, p. 117) O autor reitera que esta hierarquia não tem como marca, a rigidez.

²¹ Sobre este tema pode-se verificar a metodologia proposta por alguns autores em trabalho apresentado num seminário e recentemente publicado em forma de artigo. (Codato, Costa e Massimo, 2014; Costa, Codato e Massimo, 2013)

“profissionalização” da carreira política: ao mensurar os cargos ocupados antes da última posição parlamentar, seria possível identificar uma hierarquia sócio-profissional e, assim, estabelecer padrões. O segundo elemento ocorre em função da alteração da base sócio-profissional dos integrantes do parlamento, descrito pelo ingresso de indivíduos das classes média e baixa na elite parlamentar, associado à vitória do PT para o Governo Federal em 2002, responsável por uma “popularização” dessa base ocupacional, revelando que há uma relativa circulação das elites.

A transformação da classe política brasileira é investigada por Leôncio Rodrigues, o qual analisa bancadas partidárias no interior da Câmara dos Deputados (1999-2002). Ao cruzar dados da última atividade profissional exercida pelos deputados eleitos, por legenda (PMDB, PSDB, PDT, PT, PPB e PFL), obteve-se “perfis partidários socialmente diferenciados”, sugerindo que o recrutamento partidário ocorre em distintos estratos sociais. Variações da base sócio-ocupacional podem ser percebidas em relação ao espectro ideológico (esquerda, direita) e partidário, seja na Câmara dos Deputados²² como no Senado²³.

Apesar da diversidade do recrutamento, Rodrigues aponta que um “número muito pequeno de categorias ocupacionais reúne a maior parte dos membros de cada bancada. São essas categorias majoritárias que traçam o perfil dos partidos e os localizam ideologicamente no espaço político” (2002, p. 40). Os partidos de direita²⁴ do espectro ideológico (PFL e PPB) recrutam seus quadros sociais nas camadas mais altas de empresários e profissões liberais tradicionais. Os da esquerda (PT e PDT) recrutam intelectuais (professores), profissionais liberais e trabalhadores assalariados mais qualificados. E os partidos do centro (PMDB e PSDB) tem seus quadros provenientes de camadas médias e altas, destacando os empresários, profissões liberais e altos cargos de governos estaduais.

A distinção entre a base social dos partidos revelou a redução do espaço ocupado por políticos das classes “mais altas em termos de renda e educação”. A ascensão de políticos das classes médias e populares indicariam a existência de um processo de “popularização” do acesso ao parlamento (2009a, p. 7). Tal evidência surge da comparação dos trabalhos de Rodrigues (de 2002, com o de 2006), em que analisa as bancadas eleitas de 1998 e de 2002. Para o autor, a conquista de cargos na Câmara dos Deputados não estaria mais reservada

²² (Cf. Rodrigues, 2002, 2009a)

²³ (Cf. Costa e Codato, 2012; Costa, 2010; Costa, Costa e Nunes, 2014)

²⁴ Alguns estudos mostram que a maioria dos senadores eleitos entre 1986 e 2010 – exercem atividades empresariais anteriormente a conquista do cargo, percentual que oscila entre 24 e 38. A distribuição dos empresários concentra-se em alguns partidos: o “centro – PMDB e o PSDB (35,6 e 15,1, respectivamente) – direita – tais como PFL e PTB (17,8 e 11,0, respectivamente).” (Cf. Costa e Codato, 2012; Costa, 2010; Costa, Costa e Nunes, 2014, p. 234 e 236)

apenas às elites, e isso pode ser percebido pela relativa mudança no perfil dos parlamentares: indivíduos provenientes das classes baixa e média, advindos da militância política em sindicatos e segmentos neopentecostais (2009a, p. 142-150).

Contrariando seu próprio argumento, Leôncio aponta que a ocupação profissional da elite partidária seria responsável por treinar esses indivíduos para a atividade política, o que acabaria por indicar um processo de “profissionalização” – através do registro de parlamentares que nunca chegaram a exercer uma profissão anterior à conquista do cargo de deputado federal. Em suma, isso foi identificado em função da presença de indivíduos com carreiras percorridas exclusivamente na política (2009b, p. 42).

A tese da “popularização” observada para a Câmara dos Deputados foi testada por Codato e Costa (2012) para o caso do Senado, concluindo que, apesar das altas taxas de renovação (80%) houve apenas um “relativo arejamento” da composição social da Câmara Alta. Em outras palavras, a carreira dos senadores entre 1986 e 2010 tornou-se cada vez mais profissional e impermeável aos aventureiros (2012, p. 123). O tempo investido por 48% dos senadores na carreira, está no intervalo de 16 e 30 anos, concentrando-se basicamente nos estratos do centro e de direita – notadamente, indivíduos dotados de um perfil mais tradicional, com melhores condições socioeconômicas²⁵ e recursos pessoais, que permitem o acesso mais rápido aos postos políticos de prestígio. Ao contrário, a esquerda, mais dependente de recursos partidários e desprovidos de capital eleitoral próprio, fica dependente do partido, que nos dois casos controlaria a oferta de lideranças políticas (2012, p. 126–127) demonstrando a “profissionalização”.

Outro processo interessante é a “circulação de elites”²⁶. No Senado, o perfil social se concentra em algumas categorias e na Câmara dos Deputados, a renovação não proporciona uma mudança radical²⁷ no perfil ocupacional dos deputados. Para o investigador Luiz Domingos Costa, “parece indicar, antes de qualquer coisa, que as estruturas sociais, como o mercado de ensino superior e acesso às ocupações mais prestigiadas, são ainda suficientemente desiguais a ponto de dificultar um arejamento mais substantivo da roupagem social dos representantes” – afirma, em entrevista a um periódico²⁸.

²⁵ O patrimônio medido em renda pode ser explorado no detalhe para o caso dos deputados federais (Rodrigues, 2009b - consultar especialmente o cap. 4)

²⁶ A circulação parlamentar é a taxa de renovação dos postos políticos, segundo os dados de Marenco dos Santos (2000, p. 67) o percentual oscila na casa dos 50 no período entre 1945 e 1998.

²⁷ Sobre a paulatina substituição de remanescentes da Arena e MDB no atual sistema político brasileiro pode ser consultado na tese de Rafael Madeira (2006) especialmente no quarto capítulo do trabalho, dedicado ao estudo das carreiras políticas.

²⁸ *Renovação à brasileira*. <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2014/11/18/renovacao-brasileira/>> Acesso 14/02/2015.

A “profissionalização” e a “popularização” podem ser entendidas pelo modo como os políticos são recrutados. Marengo dos Santos, utilizando o repertório biográfico de deputados federais eleitos entre 1945 e 1998, buscava apreender “indicações que valorizam a seleção de candidatos para carreiras políticas como dimensão capaz de dar conta das feições adquiridas pelas organizações partidárias” (2000, p. 21). O primeiro padrão de recrutamento, o endógeno, tem na organização partidária a responsabilidade pela oferta de recursos para a carreira política. Nesse caso, os indivíduos recrutados dedicariam anos de suas vidas à organização partidária, percorrendo cargos e evoluindo na estrutura hierárquica. Assim, o indivíduo necessita aguardar que se ofereça uma vaga (2000, p. 39), um padrão identificado para o campo da esquerda (2007, p. 110).

Costa e Codato (2012) acrescentam que ser um político profissional seria a variável mais importante para identificar o sucesso eleitoral de deputados e senadores. Dos deputados eleitos entre 1986 e 1998, 27% não possuíam trajetória anterior ao cargo; já entre os senadores eleitos entre 1996 e 2006, o dado seria 19,6%. Codato observa que “mais do que uma popularização, estaria ocorrendo um movimento de profissionalização da classe política”²⁹. Prissinotto e Miriade, quando identificam, por exemplo, que deputados federais de partidos de esquerda têm maiores chances de ser eleitos, segundo aos autores, a “passagem como vereador aumenta em três vezes a razão de chances”, sugerindo que nesta arena de disputa não há espaço para amadorismo (2009, p. 320).

O recrutamento *lateral* é expresso por sujeitos com escassos vínculos e trajetória partidária; indivíduos escolhidos fora da organização e detentores de recursos próprios,³⁰ como reputação, fama e dinheiro. A principal característica desses políticos é a ascensão ao poder de maneira mais rápida e por um caminho pouco comum ou “natural”,³¹ enquanto o padrão geral é de políticos com trajetória longa e vínculos hierárquicos mais consistentes. Como exemplos podem ser citados: artistas, comunicadores, celebridades e esportistas. Estes acessam aos cargos pegando “atalhos” na sua notoriedade³² e são procurados pelos líderes

²⁹ “É difícil alguém hoje em dia conseguir ser eleito deputado federal se não tiver uma carreira mais longa dentro da política”, afirma o cientista político. Segundo ele, poucos são os indivíduos, independentemente de sua ocupação e classe econômica, que têm cacife e popularidade para pularem etapas da carreira política — ser vereador, prefeito e deputado estadual — antes de tentarem um assento em Brasília. O deputado-palhaço Tiririca, do Partido da República (PR-SP), eleito em 2010 e reeleito neste ano [2014], é uma exceção, e não a regra. *Renovação à brasileira*. <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2014/11/18/renovacao-brasileira/>> Acesso 14/02/2015.

³⁰ (Marengo dos Santos, 2000, p. 14)

³¹ (Costa, Costa e Nunes, 2014, p. 241)

³² *Renovação à brasileira*. <http://revistapesquisa.fapesp.br/2014/11/18/renovacao-brasileira>, acesso, 04/12/2014.

partidários para maximizar ganhos de uma organização³³, mantendo assim a estabilidade da direção partidária. A existência de indivíduos com recursos pessoais (econômico, político e cultural) admite a superação dos filtros aplicados pelos partidos³⁴. Entretanto, para confirmar essas hipóteses seria necessário observar o recrutamento partidário.

Para Luiz Felipe Miguel, na medida em que se tornou uma fonte crucial de produção de capital político, os meios de comunicação geram “atalhos” na carreira, permitindo que *outsiders* ganhem posições que, numa carreira fechada, só seriam acessíveis a integrantes experientes do campo político, com ampla vivência em cargos³⁵. Leôncio Rodrigues (2002) relata sobre a atuação de “conexões familiares e/ou ligações com clãs políticos” que oportunizam aos neófitos o acesso a um cargo político: um trunfo para ascensão na atividade.

Flávia Freidenberg, em recente entrevista a um periódico paraguaio, percebe que o primeiro impulso na carreira política de mulheres é feito por famílias políticas. Em países onde existe uma “cultura machista” – *“las mujeres que acceden a la política muy pocas veces representan los intereses de otras mujeres, sino que muchas veces representan los intereses de los hombres que las pusieron allí. Muchas de las senadoras o diputadas son esposas o parientes de un hombre poderoso”*. No Brasil a chamada Lei da Ficha Limpa impõe restrição à candidatura de políticos julgados e condenados por instâncias do judiciário. Onde através do provimento de recursos judiciais, alguns políticos conseguem estabelecer suas candidaturas. Quando ocorre o julgamento da situação, o político, se condenado, pode tornar-se inelegível. Nestes casos a legislação eleitoral prevê a substituição de candidatos antes do pleito eleitoral³⁶, assim, com a intenção de preservar o seu espaço político, podendo transferir sua posição para suas esposas, filhos, netos, etc. Demonstrando, por exemplo, que nestes casos há uma independência política perante ao partido.

Na América Latina, 24% cargos estaduais e locais são exercidos por mulheres, mas um componente de representação colocaria, segundo Freidenberg, países como o Brasil numa

³³ Amaral & Braga (2013, p. 37), partem hipótese de que os dirigentes partidários controlam o processo de seleção dos candidatos a cargos eletivos, resultando na formação de listas partidárias estrategicamente viáveis eleitoralmente. Avaliaram algumas estratégias adotadas pelos partidos na montagem de suas listas eleitorais, visando identificar os critérios usados por suas lideranças para manter o controle da entrada na política. Contar com “puxadores” de voto é um ativo importante nas eleições para a Câmara dos Deputados. Os votos acumulados por esses candidatos auxiliam na eleição de outros candidatos do mesmo partido ou coligação. Marengo dos Santos observa que “os dirigentes partidários que necessitam da notoriedade emprestada por seus nomes à lista de candidatos do partido”. (2000, p. 40)

³⁴ Cf. Perissinotto e Miriade (2009) quais destacam a existência de filtros, descrição encontrada na nota três.

³⁵ Um recente caso é o do comunicador gaúcho Lazier Martins, que nas eleições de 2014 conquista um cargo de senador, frente a candidatos consagrados da política gaúcha.

³⁶ Cf. Segundo Resolução 23.405, Capítulo VII, que trata da substituição de candidatos, publicado pelo Tribunal Superior Eleitoral, a substituição será realizada apenas 20 dias antes das eleições, e não mais no dia anterior ao pleito.

posição pouco democrática: “*as mulheres estão sub-representadas, uma democracia prescinde representação de todos os grupos*”³⁷. Entre 1994 e 2006 a candidatura de mulheres para executivos subnacionais dobrou, no entanto ao considerarmos os vinte e sete estados brasileiros, estas representam apenas 12,6% do total de candidatos. Entre as eleitas, parte possui capital político vinculado à sua família³⁸ ou associado ao movimento sindical (caso de Yeda Crusius, no Rio Grande do Sul).

A cota para mulheres no Brasil é vigente desde as eleições de 2008, mas o número delas no Congresso sugere estabilidade. Nas eleições de 2010 e 2014, o percentual de candidatas mulheres foi inferior a 10% do total de vagas, muito aquém de sua importância na sociedade³⁹. Hoje há algumas pesquisas que buscam, através do estudo do recrutamento e das carreiras, entender os motivos da baixa participação das mulheres na política.⁴⁰ Segundo o estudo de Ferreira⁴¹ o problema estaria no recrutamento partidário: o partido registra a candidata, preenche o percentual de 30% e cumpre a lei, mas a candidata renuncia com a campanha em andamento (2012, p. 152).

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) é uma instituição que sistematiza a informação dos integrantes do Senado e Câmara dos Deputados e, entre suas descrições, criou uma intitulada de “bancada dos parentes”, sendo esta uma lista contendo nomes de políticos eleitos para as duas casas legislativas, contendo o seu parentesco com políticos e ex-políticos.

Os levantamentos mostram que em 2011, 92 deputados e 30 senadores são pais, mães, filhos, irmãos, netos, avôs, sobrinhos ou cônjuges de políticos tradicionais⁴². O levantamento realizado em 2015 apresenta que 41% dos 513 deputados federais eleitos, reeleitos e novatos possuem parentesco com outros políticos (211); alguns estão em seu primeiro mandato

³⁷ FREIDENBERG, Flavia. "Sin mujeres en la política, no hay democracia". <<http://www.paraguay.com/nacionales/-sin-mujeres-en-la-politica-no-hay-democracia-119874>> acesso: 27/11/2014.

³⁸ Trata-se de Roseana Sarney, governadora eleita e reeleita no Maranhão que dispensa enumerações de sua dinastia política. As outras governadoras são Rosinha Matheus, no Rio de Janeiro, e Wilma de Farias, no Rio Grande do Norte. Estados onde seus maridos eram ex-governadores: ambas possuíam vivência na vida política de seus estados devido a seus cônjuges: Anthony Garotinho e Lavoisier Maia. (Pinho, 2011, p. 14)

³⁹ No ano de 2010, as mulheres possuíam 45 assentos na Câmara dos Deputados (Cf. DIAP, 2014, p. 39), em 2014 o dado foi 51 (Cf. DIAP, 2010, p. 32)

⁴⁰ Para verificar este fenômeno no âmbito das candidaturas ao parlamento brasileiro (Cf. Araújo e Borges, 2013)

⁴¹ A autora, destaca que “a desistência, em meio ao pleito, de candidatas sem qualquer chance de eleição, dada a própria — artificialidade do processo de seleção (isto é, a candidata apenas — ofereceu o nome para o partido cumprir a cota, como alguns dirigentes admitiram em entrevista)” As entrevistas de um dirigente do DEM e outro do PP, são bastante sugestivas, sobre esta afirmação. (Cf. Ferreira, 2012, p. 152–153)

⁴² O Diap considera como políticos tradicionais aqueles que detêm ou detiveram cargo eletivo em todos os níveis, ou ainda que exerçam cargo de gestão, como ministros ou secretários estaduais. Congresso em foco. *A bancada dos parentes no Congresso*. <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/a-bancada-dos-parentes-no-congresso>. acesso: 09/12/2014.

(100) e o restante são de reeleitos (111)⁴³. Esse tipo de capital favorece a continuidade e a reserva de um importante espaço a estes grupos políticos, mas pouco se sabe sobre a extensão deste tipo de capital em executivos subnacionais e locais⁴⁴.

Ao analisar as carreiras políticas de deputados chilenos eleitos entre 1989-2013, Jorge Saldaña (2014) apresenta resultados interessantes: os legisladores que provêm de famílias políticas “*son cada vez más capaces de permanecer en la política*”. Para entender o processo, o autor divide as carreiras em dois tipos: as progressivas e as estáticas, identificando que indivíduos provenientes de famílias políticas “*tienen una mayor probabilidad de seguir una carrera progresiva*”⁴⁵.

No âmbito da Ciência Política há uma linha de estudos dedicados ao funcionamento do sistema político, às formas de governo, ao tipo e ao formato dos sistemas partidários e também às regras do jogo⁴⁶. Essa literatura seria unânime em atestar que o país teria o pior desenho constitucional, o que explicaria as constantes crises de legitimidade e governabilidade. No interior dessa literatura dedicada, quase que exclusivamente ao fenômeno legislativo, as teses resultantes focam na ambição individual, coletiva, a disciplina partidária associada aos resultados eleitorais e à debilidade partidária. Ambas com matriz teórica: o novo institucionalismo.

O prognóstico de muitos autores, atestaria que o sistema partidário brasileiro – lista aberta – é a razão do escasso controle partidário sobre os processos seletivos (Hazan e Rahat, 2001), deixando pouca margem de manobra para o controle de candidatos e da lista eleitoral (Mainwaring, 1992), que, se associados à candidatura nata⁴⁷, complicariam ainda mais a atuação dos partidos, uma vez que os parlamentares teriam todos os incentivos para uma atuação individualista e antipartidária (Leoni, Pereira e Rennó, 2003, p. 48). Os efeitos das regras e do sistema eleitoral conformariam, então, a atuação dos atores e promoveriam o surgimento de políticos personalistas controlados pelos eleitores (Carey e Shugart, 1995).

Outra literatura consagrada olha para dentro do parlamento brasileiro buscando inferências para a relação executivo-legislativo. Ao fazer isso, descobriu-se que o comportamento clientelista dos deputados é uma das formas com que o executivo federal estabelece a conexão com o parlamento. Isso resolveria parte do problema descrito por Lamounier e Kinzo (1978) e, nesse sentido, o comportamento parlamentar estaria mais

⁴³ (Cf. DIAP, 2014, p. 114)

⁴⁴ (Cf. Barbosa, 2013; Grill, 2005, 2008, 2012; Ribeiro, 2012)

⁴⁵ (Cf. Saldaña, 2014 - Especialmente os resultados da página 145.)

⁴⁶ (Cf. Peres, 2005, p. 15)

⁴⁷ É importante destacar que sua extinção ocorre em “24 de abril de 2002, no julgamento da medida cautelar da ADI 2.530-9” (Barreto e Bento, 2012a, p. 112; Bento e Barreto, 2012)

associado ao processo político da casa (regras) do que com o resultado de sua composição política⁴⁸.

A contribuição de Limongi e Figueiredo (1999) demonstra, com base na disciplina parlamentar, que o sistema político brasileiro não beirava o colapso como afirmavam diversos autores. A combinação de resultados eleitorais e o comportamento disciplinado nas votações, descrito por Pereira e Rennó (2007), por exemplo, apontam que a manutenção das bases políticas com recursos provenientes de emendas parlamentares maximizam as chances de reeleição. Assim, deputados que buscavam reeleição poderiam ser motivados financeiramente, e, em troca, votariam disciplinadamente, alimentariam suas regiões com recursos, elevando o controle sobre as suas carreiras e contribuindo para a governabilidade.

Independentemente do tipo de sistema eleitoral, há políticos que investem na carreira pessoal e, de outro lado, os dedicados a manter posição na estrutura organizacional dos partidos, contribuindo para o avanço na carreira⁴⁹. Pereira e Rennó (2007) sugerem que ter um cargo dentro do partido e em comissões permanentes, leva a um aumento do interesse do parlamentar em buscar a reeleição. Assim, de alguma forma, o partido importa no momento da inclusão dos nomes nessas listas eleitorais e o deputado não seria assim tão independente em relação ao partido. Sabe-se, ainda, que os líderes partidários exercem algum grau de controle na nomeação de listas partidárias e na distribuição dos recursos de campanha, porém esta não é a explicação de como alguém chega à elite política.

No partido, cumpridas as exigências da legislação, como idade e outras obrigações civis, o indivíduo pode se tornar candidato: qualquer um pode. Entretanto as chances eleitorais de um candidato inexperiente, outro que busca a reeleição e um terceiro com longa carreira anterior e vínculos políticos e sociais com integrantes do partido, são diferentes. Muitos são deixados a própria sorte, conquistando apenas a legenda para concorrer.

O recrutamento a cargos eletivos e políticos é percebido por muitos como uma das mais importantes funções dos partidos⁵⁰, agindo como uma espécie de operadores da competição eleitoral⁵¹, controlando não apenas a oferta de candidatos ou a seleção dos mais competitivos, mas a quem será oferecida a carreira política. Neste contexto, há autores que relatam que o perfil dos candidatos é efeito de variáveis explicativas contidas no recrutamento

⁴⁸ Há uma série de debates em torno das análises sobre a disciplina parlamentar que podem ser verificados em (Nacif e Morgenstern, 2002)

⁴⁹ (Braga, 2008, p. 458)

⁵⁰ (Gallagher e Marsh, 1988; Hazan e Rahat, 2001, 2006, 2013; Moreira, 1967; Norris e Lovenduski, 1995; Norris, 1997, 1999, 2013)

⁵¹ (Marenco dos Santos, 2000, p. 24)

and candidate loyalties to particular persons or groups in explain behavior". Neste sentido, ao destacarem aspectos dos sistemas eleitorais, dos partidos e variáveis contextuais, acabariam por apontar alguns determinantes do recrutamento e seleção e *tipos ideais* de candidato.

Na Argentina, De Luca mostra que o recrutamento e seleção de presidentes e governadores é realizado no interior de partidos, sendo selecionados antigos membros ou indivíduos que aderem à sigla. No Chile, David Altamn ao analisar o contexto pós-autoritário, apresenta que as coalizões são desenvolvidas em "*reserved domains*", dispositivos inseridos por Augusto Pinochet na Constituição Chilena de 1980, com a intenção de proteger candidatos que emergiam do contexto militar e políticos de direita. Chasqueti e Buquet, identificaram que a presença de facções partidárias fortemente organizadas e autônomas, encontradas no interior de partidos do Uruguai, é uma das chaves para entender o recrutamento para o executivo. Sendo este, um sistema altamente institucionalizado capaz de produzir candidatos a presidência com longa carreira partidária – *insiders* do ponto de vista partidário. Ao analisar a coletânea de trabalhos, não é possível concluir se o importante para a seleção é o sistema ou a organização partidária.

O artigo de Pippa Norris (2013) "Recrutamento político" volta-se para sua ocorrência em parlamentos e partidos políticos, estabelecendo algumas questões que auxiliam na condução de sua argumentação: *quem pode ser eleito, escolhe e é selecionado*. Além disso, elabora uma tipologia e a divide em três etapas: *a certificação, a nomeação e a eleição*. Norris identifica tipos de candidatos, entre eles destaca-se os independentes, que cumprem os processos de certificação (definidos pela idade, nacionalidade etc.) e concorrem sem apoio do partido, reduzindo suas possibilidades de vitória. O processo eleitoral também é crítico à seleção, operam "selecionadores não partidários, incluindo a publicidade e o apoio fornecidos pela imprensa, o aporte financeiro de qualquer organização doadora e o apoio à campanha, como voluntários e escritórios, fornecidos por sindicatos associados, grupos profissionais, empresariais e comunitários" (2013, p. 14). Entre suas conclusões, observa-se que o processo de seleção apresenta variações de partido para partido.

As primárias são o momento em que os partidos escolhem seus representantes: partidos nacionais podem mobilizar eleitores, filiados, delegados e a cúpula do partido. Ao deslocar o olhar para outros níveis (estadual e local), é possível identificar modificações significativas da dinâmica. Há partidos que centralizam as escolhas no chefe partidário – o caso de municípios do interior de qualquer estado brasileiro. Norris ainda aponta que as estruturas partidárias centralizadas, com poderes de patronagem, admitem a influencia desses

chefes na indicação e no ordenamento de listas políticas.

Dados recentes, demonstram que a doação de campanha realizada por empresas à deputados federais brasileiros e também pelos partidos é o grande diferencial de deputados vencedores e reeleitos Brasil durante as eleições de 2014. O financiamento partidário de deputados federais sugere um controle dos partidos sobre a carreira parlamentar. A campanha de deputados federais *eleitos* tem como fonte de financiamento principal as provenientes de seus partidos, com os casos do PSDB e o PT. Já os deputados *reeleitos* obtêm recursos partidários e de empresas (PT, PMDB, PSDB e outros). Assim, analisando os dados de deputados federais eleitos, fica claro que a origem principal das doações para campanha é empresarial⁵³, fato que vem causando intenso debate no meio político sobre o tipo de financiamento a ser adotado no país⁵⁴.

A literatura nacional sobre o recrutamento partidário, recentemente vem chamando a atenção dos analistas políticos. Nesta linha de trabalhos, Perissinotto e Bolognesi (2009) lançaram mão da análise dos estatutos partidários do PT e PFL (atualmente, DEM), procurando compreender o grau de inclusividade⁵⁵ do recrutamento de deputados federais e estaduais paranaenses. Os autores relacionam o conteúdo dos estatutos ao perfil dos candidatos e eleitos em 2006, constatam que o PT é mais inclusivo, apresenta uma base social de postulantes a deputado estadual entre os professores do ensino superior, trabalhadores da educação e políticos profissionais. No PFL há majoritariamente a presença de advogados, empresários, produtores agropecuários e políticos profissionais (2009, p. 154). Identificam ainda que o filtro que impede a entrada de mulheres e pessoas portadoras de baixa escolaridade não opera dentro dos partidos políticos, ele é de natureza “social”. Sugerem assim, que não é o partido o lócus onde se realiza a exclusão desses grupos. Outro achado, foi que a “condição de político profissional aumenta em mais de três vezes as chances de um candidato sair vitorioso da disputa eleitoral – ser deputado eleva em 226% a chance de ser eleito” (2009, p. 160). Os autores, não encontraram elementos suficientes para dizer que o perfil mais inclusivo do PT se deve ao seu estatuto. Por fim, sugerem:

⁵³ Estes dados foram obtidos no perfil do facebook do professor Emerson Urizzi Cervi < <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=804284752967208&set=a.151723348223355.32954.100001570719795&type=1&theater>> . O estudo realizado pelo professor, está disponível apenas em sua página pessoal citada anteriormente, não existindo outra fonte.

⁵⁴ Em novembro de 2015 a doação para campanha, proveniente de empresas foi proibida.

⁵⁵ Os autores, elaboram um “conjunto de questões que devem ser formuladas ao nosso objeto de análise: i) quais as exigências legais para uma pessoa se lançar como candidato a deputado federal e estadual no Brasil?; ii) quais critérios os partidos analisados utilizam para definir quem pode se filiar à organização?; iii) quais critérios o partido estabelece para definir quem pode se lançar como candidato a deputado federal ou estadual?; e iv) quem (que agentes e instâncias partidárias) define a lista de candidatos do partido?” (Perissinotto e Bolognesi, 2009, p. 148)

Os estudos de elite precisam fazer análises de recrutamento no sentido amplo, isto é, uma análise dos processos de “filtragem” que acabam por produzir um grupo de vitoriosos (“os que chegaram lá”) com características específicas e não aleatórias. Além disso, é preciso desenvolver estudos que mostram como essas características afetam o comportamento dos “escolhidos”. (Perissinotto e Bolognesi, 2009, p. 163)

O estudo mais recente no país sobre o recrutamento partidário é de Bruno Bolognesi (2013a), que observou como quatro partidos brasileiros (DEM, PMDB, PSDB e PT) escolhem seus deputados federais. Utilizou entrevistas, o resultado das eleições de 2010 e modelos tipológicos desenvolvidos por Hahat e Hazan (2001), Siavelis e Morgenstern (2008) e Pippa Norris (2013) para compreender o recrutamento e a seleção em partidos políticos. Constatou que os partidos investigados, selecionam cada um ao seu modo. O PMDB, por exemplo, concentra as escolhas no líder partidário e delegados, processo descrito como “cartelizado”. Já o PSDB apresenta um *selectorate* “sortido” entre líder partidário, delegados e filiados. O DEM centra no líder partidário e algumas lideranças, tendo os delegados e filiados ficado à margem. O PT seria o mais inclusivo entre eles (2013a, p. 137–139). “Não resta dúvida de que o *selectorate* é a dimensão mais importante da seleção de candidatos em qualquer partido político” (2013a, p. 140). Nesse sentido, se os partidos têm a capacidade de decidir a seleção de candidatos, seria possível a inclusão de grupos sub-representados como as mulheres⁵⁶ e outras minorias.

Ângelo Panebianco, reconhecido teórico das organizações, aponta que a administração das “zonas de incerteza”⁵⁷, atuaria em favor da preservação da estabilidade de um grupo político. Os líderes partidários, comprometidos com a continuidade da organização, se valem de *incentivos coletivos* (elementos de identificação simbólica) e *seletivos* (recursos políticos, como cargos ou recompensas materiais) distribuídos com intenção de evitar “crises de legitimidade” do líder (1988, p. 40). O resultado é uma “linha de autoridade” confirmada por parlamentares e líderes partidários empenhados com a continuidade da organização. A sexta zona de incerteza descrita pelo autor, *o recrutamento*, é senão uma das mais importantes para manter estas lealdades estáveis.

A relação entre listas eleitorais e controle partidário foi estudado por Amaral e Braga (2013), demonstrando a concentração de recursos partidários em poucos candidatos. Segundo

⁵⁶ Para uma discussão a respeito do tema: “O partido registra a candidata, preenche o percentual de 30, cumprindo a lei, e a mesma renuncia com a campanha em andamento. Tal prática, por demais —estratégica, no entanto, não foi, por óbvio, admitida explicitamente nas entrevistas realizadas com os dirigentes partidários” (Cf. Ferreira, 2012, p. 152)

⁵⁷ As zonas de incerteza são seis: a competência, as relações com o ambiente externo, a comunicação interna, controle das regras organizativas, fontes de financiamento e o recrutamento político. (Panebianco, 1988, p. 33–39)

este estudo, uma lista com poucos nomes e candidatos mais competitivos – os “puxadores de voto” – seriam o indicativo deste fenômeno. O inverso pode ser observado, através de uma lista ampliada que permitiria ao partido cobrir um distrito por exemplo (2013, p. 37).

Nas páginas anteriores, foi possível verificar que as elites legislativas constituem o objeto da maioria dos trabalhos sobre recrutamento no Brasil. Como consequência desse modelo analítico, o recrutamento seria estimado pela análise dos perfis de postulantes, os eleitos que fracassam ou desistem⁵⁸ da atividade legislativa. Percebe-se que o recrutamento e a seleção partidária constituem temas escassamente tratados em períodos democrático, sendo ainda mais raro o seu tratamento em fases autoritárias e mais restrito ainda quando o tema é nomeação e nomeados.

1.3 RECRUTAMENTO FECHADO: O ESTADO COMO FOMENTADOR DE CARREIRAS NO BRASIL (1930-1985)

Afinal, como alguém era nomeado prefeito no Brasil? Na tentativa de oferecer respostas a questão, é preciso verificar o processo originário, para isso a descrição tem cunho historiográfico, passando também por uma reconstrução normativa da legislação sobre as nomeações.

Os primeiros anos de 1930 podem ser entendidos como os primórdios da forma de recrutamento fechado, resultando na nomeação. O Governo Provisório, instalado após o golpe de 1930, procurou modificar a ordem oligárquica instituída na República Velha, pela simples substituição de seus governadores e prefeitos por militares e políticos apoiadores do movimento. Getúlio Vargas, nos estados brasileiros, nomeava interventores federais, os quais acumularam poderes discricionários, o que permitia substituir chefes de executivos municipais afim de consolidar os ideais do governo que se instalava. Posteriormente, as nomeações de prática informal foram convertidas em legislação, oficializando uma longa tradição de recrutamento. Segundo Jairo Nicolau, a substituição da estrutura do Estado por nomeados não ocorria no país desde 1824 (1981, p. 73), o que nos coloca diante da gênese do processo de nomeações. Neste sentido, além dos partidos políticos, o Estado será responsável por ofertar e fomentar carreiras pela via indireta.

A promulgação da Constituição de 1934 institucionaliza o processo de nomeações praticado pelo Governo Provisório. O texto constitucional dava ao presidente da República prerrogativas para recomendar o prefeito do Distrito Federal, sob a sanção do Senado – como

⁵⁸ (Florentino, 2008)

também o governador do Acre (território federal). Foram instituídos outros dispositivos, como os que garantiam a intervenção do governo em qualquer unidade do Estado, dando a Presidência da República poderes para indicar, de acordo com a situação, o chefe executivo⁵⁹ de qualquer estado. Segundo a legislação, os governadores de estado eleitos em 1935 – conforme suas preferências – nomeariam o prefeito de sua capital estadual e estâncias hidrominerais.

A instalação do Estado Novo terá como marca a supressão dos partidos políticos e a retirada de todos os cargos executivos da disputa eleitoral. A Constituição de 1937 repetia o texto da Constituição de 1934, sendo as nomeações convertidas na prática do Estado. Neste caso o presidente da República nomeava os governadores e estes os prefeitos, substituindo novamente, toda a estrutura do Estado.

No Rio Grande do Sul, o Estado Novo não conseguiu se firmar frente às oligarquias regionais que reivindicaram seu espaço e se articularam em torno dos grupos partidários.⁶⁰ A nomeação do general Daltro Filho como interventor, garantiu o cumprimento de acordos costurados anteriormente à centralização com os representantes dos grupos políticos, sendo esta a diretriz para ocupação de cargos⁶¹ como nomeado.

Para orientar a ocupação das prefeituras, Daltro Filho ordena a criação da Comissão Mista (*i.e.* grupo político ligado ao Departamento de Administração Estadual responsável por articular, juntamente às elites políticas locais, o processo de sucessão de prefeitos⁶²). Esta organização, permitiu que “velhos acordos entre as elites gaúchas”⁶³ fossem mantidos em nome da ordem *estadonovista*. Confirmando a articulação entre as esferas local e estadual.

[...]os representantes dos partidos políticos que apoiaram o golpe continuassem no poder, ocupando cargos nas Secretarias de estado, na Comissão Mista e no Conselho Administrativo de Estado e, naturalmente, nos escalões abaixo. Estava garantida a manutenção dos privilégios da elite política na máquina estatal, sendo comandadas por um militar. Para um estado que teve como características de ocupação a presença dos militares, não era muito difícil aceitar esta nova realidade, desde que garantida a manutenção dos privilégios da máquina estatal para a tradicional classe política gaúcha. (Amaral, 2005, p. 124)

A Comissão Mista admitiu aos interventores se aproximar e cooptar o apoio das oligarquias regionais e, assim, realizar a mediação entre os interesses regionais e nacionais. O

⁵⁹ Constituição Federal de 1934, Art. 12 § 6 e 7.

⁶⁰ (Frente Única Gaúcha: PRR, PRL e dissidências do PL).

⁶¹ (Cf. Amaral, 2005, p. 113)

⁶² Os trabalhos de Luciano Abreu (2005, 2007a, p. 228–238; b, 2008) apresentam alguns elementos das nomeações, que concentram na Comissão Mista atuou no sentido de resolver problemas políticos e garantir a sucessão das elites municipais. Além dos trabalhos de (Amaral, 2005), (Trindade e Winter, 1980)

⁶³ (Cf. Amaral, 2005 - ver especialmente o capítulo II)

que permitiu uma relativização das capacidades da centralização em colocar fim a política oligárquica local, um dos principais argumentos para a tomada do poder em trinta. Em outras palavras: a extinção dos partidos políticos e a criação do mecanismo de nomeação dos prefeitos pelo interventor federal, não conseguiram abalar de forma substantiva os velhos acordos entre as elites gaúchas⁶⁴.

Segundo Eliane Colussi, o processo de escolha destas elites políticas funcionava da seguinte forma: “num universo de 85 municípios em 1937, quando do golpe, 36 permaneceriam com o mesmo prefeito; 28 passariam a ter prefeito nomeado pela comissão e, em 21 municípios, far-se-ia um estudo metucioso da situação adotando-se, posteriormente, uma definição”⁶⁵. O prefeito de Porto Alegre ficaria fora deste acordo e assumiria o poder de “forma consensual”, neste caso, nomeado pelo interventor, obedecendo o texto Constitucional.

A promulgação da Constituição de 1946 conserva os dispositivos empregados para a nomeação de governadores e prefeitos, mas são drasticamente reduzidas e restritas ao que dizia a legislação. As nomeações realizadas pelo presidente da República não foram circunscritas apenas ao prefeito do Distrito Federal: o presidente nomeou todos os governadores de territórios (alguns com duração efêmera) sob a intervenção federal (Guaporé [Rondônia], Rio Branco [Roraima] Acre, Amapá, Iguaçu e Ponta Porã).

Os governadores de territórios federais indicavam os executivos municipais e os governadores de estado em suas capitais e estâncias hidrominerais. O prefeito de município que possuísse base e porto militares seria nomeado pelo governador, mas só assumiria o cargo após assentimento de um novo ator, o Conselho de Segurança Nacional (CSN).

A existência dessa legislação de nomeações admitiu que entre 1937 e 1951 os prefeitos de Porto Alegre fossem nomeados por indicação dos governadores, mas o afastamento de Ildo Meneguetti (para concorrer ao governo do estado em 1954) permitiu uma quebra do padrão, com prefeitos escolhidos no interior das Câmaras Municipais, nas chamadas de *eleições indiretas*. Em comparação, a capital catarinense e a paulista, entre 1930 e 1954, apresentam prefeitos nomeados ininterruptamente – evidências de que o procedimento para escolha de prefeitos não segue padrão em todos os estados brasileiros.

O multipartidarismo registrou a ocorrência de governadores e prefeitos nomeados, por outro lado, as descrições na literatura restringem-se a algumas citações pontuais. Mesmo caminho é observado na fase autoritária, em que as *eleições indiretas* – processo político

⁶⁴ (Colussi, 1996, p. 119)

⁶⁵ (Colussi, 1996, p. 104)

responsável por colocar os nomeados no poder – não passam de brevíssimas descrições da legislação que apontam os *Atos Institucionais* e *Complementares* do governo autoritário, como a matriz explicativa⁶⁶ para a sucessão de prefeitos em capitais de estado e áreas de segurança nacional.

Quando os militares assumiram o poder em 1964, buscavam “restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista”. Para demonstrar que não pretendiam “radicalizar o processo revolucionário”⁶⁷, decidiram manter a Constituição de 1946, os partidos e as eleições. Ao preservar essas instituições e estabelecer a ocorrência de eleições⁶⁸, em outubro de 1965, os militares projetavam um relativo horizonte democrático. Mas a vitória de governadores não alinhados ao regime⁶⁹ repercutiu como uma ameaça de retorno dos *revolucionários* ao poder,⁷⁰ o que acabou favorecendo a institucionalização do autoritarismo. 27 dias após este processo eleitoral, o governo autoritário publicara o AI-2 e colocando abaixo o sistema partidário que vigorava no país desde 1945, o que abriu caminho para uma reforma política que constituiu o bipartidarismo.

Os grandes centros urbanos, especialmente as capitais de estado, eram o *habitat* do MDB. Para o regime, manter essas forças políticas fortes era o prenúncio de um novo revés eleitoral, como o presenciado em 1965. A publicação do Ato Institucional número 3 – que retira da disputa política os cargos de governador, vice-governador e prefeitos de 21 capitais

⁶⁶É consenso na literatura que governadores eram nomeados pelo presidente da República e os prefeitos pelos governadores (Barreto e Bento, 2012a, p. 115, b, p. 343; Fernandes, 2009, p. 86–87; Saddi, 1999, p. 49) Os artigos de Barreto & Bento, trazem ainda que o governo ao nomear, nas palavras dos autores, “reduziu progressivamente as possibilidades de continuidade e de crescimento na carreira política, ao tornar indiretas as eleições” (2012a; b), afirmação que acomoda um erro interpretativo: o regime, ao nomear prefeitos, restringiu a competição política e o acesso à carreira política, mas isso não impediu que indivíduos acessassem esses cargos e empreendessem carreiras após o término de suas administrações.

⁶⁷ (Ato Institucional Número 1 - Brasil, 1964)

⁶⁸ As eleições para presidente da república previstas no Art. 9 do AI-1, não ocorreram em 1965 como previsto, foram transferidas para 1966 e, em função do AI-2 e demais decretos, esta escolha só irá ocorrer em 1989, após longo período com presidentes nomeados.

⁶⁹ Ricardo Setti (2013) em seu relato demonstra que: a irritação dos chefes militares se dava, sobretudo, com a grande vitória eleitoral obtida no então Estado da Guanabara (que incluía a cidade do Rio de Janeiro e sua zona rural) e em Minas Gerais por dois candidatos do velho PSD, respectivamente Francisco Negrão de Lima e Israel Pinheiro, muito ligados ao ex-presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), que a essa altura tinha sofrido a suspensão de seus direitos políticos por dez anos e estava vivendo no exílio. Negrão foi apoiado por setores de esquerda e opositores da ditadura nas eleições para o governo da Guanabara porque era um político liberal e moderado – tão “comunista” e “perigoso” como seria o próprio JK. Israel se elegeu em Minas com vasto apoio de eleitores de oposição por ser um político operoso e tolerante, tão ameaçador para o regime como poderia ser alguém com sua trajetória e com 70 anos de idade.

⁷⁰ Os governadores vitoriosos foram Negrão Lima da Guanabara, e Israel Pinheiro em Minas Gerais, ambos ligados ao ex-presidente Juscelino Kubitschek. (Cf. Beloch e Abreu, 1984- Vol. 1) e (Reis, 1977- Vol. 3) Outro dado importantes destas vitórias, foi a ligação destes políticos como o eleitorado: “Negrão obteve 52 dos 582 mil votos, superando em 140 mil o segundo colocado. Israel Pinheiro obteve 855 mil votos, 55 da votação no estado”. (Alves, 2005)

brasileiras – bloqueia o acesso da oposição aos executivos de estados e capitais, reintroduzindo no sistema político a prática das nomeações⁷¹. A novidade será a utilização das nomeações como uma forma de conformar o sistema político. No ambiente local, haverá uma oligarquização do poder político, pois as prefeituras, os cargos, os recursos políticos e seletivos (PANEBIANCO, 1988) estariam única e exclusivamente nas mãos dos prefeitos nomeados e uma reduzida elite partidária “arenista”.

Quanto ao processo de escolha dos governadores: os parlamentos subnacionais foram responsabilizados por indicar e também escolher – mediante votação dos deputados estaduais – os chefes executivos, através das eleições indiretas. Os deputados estaduais nunca acumularam poder sobre essas escolhas, porque nesses processos, o(s) candidato(s) era(m) previamente escolhido(s) pelo governo⁷². Ao se utilizar desse casuísmo, o regime manobrava o parlamento (contando com a conivência dos deputados), dando às suas indicações políticas *aparência* de legalidade.

Portanto, as eleições indiretas, na verdade, podem ser descritas como uma modalidade de **recrutamento fechado** (que ocorria fora do parlamento), permitindo ao regime indicar indivíduos a cargos eletivos e, por sua vez, manter o controle do ambiente político. Os selecionados nos processos desempenharam funções em executivos (governadores e prefeitos de localidades específicas) e legislativos (os senadores, e vereadores: em casos raros) e ficaram popularmente conhecidos como nomeados ou **biônicos**.

Em 1968 o Conselho de Segurança Nacional (CSN) – instituição criada para assessorar o presidente da República na formulação da política de Segurança Nacional – estava autorizado a apontar as áreas indispensáveis à Segurança Nacional e dos municípios considerados de interesse para a Segurança Nacional.⁷³ Os municípios enquadrados pelo CSN receberam a designação *área de segurança nacional* (ASN) e, portanto, teriam seus prefeitos nomeados pelo regime. Os municípios ASN estiveram localizados em regiões que faziam fronteira com países, as estâncias hidrominerais e balneários, capitais de estado, o Distrito

⁷¹ É importante mencionar, que após a instalação do governo militar em 1964, a Constituição Federal de 1946 é preservada, e com elas os dispositivos para a nomeação. Entretanto, em nenhuma momento entre março de 1964 e o AI-3, os militares não colocaram os dispositivos em movimento. Preferiram cassar mandatos, e substituir prefeitos pelos seus vices, ou pelos presidentes das câmaras municipais.

⁷² Para uma descrição mais detalhada do processo de escolha do governador do Rio Grande do Sul, Peracchi Barcellos, ver (BONES, 2014). O processo descrito por dentro pode ser encontrado com detalhe para vários estados em: (Krieger, 1976) – especialmente entre as páginas 211 e 221.

⁷³ O decreto n. 63.282, de 25 de setembro de 1968 aprova o regulamento da (CSN). Entre suas competências, está o estudo, planejamento, formulação e coordenação da conduta política nacional, e indicar as áreas indispensáveis a segurança nacional. Havia uma divisão para assunto político e econômicos. Políticas que deveriam ser elaboradas pela análise estratégica da conjuntura elaboradas com base no Conceito Estratégico Nacional (CEN) e Diretrizes Gerais do Planejamento (DGP).

Federal, bases e portos militares e territórios sob a intervenção federal, como o Acre, Rondônia, Roraima e Pará.

A nomeação de prefeitos no autoritarismo brasileiro inicia em 1966, é ampliada em 1968 e tem seu fim com a ocorrência das eleições municipais de 1985. Cabe ressaltar que o recrutamento dos indivíduos que posteriormente se tornariam prefeitos nomeados é distinto do verificado para os governadores ou da apurada em fases anteriores. Funcionando na maioria das vezes num modelo *periferia-centro*, embora se registre a existência da intervenção governamental, com o recrutamento fora do circuito descrito.

Como já referenciado, a nomeação de prefeitos não é nenhuma novidade na história política brasileira. Existe uma tradição nesse sentido, percorrida em vários sistemas políticos, inclusive em momentos de democracia. Sua introdução ocorre após o golpe de 30 tendo como marca a informalidade, a institucionalização do procedimento é percebida claramente nas versões da Constituição Federal publicadas entre 1934 e 1967.

No que tange especificamente as ASN, a primeira legislação produzida sobre a nomeação é encontrada na Constituição Federal de 1946, Art. 28, § 2º, onde estava definida a responsabilidade do governador em nomear “Prefeitos dos Municípios que a lei federal, mediante parecer do Conselho de Segurança Nacional, declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do País”. A Constituição do estado do Rio Grande do Sul de 1947 replicava o texto. Assim, como se pode verificar, as áreas de segurança priorizavam o conceito de guerra e inimigos externos e, portanto, consideravam como pontos sensíveis, as bases e portos militares.

A Constituição de 1967 garante a prerrogativa da nomeação à governadores, mas com prévia aprovação do presidente da República, demonstrando o caráter centralizador do sistema político. Segundo o Art. 16, § 1º, letra b – “Serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação: b - do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional, por lei de iniciativa do Poder Executivo”. O texto constitucional insere uma grande modificação no conceito sobre as áreas vitais a segurança nacional. Onde qualquer unidade geográfica e instituição, poderia, segundo iniciativa executivo federal, ser enquadrada uma ASN, neste momento com vistas a segurança interna. A materialização desta legislação é encontrada na Lei nº 5.449, de 04 de junho de 1968, a qual define as áreas indispensáveis e declaradas de interesse nacional, neste caso, municípios da fronteira brasileira. A Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, reafirma o texto da Constituição Federal de 1967 e o mesmo pode ser encontrado na Constituição do RS de 1970.

O procedimento para a escolha dos prefeitos é publicado apenas como o Decreto-lei nº 1.866, de 9 de março de 1981. Este texto constitucional ainda reafirma o caráter centralizador do processo de nomeação, atribuindo às mais altas instâncias do governo federal o “filtro” para a escolha do nomeados. Cumpre ainda destacar que suspensão desta legislação ocorre apenas em 1995, 14 anos após a sua criação, pela RSF nº 58, de 1995:

Art. 1º - Os prefeitos dos municípios declarados de interesse da Segurança Nacional, nos termos do artigo 15, § 1º, alínea b, da Constituição, serão nomeados pelo Governador do Estado respectivo, mediante prévia aprovação do Presidente da República. **§ 1º** Se o nome escolhido não merecer aprovação do Presidente da República, o Ministro da Justiça comunicará a decisão ao Governador do Estado, para que este, dentro do prazo de dez (10) dias, a contar da data da comunicação, faça nova indicação. **§ 2º** Até a nomeação e posse do cidadão escolhido pelo Governador e aprovado pelo Presidente da República, responderá pela prefeitura Prefeito pro tempore, designado pelo Presidente da República. **Art. 2º** - O Ministro da Justiça comunicará ao Governador e ao Presidente da Câmara Municipal a designação de que trata o § 2º do artigo anterior, bem assim a posse do designado, que se dará perante o Ministro da Justiça. (Constituição Federal, 1967)

Já o Decreto-lei nº 2.183, de 19 de dezembro de 1984, põe fim as ASN do Rio Grande do Sul. Por outro lado, os prefeitos nomeados permaneceram em seus cargos até janeiro de 1986. Alguns conseguiram obter vitórias nas eleições de 1985 e permaneceram por mais um mandato. A tabela com a legislação sobre a nomeação de prefeitos, em ASN, Distrito Federal, e Capital de Estados, pode ser consultada no (**Anexo XV**).

A literatura explorada até agora revela poucos detalhes sobre como era o processo de recrutamento dos prefeitos, impedito avançar no tema. O exame da legislação específica sobre as nomeações, possibilitou a identificação de uma relativa tradição de nomeações e nomeados na história política do país. Transformando o Estado brasileiro num dos principais fomentadores de carreiras políticas à governadores e prefeitos entre os anos de 1930 e 1991. A análise histórica demonstra a existência destas ofertas e a legislação sua regularidade temporal. Apesar desta trajetória, a nomeação (enquanto processo) e nomeados (quanto classe política) foram poucas vezes investigados e isso ficou claro através da revisão bibliográfica – seja na origem da nomeação (após o golpe de 1930), evolução (entre 1934 e 1968), ou revogação no ano de 1985. Cumpre então verificar, como o tema da nomeação e nomeados é analisado pela literatura nacional e internacional, ambas dedicadas ao estudo de autoritarismos e *hybrid regime*.

1.4 O RECRUTAMENTO NO AUTORITARISMO BRASILEIRO

A existência de uma oposição legalizada com possibilidades de concorrer a cargos eletivos, ainda que de maneira restrita em um autoritarismo, é descrita pela literatura internacional de política comparada como *hybrid regime*. Esses estudos buscam compreender os motivos que levam os governantes a manter instituições políticas⁷⁴, especificamente o propósito da manutenção de partidos⁷⁵ e eleições em autoritarismos⁷⁶, que por sua vez “*are very different phenomena than their democratic counterparts*”⁷⁷, apresentam diversas variações e configurações⁷⁸.

Nos estudos sobre *hybrid regime* encontram-se algumas menções sobre a interferência do Estado no recrutamento político. Como o caso de Uganda citado por Norris (2013), onde o presidente é responsável por nomear 18,15% dos componentes do parlamento deste país (53 de 292). O mais interessante é que os indicados são mulheres, conduzidas a esses cargos pela via indireta⁷⁹. Outro dado que chama a atenção, é que os parlamentares são eleitos tanto em distritos uninominais como em grupos de interesse específicos, a exemplo dos sindicatos e das Forças Armadas⁸⁰. Tanzânia, Bangladesh, Lesoto e Jordânia, entre outros⁸¹, também indicam mulheres pela via indireta. Na mesma linha, o Cazaquistão, país localizado no continente asiático, e palco de conflitos da Guerra Fria, reserva ao presidente do país a possibilidade de indicar 15 dos 47 parlamentares que compõem o Senado⁸². Estes modelos são uma variação interessante para parlamentos, que do ponto de vista do recrutamento e carreiras é um campo promissor, pouquíssimo tratado, pois o foco são os regimes políticos.

⁷⁴ (Cf. Gandhi, 2008)

⁷⁵ (Cf. Donno, 2013; Geddes, 2005)

⁷⁶ (Cf. Gandhi e Lust-Okar, 2009)

⁷⁷ (Gandhi e Lust-Okar, 2009, p. 417)

⁷⁸ Os estudos sobre partido dominante procuram distinguir os “*electoral authoritarian*” (Bunce, McFoul e Stoner-Weiss, 2010; Diamond, 2002; Donno, 2013; Gandhi e Lust-Okar, 2009; Geddes, 2005; Levitsky e Way, 2002; Morse, 2012; Pepinsky, 2013; Schedler, 2009; Snyder, 2006), “*competitive authoritarian*” (Howard e Roessler, 2006; Levitsky e Way, 2002)

⁷⁹ Sobre as mulheres escolhidas indiretamente em Uganda, o *Inter-Parliamentary Union* descreve da seguinte forma: (a) 112 women district representatives; (b) Five youth representatives; (c) Five representatives of disabled persons; (d) Five workers' representatives; and (e) 10 representatives of the Uganda People's Defence Forces. At least one person from categories (b) to (d), and two from category (e) must be women. In addition to the 375 members, the President of the Republic may appoint as many ex officio members as he/she wishes. The number of ex officio members (ministers who do not have voting rights), and thus the statutory number of members, may vary during the course of the legislature. <http://www.ipu.org/parline-e/reports/2329.htm>. Acesso: 09/12/2014.

⁸⁰ Países como Uganda se assemelham muito ao Chile de Augusto Pinochet por não contarem com partidos de oposição legalizados (Gandhi, 2008).

⁸¹ Para verificar com maior detalhe consultar (Norris, 2013, p. 19).

⁸² Elections Guide. Republic of Kazakhstan. <http://www.electionguide.org/elections/id/2802>. Acesso: 10/12/2014.

Trabalhos específicos sobre países pós-comunistas⁸³, como a Rússia em eleições autoritárias subnacionais⁸⁴, México⁸⁵, Chile⁸⁶, Jordânia⁸⁷ e Malásia⁸⁸, despontaram nos últimos anos. Os novos autoritarismos originados com o fim da Guerra Fria apresentam diferenças significativas em relação aos modelos da terceira onda. As peças fundamentais nas amostras de ontem e hoje é a preservação de algumas instituições democráticas, como os partidos e as eleições. Entretanto, a variabilidade de *designs* não permite encontrar uma contraparte aproximada ao modelo político implantado no autoritarismo brasileiro.

Wandley Guilherme dos Santos (1971) ao estabelecer o perfil de governadores nomeados no Brasil, identificava a presença do caráter técnico. Os militares sabiam da importância que os governadores obtinham no controle da máquina política, dominavam extensos recursos “políticos e seletivos” (Panebianco, 1988). Estes chefes de executivo subnacional foram convertidos em importantes *jogadores*. Por este motivo, as indicações deveriam inspirar a confiança militar, e, portanto, ficariam fora do cálculo político.

O fato é que os militares alteraram o perfil do recrutamento de governadores que seriam nomeados. Ou seja, se na atual democracia os partidos e “*selectorate*”⁸⁹ partidário são percebidos como os principais filtros, no autoritarismo brasileiro – para o caso dos governadores – a definição do político ideal era realizada diretamente pela cúpula do regime. Muitos governadores foram recrutados no interior da burocracia estatal: pessoas com alguma experiência administrativa, padrão endógeno, que facilitara a busca por indivíduos iniciados, treinados, que, segundo a visão militar, deveriam inspirar confiança. Mas acima de tudo, ligados por laços de amizade, desenvolvidos no trabalho tecnocrático e em cargos eletivos.

O Governo Médici, centrado nas concepções militares, determinaria a gênese de um “novo” político⁹⁰. Assim, a confiança dos militares nos políticos nomeados seria algo fabricado e que deveria ser realizado sem a interferência das forças políticas regionais, consideradas um mal a ser erradicado. Essa “purificação” da classe política, feita “de cima para baixo”, recrutaria governadores com perfil mais técnico, maiores laços com poder central

⁸³ (Cf. Bunce, McFoul e Stoner-Weiss, 2010; Way, 2010)

⁸⁴ (Gelman, 2010; Golosov, 2011; Reuter e Robertson, 2012) Reuter e Robertson (2012), estudiosos das eleições subnacionais russas, analisaram “*how authoritarian elections influence a ruler’s choices in making cadre appointments*”. Os autores sugerem que, em casos de eleições semicompetitivas, a escolha de políticos leva em conta a competência e a lealdade dos candidatos.

⁸⁵ (Magaloni, 2006)

⁸⁶ (Valenzuela e Dammert, 2006)

⁸⁷ (Lust-Okar, 2006)

⁸⁸ (Case, 2009, 2011)

⁸⁹ (Hazan e Rahat, 2001; Siavelis e Morgenstern, 2008)

⁹⁰ Cf. (Fleischer, 1973) Principalmente o item 3 - *Recrutamento de candidatos em 1970*.

e desvinculados das principais lideranças políticas regionais, mais propensos a seguir as diretrizes governamentais⁹¹.

Os “governadores técnicos”, por sua vez, selecionaram um secretariado de “técnicos”⁹², alijando uma boa parte da elite política tradicional nos estados. Portanto, a mesma instituição que integra também conforma o perfil de seus integrantes. Pelo menos era isso que se pensava para o caso dos governadores, mas, segundo Alessandra Carvalho, que estudou o perfil de 83 governadores nomeados entre 1965 e 1978: “quase 70% dos governadores eleitos tinham ligações com as siglas criadas a partir de 1946; somente 14,5% iniciaram carreiras sob a ditadura e, desses, apenas três poderiam ser chamados de governadores-técnicos ou governadores-militares” (2008, p. 184). O estudo de Carvalho, apesar de dedicado aos deputados federais e senadores da fase autoritária, mostra claramente que grande parte dos governadores era de *insiders*, porque 70% acusava alguma passagem pela política.

O perfil estabelecido por Wanderley Guilherme (1971) mostra que o regime interfere constantemente no sistema político, criando empecilhos às candidaturas de governadores oposicionistas em outubro de 1965. Atuava ainda na nominação das listas políticas, indicando os deputados aprovados para concorrer ao cargo de deputado estadual. Assim, o partido, visto como o recrutador em democracias, no autoritarismo brasileiro divide espaço com outro ator: o Estado. O motivo da **nominação indicativa** era idêntico ao da intervenção restritiva: resguardar a segurança política do sistema revolucionário⁹³. Nesse sentido, o governo atua como modelador do mercado e dos políticos e não somente pela intervenção nas listas políticas, mas pelas cassações.

Outro dispositivo implementado pelos militares e que propunha renovar a classe política brasileira foi produzido pela profunda alteração nos dispositivos de arrecadação e redistribuição de tributos, acabando com a extrema pulverização de recursos orçamentários federais – verbas de emendas parlamentares – distribuídas por deputados a suas bases⁹⁴.

Os ministérios centralizaram o orçamento, o que permitiu o controle por parte do governo, dos governadores, dos deputados e chefes locais. A diminuição das prerrogativas dos deputados em 1966⁹⁵ parece ser um dos indícios do porquê deputados federais e estaduais engajaram-se no apoio e na intermediação de alguns nomes de prefeitos nomeados. Ora, os

⁹¹ (Abrucio e Samuels, 1999, p. 145)

⁹² (Abrucio e Samuels, 1999, p. 147)

⁹³ (Santos, 1971, p. 124)

⁹⁴ (Abrucio, 1998, p. 65)

⁹⁵ Emenda Constitucional 18, de 1966 que suprime a influencia dos deputados no orçamento.

municípios ASN concentravam uma boa parcela do eleitorado no RS, por exemplo. O apoio dos prefeitos e a máquina das prefeituras garantem votos, contribuindo para a continuidade de suas carreiras políticas e vínculos de lealdade, que, por sua vez, poderiam ser acionados pelos prefeitos após o fim das ASN em 1985.

O envio de verbas diretamente aos municípios e sem a intervenção dos governadores trouxe consequências para o sistema de carreiras. Margaret Jenks, constatou que as implicações do orçamento sob a conduta da oposição eleita foi a defecção de quadros – e por um simples motivo: não obter o apoio orçamentário da União. Pelo menos esse foi o comportamento de 303 prefeitos de um total de 505, que migraram do MDB para a Arena em 1970⁹⁶. David Fleischer reconhece que o repasse financeiro buscava reconstruir a classe parlamentar – “de baixo para cima” – através de “uma nova geração de políticos, treinados no nível municipal; pessoas jovens e tecnicamente capazes que seriam fortes concorrentes nas eleições estaduais e federais de 1970” (1973, p. 113) e estes seriam os incentivos externos aos partidos vindos especialmente do regime.

Tanto as verbas como o AI-2, o AI-3 e AI-5 criaram inúmeras oportunidades no mercado político entre 1965 e 1968. Além disso, as cassações foram responsáveis pela abertura de novas vagas e possibilidades de manutenção ou ascensão de carreiras, pela promoção de prefeitos a outras esferas de poder. Apesar desses incentivos, o novo sistema de desincompatibilização de cargos e as cassações promovidas pelo AI-5, geraram um efeito inverso. Dos 650 prefeitos da Arena mineira observados por Fleischer, somente cinco renunciaram para apresentar candidatura a deputado estadual, enquanto nenhum prefeito emedebista se tornou candidato (1973, p. 113). Porque, então, os prefeitos não ascenderam a novos cargos?

No *survey* realizado por Fleischer⁹⁷ ficou demonstrado que a imprevisibilidade imposta pelo aumento do alistamento eleitoral, associado a uma menor quantidade de vagas, contribuiu para o congelamento das ambições de 36% dos entrevistados, que decidiram não se candidatar a deputado estadual. As mudanças na legislação foram o motivo apontado por outros 22,6%; além disso, a ausência de prestígio das casas (estadual e federal) foram razões para 13,9%; e outros, 9,6% foram desmotivados pelo “receio da nova onda de cassações”, imposta pelo AI-5 (1973, p. 114).

O acesso às verbas, independentemente de intermediações, é uma garantia que atrairá prefeitos opositores à Arena. Assim, o ambiente municipal parece mais protegido aos

⁹⁶ (Jenks, 1979; : Apud Madeira, 2006, p. 61)

⁹⁷ Com prefeitos mineiros (N=115)

políticos que pretendem manter carreiras. Vale salientar que a reeleição para executivos municipais inexistia, assim, o caminho natural para algumas lideranças era o legislativo estadual e federal. A reforma orçamentária pode ter criado novas lideranças, mas a legislação repressiva e a falta de prestígio dos cargos apenas mostram o impacto do regime no sistema político – interrompendo as iniciativas de muitos prefeitos situacionistas em Minas Gerais – interferindo, no sistema de carreiras.

Assim, os estudos que de alguma forma tratam dos nomeados no autoritarismo são os de Wanderley Guilherme dos Santos (1971) e Alessandra Carvalho (2008), dedicados aos governadores de estado, onde Santos estabelece um perfil ocupacional e Carvalho utiliza o mesmo estudo, realizando outras inferências.

Há também análises sobre estados específicos que procuram conceber o recrutamento e seleção de deputados estaduais e federais da Arena e do MDB. Montalvão (2011) explora este tema no estado do Sergipe, analisando o recrutamento lateral através de recursos sociais (origem social, titulação escolar, profissão e outros). Neste caso, derivadas de indivíduos com capital simbólico associado à família política. As carreiras apresentam padrão hierarquizado, mensuradas por longas carreiras em cargos eletivos e na administração pública. Uma das novidades do trabalho está na metodologia prosopográfica⁹⁸ – uma biografia coletiva – que tem como principal vantagem captar posições sociais e políticas⁹⁹ para compreender uma elite. Na mesma linha, encontramos a obra seminal de José Murilo de Carvalho, *Construção da Ordem* (1996), e de Flávio Heinz (2005; 2011), dedicado à elite parlamentar gaúcha.

A sucessão do governador do Rio Grande do Sul em 1966 é estudada por Elmar Bones (2014), que reconstrói o evento da nomeação do governador Peracchi Barcelos. Como se trata do primeiro governador nomeado, a legislação recém-criada pelo regime dava prerrogativas aos parlamentos estaduais na escolha do governador. Bones descreve a trama de antigos membros do PL, PDC e PTB na indicação do nome do professor Rui Cirne Lima, como contraponto ao candidato do regime, Peracchi Barcellos. Ao final das contas, a tentativa dos deputados de eleger seu candidato seguindo o curso da legislação das eleições indiretas, é desarticulada e Peracchi, nomeado governador do Rio Grande do Sul¹⁰⁰. Descrições como

⁹⁸ Para uma descrição apurada da metodologia prosopográfica com auxílio de anuários sociais ver (Heinz, 2011- especialmente após a página 154)

⁹⁹ O estudo de Christophe Charle, *“Les Elites de la République”* (1987) revisto em *“Les Elites de la République revisitado”* (2008) propõe concertos em sua teoria e metodologia, um texto altamente recomendado para os estudiosos de elites interessando em aplicar a propopografia.

¹⁰⁰ Para uma descrição mais detalhada do processo de escolha de Peracchi Barcellos no Rio Grande do Sul, ver (BONES, 2014). Outro trabalho relevante sobre o tema, que considera um grupo de governadores nomeados entre 1965 e 1968 é o de (CARVALHO, 2008). Veja o capítulo 4, item 4.3 sobre a intervenção do regime militar nas elites políticas, especialmente o subitem 4.3.1.

essa são escassas, revelam muito sobre os desafios que o regime enfrentou para dissuadir as “manobras” políticas da oposição.

Rafael Madeira (2006, 2011) privilegia a carreira política de deputados federais da Arena e do MDB, identifica que os remanescentes desses partidos, após 1979, serão a base das bancadas na Câmara dos Deputados e na Assembleia Constituinte, demonstrando a continuidade de elites do período bipartidário até a atual democracia. Ao estudar as carreiras de remanescentes do período bipartidário, contribui para o entendimento sobre a formação do sistema partidário brasileiro – elites que serviram como a base para essa democracia pactuada, diminuíram gradualmente (2006, p. 111–127) durante a transição.

As pesquisas sobre municípios ASN são escassas e tratam de municípios isoladamente, uma delas é sobre o município paranaense de Marechal Cândido Rondon (Zago, 2007), e o segundo, em Bagé (Severo, 2008). Como se trata de estudos monográficos ancorados em um modelo de história política tradicional, os autores procuram remontar o período através de descrições. Como os estudos citados não tem a pretensão de descrever a formação política destas minorias organizadas em partidos, e o impacto das ASN sobre o recrutamento, e nomeações, apenas reforçam que os nomeados são uma elite pouco estudada.

O trabalho mais relevante encontrado sobre prefeitos nomeados é produzido por Madeira e Gerardi (2014). Os autores estabeleceram como objeto a carreira política. Para essa investigação, utilizaram um banco de dados composto por informações de 135 prefeitos e 37 entrevistas realizadas com os ex-prefeitos nomeados de 29 municípios ASN do Rio Grande do Sul. A contribuição dos autores foi o estabelecimento de uma tipologia para o estudo de carreiras, encontrando oito combinações que as explicam. Esse estudo tem várias contribuições analíticas, como a aplicação do conceito de carreira, combinando cargos eletivos e na administração pública. Os ganhos empíricos, foram com o perfil desta elite de nomeados que segue carreira na atual democracia e o entendimento da formação do sistema partidário municipal, levando em conta os remanescentes da Arena gaúcha.

1.5 PROBLEMÁTICA E A PROPOSTA DA TESE

No Brasil, há duas tradições de estudos sobre a formação de elites, uma vem da Sociologia Política dedicada aos agentes políticos e outra objetiva as carreiras, com viés da Ciência Política. Há uma outra linha, com aporte histórico e preocupada com a variação do

perfil e trajetória política dos agentes no tempo¹⁰¹. Como já enfatizado, as abordagens da Sociologia Política tendem a tratar o recrutamento analisando o perfil de elites “já recrutadas”¹⁰². A Ciência Política dedicada às carreiras, com orientação institucionalista, observa como os partidos recrutam e selecionam, bem como sobre como as regras do jogo, interferem no processo, por exemplo. Já os trabalhos historiográficos, tentam captar as transformações e regularidades do recrutamento, perfil e carreiras no tempo. Pode-se extrair desta análise exploratória, o seguinte: *que até então, o recrutamento e a seleção partidária¹⁰³ dedicados ao preenchimento de cargos executivos (presidente, governador e prefeito) nomeados ou eleitos, e suas carreiras em fases democráticas ou autoritárias, são temas escassamente tratados pela literatura especializada.*

Neste trabalho serão reunidas parte destas tradições. A dimensão histórica será utilizada para exemplificar que os agentes, mesmo que submetidos às mesmas regras de recrutamento, produzem resultados diferentes no tempo e no espaço. Apesar da aleatoriedade do processo de recrutamento, que ocorre em distintos contextos sociais, históricos e geográficos, a formação e organização de elites em ASN apresentam trajetória similar no que tange seu perfil e a forma de acesso à carreira, pela utilização de conexões estabelecidas no campo político e militar. Para analisar estes processos serão utilizados os aportes da Sociologia e da Ciência Política.

Como base no exposto e alinhado à problemática apresentada no início deste capítulo introdutório, a proposta da investigação verifica que a modificação do sistema político (imposta pela tomada do poder pelos militares em 1964), da forma de recrutamento (atribuída pelas nomeações), produção de novos territórios federais (Rondônia, Acre e Pará), a criação de municípios com características especiais (ASN) e a ausência de eleições – são ambientes estimulantes para compreender um dos objetos de estudo de Gaetano Mosca, descrito em sua obra *Elementi di scienza politica*¹⁰⁴: de entender *como se organizam e se formam as minorias que governam na história*. Nesta tese, a proposição se aplica ao autoritarismo brasileiro. Buscar-se-á, identificar *quem, como e onde* eram nomeados prefeitos? Quais são os processos envolvidos para a nomeação? Que elementos individuais e conexões foram necessárias para alcançar a elite de nomeados? O fim do regime, impediu a carreira da elite nomeada na atual democracia? Que fatores e casuísmos permitiriam a continuidade na carreira?

¹⁰¹ Um exemplo de estudos que levam em conta a dimensão histórica: (Cf. Madeira, 2006; Marengo dos Santos, 2000)

¹⁰² Na atualidade existem autores que tentam superar esta perspectiva, tratando o recrutamento em partidos, ou analisando elites do Senado, Câmaras de Vereadores, e deputados estaduais.

¹⁰³ Essa lacuna foi também identificada por Peres e Machado (2013).

¹⁰⁴ (Mosca, 1923).

Com base no exposto o objetivo da presente tese é descrever por meio de modelos tipológicos, como se dava o recrutamento durante o regime autoritário para o cargo de prefeito em municípios integrantes da área de segurança nacional (ASN). O *objeto* são 107 prefeitos nomeados em 29 municípios gaúchos, entre 1964 e 1985. Como complementos, serão elencados alguns elementos para a continuidade dos nomeados na carreira durante a atual democracia, entre 1979 e 2012. Neste trabalho será aplicado o método histórico comparativo e como fontes serão apresentadas 37 entrevistas com ex-prefeitos nomeados e um governador. As entrevistas foram conduzidas utilizando a metodologia da história oral.

Como novidade, esta investigação apresentará uma elite de prefeitos colocada no poder indiretamente, num contexto de autoritarismo e que segue carreira política após a reforma política de 1979. A principal contribuição deste trabalho está na elaboração de modelos tipológicos e realização de entrevistas, que almejam apreender o início da carreira de prefeitos nomeados em ASN gaúchas, suportadas por recursos individuais e o capital social, expresso por relações sociais privilegiadas. Serão expostas variáveis que favoreceram a continuidade de carreiras entre a transição e as eleições de 2012.

Neste trabalho a nomeação é enquadrada conceitualmente: como *a fase final de um processo de recrutamento fechado, articulado e partilhado entre os ambientes local e o estadual*. Quando o ingresso de prefeitos na atividade política se dá por *recrutamento fechado*, ocorrendo após diversas fases e níveis, o *acesso* à carreira é guiado pelo *selectorate*, “um corpo que seleciona candidatos. Composto por uma, ou várias pessoas”¹⁰⁵ (Hazan e Rahat, 2001, p. 301).

Existem dois tipos de *selectorate* atuando no recrutamento de prefeitos: (i) *selectorate partidário*: que tem o partido como contexto do recrutamento; e (ii) *selectorate não partidário*: com recrutamento realizado pelo Estado Maior das Forças Armadas, pelo presidente da República e governador do estado, além do ocorrido no interior de legislativos municipais. A nomeação, será nestes contextos, regida por recursos sociais (diploma escolar, membro de família política, profissão), políticos (experiência em cargos eletivos e na administração pública), pelo capital social (conexões com pessoas influentes), ocupantes de posições no governo autoritário (estadual e federal) e simbólico.

Para afinar ainda mais a análise, os *selectorate* foram desdobrados em partes menores, denominadas *agências*. Essa divisão analítica localiza empiricamente, no interior dos *selectorate*, as *agências* que atuavam no recrutamento, cada uma à sua maneira. Como já

¹⁰⁵ “The selectorate is the body that selects the candidates. It can be composed of one person, or several or many people, up to the entire electorate of a given nation”.

ressaltado, os *selectorate* poderiam ser compostos por uma ou várias pessoas. Neste sentido, a prática do recrutamento pode ser categorizada e quantificada.

Estes *selectorate* e suas *agências*, realizaram o recrutamento de prefeitos em dois níveis. O primeiro nível é o **local**, expresso por escolhas nas ASN e o segundo é o **estadual**, conduzido pela burocracia subnacional, presidente da República ou por governadores. Compreender estes níveis, permite mensurar as capacidades do regime em nomear prefeitos e até que ponto o âmbito municipal foi enfraquecido politicamente com a centralização estatal. Assim, se tem uma visão mais afinada de *como se organizam e se formam estas minorias que governaram no autoritarismo* e se articulavam no campo político e militar. Para isso, serão utilizados os aportes teóricos de Mosca (1927) e Bourdieu (2004) estabelecidos no capítulo metodológico.

No Capítulo 2, será apresentada a metodologia que orienta o trabalho, com mapas detalhados sobre as ASN, além dos modelos tipológicos utilizados para análise do recrutamento fechado de prefeitos – ancorados no conceito de *selectorate* produzido por Hazan e Hahat (2001) e *agências*, em Paterson (1967).

No Capítulo 3, utiliza-se o modelo tipológico desenvolvido no primeiro capítulo para analisar os *selectorate*: cinco *partidárias* e uma *não partidária*. Será possível identificar relações sociais entre indicados e políticos de diversos campos políticos (governo local, estadual, deputados) e suas intrincadas relações, demonstrando a permeabilidade partidária da Arena no processo. A posição social e o tipo de capital (Bourdieu, 2004a), além da experiência política, serão características ressaltadas pelos recrutados nos *selectorate*, os quais atuarão como fonte de reconhecimento (Bourdieu, 2004; Mosca, 1923) entre os nomeados, sendo expresso *quem e como* recrutavam (Norris, 2013) no interior das *agências* do *selectorate*.

O capítulo 4 é continuação do segundo. Utiliza-se outras duas tipologias para retratar o recrutamento em sua segunda etapa, concentrada nas *agências* do *selectorate* não partidário, expresso pelo modelo de recrutamento direto, promovido pelo presidente da República e governadores de estado. Outro ponto destacado será a recondução dos prefeitos promovida pelos governadores de estado. Em ambos os casos, será enfatizado o peso dos recursos individuais e herdados de suas famílias, como capital social, descrito por redes de relações, além do capital simbólico, o legado de uma família, a profissão e a experiência política, como alguns dos elementos que orientaram a formação da elite de nomeados.

O Capítulo 5 expõe algumas variáveis que promovem vantagens aos nomeados, admitindo a continuidade de suas carreiras “suavizadas” pela transição para a democracia,

especialmente após a reforma partidária de 1979. A preservação das ASN e a participação na vida partidária promoveriam uma integração paulatina ao novo regime político. A continuidade das carreiras em (i) cargos eletivos e (ii) administração pública, utiliza uma tipologia desenvolvida por Madeira e Gerardi (2014). Ao analisar esses contextos, considerando os recursos sócio-profissionais, de origem familiar e capital escolar, auxiliados de depoimentos, possibilitou verificar que mais da metade dos nomeados permanecem na carreira política até os dias atuais. Por fim, foram estabelecidas as conclusões acerca do recrutamento e uma hipótese para estudos posteriores.

2 METODOLOGIA PARA O ESTUDO DO RECRUTAMENTO E CARREIRAS DOS PREFEITOS NOMEADOS

Para identificação e análise da elite política foi utilizado o método posicional¹⁰⁶. O aporte posicional parte do pressuposto que as instituições formais e governamentais oferecem um mapa útil das relações de poder e considera que os indivíduos que ocupam as posições mais altas são os politicamente mais poderosos (Bottomore, 2006; Dahl, 1970; Mills, 1981; Putnam, 1976). Neste sentido, a elite política é composta por aqueles indivíduos que ocupam posições formais de poder na estrutura do Estado e nas organizações mais relevantes da sociedade. Para Putnam (1976), os indivíduos que ocupam instituições centrais são politicamente mais poderosos, tomam decisões e têm maiores chances de influir na política e nas atividades do Estado. E é nesse ponto que o método posicional fornece um mapa dos indivíduos com maior capacidade para manobrar processos políticos.

A posição e recursos sociais, investigada por diversos autores e já destacada no capítulo introdutório, estabelece caminhos metodológicos para localizar empiricamente as bases sociais do recrutamento, permitindo a diferenciação dos quadros dos partidos na Câmara dos Deputados, como destacado por Rodrigues (2002, 2009b). Os autores desta “Sociologia das Posições” exibem como as profissões e qualificações restringem o acesso à elite política, por outro lado reconhecem os limites metodológicos das análises sobre o recrutamento: como uma imagem espelhada do procedimento que ocorre no interior dos partidos.

O dado mais interessante destes estudos está relacionado à verificação, com base nas posições sociais e profissionais, da existência de predisposição sócio-ocupacional, em outras palavras: se existem profissões que tornam possível uma carreira política. A busca por estes atributos em prefeitos nomeados ajudará a desvelar, através da análise do recrutamento partidário, uma das proposições de Mosca sobre a origem e formação da classe política, principalmente em novos municípios, onde não há uma elite política formada. Aliado a isso, cabe enfatizar, que a ausência de competição política, colocará o *selectorate* atuando na escolha dos “mais capazes” para atividade política, tendo como indicadores deste recrutamento a posição e recursos sociais e profissionais.

Perissinotto e Miríade (2009, p. 302) ressaltam que um estudo sobre recrutamento, deve considerar não somente características sócio-profissionais dos eleitos, como também dos

¹⁰⁶ (Bottomore, 1993; Bourdieu, 2004a, 2007b; CHARLE, 1987, 2008; Dahl, 1970; Mills, 1981; Putnam, 1976)

membros dos partidos políticos, dos que buscam ser candidatos e dos que efetivamente são indicados como tais, comparando-as com os atributos da população em geral. Dessa forma, seria possível acompanhar minuciosamente o processo que seleciona os que, por fim, ocuparão os postos de elite. Além disso, Norris (2013, p. 11) pontua que é preciso identificar *quem* pode ser eleito, *quem escolhe* e *quem é selecionado*. Peres e Machado, analisando formas de recrutamento, destacando-se o fechado, identificaram que este é responsável por privilegiar elites com algum recurso social, como a tradição ou trajetória política familiar¹⁰⁷.

Vários trabalhos reconhecem o partido político como o principal responsável pela atividade do recrutamento (Marengo dos Santos, 2000; Norris, 1997, 2013). O fato de os estudos ocorrerem em democracias, ambiente onde o partido político possui peso diferenciado, neste caso, superior ao observado no autoritarismo brasileiro e especificamente nas ASN, tornou-se uma das limitações para esta investigação. Visto que, no autoritarismo os pré-candidatos a nomeação não são recrutados em função de sua competitividade, uma vez que não necessitam conquistar o eleitorado, fazer campanha e angariar votos, devendo apenas passar pelo crivo de seletores partidários e não partidários.

Hazan e Rahat (2001; 2006; 2013) identificam que no interior dos partidos existe um *selectorate*, uma espécie de arena de recrutamento que pode ser desdobrada em diversas outras. Rahat (2007) desenvolve alguns questionamentos sobre estes *selectorate*, entretanto, permanecem fechados a explicação intrapartidária¹⁰⁸. Paterson (1967), um dos precursores no uso do termo *selectorate*, aponta que, além dos partidos políticos, existem instituições acessórias que de alguma forma influenciam no recrutamento e na produção das listas políticas, como os sindicatos, as associações partidárias e as igrejas, podendo ainda ser a união entre instituições e pessoas, evidenciando que o recrutamento partidário é mais dinâmico do que se teoriza.

O exemplo do partido israelense apresentado por Hazan e Rahat (2001) exhibe um rabino como o responsável por ordenar uma lista política. Assim o *selectorate* não deve ser

¹⁰⁷ “No caso dos recrutamentos fechados, ou seja, a “circulação das elites” se processa de forma endógena às famílias com alguma tradição ou trajetória política, é mais provável que estes sejam extensivos por identificação, no caso dos jovens. Obviamente, indivíduos adultos que pertençam a alguma família tradicional ou “clã” político podem continuar a ser recrutados pelos partidos, especialmente os concorrentes daqueles aos quais esses indivíduos são filiados, mas essa atração ocorrerá por recrutamento intensivo [por cooptação, adesão ou convicção] de políticos com alguma experiência prévia e que dispensam a etapa de formação/treinamento. Com os jovens, esse tipo de recrutamento também pode ocorrer, mas em menor escala.” (Peres e Machado, 2013, p. 20)

¹⁰⁸ Em estudo recente de Rahat: “A major question is who selects the candidates: A single leader? A small party elite? Delegates whom party members choose? Party members themselves? Any voter who registers under the party’s name? The above possibilities are presented by the Figure on a continuum that stretches from a highly exclusive pole to a highly inclusive one.” (Rahat, 2007, p. 160)

tomado apenas como um corpo que seleciona, recruta e produz listas políticas, devendo ser entendido em seu sentido mais amplo no campo, pois é nele que as lutas ocorrem. Ou seja, existem outras forças que atuam no recrutamento como destacado por Paterson.

No Brasil, os estudos dedicados a verificar o ativismo político e eleitoral de pentecostais e neopentecostais¹⁰⁹ descrevem a aproximação de atores religiosos com partidos políticos, como o caso do PRB associado a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Nesta instituição “não se candidata a cargos eletivos quem quer, mas quem é escolhido pela cúpula dirigente da Igreja, e o reconhecimento social que recebe, mediante a votação dos fiéis, dá-se mais por ser apoiado pela instituição religiosa do que por suas próprias qualidades pessoais” (Oro, 2003, p. 98–99). Atualmente, a IRUD sustenta candidatos oficiais que concorrem pelo PRB, especialmente os deputados federais. Nas eleições de 2010, o PRB elegeu 17 deputados federais, 12 ligados a IURD¹¹⁰. Em 2015 foram 15 deputados, 12 da universal.¹¹¹ Sendo a maior representação partidária.

Como é possível perceber nos exemplos citados, o recrutamento nem sempre está fechado no interior do próprio partido, no entanto, ao combinarmos a análise do recrutamento, segundo proposta de Hazan e Rahat (2001) e Paterson (1967), pode-se ter uma visão mais clara do procedimento e de como os partidos e outras agências agem na articulação do recrutamento.

A presente tese, identifica algumas destas agências, podendo ser pessoas ou instituições. E neste sentido, foram evidenciados, além dos processos internos, outros que ocorrem de maneira aleatória e se dão no campo político, através de negociações, acordos e apoios fornecidos por pessoas influentes, sejam do ambiente local, estadual ou federal.

O processo de recrutamento do pessoal nomeado em ASN é informal. A produção da lista política ou lista tríplice, como já destacado no capítulo introdutório, considera, além do partido, outras arenas de decisão não partidárias. O que possibilita analisar quais efeitos a inexistência de competição eleitoral, promove sob o recrutamento de prefeitos.

O apoio de candidaturas propostas por indivíduos proeminentes destas sociedades locais (relações sociais), além das capacidades individuais (recursos sociais expressos pela posição, como diploma universitário, profissão), favoreceram as indicações do pessoal que seria nomeado.

¹⁰⁹ (Dantas, 2011; Lima e Werneck, 2012; Mariano e Pierucci, 1992; Oro e Mariano, 2010; Oro, 2003).

¹¹⁰ (Cf. DIAP, 2010)

¹¹¹ (Cf. DIAP, 2014, p. 106–109)

A posição social expressa pelo tipo de ocupação profissional, membro de família política tradicional e recursos sociais (posse de diploma educacional, além de trajetória política) serão pontos reconhecidos pelos *selectorate* para o recrutamento, em municípios criados entre 1964 e 1980, que reforçam os fatores descritos anteriormente, pois inexistia uma elite política organizada e pronta para o poder.

As relações sociais serão compreendidas no sentido da definição de “campo” em Pierre Bourdieu: como um sistema de relações entre frações das classes dominantes e não apenas entre os agentes que desempenham uma profissão “política”, como os deputados, vereadores etc. Para identificar essas relações, os capitais e a experiência política, foram utilizadas as entrevistas, como forma de se aprofundar sobre a origem do recrutamento. Ou melhor, como se constitui a minoria que seleciona? Quem seleciona? Com que critérios selecionam? Como alguém é selecionado prefeito? Os partidos importam?

Para o estudo da carreira após 1979, foi utilizada a categoria de reconversão de capital, de Bourdieu (2004a), segundo a qual os capitais – *expertise* da atividade política, e recursos sociais – são reconvertidos em novas carreiras, sendo seguidos em dois caminhos, como proposto por Madeira e Gerardi (2014): (i) cargos eletivos e (ii) administração pública (municipal, estadual e federal).

Para identificar a estrutura formal estabelecida, a ferramenta de análise utilizada foi a consulta à história local, para verificar se os nomeados estão entre os indivíduos mais proeminentes da cidade. Para isso, foram consultados os repertórios biográficos, jornais de época, arquivos e bancos de dados eleitorais (candidatos e eleitos) entre 1946 e 2012, por município gaúcho. Posteriormente, foram realizadas as entrevistas que procuraram captar a trajetória política (i) anterior à nomeação, (ii) durante o autoritarismo e (iii) depois do fim das ASN, além de suas redes de apoio.

O trabalho empírico foi realizado entre os meses de janeiro e dezembro de 2012, combinando métodos quantitativo e qualitativo.

2.1 NÍVEL QUANTITATIVO

Para identificar a elite de prefeitos, procedeu-se com explorações em arquivos¹¹². Como esses indivíduos não participaram de processos eleitorais típicos da democracia liberal,

¹¹² A fase multipartidária (1945-1965) é a mais prejudicada; os arquivos são fragmentados e incompletos. Do período autoritário, só muito recentemente foi possível ter acesso aos arquivos. A documentação dos

seus nomes não foram registrados por organismo oficiais, como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS). A consulta ao arquivo do TRE-RS permitiu a descoberta de 29 municípios da ASN no estado do Rio Grande do Sul¹¹³.

A realização das entrevistas, somente foi possível após a descoberta dos municípios ASN. A elite foi revelada após contatos com as prefeituras e câmaras de vereadores municipais, onde as assessorias de gabinete de prefeitos forneceram grande parte das informações. Nestes ambientes (na maioria das vezes) estão expostas as galerias de ex-prefeitos, contendo nomes e período administrativo. As assessorias ainda detêm uma agenda, o que possibilitou obter o nome e contato de familiares ou do próprio investigado.

Após descobrir os municípios e o nome de alguns nomeados, foram estabelecidos contatos e agendamento de entrevistas gravadas em vídeo, com duração média de 60 minutos, onde o entrevistado narrou sua introdução na vida política¹¹⁴.

As entrevistas foram transcritas e classificadas e a lista dos entrevistados se encontra no (Anexo III). A informação obtida pelas entrevistas, combinada com os dados eleitorais e outras fontes, foram codificadas em vários bancos de dados, contendo *clusters* sobre recrutamento efetuado pelos *selectorate* e informações sobre a carreira anterior e posterior à nomeação. E foram analisados apenas os municípios que se tornariam ASN entre 1945 e 1965. Já sobre o período de 1966 a 1985, foram avaliados municípios ASN e seus vizinhos, uma vez que alguns indivíduos possuíam carreiras em outros municípios. E, entre 1988 e 2012, considerou-se todos os municípios gaúchos, em função da disponibilidade de informações.

O banco de dados sobre o recrutamento e as carreiras agrega informações diversificadas e tem como unidade de análise prefeitos por município entre 1966 e 1985, totalizando 107 observações e 97 variáveis (estas concentram grupos de informações)¹¹⁵.

governadores nomeados foi liberada recente, após o fim de um embargo judicial – e por esse motivo não foi incluída na investigação.

¹¹³ Posteriormente encontramos alguns anais eleitorais publicados pelo TSE no ano de 1988 com todos os municípios enquadrados na categoria de ASN, totalizando 185, tendo sua maior concentração no estado do RS.

¹¹⁴ Após esta fase de investigação, foram descobertos pelos pesquisadores do TRE-RS listas contendo o nome de todos os prefeitos eleitos e nomeados em várias eleições durante o autoritarismo. Utilizadas apenas para confrontar as informações já obtidas.

¹¹⁵ É necessário expor que, em função da impossibilidade de obter informações para todos os prefeitos nomeados, algumas *proxies* foram desenvolvidas no banco de dados sobre o recrutamento e carreiras estão incompletos. Os dados mais prejudicados são sobre a trajetória política, especialmente a ocorrida anteriormente à nomeação, no período entre 1945 e 1965. Igualmente, a informação sobre a forma de recrutamento e biografias, como o pertencimento a uma família política tradicional, profissão e ano de nascimento, apresentam frequências menores que N=107. A solução foi citar o tamanho do “N” para cada dado gerado (como tabelas, *time series* etc.).

A primeira parte se refere a características geográficas do município ASN, como a região em que está inserido. O segundo grupo concentra-se no recrutamento. Constam a forma de entrada ou em que condições os cargos de prefeito foram preenchidos entre 1964 e 1985. Fazem parte, ainda, uma classificação do tipo de *selectorate* envolvido no recrutamento, vezes em que foi nomeado, o ano de início e fim da administração, tempo de mandato como nomeado e sua rede de apoio, quantificada pelos deputados que lhe conferiam apoio.

O terceiro grupo de informações é biográfico, nesta parte foram valorizadas categorias como o pertencimento a uma família política tradicional, idade, profissão principal e secundária, além do nível e área de formação educacional. No quarto grupo, a classificação, quantifica dados sobre a carreira, sendo estas divididos em três partes: (i) carreira anterior à nomeação, em cargos eletivos e na administração pública, entre 1945 e 1964; (ii) cargos eletivos e na administração pública iniciadas em 1965 e finalizadas em 1979; (iii) a carreira posterior à nomeação, que envolve o mapeamento dos cargos eletivos e na administração pública ocupados entre os anos de 1979 e 2012.

As informações sobre a nomeação nas ASN, eleições indiretas e a sua tradição, foram obtidas pela classificação de todas as versões da Constituição Federal e do Rio Grande do Sul entre 1934 e 1988. Foram consideradas outras fontes, como os atos institucionais e complementares, decretos, códigos e emendas constitucionais. Após investigar este grupo de documentos ficou evidenciado que a nomeação de prefeitos em ASN é um ato administrativo, embora existisse uma base legal para sua ocorrência, foi regida por normas informais como a lista tríplice. Por outro lado, o recrutamento assumirá contornos políticos.

Nos anuários do TSE encontramos informações que integraram um banco de dados geográfico, utilizado para a confecção de alguns mapas. A malha digital municipal do estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1966 e 1982, foi fornecida pelo setor de biblioteca da Fundação de Economia e Estatística, Siegfried Emanuel Heuse (FEE). Os bancos de dados empregados referentes a hidrografia e equipamentos urbanos dos estado do RS, foram obtidos no *site* da Fundação Estadual de Proteção Ambiental, Henrique Luis Roessler (FEPAM)¹¹⁶. A malha digital municipal nacional e de limites estaduais foram extraídas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹¹⁷. E os microdados socioeconômicos, políticos e do Censo

¹¹⁶ <http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/geo/bases_geo.asp>

¹¹⁷ <<http://mapas.ibge.gov.br/pt/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>>

agropecuário de diverso anos, retirados do site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), sendo a unidade de análise, municípios brasileiros¹¹⁸.

2.2 NÍVEL QUALITATIVO

Foram realizadas 37 entrevistas semiestruturadas e dirigidas à diferentes pessoas do âmbito local e estadual, como o caso de ex-prefeitos nomeados, vereadores da Arena, secretários municipais e um ex-governador. A seleção dos entrevistados foi influenciada pelo conhecimento prévio do investigador sobre a nomeação e as recomendações do orientador da tese.

O emprego da história oral como método de pesquisa, permitiu ao investigador obter “interpretações subjetivas dos entrevistados sobre sua experiência, e não evidências de verdade factual” (Castro e D’Araujo, 2001, p. 12). Neste contexto, o cientista social deve manter o cuidado de “colher” as memórias experimentadas e realmente vividas (Fico, 2001). A experiência adquirida com as entrevistas colhidas dos familiares de nomeados, se revelou pouco frutífera em função da generalidade das descrições e ausência de detalhes sobre alguns processos para os quais buscava-se respostas. Por este motivo foram selecionados preferencialmente os prefeitos nomeados e um ex-governador, que além de deter conhecimentos privilegiados, participaram dos processos de recrutamento, possibilitando que o investigador acessasse a história sobre a origem da elite de nomeados, bem como de suas carreiras.

Os prefeitos que assumiram seus cargos em municípios ASN totalizaram 135 casos, mas apenas 107¹¹⁹ foram nomeados pelo regime, o restante ocupara cargos interinamente na condição de presidente da câmara ou como político eleito. No ano de 2012 apenas 43 estavam em vida, destes foram entrevistados 33.

¹¹⁸ < <http://www.ipeadata.gov.br> >

¹¹⁹ Dos 107 indivíduos considerados, 60 faleceram antes de a investigação ocorrer. Constatou-se ainda que parte dos nomeados não pertenciam às localidades onde desempenharam a atividade executiva. Municípios com existência longa, assim como os de formação mais recente, datados de 1965, e que contavam com a presença de arquivos e bibliotecas públicas, têm seus quadros formados por pessoas jovens, alguns com passagem efêmera, desconhecendo o período. Essas dificuldades, associadas à escassez de material historiográfico, resultado da ausência de políticas pública de memória, constituem a esta investigação entraves importantes (em parte supridos pela realização de entrevistas).

2.3 ESTRATÉGIA PARA EXECUÇÃO DAS ENTREVISTAS

O *design* do questionário para os prefeitos nomeados (**Anexo I**) foi dividido em quatro blocos com perguntas semiestruturadas. A primeira parte procurava conhecer as atividades desenvolvidas por toda a ramificação da família (avós, pais, tios, primos, filhos e, se casado, da esposa e de sua família), com a intenção de conceber um mapa da origem familiar. As perguntas dirigidas aos (às) entrevistados (as) buscavam verificar o nível de inserção e atuação da família na política local. A presença de um familiar na política, ou sua atuação de chefe político, foi o parâmetro para incluir os nomeados na categoria família política. Ainda neste primeiro bloco de perguntas, de tipo autobiográfico, se buscou conhecer a trajetória política anterior à nomeação e posterior ao mandato de prefeito nomeado, bem como as funções desenvolvidas em cargos (eletivos e na administração pública) e seus capitais (posse de diplomas, ocupação, idade).

O segundo bloco foi dedicado a investigar o recrutamento, focando na interação entre os agentes no campo político, como se dava a busca de apoios, assim como o papel da Arena e das agências dos *selectorate* na indicação de candidatos. Posteriormente, foram investigadas as administrações, obtenção de recursos, divergências com a Arena e vereadores do partido. Ao fim da entrevista, os entrevistados puderam fazer exposições livres, de algo que julgassem importante e que não fora perguntado durante a entrevista. Nesse momento, percebe-se certo desdenho em relação a forma como fora conduzida a atividade política, fazendo correlações entre o ontem (período em que era prefeito) e hoje (dia da entrevista), demonstrando certo romantismo e identificação com o passado, especialmente na forma como se administrava. Há contribuições adicionais, alguns detalhes pitorescos sobre a nomeação e a administração, bem como particularidades que o entrevistado não recordou no momento da entrevista.

As perguntas realizadas ao ex-governador Jair Soares foram divididas em três blocos (**Anexo II**). No primeiro bloco, o objetivo era verificar sua trajetória política e a possível relação com pessoas, que posteriormente seriam nomeados em sua administração. Foram feitas indagações sobre os critérios empregados no recrutamento, bem como sobre o procedimento promovido no interior da burocracia do governo estadual. O depoimento de Soares foi comparado como o de prefeitos nomeados, afim de identificar quais elementos (as redes, os capitais, *expertise*, membro de família, política tradicional) definiram quem seria ou não nomeado.

Antecedendo às entrevistas, foram realizados diversos contatos com os entrevistados. No primeiro, foi demonstrado o motivo e a importância da investigação, questionando se concordavam em fornecer depoimentos gravados em vídeo. Dentre os ex-prefeitos que aceitaram conceder a entrevistas, dois não aceitaram expor sua imagem e voz, entretanto ofereceram uma série de documentos e detalhes sobre o procedimento de nomeação e suas carreiras e outro estava indisposto no dia da entrevista. O segundo contato buscou confirmação de local, data e hora do encontro e foi realizado no dia anterior à entrevista. É importante relatar que a apresentação das credenciais do investigador, orientador e o nome instituição educacional, admitiram acesso aos entrevistados.

Os equipamentos de áudio e vídeo empregados para a registro das entrevistas foram subsidiados pelo *Atlas Eleitoral do Rio Grande do Sul*¹²⁰, projeto desenvolvido em parceria com o Departamento de Ciência Política da UFRGS. As viagens foram financiadas com verbas do programa Prosup/Capes, vinculadas a bolsa deste projeto de tese.

2.4 DELIMITAÇÃO TEMPORAL E ESPACIAL

Temporal. O recorte definido para o estudo do recrutamento correspondente ao período entre a tomada do poder pelos militares e as eleições municipais dedicadas a substituir os prefeitos nomeados por eleitos (1964-1985). A carreira política dos ex-prefeitos nomeados é investigada entre 1979, momento da realização de uma reforma política que abre caminho para a atual democracia brasileira, e o ano de 2012.

Há três fases de nomeações: a primeira ocorreu entre 1964 e 1965, a segunda entre 1966 e 1967 e a terceira entre 1968 e 1985. Na primeira fase, as Forças Armadas em função da publicação do AI-1 e AI-2, cassam o mandato de prefeitos considerados “subversivos”, e indicam outros indivíduos para desempenhar a função executiva. Registra-se ainda a nomeação de prefeitos em municípios novos. A segunda etapa inicia com a nomeação de prefeitos de capitais de estado iniciadas com a publicação do AI-3. A terceira etapa ocorre no ano de 1968, quando são criadas as ASN em municípios da fronteira brasileira, ampliando muito a quantidade de prefeitos nomeados.

Espacial. A legislação sobre nomeações publicada pelo regime, admitiu sua ocorrência em 29 municípios do estado do Rio Grande do Sul, estabelecendo ritos diferenciados para o acesso a estes cargos, o que permitiu a divisão em dois tipos. As

¹²⁰ <http://www.ufrgs.br/atlaseleitoral>

estâncias hidrominerais e balneários (EH), assim como as capitais de estado (CE), nomeariam prefeitos aprovados pela Assembleia Legislativa, já as ASN, do segundo tipo, estavam localizadas na fronteira com países Sul Americanos, portos, complexos militares, além de qualquer região que contivesse recursos estratégicos, considerados pelo CSN indispensáveis a segurança interna e externa do país. As regiões e territórios enquadrados nesta classe de ASN, não possuíam legislação específica que regulamentasse as indicações, com isso os procedimentos permitiam qualquer interpretação do Ato Complementar número 7, de 31 de janeiro de 1966, o qual em seu artigo 3º, definia o seguinte: “Para as eleições indiretas a serem realizadas no corrente ano, a escolha dos candidatos será feita pelas convenções nacional ou regionais, conforme o caso[...]”.

Mesmo considerando a distinção entre as ASN, a regra geral para o processo de candidatura, seleção e nomeações, passa pelo *selectorate*, agências de recrutamento e composição da lista tríplice. No caso dos prefeitos indicados em municípios EH, a Assembleia Legislativa referendava um nome decidido anteriormente pelo governador, uma vez que ao encaminhar para a apreciação dos deputados um projeto que continha apenas um nome, transformara a votação em mera formalidade. Fato que não foi verificado para o caso da CE, por se tratar de um cargo com grande peso político a decisão ocorrera anteriormente à votação, através de consultas promovidas às lideranças do MDB e Arena. O projeto de iniciativa do executivo e enviado para votação continha apenas um nome definido pelos círculos políticos – processo semelhante era empregado para a nomeação dos governadores de estado. No restante das ASN (inclusive nos Territórios Federais) o procedimento empregado entre o tramite da indicação e nomeação, não necessitavam da intermediação da Assembleia Legislativa.

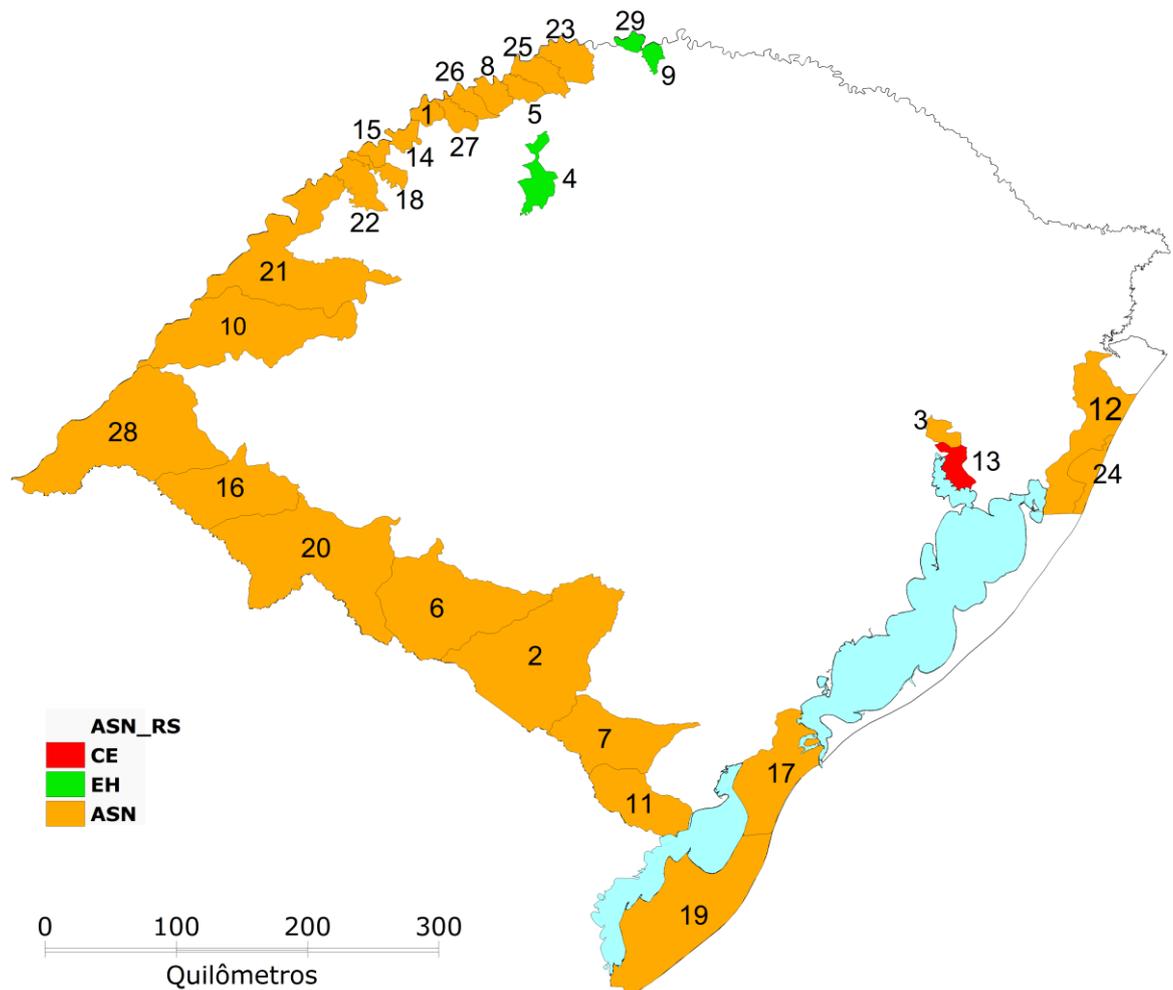
A tabela abaixo apresenta os 29 municípios ASN do Rio Grande do Sul e uma numeração que deve ser utilizada para compreender da disposição dos municípios no espaço geográfico e suas características em relação ao enquadramento de cada município investigado. Por fim, apresenta-se um segundo mapa que representa a distribuição das ASN pelo território nacional, que ao serem visualizados em conjunto demonstram sua importância geopolítica.

Tabela 1 – Relação de municípios ASN do RS

1	Alecrim	16	Quaraí
2	Bagé	17	Rio Grande
3	Canoas	18	Roque Gonzales
4	Catuípe	19	Santa Vitória do Palmar
5	Crissiumal	20	Santana do Livramento
6	Dom Pedrito	21	São Borja
7	Erval	22	São Nicolau
8	Horizontina	23	Tenente Portela
9	Iraí	24	Tramandaí
10	Itaqui	25	Três Passos
11	Jaguarão	26	Tucunduva
12	Osório	27	Tuparendi
13	Porto Alegre	28	Uruguaiana
14	Pôrto Lucena	29	Vicente Dutra
15	Pôrto Xavier		

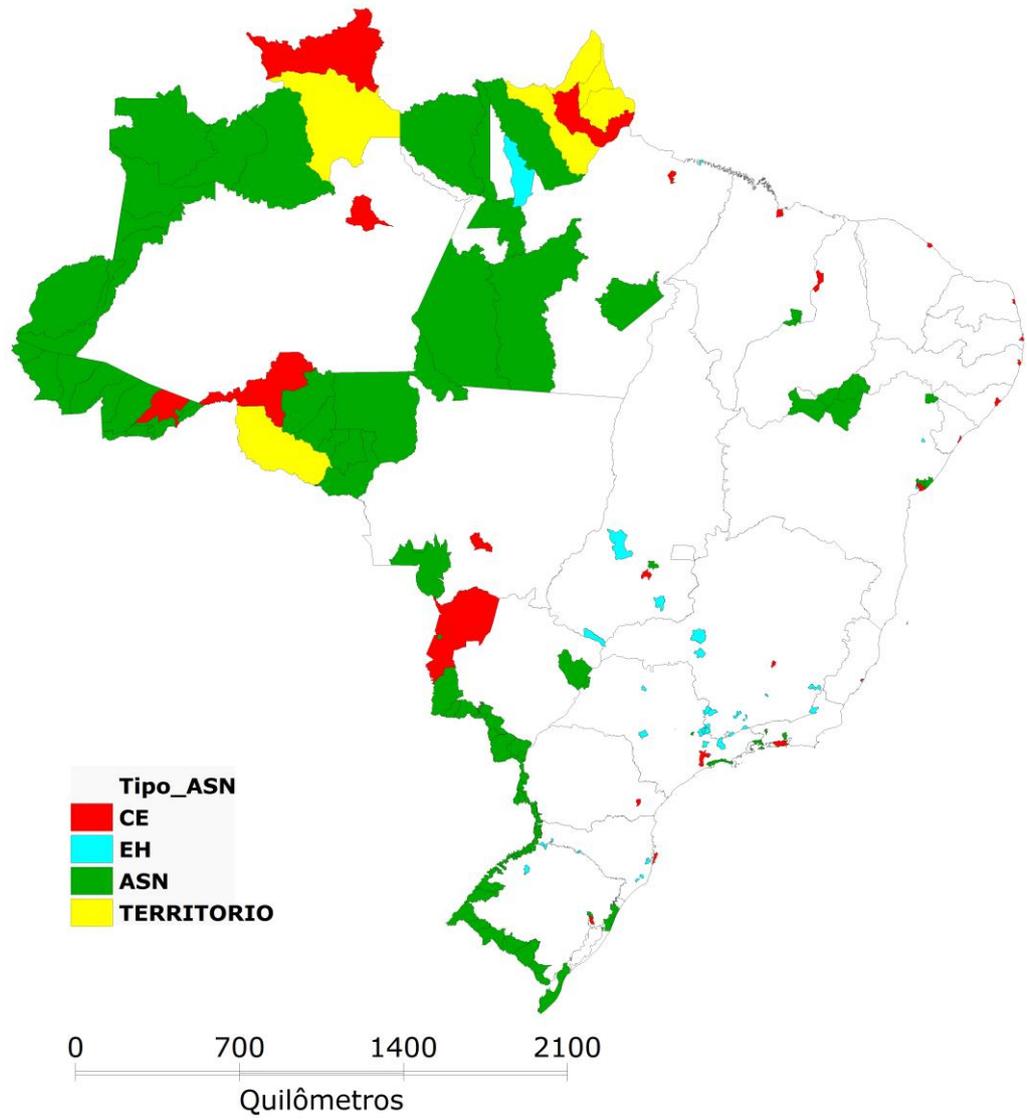
Fonte: elaboração própria.

Mapa 1 – Municípios do estado do Rio Grande do Sul por tipo de ASN



Fonte: elaboração própria.

Mapa 2 – ASN por tipo, estado e território brasileiro



Fonte: elaboração própria.

2.5 DELIMITAÇÃO DO OBJETO: OS PREFEITOS NOMEADOS

Após o golpe de março de 1964, os militares intervieram no sistema político derrubando governadores em estados como São Paulo¹²¹ e Sergipe¹²². Mediação que, do ponto de vista das carreiras políticas, subsidiou o ressurgimento da figura do interventor frequentemente identificado no Estado Novo¹²³ e pontualmente observado em algumas capitais de estados brasileiros no multipartidarismo¹²⁴.

Os nomeados, através do patrocínio dos militares e redes clientelísticas, assumiram cargos eletivos em instâncias hierarquicamente superiores. Pode-se afirmar que esta ação se tornara uma espécie de atalho, proporcionando um salto na carreira, a exemplo do identificado pela ascensão de um vice-prefeito, de presidentes de câmaras municipais ou mesmo um militar das forças armadas no exercício de funções executivas municipais.

A presença de diversas divisões das Forças Armadas, uma das principais características da fronteira e interior do estado gaúcho, que após o golpe de 1964 e a publicação do Ato Institucional Número 1, atuaram na deposição de políticos não alinhados ao regime, marcando um momento de grande agitação na chamada “operação limpeza”¹²⁵. Diversos políticos do PTB foram presos, perseguidos¹²⁶ e, em decorrência desta intervenção, perderam suas posições políticas¹²⁷, como o exemplo de prefeitos de municípios localizados na fronteira e regiões estratégicas¹²⁸. A criação das ASN no ano de 1968 fez com que os prefeitos eleitos pelo MDB nos municípios de Canoas e Osório fossem substituídos por nomeados, os quais nunca desempenharam função executiva¹²⁹.

¹²¹ (Abrucio, 1998)

¹²² (Montalvão, 2011)

¹²³ Para uma boa descrição da nomeação de prefeitos em municípios gaúchos durante o Estado Novo, ver os trabalhos de Luciano Arone de Abreu (2005, 2007a, 2008) especialmente o quarto capítulo do livro “Um olhar regional sobre o Estado Novo” (2007b). Consultar também (Colussi, 1996).

¹²⁴ Um exemplo destas nomeações pode ser observado no estado de Santa Catarina, onde os prefeitos da capital Florianópolis vinham sendo nomeados pelo governo desde 1889. O primeiro prefeito eleito por voto direto é encontrado apenas em 1927. Partindo de 1889, os próximos 96 anos registram a ocorrência de apenas cinco eleições para prefeito, a maior frequência após 1964. O restante das legislaturas acusam políticos nomeados pelo governo. Assim, para alguns municípios, a nomeação de prefeitos não era uma novidade.

¹²⁵ A operação limpeza ocorre após o golpe e tinha como principal objetivo ocupar os principais postos de instituições políticas, ocasionando a destituição de dirigentes de empresas públicas, autarquias, sindicatos, para uma melhor compreensão ver: (Cardoso, Farias e Montemezzo, 2009; Fernandes, 2009; Gaspari, 2002a; b; Motta, 2002, 2013; Zachariadhes, 2009)

¹²⁶ A consulta dos nomes e o motivo da cassação do mandato de muitos políticos podem ser encontrados em (Oliveira, 2000)

¹²⁷ A exemplo: Paulo Lauda, de Santa Maria, Alberto Plentz, de Cruz Alta e Beno Orlando Burmann de Ijuí.

¹²⁸ Como os casos de Izabelino Abad, prefeito de Uruguaiana; Farido Salomão, de Rio Grande; Gil Cunegatto Marques de Itaquí; Luis Maria Ferraz em Bagé; do Cel. José João, de Medeiros em Canoas; Sérgio Fuentes de Santana do Livramento e Sereno Chaise em Porto Alegre.

¹²⁹ A criação das ASN também impediu a carreira de outros políticos que alcançaram a vitória nas eleições de 1968, como Angelo Gabriel Boff Guausselli de Osório e Celso Corrêa D’Ávila em Tramandaí.

Os municípios ASN contornam toda a extensão da fronteira brasileira, formando uma espécie de “moldura”, que preocupava o governo e chamava a atenção de generais, como Golbery do Couto e Silva, Mario Travassos e Carlos de Meira Mattos, desde a década de 50¹³⁰. As ASN podem ser entendidas como parte dessa geopolítica, que formara a denominada “moldura geográfica”, a qual deveria impedir que oposicionistas conquistassem executivos municipais, além de combater a circulação de guerrilheiros e fugitivos políticos brasileiros, bem como de outros países do Cone Sul.

O trânsito de “subversivos”, dentro e fora do país, só poderia ser combatido através de mudanças na composição dos governos locais, um dos motivos para as prefeituras ficarem fora do jogo político. O regime entendera que, se estas estruturas estivessem sob poder da oposição, facilitariam o financiamento de “subversivos” e a resistências ao regime, tornando a fronteira mais “porosa” e suscetível ao contrabando de armas, o que favoreceria movimentos contrários ao governo.

Nos relatos dos ex-prefeitos, o repertório mais amplo aponta para a inexistência de qualquer tipo de repressão estatal nas ASN. Embora, por parte das forças do governo, reconheçam a existência de exageros nos primeiros momentos após o golpe, relatam que a repressão nunca existiu ou foi presenciada no decorrer de suas administrações.

Contrariando o relato dos nomeados, há o exemplo de Porto Mauá – na época distrito do município de Tuparendi e localizado no Extremo Oeste do RS – que abrigava o quartel dos fuzileiros navais, responsável pelo policiamento da fronteira, onde no momento do golpe realizou a prisão de cidadãos que supostamente se opuseram ao governo que se instalara. E na cidade de Itaqui – ASN localizada na fronteira Oeste do estado – o comandante do Regimento de Cavalaria, Caetano Pinto Rocha, foi responsável pela detenção de 40 pessoas da comunidade, acusadas de cometer “crimes contra o Estado”, estas ficaram detidas por 111 dias no hangar do aeroporto local – espécie de campo de concentração¹³¹. Entre os detentos estavam o prefeito petebista Gil Cunegatto Marques, seu vice-prefeito, alguns vereadores e cidadãos comuns.

Os recentes relatórios produzidos pela Comissão Nacional da Verdade demonstram a intensa atuação repressiva das Forças Armadas na fronteira gaúcha¹³², onde, além de realizar a deposição de políticos petebistas, eram responsáveis por solucionar o problema das

¹³⁰ Estes generais foram os primeiros teóricos da geopolítica brasileira, responsáveis por formular teorias, como a dos “círculos concêntricos” (Couto e Silva, 1981; Miyamoto, 1995; Silva, Franco e Couto e Silva, 1967)

¹³¹ (Cf. Teixeira, 2009)

¹³² Como o objetivo deste trabalho não é estudar a repressão e terrorismo estatal, para maiores detalhes, consultar especialmente o volume IV do relatório da CVN, onde foi destacado a “Operação Três Passos”. (Brasil, 2014)

cassações, para isso, buscavam acordos com os prefeitos titulares ou promoviam a sucessão do vice-prefeito. Na impossibilidade de firmar estes acordos, os presidentes de Câmaras Municipais assumiam o cargo de prefeito por indicação militar. A exemplo está a cassação de Sereno Chaise¹³³, prefeito eleito pelo PTB em Porto Alegre, preso em 3 de abril de 1964 e detido por aproximadamente 40 dias:

Neste interregno, o general Poppe tinha chegado e recém havia assumido o comando do III Exército. Mandou chamar o Ajadil de Lemos, vice-prefeito. O Ajadil foi lá e o general Poppe ordenou: **“Doutor, lhe chamei aqui porque preciso dar uma solução legal para a Prefeitura de Porto Alegre. Quero que o senhor assuma hoje”**. O doutor Ajadil respondeu: “General, a solução legal que o senhor tem que dar à prefeitura é soltar o prefeito que está ilegalmente preso”. (KLÖCKNER, 2007, p. 88)

O vice-prefeito de Porto Alegre, Ajadil Ruiz de Lemos, ao recusar os termos do general Pope, foi cassado¹³⁴ juntamente com o prefeito Chaise, em 4 de maio de 1964. Assumindo o cargo o seu substituto legal: o presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Célio Marques Fernandes. Como apoiador incondicional do regime, permaneceu no cargo até 1965, quando a Câmara de Vereadores de maioria petebista, em votação interna determinou a nomeação do vereador Renato Souza ao cargo de prefeito. Célio não aceitou a decisão e recorreu ao STF, que o reconduziu ao cargo. Posteriormente, com o decreto do AI-3 Célio permanece no cargo de prefeito, nomeado diretamente pelo regime até 1969, quando fora substituído Telmo Thompson Flores.

Em Santana do Livramento, município localizado na Fronteira Sul do estado gaúcho, o prefeito petebista Sérgio Fuentes, foi confrontado pelo Coronel Knaack de Souza, comandante do 7º Regimento de Cavalaria e da Guarnição Federal no município, que formulou junto a Câmara de Vereadores um pedido de cassação de seu mandato. Esse procedimento foi protelado inúmeras vezes, devido a recorrente falta de quórum. Fuentes, contrário a decisão, ingressou com uma ação no Tribunal de Justiça do Estado, reclamando sua inocência, processo que se estendeu por mais de um ano, até que uma decisão da justiça reestabeleceu o seu mandato. No dia seguinte a decisão, foi preso e levado para um quartel de Uruguaiana, onde após a realização de procedimentos médicos, atestaram a existência de problemas de saúde que o incapacitariam para o exercício do mandato político. A Câmara Municipal, apesar de ser de maioria petebista, convocou uma sessão secreta, onde foi votada a cassação do mandato do prefeito Fuentes. E em poucos dias assumiu o vice-prefeito, Milton Molinos (UDN), que permaneceu no cargo até o início de 1969 (ASEFF, 2008, p. 64-65).

¹³³ Para uma descrição da carreira de Sereno Chaise e os fatos referentes a sua cassação (Cf. Cardoso, Farias e Montemezzo, 2009).

¹³⁴ Os direitos políticos foram cassados em 07/05/1964 (Oliveira, 2000, p. 21).

Cumpra ressaltar que apesar da Constituição de 1946 estar em vigor entre 1964 e 1966, o dispositivo das nomeações não foi acionado e os prefeitos cassados no ano de 1964 não foram substituídos por políticos nomeados e sim por substitutos legais patrocinados pelas Forças Armadas. Nesse contexto, a solução política foi tomada exclusivamente pela corporação militar, que intervinha diretamente na política.

A tabela seguinte apresenta a forma ingresso de prefeitos em municípios classificados como ASN, entre o ano de 1964 e 1985 e desagregadas por categorias, permitindo a seleção dos casos que serão estudados.

Tabela 2 – Em que condição desempenha o cargo de prefeito entre 1964 e 1985?

	Freq.	(%)	Cum.
Nomeado	89	65,93	65,93
Interino	11	8,15	74,07
Prefeito eleito, depois nomeado	10	7,41	81,48
Eleito pela Câmara Municipal	8	5,93	87,41
Vice-Prefeito eleito	6	4,44	91,85
Prefeito Eleito	5	3,70	95,56
Eleito, com mandato prorrogado	4	2,96	98,52
Prefeito Substituto (vice)	1	0,74	99,26
Presidente da Câmara Municipal	1	0,74	100,0
Total	135	100,0	

Fonte: Elaboração própria

Com base a elaboração da tabela acima, os grupos que integrarão a análise serão os seguintes: (i) nomeados, (ii) prefeitos eleitos, depois nomeados, (iii) prefeito substituto (vice) e (iv) os eleitos pela câmara municipal. Os eleitos e substitutos serão desconsiderados nesta pesquisa, ficando organizados da seguinte maneira:

Tabela 3 – Quantidade de prefeitos nomeados entre 1966 e 1985

	Freq.	(%)	Cum.
Nomeado	89	83,18	83,18
Prefeito eleito, depois nomeado	10	9,35	92,52
Eleito pela Câmara Municipal	7	6,54	99,07
Prefeito Substituto (vice)	1	0,93	100,0
Total	107	100,0	

Fonte: elaboração própria.

Do quarto grupo (eleitos pela Câmara Municipal) serão considerados quatro vereadores eleitos pela Câmara Municipal de Vicente Dutra, escolhidos entre os vereadores do MDB entre 1975 e 1985, dado o desinteresse dos membros da Arena local em solicitar a indicação do prefeito nomeado; um vereador do PDS do município de Irai e; dois casos de Bagé, um prefeito e um vice indicados pela Câmara de Vereadores após a cassação dos titulares em 1964.

2.6 ESTRATÉGIA PARA ANÁLISE DO RECRUTAMENTO EM ASN

2.6.1 *SELECTORATE* E AGÊNCIAS

O acesso ao cargo de prefeito nomeado ocorre por uma modalidade de recrutamento fechado, tendo como ponto inicial a sucessão de governadores, a renúncia, ou a substituição de prefeitos nomeados. Analisar o processo de nomeação fornece elementos para responder aos questionamentos referentes à composição da elite, formas de recrutamento e nomeação.

Para analisar o recrutamento em áreas de segurança nacional do RS apresenta-se uma tipologia dividida em dois níveis, um *local* e outro *estadual*. Essa divisão analítica procura demonstrar os caminhos que levavam alguém a ser nomeado prefeito em dois tipos de *selectorate*, o partidário e o não partidário. Por motivos analíticos, foram desdobrados estes *selectorate* em partes, denominadas de *agência*: instâncias responsáveis por recrutar prefeitos.

O método empregado pelo *selectorate* partidário e não partidário no recrutamento é o ponto fundamental para a definição de *agência*. Por exemplo, se o partido produz uma lista política e insere apenas o nome de um candidato, a agência de recrutamento torna-se um desdobramento do *selectorate* partidário. Se o recrutamento de pré-candidatos ocorre no interior da corporação militar, o processo de escolha ocorre em uma agência do *selectorate* não partidário. Nesse sentido, o comportamento adotado no recrutamento define o tipo de *selectorate* e *agência*. Na tabela a seguir foi organizada a descrição dos tipos de *selectorate* e como cada agência realizava o recrutamento político, além do nível em que estas ocorrem.

Tabela 4 – Recrutamento por tipo de *selectorate* (desagregado)

Tipo de Selectorate	Forma de recrutamento	*Freq.	(%)	Nível
Partidário	Comissão Partidária (Arena)	30	31,25	L
	Comissão Mista	15	15,62	L
	Convenção Municipal (Arena)	13	13,54	L
	Líder Executivo	4	4,17	L
	Líder Partidário	2	2,08	L
Não partidário	Nomeação Direta - Governador	13	13,54	E
	Nomeação Direta - Presidente da República	6	6,25	E
	Substituto legal	6	6,25	L
	Indicação Militar após Cassação	4	4,17	L
	Comissão Militar	3	3,12	L
Total		96	100,0	

Fonte: elaboração própria, com base entrevistas.

*Não há dados para os municípios de Tramandaí e Três Passos.

É importante alertar o leitor, que neste estudo “**comissão**” e “**líder**” são divisões analíticas criadas com a intenção de ressaltar as diferenças do recrutamento promovido por

um grupo ou apenas um indivíduo. Assim, a **comissão** demonstra uma decisão tomada em grupo e o **líder** expressa um recrutamento de alta exclusividade e promovido por apenas uma pessoa, como o presidente da República, governador e líderes partidários. O objetivo é evidenciar quem e como escolhe a elite nomeada, especificada no quadro abaixo:

Tabela 5 - Tipo de selectorate, agências e nível do recrutamento

Tipo de Selectorate	Agências de Recrutamento	Forma de Recrutamento	Nível*
<i>Partidário</i>	Comissão Partidária (Arena)	Quando não ocorria a convenção municipal, a cúpula do partido se reunia e deliberava uma lista fechada de nomes. Esta poderia conter, um, três ou mais nomes.	L
	Comissão Mista	São grupos formados por representantes da Arena local e também estadual, além de vereadores da Arena e do MDB, deputados estaduais e federais e integrantes da sociedade civil. Essas lideranças se reuniam com a finalidade de produzir uma lista de candidatos, que poderia ser o resultado de convenções municipais ou por simples consenso. Portanto, a comissão mista reunia diversos segmentos políticos da sociedade, como empresários e líderes comunitários.	L
	Convenção Municipal (Arena)	As convenções partidárias municipais convocavam os filiados e a cúpula do partido para eleger uma lista com um, três ou mais nomes, chamada de lista tríplice. Participavam, exclusivamente, membros da Arena local.	L
	Líder Executivo	Esse tipo de escolha ocorreu após 1970: o prefeito que seria substituído indicava o nome do seu sucessor, geralmente integrante da estrutura de seu governo. A lista era levada diretamente pelo prefeito às mãos do governador, que nomeava o <i>selecionado</i> ou a lista era levada pelo deputado associado a esse prefeito e entregue ao governador.	L
	Líder Partidário	Uma posição privilegiada na hierarquia partidária resulta em aumento das chances de efetivar candidatura. O contato com deputados e outras lideranças políticas permitiu a obtenção de apoios que resultaram em indicações.	L
<i>Não Partidário</i>	Nomeação Direta - Governador	Havia duas hipóteses: (a) quando o governador convocava e nomeava o prefeito para seu primeiro mandato e; (b) quando o governador renovava o mandato do prefeito.	E
	Nomeação Direta Presidente da República	O presidente escolhia um nome, indicava ao governador do estado que nomeava o indivíduo indicado.	E/F
	Substituto legal	Quando o prefeito deixava o cargo por renúncia, exoneração ou cassação de mandato, assumindo seu substituto legal. No caso de prefeito, assumia o vice e na inexistência de vice, o presidente da Câmara de Vereadores municipal.	L
	Indicação Militar após Cassação (comissão política)	Quando o prefeito e vice tinham seus mandatos cassados e não haviam substitutos, o regime promovia militares ou indivíduos eleitos pelas Câmaras de Vereadores. Para isso eram alterados dispositivos do regimento interno, dando poderes para os vereadores realizarem eleições indiretas, com candidatos apresentados pelo regime.	L
	Comissão Militar	Esse processo ocorre em dois locais: Herval e Canoas. Os dois modelos são distintos. Em Canoas, o Estado Maior da 5ª Zona Aérea, era mobilizado e currículos avaliados e após, o nome indicado era nomeado pelo presidente da República. Já em Herval, as forças armadas, eram uma instituição assessoria ao governador.	L

Fonte: elaboração própria, com base as entrevistas com ex-prefeitos nomeados;

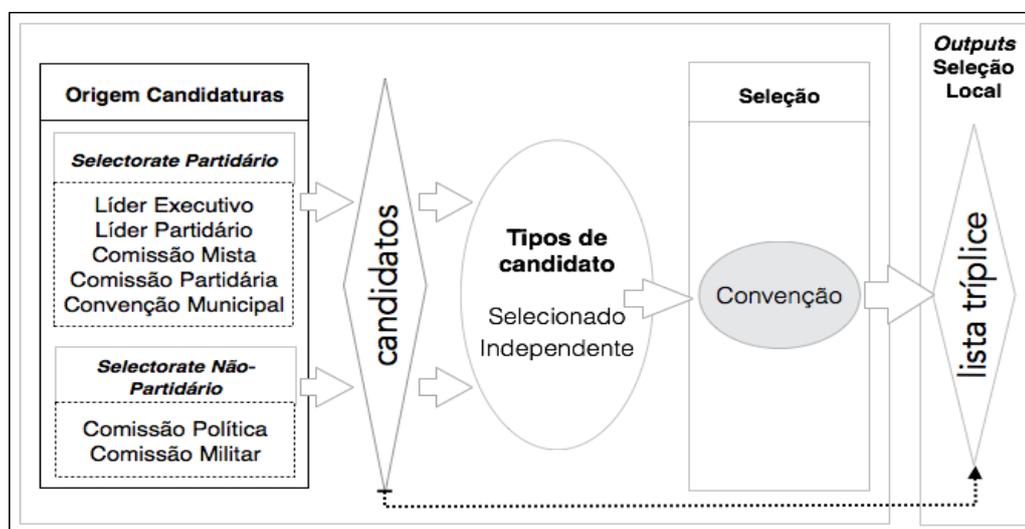
* (L) será referente ao recrutamento local; (E) para recrutamento estadual; (F) Federal

2.6.2 OS NÍVEIS DO RECRUTAMENTO: O LOCAL E O ESTADUAL

O que ocorre na primeira etapa do recrutamento de prefeitos? Para responder a esta pergunta, verifica-se a ocorrência da escolha de candidatos promovida no interior das agências, posteriormente a elaboração das listas tríplice e seu envio ao governo estadual, a segunda parte do processo de recrutamento. O processo envolvendo o direcionamento das listas até a nomeação, abrange diversos fatores e intrincadas redes, assim, quanto maior o número de apoios e a capacidade de influência destes apoiadores, aumentam as chances de alguém alcançar estes postos. A conexão entre o ambiente local e estadual esteve condicionada a intermediação de agentes políticos com acesso a centros de poder e redes de contatos privilegiadas, como burocratas e políticos, entre eles, deputados, ministros, generais, que interferiram no processo de nomeação.

Ambiente local. Utilizando o conceito do *selectorate* proposto nos estudos de Hazan e Rahat (2001; 2006; 2013), e as entrevistas com ex-nomeados, desenvolveu-se uma tipologia que conduzirá a análise do recrutamento em âmbito local:

Figura 1 – Tipologia para o recrutamento fechado – ambiente local

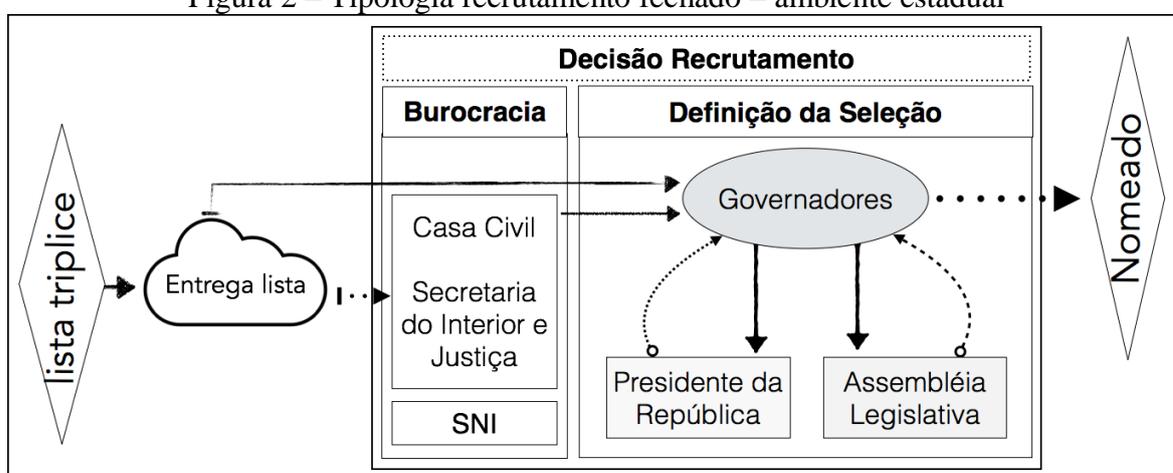


Fonte: Elaboração própria

Ambiente Estadual. Corresponde a segunda fase do processo de recrutamento. Neste ambiente as decisões estavam sujeitas a interferência de processos políticos, encerrando o circuito do recrutamento iniciado no âmbito local e que apresentavam três rotas, e subdivisões. A fase (1) corresponde a entrega da lista tríplice, momento onde o governo era mobilizado para a análise do currículo dos indicados pela (i) Casa Civil e (ii) Secretaria do Interior e Justiça, em casos especiais, requisitam o auxílio de investigações do SNI, que

colhiam as impressões na comunidade de origem do prefeito. Nestas investigações eram analisadas as famílias dos indicados, tais informações eram repassadas ao governador (2) que decidia qual candidato era o mais recomendado. Somente após este procedimento o governador comunicava o seu indicado ao presidente da República (3), caso o nome fosse aprovado o prefeito era nomeado. Em alguns casos, indivíduos com alto poder de influencia eram responsabilizados por entregar diretamente ao governador a lista tríplice e apontavam entre os três ou mais nomes a sua lealdade, evitando assim a fase 1, conforme representação da tipologia abaixo:

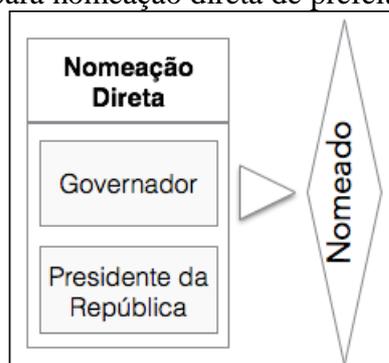
Figura 2 – Tipologia recrutamento fechado – ambiente estadual



Fonte: Elaboração própria

Nomeações diretas. São um atalho à tipologia do ambiente local, tipo de possibilidade ocorrida em momentos em que a renovação do mandato do prefeito é providenciada diretamente pelo governador. As nomeações realizadas pelo presidente da República desconsideram atores como governador, líderes partidários e Arena – dependendo exclusivamente das ligações pessoais do postulante ou selectorate com a entidade que o nomeia, conforme o modelo abaixo:

Figura 3– Tipologia para nomeação direta de prefeitos: federal e estadual



Fonte: Elaboração própria

2.6.3 RECURSOS SOCIAIS E PERFIL SÓCIO-PROFISSIONAL

No decorrer do presente trabalho, observa-se o predomínio de recrutamento partidário. O acesso à elite de nomeados é oferecido a indivíduos sem qualquer experiência política em cargos eletivos ou na administração pública. Em decorrência da criação de novos municípios verifica-se a inexistência de uma elite política articulada, esta somente será encontrada em localidades com emancipação anterior a 1950. Assim a equação para o recrutamento promovida pelas agências dos *selectorate*: nem sempre valorizaram indivíduos “competitivos”, pois estes não precisariam enfrentar eleições. Como resultado, tem-se um recrutamento com padrão exógeno ao grupo da Arena. Isso quer dizer que buscavam no grupo de “governados” os indivíduos com qualidades “superiores”, afim de legitimar e até justificar o predomínio dos “governantes”.

O quebra-cabeças é compreender como os recursos sociais e de posição podem auxiliar na explicação do recrutamento em uma sociedade de colonização recente, que sofre um processo de redefinição geográfica (emancipação), desprovida de uma classe política, sem uma hierarquização social muito definida e submetida a um sistema de escolha fechado, mas que conta com a presença de partidos.

Da análise dos recursos sociais dos nomeados, pode-se extrair padrões, quais, por sua vez, atuarão como fonte de *distinção* (Bourdieu, 2001), ou seja, a posse de determinados *atributos* e *qualidades* socialmente reconhecidas pelos integrantes das agências dos *selectorate*, acabam por legitimar o *domínio* (Bourdieu, 2004; Mosca, 1923). O *selectorate* deveria procurar indivíduos com uma “ficha limpa” e sem máculas. Na fase local deveria recrutar os melhores quadros, que posteriormente passariam pelo aval do governo estadual (segundo etapa). Para estas escolhas os critérios de seleção eram variados, como os recursos sociais, nome de família, integrante dos quadros da Arena.

Mosca comenta que a “superioridade” das minorias não reside apenas na sua organização, mas na forma como se diferenciam da massa por “*certe qualità*”: (i.e) “*qualquer atributo, verdadeiro ou aparente, que seja fortemente apreciado e de muito valor na sociedade que vivem*”¹³⁵. Evitando a tendência de explicar a hierarquia social com base a teoria darwinista. Para compreender a minoria que governa, é preciso considerar seus recursos

¹³⁵ Però, oltre al vantaggio grandissimo che viene dall'organizzazione, le minoranze governanti ordinariamente sono costituite in maniera che gl'individui che le compongono, si distinguono dalla massa dei governati per certe qualità, che danno loro una certa superiorità materiale ed intellettuale od anche morale, oppure sono gli eredi di coloro che queste qualità possedevano: *essi in altre parole devono avere qualche requisito, vero od apparente, che è fortemente apprezzato e molto si fa valere nella società nella quale vivono.* (Mosca, 1923, p. 96–97) A tradução livre e o destaque em itálico é nosso.

(intelectuais e econômicos), o princípio de *constituição* de autoridade (se autocrático ou liberal) e sua tendência à *formação* (aristocrática ou democrática)¹³⁶. Nas ASN o princípio será autocrático e o recrutamento se dá de maneira fechada, sendo um sistema autoritário, centrado em grupos restritos e com poder para definir, na maior parte das vezes, quem governará.

Da mesma forma que Mosca não reconhece o “darwinismo social” como a fonte explicativa para hierarquização social¹³⁷, Bourdieu, como já citado no capítulo introdutório, tece críticas ao método posicional, dizendo que é mais fácil observar “grupos, indivíduos que pensar relações” (2004, p. 27-29). Entretanto, Bourdieu reconheceu a dificuldade em se “apreender os espaços sociais de outra forma que não seja a de distribuições de propriedades entre indivíduos” (2004a, p. 29). Surgindo a noção de que os capitais seriam o resultado das posições ocupadas pelos indivíduos em determinado campo.

Para Mosca certos “atributos”, aqueles “valorizados socialmente”, atuam como elementos de distinção entre uma sociedade dividida em governantes e governados. “Mas a verdade é que a posição social, a tradição de família, os hábitos da classe do qual vivemos, contribuem para um maior o menor desenvolvimento das qualidades mencionadas, mas não é o que comumente se crê”¹³⁸ (1923, p. 112). Pensando nisso, é possível verificar estas diferenças entre os nomeados, através da comparação dos recursos sociais no tempo e espaço geográfico.

O método posicional, ou das posições, empregado por diversos autores¹³⁹, possibilitará a verificação destes atributos (membro de família política tradicional, posse de diploma universitário, profissão). Ser professor, militar, comerciante e agropecuarista, constituem a base sócio-profissional considerada, pelo *selectorate* ou a “minoría governante”, como elementos que capacitavam estes indivíduos para a atividade política. Para analisar estes recursos, utiliza-se a noção de *capital* empregada na teoria *bourdiesiana*.

¹³⁶ (Perissinotto, 2003, p. 21)

¹³⁷ Mosca comenta o seguinte sobre o darwinismo social: Dopo ciò diremo come le aristocrazie ereditarie spesso hanno vantato una origine soprannaturale o almeno diversa e superiore a quella delle classi governate; tale pretesa si spiega con un fatto sociale importantissimo, *del quale dovremo lungamente parlare nel seguente capitolo, e che fa sì che ogni classe governante tende a giustificare il suo potere di fatto appoggiandolo ad un principio morale d'ordine generale*. Recentemente però la stessa pretesa si è presentata con l'appoggio di un corredo scientifico. *Qualche scrittore, sviluppando ed ampliando le teorie del Darwin, crede che le classi superiori rappresentino un grado più elevato dell'evoluzione sociale e che esse quindi siano per costituzione organica migliori di quelle inferiori; il Grumplowicz, già citato, va più avanti e sostiene nettamente il concetto che la divisione dei popoli in classi professionali è fondata, nei paesi di moderna civiltà, sopra una eterogeneità etnica*. (Mosca, 1923, p. 111) O destaque é nosso.

¹³⁸ “Ma la verità è che la posizione sociale, le tradizioni di famiglia, le abitudini della classe in cui viviamo, contribuiscono al maggiore o minore sviluppo delle qualità accennate più di quanto comunemente si crede (...)”.

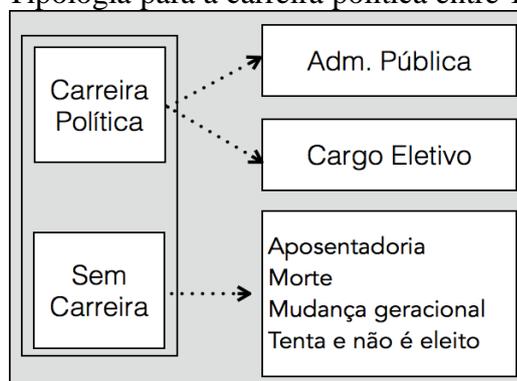
¹³⁹ (Bottomore, 1993; Bourdieu, 2004a, 2007b; CHARLE, 1987, 2008; Dahl, 1970; Mills, 1981; Putnam, 1976)

2.7 ESTRATÉGIA PARA ANÁLISE DAS CARREIRAS DE NOMEADOS APÓS REFORMA POLÍTICA DE 1979

Foi criado um banco de dados a partir das entrevistas realizadas, onde o ponto de partida foi marcado pelo momento em que nomeados deixaram o cargo de prefeito. O modelo utilizado foi o desenvolvido por Madeira e Gerardi (2014), que busca compreender a carreira de prefeitos nomeados no estado do Rio Grande do Sul, partindo do pressuposto de que a trajetória de um prefeito nomeado (anterior à nomeação e como nomeado) afetaria a possibilidade de continuar na atividade política após a reforma política de 1979, que se estendeu até 2012.

Para analisar estas carreiras, foram utilizadas variáveis específicas, como a experiência política (cargos ocupados, tempo de mandato como nomeado) e capitais (de origem familiar, escolar e políticos). Casuísmos das ASN (integrante do PDS, último prefeito nomeado) atuaram no sentido de produzir carreiras políticas em dois sentidos: (i) administração pública e (ii) cargos eletivos, conforme o modelo seguinte:

Figura 4 – Tipologia para a carreira política entre 1979 e 2012



Fonte: adaptado de Madeira e Gerardi (2014)

3 SELECTORATE E AGÊNCIAS DE RECRUTAMENTO EM ÁREAS DE SEGURANÇA NACIONAL

Conforme exposto no capítulo introdutório, o recrutamento no Brasil é composto por análises do perfil sócio-ocupacional de elites “já recrutadas”, ou seja, de indivíduos que conquistaram algum cargo eletivo em períodos democráticos. Como consequência desse modelo analítico, o recrutamento seria estimado pelo perfil de postulantes eleitos que fracassam ou desistem¹⁴⁰ da atividade legislativa.

A análise em partidos políticos, produto da última década, escassa e igualmente concentrada na seleção de elites legislativas, indica que os perfis de candidatos e eleitos não exibem diferenças, por outro lado, apesar de os *outputs* captados pelo método posicional replicarem uma imagem, em certa medida, espelhada no recrutamento, as análises qualitativas sugerem que a dimensão intrapartidária atua como um importante modelador da seleção de candidatos¹⁴¹.

Este capítulo se destina a *indicar como se organizam e se formam as minorias que governam em um autoritarismo, descrevendo como alguém conquista a posição de prefeito nomeado*. O objetivo central é investigar a nomeação, dirigindo a atenção ao processo definido como *recrutamento fechado*, valorizando a sua ocorrência em municípios ASN, ao invés de se concentrar apenas no perfil sócio-ocupacional de prefeitos nomeados.

No ambiente local, as relações sociais, o tipo de capital e a experiência política são indicadores sugestivos para a tomada de decisão das agências dos selectorate dedicadas à seleção de pré-candidatos à nomeação. As relações políticas estabelecidas no campo serão outra referência para que alguém faça parte da elite de nomeados, entre os candidatos selecionados e os indivíduos proeminentes do cenário local, estadual e federal. No interior de um mesmo tipo de agência dos *selectorate*, a forma como se dá o recrutamento é diferenciada, uma vez que se aplicada a mesma fórmula no tempo e espaço, os resultados serão diversos.

A discussão do capítulo está organizada em sessões. Na primeira, será apresentada a descrição dos *selectorate* e agências no ambiente local e posteriormente a tipologia para o *recrutamento local*. Na sessão II, serão exploradas as agências de recrutamento circunscritas ao *selectorate* partidário e texto será conduzido pela utilização das entrevistas e analisado sob o viés das agências do *selectorate* partidário, demonstrando o quão é poroso e suscetível a

¹⁴⁰ (Florentino, 2008).

¹⁴¹ (Bolognesi, 2009, 2013b; Braga, Veiga e Miríade, 2009; Braga, 2008; Perissinotto e Bolognesi, 2009).

atuação de redes políticas. Na sessão III serão exploradas as agências de recrutamento do *selectorate* não partidário. E, por fim, as conclusões parciais.

3.1 RECRUTAMENTO FECHADO: QUEM E COMO RECRUTAM CANDIDATOS A NOMEAÇÃO?

O recrutamento fechado para o cargo de prefeito na condição de nomeado apresenta como mecanismo (mas não exclusivamente) a articulação entre os níveis local e estadual. Essa permissividade do regime atuava por um processo de *parceria e cooperação* entre as esferas, concedendo autonomia na indicação de pré-candidatos à nomeação – *a nomeação é a fase final de um processo de recrutamento, articulado e partilhado entre os ambientes local e o estadual.*

O processo empregado para o desenvolvimento da tipologia, que conduzirá a análise do recrutamento, foi originado das descrições realizadas pelos ex-prefeitos nomeados entrevistados, conforme exposto no capítulo metodológico. O ponto crucial na elaboração da tipologia, compreende a análise do comportamento de *grupos ou atores isoladamente* durante o recrutamento. A tabela seguinte destaca os *selectorate* e as agências de recrutamento do ambiente local:

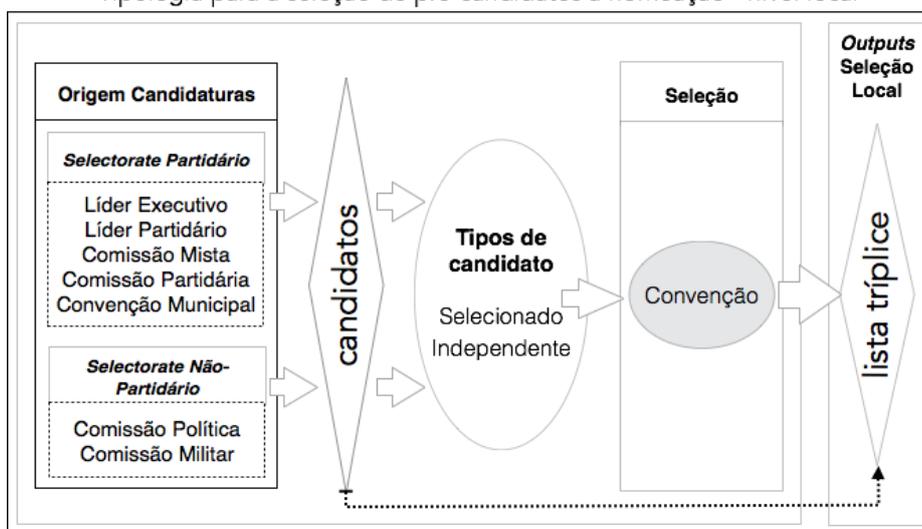
Tipo de Selectorate	Agências de Recrutamento	Forma de Recrutamento	Nível*
<i>Partidário</i>	Comissão Partidária (Arena)	Quando não ocorriam as convenções municipais, a cúpula do partido se reunia e deliberava uma lista fechada de nomes. Poderiam conter, um, três ou mais nomes recomendados.	L
	Comissão Mista	São grupos formados por representantes da Arena local e também estadual, além de vereadores da Arena e do MDB, deputados estaduais, federais e integrantes da sociedade civil. Essas lideranças se reuniam com a finalidade de produzir uma lista de candidatos, que poderia ser o resultado de convenções municipais, ou por simples consenso. Portanto, a comissão mista reunia diversos segmentos políticos da sociedade, como empresários e líderes comunitários.	L
	Convenção Municipal (Arena)	As convenções partidárias municipais, convocavam os filiados e a cúpula dos partidos para elegem uma lista com um, três ou mais nomes, chamada de lista tríplice. Participavam exclusivamente membros da Arena local.	L
	Líder Executivo	Esse tipo de escolha ocorreu após 1970 e era bastante simples: o prefeito que seria substituído indicava o nome do seu sucessor, geralmente integrante da estrutura de seu governo. A lista era levada diretamente pelo prefeito às mãos do governador, que nomeava o <i>selecionado</i> ; ou a lista era levada pelo deputado associado a esse prefeito e entregue ao governador.	L
	Líder Partidário	Uma posição privilegiada na hierarquia partidária resulta num aumento das chances de efetivar candidatura. O contato com deputados e outras lideranças políticas permitiu a obtenção de apoios que resultassem em indicações.	L

Não Partidário	Substituto legal	Quando o prefeito deixava o cargos por renúncia, exoneração ou cassação de mandato. Assumia então o substituto legal. No caso de prefeito, assumia o vice. A inexistência de vice, assumia o presidente da Câmara de Vereadores municipal.	L
	Indicação Militar após Cassação	Quando o prefeito e vice tinham seus mandatos cassados, e não haviam substitutos. O regime indicava um. Podendo ser um militar ou até mesmo indivíduos eleitos pelas Câmaras de Vereadores. Para isso eram alterados alguns dispositivos do regimento interno, dando poderes para estes realizar eleições indiretas. Onde o regimento apresentava os candidatos e os vereadores votavam, como ocorria na cidade de Bagé.	L
	Comissão Militar	Esse processo ocorre em dois locais: Herval e Canoas. Os dois modelos são distintos. Em Canoas, o Estado Maior da 5ª Zona Aérea é mobilizado e diversos currículos são avaliados; logo depois, o nome indicado é nomeado pelo presidente da República.	L

* (L) será referente ao recrutamento local.

A seguinte tipologia é originada da organização destas descrições supracitadas e representam a primeira fase do recrutamento fechado:

Tipologia para a seleção de pré-candidatos a nomeação - nível local



Fonte: Elaboração própria

Embora sejam discrepantes entre si, a tipologia apresenta dois *selectorate*, ambos se concentram no ambiente local e perseguem o caminho comum: a produção de uma lista política fechada. O *selectorate partidário* terá processo de recrutamento que transpassa a Arena e o *selectorate não partidário* será regido pela independência partidária – o primeiro *selectorate* atua de maneira exclusiva ou em parceria com as sessões da Arena local e o segundo será formado por agências com prerrogativas e recursos que permitem realizar o recrutamento sem a anuência partidária.

A próxima tabela demonstra as frequências do recrutamento com base no tipo de *selectorate*, considerando as agências de recrutamento do ambiente local e estadual entre 1964 e 1985, destacando-se o *selectorate* partidário, com 66,6% da indicação de prefeitos.

Tabela 6 – *Selectorate* partidário e não partidário

Tipo de Selectorate:	Freq.	(%)
Partidário	64	66,67
Não-Partidário	32	33,33
Total	96	100,0

Fonte: elaboração própria.

Ao desagregar estes *selectorate*, segundo agências local e estadual, observa-se a concentração em três comissões, que juntas detém 60,4% das indicações de todo o período estudado: *a comissão partidária, a comissão mista e a convenção municipal*. Apresentando a Arena como o principal operador do recrutamento e carreiras de prefeitos nomeados:

Tabela 7 – Recrutamento por tipo de *selectorate* desagregado

Tipo de Selectorate	Forma de recrutamento	*Freq.	(%)
Partidário	Comissão Partidária (Arena)	30	31,25
	Comissão Mista	15	15,62
	Convenção Municipal (Arena)	13	13,54
	Líder Executivo	4	4,17
	Líder Partidário	2	2,08
Não Partidário	Nomeação Direta – Governador	13	13,54
	Nomeação Direta - Presidente da República	6	6,25
	Substituto legal	6	6,25
	Indicação Militar após Cassação	4	4,17
	Comissão Militar	3	3,12
Total		96	100,0

Fonte: elaboração própria.

*Não há dados para os municípios de Tramandaí e Três Passos, totalizando 11 casos.

Ao observar o período estudado (1964 e 1985), independente do *selectorate*, é possível constatar que 77% do recrutamento de prefeitos se concentra no âmbito local¹⁴² e que a nomeação, em sua maioria, não foi uma decisão unilateral do regime, visto que, apenas 19,71% estiveram sob o controle exclusivo do governador e presidente da República (análise apresentada no quarto capítulo).

¹⁴² Desconsidera-se para o cálculo: as nomeações diretas (presidente da República e governador de estado), e a comissão militar.

A origem da maioria dos pré-candidatos é promovida pelas agências e essas não são representadas por poderosas elites políticas, como as verificadas durante o Estado Novo, que conseguiram se impor frente a centralização. No autoritarismo, a maior parte dos municípios estavam em formação e não possuíam uma elite política enraizada, assim, o regime partilhou com as elites locais o processo de recrutamento, tolerando que as indicações partissem do âmbito local.

A comissão militar desloca o recrutamento para fora do ambiente partidário, mesmo procedimento promovido pelas Câmaras de Vereadores (substituto legal e indicação militar após cassação) que em determinados períodos sofrem a interferência da corporação militar.

As redes políticas também fazem parte do processo de recrutamento em agências, mantidas entre os postulantes à nomeação e os políticos de expressão (como deputados, secretários de estado, ministros, chefes de executivo estadual, presidente da República e militares). A Arena não se constituirá como um prolongamento da burocracia estatal, assim como observado por Campello de Souza (1976) para os partidos do período multipartidário, uma vez que as agências compreendidas nesta investigação, apresentam condições para impor suas preferências ao regime – neste caso, os candidatos de suas localidades.

3.2 SELECTORATE PARTIDÁRIO

Nesta sessão serão analisadas as cinco agências de recrutamento que integram o círculo do *selectorate* partidário, especificamente em âmbito local. Para exemplificar serão apresentados trechos de depoimentos com ex-prefeitos nomeados, dados quantitativos referentes aos recursos sociais e dados de trajetória e herança familiar para ilustrar o campo onde estas disputas ocorreram.

3.2.1 COMISSÃO PARTIDÁRIA

A *comissão partidária* era composta, exclusivamente, por dirigentes da Arena local, agência que delimitava o perfil e quais candidatos integrariam a lista política, que posteriormente era encaminhada para avaliação do chefe executivo estadual.

Uma definição mais estreita de *quem* apresentava estes nomes, somente seria possível por meio de observações cuidadosas do processo no interior da Arena. Não é exagero supor que esses nomes eram apresentados pelo chefe partidário – as entrevistas evidenciam este ponto. Entretanto, o repertório da elite investigada destaca o recrutamento como uma ação da

minorias organizadas, a decisão do “partido” acaba diluindo a individualidade, dando a impressão do consenso. A análise de outras agências, realçam que prefeitos foram inseridos na lista política em função da posição de presidente do partido, a biografia individual, recursos sociais e herança familiar. Assim, o “consenso” partidário, entre os nomes apresentados, fora, em alguns momentos, orientado pelos recursos sociais.

O ex-prefeito nomeado do município de Iraí, Uivalde Pigatto, em sua entrevista narra como a agência atuou na escolha de seu nome. Como herdeiro da atividade comercial de sua família, estava em contato direto com a população do município, sendo esta a sua fonte de reconhecimento social. A vida privada também influenciou na sua indicação, visto que a união matrimonial ocorreu com a integrante de uma família com tradicional participação na política regional. Pigatto exercera atividade política desde o ano de 1963, quando fora eleito prefeito PSD e com a mudança de regime político, imposta pelos militares em 1964, o fato de integrar a situação política, somada a proibição de novas eleições, proporcionou a manutenção do seu mandato até o ano de 1968, com a criação das ASN. Em 1969 foi nomeado prefeito de Iraí, permanecendo no cargo até o ano de 1971.

A forma como *se organizaram e se formavam estas minorias que governaram nas ASN*, têm como lócus privilegiado o partido político, neste caso, a Arena, onde o exercício do poder somente era possível com o aval das elites locais e estaduais, conforme Pigatto.

Entrevistador: A Arena no município chegou a escolher uma lista tríplice e mandar para o governador, ou isso não aconteceu?

Uivalde Pigatto: Não.

Entrevistador: Não aconteceu?

Uivalde Pigatto: Não. Houve. Se reuniram e a indicação era a minha. Porque o pessoal entendia que aqueles primeiros cinco anos que eu fui prefeito na época da revolução, eu teria me saído até de certa maneira bem, porque eu não deixei criar conflitos dentro da comunidade e da sociedade. Defendi o município e fiz no município o que precisava ser feito, claro, que em doses homeopáticas, porque você não podia fazer tudo aquilo que tinha vontade de fazer, porque os recursos eram poucos. E aí o governo do estado também entendeu que seria bom eu continuar para realizar as coisas que eu tinha começado no mandato eletivo.

(Pigatto, Uivalde, 2012) – Iraí.

Pigatto reforça que o motivo para sua indicação está relacionado ao fato ocupar o cargo de prefeito. Este padrão é evidenciado em outros dez casos – 9,35% da população analisada¹⁴³. Desde grupo, quatro foram recrutados pela comissão partidária.

Sobre sua sucessão, Pigatto descreve o procedimento utilizado pela comissão partidária que atuava como uma espécie de “filtro”, modelando o perfil do político ideal. O escolhido foi o professor de Educação Física, Rui Born, vereador eleito pela Arena no ano de

¹⁴³ (N=107)

1968 que posteriormente assumiu o posto de presidente da câmara municipal, cargo do qual se licenciou para cumprir o mandato de prefeito em Iraí, entre os anos de 1971 e 1980.

Entrevistador: Como aconteceu a sucessão do senhor para o *Rui Born*?

Urivalde Pigatto: Olha, foi um pouco discutida. Tinha quatro figuras proeminentes. Políticos aqui, chefes de política com a cultura, mediana, não eram professores. Alguns pretendiam ser candidatos. Pretendiam.

Entrevistador: O senhor pode citar o nome deles, para que possa mapear: quem eram os candidatos, o senhor lembra?

Urivalde Pigatto: Olha, tinha: Mano Menegucci, Roberto Vargas, Amauri Cardoso Carpes e Antônio Baldin.

Entrevistador: Todos esses se enfrentando?

Urivalde Pigatto: Eles queriam que saísse o nome de um destes quatro.

Mas como eram pessoas com pouca cultura. Entendemos que não tinham capacidade administrativa de ir a Brasília brigar por verbas, etc. Então, optamos por Rui Born porque ele era professor. Entende? Era jovem, ele poderia ser, e foi aceito. Eles não brigaram. Concordaram. Foi indicado o Rui Born, e ele foi nomeado.

Entrevistador: Não foi feito aquela votação em lista?

Urivalde Pigatto: Não, não, não. A decisão foi aqui mesmo. Veio, se não me engano, o deputado Fernando Gonçalves, o Amaral de Souza, e a decisão foi feita aqui mesmo. “Então será fulano de tal...”, penso que foi o Fernando Gonçalves.

Entrevistador: Na hora da decisão eles apareciam para ajudar a decidir, era isso?

Urivalde Pigatto: Sim, isso.

Entrevistador: E eles mapeavam mais ou menos, dizendo: “Esse não dá, esse dá...”?

Urivalde Pigatto: Não, não, não...eles, como líderes políticos, deixavam nós resolver as questões político-partidárias. Aquele que a gente resolvia indicar, eles apoiavam. (Pigatto, Urivalde, 2012) – Iraí.

Este trecho da entrevista destaca três informações importantes: a primeira está relacionada aos recursos sociais do recrutado (diploma e atividade profissional), a segunda versa sobre a experiência política (vereador) e a terceira a mediação do processo por deputados. A atividade desenvolvida por Rui Born na sociedade (professor), sua passagem como vereador, somado ao fato de ocupar cargo de presidente do partido, garantiram o deslocamento horizontal na estrutura social, como explica Bourdieu:

“o pendor da trajetória individual e, sobretudo, coletiva, comanda, por intermédio das disposições temporais, a percepção da posição ocupada no mundo social e a relação encantada ou desencantada com essa posição que é, sem dúvida, uma das principais mediações através das quais se estabelece a relação entre a posição e as tomadas de posição políticas.” (2007, p. 425)

O exercício da profissão de educador oferecia ao indivíduo certo destaque na sociedade, visto que existiam poucos profissionais portadores de diploma universitário¹⁴⁴, especialmente em regiões de colonização recente, como exemplo do Noroeste do RS, que no ano de 1970 possuía municípios com menos 10 anos de existência. A atividade educacional

¹⁴⁴ Segundo Daniel Gaxie, um índice para mensurar a representação política de uma classe de deputados pode ser verificada pela aplicação de uma fórmula matemática: (de deputados originários de uma dada categoria social) / (dessa categoria na população ativa) X 100. (Cf. Gaxie, 2012, p. 165)

era supervalorizada em todos os contextos analisados, o que é explicado pelo isolamento geográfico destas localidades, longe dos grandes centros econômicos, não eram capazes de atrair grande número de profissionais de todas as áreas.

A análise sócio-profissional demonstra que a classe dos professores apresenta maior frequência entre os prefeitos nomeados em todo o período pesquisado. Dentre os 107 nomeados, entre 1964 e 1985, 25,3% pertencem a categoria dos professores, 21,7% de militares e 18,1% eram comerciantes – que juntos representaram 65,6% do total de nomeados.

O seguinte recorte de jornal apresenta alguns dos elementos já destacados, como o caminho percorrido pelo nome do selecionado, no interior da burocracia, até ser nomeado novo prefeito de Santana do Livramento, além da ênfase dada à profissão e ao cargo desempenhado na administração do prefeito que seria substituído (secretário de educação), destaca-se a trajetória política como vereador, apresentando o processo de recrutamento como um *puzzle* complexo.

Figura 5 – Prefeito nomeado em Santana do Livramento



Fonte: acervo privado da família Costa (Jornal A Plateia, 25 julho de 1975).

Ao ocupar cargos em secretarias e assessorias políticas de prefeituras em municípios ASN, esses indivíduos adquiriram experiência e ampliaram suas redes de relações, que

operavam como uma “fonte de crédito”¹⁴⁵, atuando como um elemento de capacidade, que credenciava os ocupantes destes cargos à atividade política. A distinção que o exercício destas atividades públicas conferia aos seus ocupantes, foi narrada por Paulo Martin Engers, ex-prefeito nomeados de Porto Xavier, que descreveu seu processo de sucessão que resultaria na nomeação de Ovídio Kaiser.

Kaiser, anteriormente à sua nomeação, atuava como professor, formação cumprida na Escola Normal Rural La Sale. Sua trajetória na vida pública iniciou em 1966, na secretaria de administração de Porto Xavier, a convite do prefeito nomeado Hugo Feier. Com a posse de Engers, Kaiser permaneceu na secretaria até tomar posse como prefeito nomeado, mandato foi cumprindo em plena transição para a atual democracia (1979 - 1985).

Entrevistador: O Ovídio Kaiser foi no mesmo modelo?

Paulo Martin Engers: Mesmo modelo, foi mandada a lista tríplice.

A situação era difícil, não era fácil conseguir gente para trabalhar, havia pouca gente, então fui me desgostando, e não quis ficar, e disse para o Amaral [de Souza] que iria sair e nós iríamos indicar outro; e indicamos outro nome, inclusive o Ovídio Kaiser, ele foi meu secretário da administração; ele continuou o que nós começamos.

Entrevistador: O senhor acha que essa iniciação do Ovídio Kaiser como seu secretário foi um fator importante para a nomeação?

Paulo Martin Engers: Sim, claro. Ele estava dentro da máquina administrativa, era mais fácil.

Entrevistador: Os concorrentes do Ovídio Kaiser eram fracos...

Paulo Martin Engers: Na época ele era o melhor, não foi escolhido mal.

Estava por dentro da educação, estava sabendo como funcionava a máquina, e já vinha do tempo do Hugo [primeiro interventor] e estava dentro da educação, era uma pessoa que estava entrosada ali dentro. Ele passou as três administrações, a do Hugo, a minha e a dele.

(Engers, Paulo Martin, 2012) – Porto Xavier

A experiência política e a atividade profissional desenvolvida pelos prefeitos antes da nomeação, são consideradas pelos seletores como fontes de legitimidade à atividade política.

O cargo de prefeito nomeado foi para muitos indivíduos o primeiro cargo político em suas trajetórias, onde 63,4% dos prefeitos jamais ocupou cargo eletivo anterior à sua nomeação e pelos 93,2% nunca exerceram atividades na administração pública, solidificando a visão de que estes indivíduos desenvolviam novas carreiras. Conforme demonstrado nas seguintes tabelas, que apresentam a carreira eletiva e na administração pública anteriores as nomeações, apresentando como singularidade dos nomeados o fato de não acusarem trajetória durante o multipartidarismo (1945 - 1964)¹⁴⁶.

¹⁴⁵ Esse termo é utilizado por Igor Gastal Grill em sua análise sobre o parentesco como uma forma de recurso político. (2005, p. 138)

¹⁴⁶ Cumpre destacar, que não existem dados para todos os prefeitos da amostra (N=107).

Tabela 8 – Carreira eletiva anterior à nomeação (1945-1965)

Número de cargos eletivos ocupados entre 1945 e 1965	Freq.	(%)	Cum.
0	52	63,41	63,41
1	22	26,83	90,24
2	6	7,32	97,56
3	1	1,22	98,78
4	1	1,22	100,0
Total	82	100,0	

Tabela 9 – Carreira na administração pública anterior à nomeação (1945-1965)

Cargos ocupados na adm. pública entre 1945 e 1965	Freq.	(%)	Cum.
0	69	93,24	93,24
1	4	5,41	98,65
2	1	1,35	100,0
Total	74	100,0	

Fonte: elaboração própria.

Ao considerar o bipartidarismo em relação ao multipartidarismo, observa-se um aumento na quantidade de indivíduos que ocuparam cargos eletivos anterior a nomeação. Mesmo assim, o maior percentual será de prefeitos que não apresentam experiência anterior a nomeação, reforçando a constatação anterior: de que a elite dos nomeados além de estar em novas carreiras, representavam, em alguma medida, uma nova elite e isso pode ser percebido pelo perfil dos recrutados.

Dos 107 prefeitos nomeados entre **1964 e 1979**, 46 foram eleitos para algum cargo anterior a sua sua posse, 53 jamais desempenhou atividades políticas e 8 foram eleitos para cargos eletivos após a nomeação. Representando que 57% do universo estudado não possuía experiência em cargos eletivos anterior a nomeação (61 de 107). Evidenciando que trajetória em cargos da administração pública, também não é premissa para 84% dos nomeados (90 de 107).

Nesta análise é possível extrair que os diversos *selectorate* tratados nessa sessão, valorizaram no momento do recrutamento outros elementos, além da experiência política. A experiência em outros setores, como o comercial, educacional e militar, categorias profissionais que concentram a maior parte do recrutamento entre as diversas agências, serão ponto importante para compreender a atividade do recrutamento.

Na atividade do recrutamento a Arena desfrutava de grande autonomia para a composição da lista tríplice. Essa concentração de poder, acumulada pela comissão partidária, admitiu a indicação do futuro prefeito nomeado em inúmeros municípios. Ao indicar apenas um nome na lista, o partido limitava a escolha do governador, evitando que grupos e redes

políticas controlassem o processo de seleção e recomendação do prefeito, garantindo o domínio sob a estrutura das prefeituras.

Ao limitar a quantidade de candidatos, o partido definia no âmbito local quem seria nomeado. Esse tipo de arranjo demonstra centralização e exclusividade da Arena no processo de recrutamento, conforme evidenciado no depoimento do ex-prefeito nomeado de Dom Pedrito, José Caminha Coelho Leal. Sendo descendente de uma família pecuarista que não participava de maneira ativa da vida política da região, anteriormente a sua nomeação, comandou o Sindicato Rural – instituição com forte expressão regional – fato que facilitou sua indicação para prefeito nomeado. Dois fatores pesaram para sua nomeação, visto que apenas o seu nome foi indicado pelo partido, ou seja, não houve concorrente, além de possuir certa relação pessoal com ex-presidente, General Emilio Garrastazu Médici.

Caminha Leal reconhece que sua indicação foi fruto da ligação que possuía com indivíduos proeminentes no cenário político nacional e regional, originadas de sua posição no sindicato, bem como de sua atuação profissional como veterinário, que o conferia espaço privilegiado para manter contato com a classe patronal rural:

Entrevistador: Algum deputado lhe dava algum tipo de suporte?

José Caminha Coelho Leal: Sim, o Deputado Nelson Marchezan que a família dele reside, residia e reside ainda em Dom Pedrito. Tem propriedades orizícolas e de pecuária aqui em Dom Pedrito.

Entrevistador: A ligação com o Marchezan, como é que o senhor define: era forte, de amizade?

José Caminha Coelho Leal: Sim, sempre foi de amizade muito forte, e desde da época que ele era deputado federal e foi presidente da câmara. Aí então, ele tinha uma ligação muito grande e muito próxima de Dom Pedrito pelos próprios familiares que residiam aqui, seus pais moravam aqui em Dom Pedrito.

Entrevistador: O senhor julga que o apoio do deputado...ele tinha um certo peso para nomeação do prefeito?

José Caminha Coelho Leal: Eu acredito que sim. Ele era deputado federal na época, né.

Entrevistador: Na sua nomeação em específico, o senhor teve algum tipo de apoio das Forças Armadas, de algum General, que selecionava: “essa pessoa pode, esse não pode”. Como funcionou?

José Caminha Coelho Leal: Não, aí não. Acho que não.

Entrevistador: Eles não opinavam?

José Caminha Coelho Leal: Acho que não. Não.

Entrevistador: O senhor foi...

José Caminha Coelho Leal: Eu tive relação muito íntima com o Presidente Médici após ele ter deixado a Presidência da República, porque ele tinha propriedade aqui no município de Dom Pedrito.

Entrevistador: Isso lhe abriu algum tipo de canal com o Governo?

José Caminha Coelho Leal: Sim, eu acho que sim, na época eu acho que sim.

Entrevistador: O senhor foi escolhido para ser um prefeito por causa do seu caráter técnico?

José Caminha Coelho Leal: [faz expressão de dúvida]

Entrevistador: Ou pelo caráter meramente político?

José Caminha Coelho Leal: Eu acho que as duas partes, eu acho que sim. Pela atividade que eu sempre tive na área da pecuária, na área da agropecuária, vamos

dizer. Fui da assessoria da cooperativa de carnes e lãs, sempre na atividade agropecuária, não é?
(Leal, José Caminha de, 2012) – Dom Pedrito

Observa-se nos trechos das entrevistas que a comissão partidária promovia unanimidade em relação ao nome escolhido, demonstrado por exemplos de listas que continham apenas um nome.

Todavia foram utilizados resultados eleitorais para pautar escolhas, a exemplo do ocorrido no município de Quaraí, conforme relato do ex-prefeito nomeado Juarez Custódio Gomes. Natural do Rio de Janeiro, filho de um professor de história e uma doméstica; no secundário participou de movimentos estudantis (1954); formou-se em medicina veterinária em Santa Maria/RS; incorporou-se, por concurso, para a arma do Exército, desenvolvendo atividade de inspeção de alimentos em Bagé, Uruguaiana e Quaraí. As ações ACISO, um trabalho social fornecido pelo Exército às populações locais, que incluíam serviços médicos, odontológicos, etc., tornam Gomes conhecido da comunidade e no ano de 1976 foi eleito vereador pela Arena, conquistando 1.892 votos, sendo o mais votado entre os partido. E em função desta conquista eleitoral foi escolhido para prefeito nomeado:

Juarez Custódio Gomes: A minha nomeação foi em função da votação, fui o [vereador] mais votado, eu sozinho tirei mais votos que todo o MDB, eram sete mil e quinhentos eleitores. Eu fiz um mil oitocentos e noventa e dois votos. Foi a maior votação proporcional. Tinha um candidato a prefeito aqui que era o Dr. Jacinto, que era o candidato do prefeito pelos setores militares, e tinha um outro que era gerente do Banco do Brasil, o outro eu não lembro o nome. Mas eu fui escolhido em função da minha votação, não fui escolhido porque era milico.

Entrevistador: Ocorreu votação no interior da Arena?

Juarez Custódio Gomes: Teve no diretório, o diretório colocou os três [mais votados em 1976], aí o governador, e o diretório estadual, acharam por bem colocar o mais votado. Eu nem sonhava. Eu fui nomeado por isso.
(Gomes, Juarez Custódio, 2012) - Quaraí

No próximo depoimento, Carlos Sá Azambuja, ex-prefeito nomeado de Bagé, relata o procedimento do recrutamento no município, o qual colocaria Camilo Moreira, professor e sargento do exército reformado (1945-1961), à frente da prefeitura como prefeito nomeado. Moreira detinha grande prestígio social, visto que além de graduado, era mestre em História e atuava profissionalmente em diversas escolas da região, o que foi conjugada pela sua passagem pela política – foi eleito vereador pelo PL em 1964.

Durante a administração do interventor Antônio Pires (1971-1975), Camilo Moreira assumiu o posto de secretário da educação de Bagé e posteriormente o cargo de prefeito nomeado (1975-1978). No ano de 1977 se licenciou e lançou candidatura para deputado

estadual, substituindo o atual deputado Celestino Goulart, que foi patrocinador da sua nomeação junto ao governo estadual (Lemiezeck, 2003, p.257). A vitória eleitoral de Moreira deixou um vácuo na política local, sendo neste contexto que Azambuja assumirá a prefeitura da Bagé por intervenção direta do presidente da república (tratado no capítulo III).

Segundo Azambuja o conteúdo da lista tríplice, que originou a nomeação de Camilo Moreira, foi mera formalidade. Dado confirmado por outros entrevistados, procedimento que não se restringia a elite partidária local, sem forças e, portanto, suscetível a atuação externa:

Entrevistador: Sobre o Camilo Moreira, como foi a nomeação dele? Foi por intermédio?

Carlos Sá Azambuja: Não. Aí foi o partido.

Entrevistador: O partido?

Carlos Sá Azambuja: O Camilo era um Sargento reformado do Exército e professor dos educandários aqui de Bagé. E uma pessoa muito bem quista, um homem muito afável, um homem lento e devagar, visse? Que media cada passo que dava e era vereador. Então os políticos resolveram se movimentar e, no Governo do Estado tinha um padrinho que era o Deputado Estadual Celestino Goulart, que foi quem manobrou para o Camilo ser o Prefeito nomeado.

Entrevistador: Existiam outros concorrendo com ele nesse momento?

Carlos Sá Azambuja: Não. Com força ninguém.

Entrevistador: Não?

Carlos Sá Azambuja: Não.

Entrevistador: Só ele era o...

Carlos Sá Azambuja: Ele era...

Entrevistador: Ele foi escolhido pelo Partido e, colocaram-se mais dois nomes porque era assim o sistema?

Carlos Sá Azambuja: Aí era só para a forma.

Entrevistador: Só para formalidade?

Carlos Sá Azambuja: É.

(Azambuja, Carlos Sá, 2012) - Bagé

Essa entrevista insere um dado novo no processo de recrutamento de prefeitos, visto que, além dos capitais, contar com o apoio de um deputado com acesso privilegiado ao governador, demonstra que o capital social (mantidas entre o indicado e o deputado e deste com o governador) foi fundamental para a nomeação de Moreira. Em época eleitoral, a lealdade é posta em movimento pelo prefeito, através da máquina da prefeitura, que beneficia a candidatura de alguns deputados¹⁴⁷.

Isso demonstra que o *selectorate* partidário nem sempre concentrou o poder indicativo, uma vez que os três nomes que compunham a lista tríplice representavam mera formalidade política. Nesse caso o candidato fora definido pelo deputado e não pelo *selectorate* (Anexo IV).

¹⁴⁷ Em função dos objetivos da tese, não verificamos se a votação dos deputados apoiados pelos prefeitos. Explorações forma feitas em alguns municípios, e de fato, estes deputados são os que apresentam a melhor votação. Entretanto, seria necessária uma investigação mais profunda para verificar se esta relação.

3.2.2 COMISSÃO MISTA

A comissão mista é formada por pessoas de diversos meios: representantes arenistas, vereadores, deputados estaduais, federais e indivíduos da sociedade civil local. Essas lideranças, a convite da Arena, se reuniam com a finalidade de produzir uma lista de candidatos, podendo ser o resultado de convenções municipais, consenso simples ou promovido por consultas realizadas anteriormente. Participavam desses procedimentos, políticos, empresários, líderes comunitários e a área militar (tendo como expressão principal as ligações sociais e políticas mais estreitas, como pontos de confluência das indicações).

Anteriormente a essas convenções já existiam postulantes preferidos à nomeação. Os deputados conduziram alguns processos, sendo os responsáveis por entregar as listas ao governador. Em função disso, lealdades foram formadas entre os nomeados e deputados.

Ter o nome na lista e possuir bons contatos eram fatores que determinavam o recrutamento efetuado nesta agência. Num desses contatos, os deputados orientavam os postulantes, por eles indicados, sobre os procedimentos que deveriam adotar localmente. Mas a rede não era restrita, pois alcançava a entidade executiva estadual com poder para nomeação. Uma relação mais estreita entre deputado e governador, aparentemente representava o circuito completo (local e estadual).

Em Tenente Portela, município localizado na Fronteira Oeste do RS, o entrevistado Clemente Santinon, filho de agricultores, proprietário de pequena indústria de móveis, assumiu o cargo de prefeito nomeado entre os anos 1975 e 1981. Santinon destaca a mobilização de uma ampla rede de contatos – estabelecidas durante o multipartidarismo, especialmente com ex-líderes e políticos da UDN gaúcha – que resultariam em sua nomeação. Outro ponto destacado na entrevista, fala sobre o baixo poder de “filtragem” do partido:

Clemente Santinon: As lideranças. Eu, quer dizer, os deputados, tanto o Ariosto Jaeger, tanto o Arlindo Kunzler e outros deputados. Daí eu também usei Guazelli que era oriundo da UDN, usei o secretário da justiça, oriundo da UDN. Usei também os deputados da UDN para me dar o respaldo político perante o governador né.

Entrevistador: Quem que foi o principal apoiador do senhor antes do senhor ser nomeado? O Jaeger?

Clemente Santinon: O Ariosto Jaeger e o Arlindo Kunzler, e uma pessoa daqui que é muito ligada a mim e que é sobrinho do senador Daniel Krieger.

Luis Carlos Krieger, fez o meu currículo e também intermediou junto ao governador. Ele era uma liderança local. Foi exator estadual e professor aqui. Depois morou em Santa Rosa – trabalhava na coordenadoria da receita do estado. Daniel Krieger, também foi uma liderança local e regional que interferiu. Então a gente foi fechando os esquemas né tchê.

Entrevistador: Antes do senhor, há um outro prefeito nomeado, o Capitão Zoé.

Clemente Santinon: Zoé...

Entrevistador: Como você foi nomeado? O capitão Zoé indicou o seu nome? Como aconteceu dentro do partido a indicação do seu nome? Era uma lista tríplice? O senhor falou que existiam vários nomes...

Clemente Santinon: Vários nomes. Tinha várias pretensões. Então as lideranças, me disseram, tanto o Ariosto, tanto o Arlindo:

– “*Clemente, tu tens que entrar na lista, depois que tu entrares na lista aí deixa para nós*”.

E foi o que aconteceu.

Entrevistador: Essa lista era muito extensa?

Clemente Santinon: É, eu acho que a primeira. E a segunda até maior. O partido resolveu colocar na lista todos os nomes dos que tiveram voto na convenção, na reunião do partido. Quem teve um voto ou dez foi na lista também...

Entrevistador: Todos eles?

Clemente Santinon: É, pra não melindrar ninguém, para o partido ficar bem, essa coisa né tchê.

Entrevistador: E aí chegou uma lista tríplice... quem que eram os seus concorrentes, o senhor lembra os nomes?

Clemente Santinon: Não, nem sei, porque eles mandaram todos aqueles doze ou treze...

Entrevistador: Ah, eles mandaram uma lista com todo mundo?

Clemente Santinon: Com todo mundo.

Entrevistador: Ah, eles fizeram uma ata e mandaram...

Clemente Santinon: Mandaram todo mundo. E eu estava nessa lista também. E as lideranças políticas eu acho que interferiram, fizeram a triagem.

Entrevistador: Então a interferência do deputado foi muito importante?

Clemente Santinon: Muito importante, sim. Todas essas lideranças: deputados, político-partidárias. O Major Hélio Chaves Lopes, era um capitão da brigada, mas era político, ele também interferiu bastante.

Entrevistador: Como eram escolhidos os vereadores pelo partido? Eram lideranças, eram comerciantes, eram pessoas de destaque? Era mais ou menos como é hoje: a pessoa que tem chance de se eleger?

Clemente Santinon: É quem tem chance de se eleger, sim. O partido procura escolher as pessoas de liderança e quem está no comércio, quem está numa atividade ou tem uma função pública, tem influencia...

(Santinon, Clemente, 2012) – Porto Lucena

O tipo de recrutamento pode ser explicado em função do enquadramento da ASN. As estâncias hidrominerais, assim como as capitais de estado, além do procedimento local e recrutamento, careciam da aprovação de seus indicados, através de uma votação que deveria ocorrer no âmbito da Assembleia Legislativa, envolvendo várias instâncias políticas da oposição emedebista, seja no âmbito local ou estadual.

A indicação de um prefeito de estância hidromineral, como em Catuípe, Vicente Dutra ou Iraí, era secundária se comparada à escolha do prefeito da capital Porto Alegre – sobretudo no sentido do simbolismo, visto que a derrota de um nome no legislativo era algo a ser evitado pelos arenistas e pelo regime. Assim, anteriormente a este processo, acordos eram costurados. Sobre esse procedimento, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Jair Soares, relata a conjuntura quando seu nome foi ventilado para ser o futuro prefeito de Porto Alegre:

Imagine mandar um nome, cujo o líder á época, Pedro Simon – hoje já não exercendo mais nenhum cargo político de mandato – não daria o referendo, e isto nós sabíamos, pois ocorreu um episódio anterior ao “Fulano de Tal”, quando o

governador do estado, Sinval Guazelli, na casa do Celestino Goulart, e na presença de Getúlio Marcantonio, e do senador, a época, Pedro Simon. O meu nome foi indicado para prefeito de Porto Alegre, mas numa conversa preliminar o senador Pedro Simon, vetou e o governador Guazelli ficou meio, vamos dizer, a palavra pode não ser exatamente essa: indignado. Embora eles fossem amigos:

- “mas porque você está vetando o Jair Soares?”

- “é porque ele é muito bom”.

E desarmou o governador. Então, nem o meu nome passava, era anos antes de eu chegar no governo. Então, eu pessoalmente, que conhecia o episódio, já sabia que para alcançar aprovação na Assembleia Legislativa **era necessário que se buscasse um nome que reunisse condições e que não merecesse nenhum tipo de crítica por parte da oposição na Assembleia Legislativa.**

(Soares, Jair, 2015)

O relato do ex-governador Jair Soares, demonstra que a indicação na capital possuía peso diferenciado, ficando a questão geopolítica (enquadramento do município como ASN) em segundo plano. A indicação do prefeito dependia do beneplácito da oposição emedebista. Soares ainda comenta: “Aqueles que têm condições e que se acham com verdadeiras condições postulam os cargos, mas sempre tem que ter, e se chamava à época, um tipo de ‘pistolão’ para alcançar essa posição”. Contar com muitos apoios e ter um nome que não apresentasse “arestas” foram outros requisitos destacados. Ponto também destacado pelo ex-prefeito de Catuípe, Luiz Fiorin Menegon:

Entrevistador: A escolha do prefeito nomeado ocorre no âmbito do partido?

Luiz Fiorin Menegon: Do partido

Entrevistador: Escolhe uma lista tríplice, faz uma votação interna...

Luiz Fiorin Menegon: Não, nós não. Nós saímos de uma reunião indicando só um nome, não indicamos três nomes como era o normal. E como havia unanimidade o governador não teve nenhuma dúvida e nenhum problema ou dificuldade em manter o prefeito nomeado. Então não tivemos problemas de escolha através de voto, nem através de lista tríplice, foi indicação direta do partido.

Entrevistador: E essa cúpula que se reuniu era só a do partido, ou tinha convencionais, como foi isso?

Luiz Fiorin Menegon: Nós fazíamos o seguinte: o diretório se reunia e convidava – e nunca deixamos de lado, uma das coisas boas que tinha – as lideranças principais sempre eram convidadas a participar.

O interior era muito forte politicamente, o distrito de Inhacorá, lá tinha muitas lideranças e se nós deixássemos apenas o diretório, poderíamos criar cisões, e para não criar – porque o número de integrantes era limitado no diretório – então nós sempre convidamos o pessoal. Nós não fazíamos nenhuma inauguração - se tivesse um almoço – sem convidar todas as lideranças do município, criando um clima bom.

E na hora de ser indicado não teve nenhuma objeção, de ninguém, todo mundo pegou e assinou uma relação. Um abaixo-assinado que se fazia aquela época para levar para o governador indicando o nome.

Entrevistador: Então, as indicações aconteciam no âmbito municipal?

Luiz Fiorin Menegon: Municipal. E depois era homologada pelo governador que mandava para a Assembleia para aprovar. Era isso.

Entrevistador: A Assembleia...

Luiz Fiorin Menegon: Sempre tinha maioria, sempre teve maioria, e nas duas vezes, nunca criou nenhum...ele era muito bem quisto, ele não tinha problemas maiores que alguém dissesse: “não, não queremos ele”. Nem as próprias oposições levantaram a voz contra ele.

Entrevistador: foi apresentado apenas o nome do Aparício Piccinin, tinha mais alguém que queria concorrer?

Luiz Fiorin Menegon: Sim, havia essa possibilidade de ser indicado o Coimbra de Souza, que era vice do Piccinin, ou seria eu.

Se houvesse alguma coisa que o governador: “não, nós não aceitamos a indicação de um nome só”, nós já tínhamos os dois nomes que completariam a lista, mas como não houve objeção, não houve necessidade de fazer isso.

(Menegon, Luiz Fiorin, 2012) – Catuípe

O depoimento de Walter Neves Ferreira, descreve o trânsito percorrido pela lista política que resultou em sua nomeação, originada da comissão militar e dedicada a realizar o levantamento dos possíveis candidatos no município de Erval. Após proferir a análise, os militares comunicam o governador (na época, Peracchi Barcelos), que, então, informa o prefeito municipal de Erval sobre a indicação (Luiz Lima de Faria). Lima de Faria, também conhecido como “seu gurizinho”, por recomendação do governador, ficou responsável por conduzir o processo de sucessão. Apesar desse procedimento revelar frieza institucional, a proximidade de Ferreira com o prefeito municipal e a relação de parentesco com um dos militares responsáveis por selecionar os nomes na lista, são fatores decisivos para sua escolha como prefeito nomeado.

Walter Neves Ferreira, era membro de uma família com grandes estancieiros criadores de gado e ovelhas na Fronteira do Brasil com o Uruguai, atividade que herdou do pai. Antes de sua nomeação, participou de campanhas políticas e no ano de 1960 se elegeu vereador pelo PSD, partido do qual era presidente. Na sequência segue o relato sobre sua indicação:

Entrevistador: como funcionava a nomeação, era uma lista tríplice, ou era indicação do prefeito anterior, um deputado...?

Walter Neves Ferreira: Pela informação do General Heitor Fontoura de Moraes, o serviço de inteligência do Exército fazia uma pesquisa daqueles que estavam a favor da revolução, e que prestavam serviço ao município. Assim foi feito nos 23 municípios

Eu vim saber depois de ser prefeito como é que era esse processo: o pessoal de segurança nacional, quando o prefeito era da situação - como o seu gurizinho [Luiz Lima de Faria] - eles levavam ao conhecimento do prefeito os nomes da lista tríplice para ser debatida na área militar, quem seria nomeado. Ai fugia da área civil, o prefeito concordava, o governador concordava, ai era feita a pesquisa, isso eu vim a saber bem depois por que e quem tinham escolhido meu nome. E ai tinha sido feita a pesquisa, foi quando - e essa foi a maneira, o momento que foi escolhido o nome pelos militares, foi levado ao governador do Estado, ai o governador do estado falou como o prefeito, e se o prefeito fosse da situação, era para o prefeito levar a pessoa indicada. Ai o seu “gurizinho”...e é ai que eu vou te contar a história do princípio:

O seu gurizinho me levou, e disse: “olha, o governador está pedindo para que eu te leve lá que tem uma entrevista contigo”. Eu era vereador, não imaginava, não sabia de nada, cheguei lá - e eu acompanhava o seu gurizinho quando ele ia em audiências com o Peracchi - cheguei lá ele me disse assim:

- “Foi mandada uma lista tríplice do Herval, para o Serviço de Inteligência do Exército para fazer uma pesquisa e ver quem seria escolhido para ser o prefeito nomeado, e foste tu o nomeado”.
- E eu disse para ele: - “governador, eu não gostaria de ser. E já vou lhe dizer, aprendi com o meu pai, e não abro mão do que eu aprendi com ele: não gosto de fazer o que eu não sei, não sei administrar o município, o seu gurizinho está aí, eu acompanho ele, mas eu não sei administrar como eu sei administrar uma fazenda. O que eu sei administrar, governador, como o senhor disse, foi amigo do meu pai, eu quero ser franco de falar de homem para homem” – eu era, eu acho que era exigente demais nas coisas – “...quero lhe falar de cidadão para cidadão, não me animo em administrar, sei cuidar uma fazenda do tamanho da área que tiver, sei laçar um boi e não arrebentar o laço” – ele ria, ele ria – “...e eu não me animo”.
- O governador: “tu és o escolhido e eu quero que tu sejas e a gente vai dar um jeito”.

Um mês depois, a notícia: não és mais o candidato, porque o ministério da guerra não abriu mão, pois onde não tem unidade militar o prefeito tem que ser militar. [...] Quando apareceu um tal “capitão”, que era filho de um inspetor de polícia aqui de Herval, se apresentou para ser, e foi para “a peneira” e não passou. Ele tinha momentos ruins na vida dele, não sei que tamanho era as manchas, mas foi cortado de vez, e por isso fui eu, na última hora, no último dia. Já sei de outros municípios que não foi dada nem importância...Uruguaiana, Itaquí...quando viram, o prefeito estava nomeado.

Entrevistador: Então a lista era escolhida pelo serviço de inteligência do Exército?

Walter Neves Ferreira: ...aonde esse general, meu amigo, fazia parte. Por isso que eu não pude escapar [...] E passou-se os anos e ele já era general...o meu nome foi ele que indicou. Depois, um dia, na casa dele em Jaguarão, eu fui lá visitar, e eu fiz ele me contar. Já estava aposentado, disse: “me conta ‘Ito’, me conta, vocês são milico danado, você não respeita a ideia de ninguém” [risos]. Vise, aí ele me contou direitinho como era.

Entrevistador: Então, o partido, a Arena aqui de Herval não escolhia os nomes, era os militares...

Entrevistado: [...] o partido fora, não houve politicagem.

(Ferreira, Walter Neves, 2012) – Erval

A interferência de deputados no processo de recrutamento é mais efetiva entre os anos de 1975 e 1979, na transição do governo de Euclides Triches para o de Sinval Guazzelli e deste para o de Amaral de Souza. No **Anexo IV** consta a lista com os quinze prefeitos nomeados que foram escolhidos pela comissão mista.

3.2.3 LÍDER EXECUTIVO

O recrutamento promovido pelo *chefe executivo* somente é percebido após 1970, quando o prefeito que deixava o cargo indicava o nome do seu sucessor. O indicado, na maioria dos casos, era integrante da estrutura de seu governo. Essa proximidade com o prefeito é considerada um facilitador, sendo promovida pela ocupação de um cargo de destaque na estrutura da prefeitura, como uma secretaria ou assessoria. Segundo Walter Neves Ferreira, o prefeito indicava diretamente ao governador o nome do sucessor:

Entrevistador: A sua transição, como foi?

Walter Neves Ferreira: O processo de transferência foi muito simples, quando foi no dia 29 de julho de 1979, o governador me mandou chamar à Porto Alegre:

- Amaral de Souza: “Walter, vou te largar agora já que tu provas que tu não queres te defender como prefeito, que tu queres te defender como cidadão, e eu vou te largar agora, e colocarei a disposição tudo que tu precisares neste processo contra ti”.
- Walter: “não, governador, um advogado que é meu amigo se prontificou e já está defendendo, minha família está toda descontente, quero ficar como cidadão, vou ficar a sua disposição”.
- Amaral de Souza: “então indica quem tu quer que fique no seu lugar?”.
- Walter: “não governador, eu não posso indicar, como que eu vou indicar, se eu fui indicado por uma lista triplíce”.
- Amaral de Souza: “mas eu já conversei e eu quero tu indiques”.

E eu pensei, e informei errado, informei o presidente do partido, seu *Otoni Amaro da Silveira*. Eu errei, eu não tinha quem indicar, nunca me deu na cabeça de dizer para o governador: “vou pensar, vou para Herval e lhe digo”. Ai o deputado disse para ele: “mas eu vou ver se indica outro nome”.

O deputado não estava muito de acordo comigo, mas eu já tinha dito, o deputado era meu amigo, eu já tinha dito e ele estava junto, e eu disse: “não Alexandre, eu indiquei um nome...” e ai o Amaral disse assim: “não, o nome indicado é o do Walter, ele pode daqui a um mês ou dois te substituir, que nós vamos indicar ele”.

Eu não analisei naquela hora que eu queria sair e nunca eu esperei que o governador fosse insistir que eu fosse indicar a pessoa. E o secretário da justiça disse também: “Fulano de tal”, já está resolvido, o que tu indicares, nem que daqui a trinta dias tiremos”.

(Ferreira, Walter Neves, 2012) – Erval

Israel Capellari, ex-prefeito nomeado do município de Tenente Portela, destaca o processo de sucessão que indicaria Lúcio Adalberto Motta para exercer o cargo de prefeito nomeado. A nomeação de Motta envolve o apoio a campanha do deputado Fernando Gonçalves, que atuou como intermediador. No trecho destacado a seguir, Capellari revela detalhes de sua sucessão:

[...] Eu fui nomeado na época do Guazelli, terminou o mandato do Guazelli, eu fiz um ofício colocando meu cargo a disposição. Porque eu fui “eleito” pelo Guazelli. Entrou o Amaral de Souza, e eu fiz um ofício para o Amaral colocando meu cargo a disposição. Mas o Amaral, a gente já tinha entrosamento bom com ele, por causa dos projetos, ele mandou me chamar e disse: “olha, eu consultei as lideranças lá e eles querem você de novo”. Daí eu fiquei. Só que daí, quando faltava um ano para terminar meu mandato o meu negócio estava quebrando, e eu pedi para sair. E o governador me diz: “então tu me nomeias um que possa fazer esse tampão”. E eu nomeei o meu secretário de obras, o “vermelho” que depois tu vai entrevistar... Coloquei o nome dele a disposição do governador e ele aceitou, depois terminou o ano dele e ele colocou o cargo a disposição e ele foi reeleito pelo mesmo sistema. (Capellari, Israel, 2012) - Tenente Portela)

Lucio Adalberto Motta, conhecido popularmente como “Vermelho”, apesar de integrar família com participação política¹⁴⁸, seu perfil destoa da maioria dos nomeados,

¹⁴⁸ Seu pai, Telmo Motta, era cartorário em Giruá, distrito de Santa Rosa/RS e no ano de 1959 foi eleito vereador pelo PTB, e candidato a vice-prefeito.

primeiramente pelo fato de seu pai ser petebista e também pela sua atividade profissional principal: **patroleiro** concursado no município de Três Passos. Na década de 70, Motta mudou sua residência para Tenente Portela, onde assumiu a direção de uma rádio municipal¹⁴⁹ e no ano de 1972 foi eleito vereador pela Arena e reeleito em 1976 para o mesmo cargo¹⁵⁰, coincidindo com o início da administração de Capellari (1976-1981), quando foi convidado para ser secretário de obras, permanecendo nesta posição até 1981, quando assumiu o cargo de prefeito na condição de nomeado. No trecho destacado a seguir, Motta comenta o procedimento que resultou na sua indicação. Destacando o tímido apoio do prefeito Capellari e a intermediação da nomeação promovida pelo deputado Fernando Gonçalves:

Entrevistador: Como o senhor entrou como prefeito nomeado...?

Lucio Adalberto Motta: Eu fui um vereador eleito e trabalhei para Fernando Gonçalves na época do Amaral de Souza. Na época eu tinha força política, porque era vereador. E é uma história muito interessante – que aqui tinha um grupo que não poderia aceitar um petroleiro ser prefeito de Tenente Portela. E eu tinha 11 votos na convenção, e juntou-se uma equipe, e eram os três mais votados e tal, e não mandaram meu nome.

E eu tranquei o pé, *“o prefeito de Portela vai ser aquele que eu indicar”*, então experimenta, vocês mandam meu nome para lá, eu não quero ser prefeito, ou fica o prefeito “Capellari” porque nenhum de vocês vai ser prefeito.

Os candidatos, Antônio Carlos, Albino Furini, Mario Lorenzon e eu que tinha 11 votos, mas não aceitaram meu nome.

Dai o Amaral de Souza falou: *“o que tiver um voto lá que me mande o nome”*.

Ai meu nome foi, lógico, tinha trabalhado para o cunhado do governador, como é que o governador não iria me nomear prefeito?![risos]

Entrevistador: o papel do deputado era importante?

Lucio Adalberto Motta: Era muito importante, a força, porque na época, eu pedi para o pessoal, e fiz a campanha encima do Fernando Gonçalves, falei para o próprio prefeito Capellari: *“vamos apoiar o Gonçalves, o cunhado dele vai assumir o governo”* – aquele tempo nomeavam os governadores – *“vamos votar nele para nós ter força”*.

Capellari responde: *“Meus candidatos vão ser outros”*.

E como diz o gaúcho, eu deitei a guaiaca e o Fernando Gonçalves foi o mais votado, ai fiquei com aquela força de quem vai...

Entrevistador: Então o presidente do partido não tinha força de indicar o prefeito?

Lucio Adalberto Motta: Aqui tinha uma convenção, escolhia dois, três nomes, e quem escolhia era o governador com aval do presidente. O Fernando Gonçalves disse:

- “tem que vir o nome do “vermelho”, que foi meu cabo-eleitoral e por isso fui o mais votado em Tenente Portela”, com quase três mil votos”.

Ai o Amaral mandou enviar quem tivesse um voto. E eu não queria ser, e houve que me nomearam de 1981 até 1986. Ai saiu o Capellari.

Entrevistador: Os deputados eram dependentes dos prefeitos nomeados?

¹⁴⁹ Até 2012 seu programa na rádio estava ativo.

¹⁵⁰ Vereador (ARENA) 1972, com 474 votos; Vereador (ARENA) 1976, o mais votado entre todos, com 1.196 votos;

Lucio Adalberto Motta: Eu devo muito ao Capellari, fui nove anos secretário de obras. Eu levei lá o Fernando Gonçalves. O Capellari falou que iria votar no Arlindo Kunzler...“eu acho que temos que apoiar o cunhado do governador”. O Arlindo fez um mil trezentos e cinquenta, e o meu fez dois mil e pouco.

Ai o que aconteceu? Mandaram para a lista para lá, e o Amaral nomeou.

Entrevistador: Ficou sabendo por ligação ou telegrama?

Lucio Adalberto Motta: Telegrama. Daí eles viram que eu ia ser nomeado, eles disseram que o único que poderia continuar era o Capellari. Mas ele estava cansado, desgastado, os negócios dele indo abaixo. E ele disse para mim:

- *“Então eu me licencio e tu assume uns seis meses e aí eu volto”*. Eu respondi:

- *“vou assumir prefeitura cinco, seis meses, ou sou prefeito ou não sou prefeito”*.

Ai o Amaral exonerou ele, estava com vontade de sair e me nomeou como prefeito de Portela.

(Motta, Lúcio Adalberto, 2012) – Tenente Portela

No próximo exemplo, consta a descrição de como o prefeito, de Porto Lucena, Clemente Santinon realizou o procedimento de recrutamento do seu substituto, neste caso específico, encontrado dentro do quadro administrativo municipal, o seu secretário Eugenio Reinaldo Werlang que desempenhou a função de prefeito entre 1981 e 1985. Neste contexto, o peso da indicação era chancelado pelo prefeito que estava em processo de sucessão.

Werlang, estudou na Escola Normal Rural La Sale de Cerro Largo, onde fez curso de magistério e no ano de 1963/64 filiou-se ao PDC. Em Porto Lucena, o prefeito nomeado, Hugo Feier, lhe convidou para iniciar um curso de ginásio da Campanha Nacional de Educandários (CNC), desempenhando atividades administrativas e de professor até 1969. Aderiu a Arena e em 1971 foi eleito vereador. A convite do Capitão Zoé, militar reformado da brigada e nomeado por Peracchi Barcelos, assumiu a secretaria de administração, permanecendo a sua frente por 12 anos, nos mandatos de Zoé e Clemente Santinon.

Muitas destas indicações de militares, surgiram em função de divergências entre as alas da Arena local. Os militares foram utilizados pelo governo para solucionar estes impasses, impondo exemplarmente indivíduos estranhos à comunidade local. Esse tipo de comportamento do governo, impactou no conduta da elite arenista local, que em seleções posteriores realizou o recrutamento de maneira mais cautelosa, afim de evitar uma nova fratura na elite local e a perda da prefeitura municipal. Como exemplo tem-se o Capitão Zoé, que constituiu um governo local e sem o consentimento da elite arenista. Werlang, foi um dos únicos a incorporar o governo de Zoé e essa experiência frente a secretaria municipal de administração fez com que Santinon o indicasse como seu sucessor diretamente o Governador, conforme o depoimento:

Eugenio Reinaldo Werlang: Na verdade acontece o seguinte: a norma para a nomeação de prefeitos nas áreas de segurança era a indicação, a exigência do governo, de lista tríplice com nomes para que o governo escolhesse um nome desses

três para ser nomeado. E realmente essa lista foi encaminhada daqui. Eu disse para o prefeito Clemente Santinon, que mais insistiu para que eu fosse prefeito:

Werlang: “*Clemente, eu aceito colocar meu nome, agora, se é pra mim estar concorrendo e fazer rixa política como já deu no passado antes do Capitão Zoé assumir, eu prefiro ficar fora, não quero, prefiro que não*”.

Santinon: “*Eu já falei com o governador, o governador disse que é pra mim trazer os três nomes lá porque a norma indica, mas você vai ser o nomeado*”.

Werlang: “*Nessas condições eu aceito*”.

Foi nesses termos pelo menos a orientação que eu recebi. E eu aceitei e realmente fui nomeado como prefeito. Lógico que isso passava não só pelo governador, mas como pelo presidente da República. Sempre era homologado pelo presidente. O presidente dava o veredito lá e o governador fazia a nomeação.

Entrevistador: A tua carreira dentro dessa burocracia contou positivamente, para que o senhor fosse prefeito nomeado?

Eugenio Reinaldo Werlang: [...] isso talvez tenha favorecido a nomeação, acredito que foi essa mais ou menos a norma.

Entrevistador: Sim, perfeito, foi bem interessante, apesar de que na época do *Clemente Santinon* foi feita uma lista com uns vinte nomes e aí o que pesou foi a indicação do deputado, o deputado escolheu.

Eugenio Reinaldo Werlang: Sim ali pesou a indicação do deputado, um dos nomes que eu te dei aí, o Arlindo Kunzler e outro aquele...

Entrevistador: O Ariosto?

Eugenio Reinaldo Werlang: O Ariosto Jaeger era amicíssimo do *Clemente*: onde o *Clemente* ia, o Ariosto estava com ele. Então, ele foi peça fundamental nessa indicação, a palavra do Ariosto na minha concepção né, eu acho que foi isso. Mas no meu caso, eu acho que não, não houve nenhum envolvimento. Se alguém foi consultado, os deputados, eles devem ter dado o aval favorável né porque não houve nenhuma consulta, não houve nada.

Eu, quando o prefeito me disse que levou os nomes para lá, ele já nos primeiros dias, não demorou, eu já recebi a comunicação para ir tomar posse do palácio, que já estava certo. E aí nós nos reunimos, inclusive aqueles que antes queriam ser prefeitos, o Barbieri (já finado) e outras várias lideranças daqui, inclusive aquelas outras pessoas que estavam na lista, foram comigo a Porto Alegre para tomar posse. Estavam lá no palácio junto. Então, nós tivemos já desde o começo uma relação muito próxima, sempre. Nunca houve atrito e nunca houve uma forma de buscar “eu quero ser mais que você”, não, isso nunca passou pela minha cabeça, até hoje. A gente procura trabalhar com a mão de todos. Eu acho que se não existe essa convivência, você não tem um resultado positivo.

(Werlang, Eugenio Reinaldo, 2012) – Porto Lucena

O ex-prefeito nomeado de Roque Gonzales, Adair Vicente Brum, cumpriu mandato entre 1975 e 1981 e também atuou na indicação do seu sucessor. Destacou-se por ser membro de uma família de tradicionais criadores de gado e com intensa atividade política na região. A morte prematura do seu pai, fez como que fosse criado pelo seu avô, Inocêncio Pereira, um cacique do PSD que o inseriu na atividade política. Realizava, com seu avô, o alistamento e produção do título eleitoral que responsabilidade dos partidos na época, trabalho chamado por ele de “qualificação”. Este convívio no meio político lhe proporcionou contato direto com lideranças políticas e aos 16 anos foi um dos fundadores da UDN no município. Sua educação elementar ocorreu na escola de Roque Gonzales, que seguia o estilo de ensino americano e após frequentou o colégio Santana em Uruguaiana. Na década de 60, participou do

movimento de emancipação municipal como tesoureiro e assumiu a secretaria da administração de Arão Souza Antunes, outro Capitão da Brigada Militar nomeado por Peracchi Barcelos.

Adair, assim como seu avô, tornou-se chefe político na cidade de Roque Gonzales, possuía legitimidade para impor sua indicação ao partido, diferentemente do que foi observado na análise da comissão partidária, onde o prefeito era tolhido pela instituição. No seu depoimento, demonstra como atuou para a indicação de seu sucessor município, neste caso, o seu primo:

Entrevistador: o senhor tem um primo que foi prefeito nomeado, ele foi indicado pelo senhor?

Adair Vicente Brum: foi pelos trabalhos que ele fez no meu governo, ele foi meu secretário de obras, e se destacou, e quando eu estava cansado e não queria mais essa prefeitura – eu tive uma divergência com o governador Amaral de Souza – e pedi demissão. Coloquei o cargo a disposição do governador. Ele pediu que indicasse outra pessoa. Ai vim pra cá, reuni o partido, e indiquei o José Batista de Brum, esse meu primo, ele foi prefeito dois anos.

Ai eu já morava em São Luiz e era diretor da cooperativa. O partido não se acertava aqui para nomear, e ai vim aqui e finquei o professor “*pedrinho*”, ele foi dois anos e pouco. Dai depois caiu os municípios área de segurança nacional.

(Brum, Adair Vicente, 2012) – Roque Gonzales

Adair, enquanto prefeito em sucessão, entrevistou para que ocorresse a nomeação de seu primo e certo tempo após esta nomeação impôs a sua saída e indicou como sucessor o professor Pedro Venâncio de Oliveira Marques, que em seu relato reforçou a hipótese de que as conexões, o capital e a carreira política, são variáveis de suma importância para a fase de recrutamento. Adair, ao concentrar o poder político expresso pela posse do cargo de prefeito nomeado, assegurava o poder indicativo, que, associado à sua liderança natural e reconhecida, atuava com autonomia em relação ao partido.

Pedro Venâncio de Oliveira Marques, conhecido como professor “*Pedrinho*”, era filho único, sua mãe trabalhava lavando roupas e isso garantiu sua educação na Escola Normal Rural La Sale, onde concluiu curso de magistério que o inseriu na carreira de professor do Estado e posteriormente concluiu curso superior em Geografia. Segundo Marques, nunca participou de militância política entre 45 e 65 mas aderiu a Arena desde a sua formação. Devido ao seu destaque como professor na localidade de Colônia Laranjeiras, distrito de Roque Gonzales, a população o escolheu para ser representante político, elegendo-o no ano de 1968, com 168 votos, para o cargo de vereador da Arena.

Marques, na administração do prefeito nomeado de Roque Gonzales, Leocádio Welter, (1969-1975) assumiu como secretário de educação. No ano de 1972, reelegeu-se

como vereador pela Arena, com 158 votos. Após solicitou licença do seu cargo para desempenhar a função de secretário da câmara municipal:

Entrevistador: O senhor foi secretário de educação, paralelo a ser vereador?

Pedro Venâncio: Não, vereador eu fui em 1968. Eu tinha chegado a pouco tempo em Colônia Laranjeira, a comunidade se reuniu e me convidou para ser candidato a vereador. Eu fiquei meio em dúvida, mas aceitei, eles fizeram todo o trabalho, eu não saí pegar voto de ninguém, eles fizeram todo o trabalho.

Depois, em 1973, fui eleito vereador, mas tinha colegas que precisavam assumir, que tinham ficado como suplentes. A gente fazia isso porque tinha a maioria na câmara, e fomos tocando. Até que em 1983, no governo do Adair, estava o José Batista de Brum [primo de Adair], estava um ano em pouco, não chegou a ficar dois anos, houve uns descontentamentos, não se sabe bem o que, as causas.

Ai o Adair foi em Porto Alegre, falou com o governador, e o Adylson Motta que era o chefe da Casa Civil na época, e disse: “*mas olha, lá tem um, é o Pedro*”. ai o Adylson: “*mas então da o nome aqui e convida ele, se ele aceitar você passa para o governador*”. E assim foi feito, passou para o governador, e em setembro de 1983, o governador me chamou lá e deu a posse. Depois veio o governo de José Batista de Brum. Eu fiquei como prefeito até 31/12/1985. Ocorreram as eleições diretas e o meu partido perdeu, mas eu continuei na mesma linha.

Entrevistador: Não houve a lista tríplice...?

Pedro Venâncio: Não. O que houve realmente é que o Adair tinha um sistema. Ele consultava as lideranças do interior e da cidade e ouvia as pessoas, era um líder nato, o Adair sempre foi um líder maior do partido, do tempo da Arena, PDS ele foi o líder maior. Colhida essas informações, ele foi até o governador e disse: “o homem agora vai ser o Pedro Venâncio”.

Entrevistador: Não precisou fazer a lista?

Pedro Venâncio: Mandaram colocar três nomes só para constar.

Entrevistador: Lembra quem eram os concorrentes?

Entrevistado: Nem lembro mais [risos]...foi feita uma ata, acho que nem me disseram quem eram os outros dois. Só sei que o meu estava em primeiro lugar, sublinhado, e o governador me chamou e deu a posse.

Entrevistador: O senhor foi consultado?

Pedro Venâncio: Fui consultado, o Adair veio aqui em casa e disse:

“olha Pedro é para ser você”.

Eu disse: *“mas tem outros tantos, tem fulano, tem beltrano”.*

Adair: *“não, eu já falei com o Adylson e o Adylson já comunicou o governador, dependendo se tu aceitar”.*

Eu disse: *“me da uns dias para pensar, isso ai é muito importante”.*

Adair: *“eu sei que é importante e por isso que estamos te escolhendo”.*

No terceiro dia ele veio a noite, e perguntou: *“e daí?”.*

Eu disse: *“tá, vou aceitar, mas não vou parar de estudar, quero tirar mais uma faculdade para ver plano de carreira no grau máximo”.*

Adair: *“tu vais ser o prefeito e tu faças como achares melhor”.*

(Marques, Pedro Venâncio de Oliveira, 2012) – Roque Gonzales

Em suma, a indicação de Marques não pertenceu à agência de recrutamento representada pelo líder executivo e sim ao líder político, categoria inexistente na tipologia estabelecida para o recrutamento local. O próximo item apresentará comportamento semelhante, com indicações realizadas pela intermediação de um líder partidário com legitimidade reconhecida.

3.2.4 LÍDER PARTIDÁRIO

O líder partidário é o presidente da Arena e naturalmente detém o poder de indicação. Na análise do recrutamento, a descrição das agências anteriores permitiu inferir que uma posição elevada na hierarquia política e social, confere a alguns, certa autonomia na indicação de políticos. Essa posição privilegiada no interior da organização política, permitiu o controle da agenda do partido e ampliou os canais de diálogo com lideranças no âmbito local e estadual, admitindo o controle de processos e informações institucionais.

Ser presidente do partido aumentava as chances de se candidatar a um cargo de prefeito nomeado. Se a seleção ocorresse por convenção, deliberação unânime ou outra forma, o controle de quem postularia, na maioria das vezes, seria realizado pelo presidente da Arena local.

Nos vários depoimentos de ex-prefeitos selecionados, o conhecimento produzido até agora, constitui um repertório que menciona a instituição partidária (agente abstrato), como responsável pela exposição, debate e indicação de nomes na lista política. Essa aparência é explicada pelo fato de o método de decisão ficar concentrado em algum tipo de votação ou deliberação partidária, o que impede a identificação exata de quem recruta.

A análise do recrutamento promovida pelo líder partidário, apresenta baixa frequência e o estoque de informações se restringe a alguns depoimentos. Mesmo assim, identifica-se que alguém, ao ocupar a posição de presidente do partido, consegue inserir seu nome na lista de candidatos. Cumpre destacar que incorremos ao erro, ao considerarmos a posição de presidente do partido como o principal motivo para sua indicação, visto que é preciso analisar a trajetória, o capital social e origem familiar, que são os importantes pontos de sustentação de uma candidatura. Neste contexto, o depoimento de Paulo Martin Engers é revelador.

Conquistar o posto de presidente do partido implica ao indivíduo alguma legitimidade perante a minoria organizada, encontradas em “*certe qualità*”, segundo Mosca: “*qualquer atributo, verdadeiro ou aparente, que seja fortemente apreciado e de muito valor na sociedade que vivem*”¹⁵¹. Para compreender a minoria que governa, segundo a concepção de Mosca, é preciso considerar seus recursos (intelectuais e econômicos), o princípio de

¹⁵¹ Però, oltre al vantaggio grandissimo che viene dall'organizzazione, le minoranze governanti ordinariamente sono costituite in maniera che gl'individui che le compongono, si distinguono dalla massa dei governati per certe qualità, che danno loro una certa superiorità materiale ed intellettuale od anche morale, oppure sono gli eredi di coloro che queste qualità possedevano: *essi in altre parole devono avere qualche requisito, vero od apparente, che è fortemente apprezzato e molto si fa valere nella società nella quale vivono.* (Mosca, 1923, p. 96–97) A tradução livre e o destaque em itálico é nosso.

constituição de autoridade (se autocrático ou liberal) e sua tendência a *formação* (aristocrática ou democrática)¹⁵².

Como se pode perceber, o princípio de *constituição* da autoridade nas ASN é autocrático, se dá num contexto de *formação* aristocrático, onde as desigualdades são reforçadas. Estas minorias, envolvidas sob o rótulo da Arena, disputam o poder político no interior do grupo. Neste ponto, muitas vezes não apresentam diferenças entre si e assim o recrutamento acaba apresentando padrão exógeno. Mas quando o padrão é endógeno, existem indivíduos que se “distinguem” no interior destas minorias.

Paulo Martin Engers integra uma família que figura entre os desbravadores do município de Porto Xavier, comerciantes e criadores de gado. Engers, relata que seu avô sempre esteve envolvido em política: “quando chegava os políticos de fora, pegavam uma vaca, faziam um churrasco para os eleitores e eu me lembro, era ‘piazinho’, mas estava junto”. O pai pertenceu a extinta UDN e depois filiou-se a Arena. Engers assumiu a presidência do diretório 1974 e no ano de 1975 seu nome estava incluso na lista tríplice:

Entrevistador: Como o senhor entrou para a política?

Paulo Martin Engers: Quando o Hugo Feier era prefeito nomeado em Porto Xavier, tinha diretórios da Arena e depois PDS. Eu fui presidente da Arena, ali começou minha trajetória política. Eu era presidente da Arena, e depois para escolher a lista tríplice com os candidatos a prefeito, e era pelo diretório que escolhia os três nomes que iriam para o governo. Desse diretório que eu era presidente, foi escolhido o meu nome, Amauri da Luz [médico] e João Grizocio Lima essa foi a lista tríplice que foi a Porto Alegre para escolher o futuro prefeito do município.

Entrevistador: Como chegaram ao seu nome e das outras pessoas, o senhor tinha o apoio e algum deputado?

Paulo Martin Engers: É, como eu era presidente da Arena aquela época, os deputados vinham atrás de votos, e no partido é que começava a história. A minha história, para ser candidato, começou como presidente do partido, destes contatos com os deputados.

Entrevistador: Qual o deputado que o senhor teve maior apoio?

Paulo Martin Engers: O Hugo Mardini, o Leônidas Ribas e um ex-secretário da educação...

Entrevistador: O senhor tinha um leque amplo de deputados que lhe apoiaram...

Paulo Martin Engers: Pela amizade, e por ser o presidente do partido no governo.

Entrevistador: E essa lista não se fazia uma nova eleição?

Paulo Martin Engers: Não, mandava para o governador e o governador encaminhava para o governo federal, e era nomeado pelo governo federal, como o apoio do governo do estado.

(Engers, Paulo Martin, 2012) - Porto Xavier

O Brasil autoritário, realizou eleições mais ou menos constantes, dedicadas a renovar os legislativos dos municípios e dos estados, da Câmara dos Deputados e do Senado. Em uma

¹⁵² (Perissinotto, 2003, p. 21)

dessas fases, o entrevistado narra que do seu contato com deputados, surge o contexto que motiva a sua candidatura e posterior nomeação.

3.2.5 CONVENÇÃO PARTIDÁRIA

As convenções partidárias permearam a escolha de prefeitos de várias agências de recrutamento. A análise da comissão mista e partidária, demonstraram que o recrutamento induzido para a produção da lista tríplice nem sempre percorria o circuito descrito no modelo. Mesmo que o partido realizasse os procedimentos sem passar por votação, há níveis de *exclusividade* e *inclusividade* do grupo envolvido nas escolhas, como observado por Hazan e Rahat (2001, 2006, 2013) em seus estudos sobre o recrutamento partidário.

A convenção partidária apresenta exclusividade no processo de recrutamento, enquanto que a comissão mista seria mais inclusiva ao considerar, por exemplo, representantes da sociedade civil, como empresários, vereadores da Arena e MDB para discutir e votar a lista de candidatos. Ou seja, a comissão partidária centralizava sua atividade em procedimentos partidários, inicialmente, responsáveis por controlar o número de postulantes e, por fim, restringir ainda mais os *outputs* da lista política (definida na tipologia). Ao realizar as convenções, o partido escolhe quem da lista será indicado, transformando a convenção partidária em uma agência de recrutamento mais ou menos centralizada e nem sempre inclusiva.

Os quadros que integraram a Arena no momento de sua formação, conforme os entrevistados, pertenceram aos antigos PSD, PL, UDN e PRP. O recrutamento do pessoal nomeado pelo emprego de uma convenção partidária, pode ser explicado pela migração de indivíduos com trajetória no multipartidarismo, para o bipartidarismo. Seria ingenuidade supor que a troca de sistema político apagasse da memória dos indivíduos, ritos e procedimentos dispostos para a escolha de candidatos.

O rito da convenção partidária não foi estabelecido como processo formal para o recrutamento dos nomeados. A exigência governamental definia que os partidos formariam, ao seu modo, uma lista política com três nomes a ser encaminhada para a apreciação do governo estadual, que por sua vez julgaria, com base em seus critérios, os candidatos com melhores condições de exercer o mandato de prefeito.

A presença constante de partidos e de um calendário eleitoral, admitiu a preservação dos ritos partidários, que nunca cessaram no autoritarismo. O fato da Arena selecionar vereadores para as eleições municipais em ASN, permitiu que essa prática fosse estendida

para a formação da lista tríplice. Para identificar este fenômeno, basta comparar as atas de seleção de candidatos do período multipartidário com as do bipartidário, em municípios integrantes da ASN. Os dados analisados nos documentos, serão compostos pelo nome dos integrantes do partido, candidatos e membros da direção.

A leitura das atas – tomando-se o cuidado de não aceitar o documento como verdadeira representação da história, mas como uma expressão de um conjunto de práticas, vividas e preservadas entre períodos políticos – demonstram a persistência do rito em cinco municípios gaúchos, com concentração na região Noroeste do estado. No caso específico, foi analisada a ata da convenção municipal do PRP de 1963 e a ata da convenção da Arena de 1968, do município de Crissiumal, ambas disponíveis no (Anexo V).

Embora a convenção partidária fosse destinada a eleger uma lista, isso não significa que a prática seja a causa direta da nomeação. O relato do informante de Crissiumal, Carlos Willy Grun, manifesta que a indicação na convenção era, mais um passo para o recrutamento. Onde ter o nome na lista, obter o máximo de apoios, especialmente de um deputado bem relacionado e com acesso ao governador, era importante para que alguém integrasse a lista política e, posteriormente, fosse nomeado. No trecho da sua entrevista, Grun relata como era o procedimento no partido e a intrincada rede de relações mobilizada no campo, que resultaria na nomeação:

[...] Neste período de mudança de prefeito eu assumi a prefeitura: vinte e cinco de julho de 1980 eu fui empossado lá no gabinete do Amaral de Souza. Essa briga para ser prefeito veio até dentro do diretório, como é que eu cheguei?

Eu tinha uns amigos e tu sabe que tinha uma influencia política, e eu não tinha do meu lado o deputado mais forte da região o Rubem Scheid, mas eu tive o apoio do Fernando Gonçalves, cunhado do Amaral de Souza. Ele foi várias vezes deputado federal, e então, alguém nos assoprou: “*olha, vocês apoiando o Fernando Gonçalves, terão um privilégio*”, entende? Ele é cunhado do Amaral e a situação fica mais fácil. Dependendo, você tem que ter o apoio do diretório local. Você tem que ganhar no diretório.

Só sei dizer que nós abraçamos a causa do Fernando Gonçalves. Juntamos uma gurizada de vinte e três, vinte e quatro anos – nós se atracamos, fomos para a luta - era o pessoal do futebol, do comércio que achava que o cara que era para ser, que era o meu concorrente e não faço questão de dizer quem foi, não teria condições para assumir.

Nós abraçamos a causa do Fernando Gonçalves, fizemos mil trezentos e poucos votos...

Entrevistador: Primeiro vocês fizeram a campanha?

Carlos Willy Grun: Fizemos campanha, nos preparamos, sabíamos que tinha que ser indicado pelo diretório e pelos deputados da região, e se não tivéssemos nenhum deputado da região forte eles iriam indicar uma pessoa, depois reivindicaram a permanência do Oswaldo Sheid, ele nem queria, mas os companheiros – ele era do PRP, que era do Alberto Hoffmann, também bem votado – não mais com tanta expressão.

E o Rubem Sheid, que era do PSD, do nosso partido, tinha simpatia pelo Oswaldo, apesar que eu fiz muita campanha para ele, fiz por que era do partido, não porque tinha interesse na época. E fomos para uma votação no diretório, e ganhamos.

Entrevistador: O senhor poderia falar como funcionava no diretório?

Carlos Willy Grun: O diretório é formado por trinta e poucas pessoas, e essas pessoas é que iriam indicar o próximo prefeito, e como eles viram que o primeiro que eles tinham indicado não teria saída, e a oposição dentro do partido optou pelo seu Oswaldo. Mas ele não tinha muita vontade, ele nem foi na convenção. Demonstrando que realmente não tinha interesse, mas os amigos queriam, e nós ganhamos por cinco votos, foi apertado, mas ganhamos.

O seu Oswaldo tinha sido um bom prefeito, mas ele tinha idade, estava cansado, e estava afim de largar, não tinha disposição. E quando foi feita esta convenção...

Deixa eu te contar um lance pitoresco sobre isso: foi feita uma ata, e essa ata foi feita num livro, assinado, e nós, todo mundo de olho; nós tínhamos muito medo de que eles poderiam nos enganar. E ai, bem naquele período o telefone não estava funcionando, para telefonar para Porto Alegre precisava ir para Coronel Bicaco. Ai quando foi mandada a ata, e quem mandou foi a diretoria da Arena local. Mandaram uma ata totalmente distorcida. Eu liguei para o Fernando Gonçalves.

Fernando: “mas como "carlinhos", aqui nesta ata você perdeu no diretório”,

Carlinhos: “mas como perdemos? Nós fizemos a ata e ganhamos por cinco votos”.

Fernando: “mas aqui nesta ata que veio para nós o senhor perdeu, esta escrito que o senhor perdeu, está aqui a cópia, o senhor perdeu!”

Carlinhos: “mas para ai, pode deixar que eu resolvo o problema”.

Ai peguei o falecido Zeca Mota – o presidente do diretório era um gerente da cooperativa: a caixa rural [hoje Sicredi] – chegamos lá e o pegamos de surpresa: “vimos pegar o livro de ata da reunião”. Presidente: “não eu não tenho”. E quando viu que não tinha outra solução, ele deu o livro de ata. E no outro dia nós viajamos a Porto Alegre, chegamos lá, entreguei a ata para o Fernando Gonçalves, ele buscou a outra, fez outra cópia e mandou para lá. Aquela foi mundial, foi fantástica! [risos]. Para tu ver como naquela época a política já tinha...

Entrevistador: Todos os nomeados pelo municípioio...

Carlos Willy Grun: Todos foram pelo mesmo sistema. Pelo mesmo processo que eu passei, porque eu convivi, eu já morava aqui, o primeiro foi o Ary Hoffmann. Não teve diferença nenhuma. Aqui todos eles passaram pelo diretório, depois pelo apoio dos deputados e por fim do governador.

(Grun, Carlos Willy, 2012) – Crissiumal

O relato apresentado sobre o recrutamento em convenção partidária, soma-se a outros onde o apoio de um deputado e, por fim, do governador, constituiu a base da nomeação. A convenção partidária demonstra que esses tipos de agências categorizadas no *selectorate* partidário, nem sempre apresentam uma forma pura, sendo justamente essa variedade de influencias, constante na maioria dos depoimentos, que deixa cada vez mais evidente que a prática da nomeação, fora muito mais que um mero capricho da entidade executiva dedicada a indicar técnicos ou seus protegidos. Envolvendo diversas instâncias e complexas conexões políticas, o que permitiu relativizar as capacidades da centralização.

3.3 *SELECTORATE* NÃO PARTIDÁRIO

As próximas sessões apresentarão o recrutamento em duas agências que compõem parte do processo em âmbito local. A primeira será a comissão militar, processo verificado em Herval e Canoas, e a segunda é a comissão política, identificada quando o prefeito e vice

tinham seus mandatos cassados e não haviam substitutos, assim o regime promovia militares ou indivíduos eleitos por Câmaras de Vereadores.

3.3.1 COMISSÃO MILITAR

O município de Canoas foi o único a registrar esse tipo de agência de recrutamento. Em Herval, foi encontrada uma espécie de agência militar que atuava através do Serviço de Inteligência do Exército, que realizou o levantamento de quem teria condições de assumir o cargo de prefeito. O informante de Erval, Walter Neves Ferreira, revela que em alguns municípios ASN o Governo Federal recusava a indicação de civis para o exercício do cargo, pois o Ministério da Guerra não abria mão, “pois onde não havia unidade militar o prefeito tinha que ser militar”¹⁵³. O campo de atuação foi classificado como misto, pois envolveu diversos atores e instituições.

Em Canoas, o Estado Maior da 5ª Zona Aérea, era o responsável por avaliar currículos e realizar o recrutamento e a indicação do nome diretamente ao presidente da República, cabendo ao governador apenas acatar a recomendação militar.

Os militares compõem a categoria sócio-profissional com a segunda maior frequência entre os nomeados e nem sempre estavam preparados para a atividade política, evoluindo a posse de alguma diplomacia e a realização de acordos com outros políticos, sempre vistos com maus olhos por parte dos militares.

Boa parte das entrevistas assinala que os prefeitos militares, com algumas exceções, desfrutaram de passagem classificadas como “inexpressivas” ou lembrados pela “intransigência” e “truculência”. Talvez, esse “mal-estar” manifestado pelos entrevistados não esteja associado à figura dos militares (e não se faz aqui uma defesa ao Governo), mas ao fato de que assumiram cargos de prefeito nomeado em contextos que não são seus municípios de origem. E esse ponto, acabaria estimulando um movimento de recusa, especialmente por parte da classe política, que comporta a maior parte dos entrevistados. É interessante esse contraponto, pois os prefeitos nomeados representavam um regime político que atuava de maneira pouco exemplar, como já exposto pela Comissão Nacional da Verdade. Em alguns episódios, essa classe política que ojeriza a classe militar, em função dessas indicações, acaba perdendo o controle sobre a estrutura administrativa das prefeituras para indivíduos alheios a esses contextos.

¹⁵³ FERREIRA, Walter Neves. Entrevista concedida a Dirceu André Gerardi [21 nov. 2012]. Erval.

A primeira fase de nomeações, tem como fonte de recrutamento quadros dispostos no círculo militar e, geralmente, indivíduos ligados por laços de amizade ao governador. A indicação calcada em círculos de proximidade, pode ser percebida mais claramente no governo de Peracchi Barcellos. Entre os seus indicados, estão 17 militares, desse total, 76,5% são nomeados por Barcellos e o restante no governo de Euclides Triches (17 de 83). Posteriormente, o processo se especializa e passa a ser político, percebe-se o declínio das nomeações realizadas diretamente pelo governador e um crescimento da intermediação política dos deputados que, interessados em votos, acabam cooptando o sistema de nomeações.

A Aeronáutica de Canoas, assim como outras pelo país, contava com um prefeito e prefeitura que exercem função administrativa, cobrando tributos e administrando empresas, podendo apresentar *status* de instituição, aparelhadas com departamentos e pessoal especializado¹⁵⁴.

A motivação para a escolha do prefeito que seria nomeado pela agência de recrutamento militar, é externa a Aeronáutica. Segundo depoimento de Daniel Cruz Costa, fornecido a Leila Silveira¹⁵⁵, uma carta foi enviada pela “elite de Canoas” ao Estado Maior da Zona Aérea, solicitando a indicação de um oficial “administrador” para desempenhar o cargo de prefeito.

Daniel Cruz Costa é originário de uma grande família de fazendeiros, os famosos campos de Ponche Verde, localizado no município de Dom Pedrito, pertenciam a sua família, seu pai era dentista e possuía alguma influencia na política local. O seu casamento foi arranjado com uma prima, a Iva Nadége Jardim da Costa, que descendia de família política tradicional de Dom Pedrito, com participação na política anterior a 1964, a exemplo de Argeny de Oliveira Jardim, prefeito eleito (PTB) em 1955, Floribal Oliveira Jardim, vereador (PTB) 1959 e Vereador pelo (MDB) 1968. Apesar de estar cercado pela política, Costa teve ampla participação na arma da Aeronáutica, realizando a patrulha da costa brasileira durante a Segunda Guerra Mundial, alcançando o posto de Ten. Cel. Aviador. Daniel Cruz Costa (D.C.C) relata ao entrevistador (L.S) como a comissão militar chegou a seu nome:

L.S. – Bom, o senhor foi nomeado prefeito de Canoas, né? Quais eram os requisitos para ser nomeado?

D.C.C – Olha, eu falo pela linha militar que é o meu caso. Na parte civil, era mais um protecionismo político, né? Não por competência, era mais um indicativo por

¹⁵⁴ Para maiores detalhes, consulte: Decreto Nº 73.530, de 22 de Janeiro de 1974. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=122092>>

¹⁵⁵ (Costa, 1999)

uma pessoa de confiança dos políticos. No meu caso foi diferente, porque a elite de Canoas tenho um ofício comigo, até hoje.

Fez um ofício para o comandante da 5ª Zona Aérea, pedindo que fosse indicado um oficial bom administrador e de pulso duro para punir as terríveis extorsões que havia aqui em Canoas, no campo político e no campo administrativo. A própria prefeitura era um caos, eram sete diretores brigando entre si. E o Brigadeiro [Dirceu] Collares, reuniu o Estado Maior da 5ª Zona Aérea, e como sugestão, apresentou o meu nome que ele conhecia bem, e foi aprovado por unanimidade.

Eles sentiram que eu não ia aceitar. Ele veio pessoalmente a Canoas falar comigo, ele e a esposa dele, Dona...e ele realmente. Inicialmente eu neguei, disse que não. Era uma empreitada que não era para nós, muito acima da nossa possibilidade. Mais ele insistiu e apelou para nosso relacionamento de colega, de amigo e companheiros de tantas lutas, dentro da própria revolução.

Foi um período muito difícil e eu então não pude negar a ele. Estava pedindo de mim e eu fui, mas eu o avisei que possivelmente nós...Ele ia se arrepender, o que realmente aconteceu, porque era muito difícil a situação e o Estado aceitou a minha indicação, porque na época estava sendo escolhido para interventor o Euclides Triches. Ele queria agradar todo mundo como político costuma fazer, né?

Então, Dirceu Collares disse que o homem que ele indicasse seria indicado, referendado por ele. Só quando souberam que era eu, não quiseram, não tinham coragem de dizer que não, mas procuraram por todos os meios me queimar.

Por exemplo, imaginaram um exame feito por elementos opostos a mim lá em Canoas, por ser grupo comercial onde eu fui sabatinado por umas três horas. O objetivo não era ver a minha capacidade administrativa, era me destruir, tanto é que tinha três paulistas industriais presentes e que chegaram e eu perguntei: “você quer o que? Entrevistar ou prejudicar o Coronel que está aqui? Vou ser atencioso com vocês respondendo as perguntas? “ E não deixou eu responder nenhuma questão de modo perfeito e equilibrado. “Que vocês querem mais? “ E a reunião foi suspensa. Eu saí graduado com nota dez nessa sabatina. O próprio Collares foi informado disso – que eu saí com grau dez dessa entrevista – foi a última tentativa para me liquidar, mas continuaram depois que eu fui empossado, continuaram por todos os meios, me criando dificuldades. (Costa, 1999)

O depoimento do prefeito nomeado é rico em detalhes e demonstra a insatisfação da classe política com a indicação de um militar, realizada no interior do Estado Maior da Aeronáutica, conduzida pelo brigadeiro Dirceu Collares e que sustentou a indicação junto ao presidente da República.

L.S. – O senhor deixou de fazer alguma coisa, algum benefício para Canoas por falta de recurso?

D.C.C – bom, eu fiz o que eu pude, não é? Dentro de uma prioridade que eu e o meu secretário estabelecemos, apesar da necessidade do município dentro de uma lista enorme de grande. Mas foi feita alguma coisa, não como eu gostaria, inclusive a minha saída foi conseguida através de um entendimento como o Triches. Eles estão loucos para verem-se livres de mim, e eu, louco para me ver livre do cara, só que renunciar não.

L.S. – o senhor não renunciou?

D.C.C – não

L.S. – foi até o fim?

D.C.C – não, não foi até o último dia. É que houve uma discussão muito feia a portas fechadas com o Triches. Ele me disse: “mas eu posso confiar na sua palavra, que não vai botar a boca no trombone? “ Foi a expressão dele, porque eu tinha muita coisa para dizer, eu dei minha palavra de honra que: “eu não vou abrir a boca se o senhor não agredir os meus auxiliares. Pode fazer o que quiser no município, mas não atacar ninguém. Isso eu não aceito. Eu mantenho a palavra, não dou uma entrevista”. Essa é a primeira que estou dando passados trinta anos, e eu fui

procurado aqui para dar tudo quanto é tipo de entrevista e eu sempre neguei. Ele se comprometeu.

Então, nessa mesma noite, bateu um major na minha casa á em Canoas, com um ofício, me exonerando. Que não podia fazer isso, é a verdade, só o presidente da República. Me exonerando, mas eu tive que ficar calado, me exonerando, me determinado que as 9 horas do outro dia, de manhã, eu passasse o comando para o Ludwig. E eu o fiz. E de fato não atacou mais. Fez uma inspeção rigorosíssima no Tribunal de Contas. Quando ele foi interrogado no fim do ano, pelos repórteres dos principais jornais do Rio Grande do Sul, porque tinha ocorrido essa crise comigo, quando eu era responsabilizado pelo desastre em Canoas e o MDB tinha ganhado por maior absoluta na Câmara, em fim de 73, princípio de 74, que tinha sido erro de julgamento, quer dizer, me deu razão, né? Mas com isso encerrei o episódio de Canoas e procurei desligar minha vida, da minha mente, aquele período todo.

L.S. – Se o senhor fosse avaliar essa sua linha administrativa em Canoas, o que teria a dizer?

D.C.C – que eu fazia tudo de novo, não errei, só não consegui o objetivo.

L.S. – porque não teve apoio?

D.C.C – hein?

L.S. – faltou apoio...?

D.C.C – não, apoio das Força Aérea eu tive.

L.S. – não, mas digo apoio do próprio...

D.C.C – do governo do estado? Não, ao contrário, eram inimigos meus, desde o princípio. Ao assumir, eles foram “opcional”, meus inimigos, não me queriam, eles sabiam quem é que eles iam encontrar pela frente. Ia acabar com os conchavos políticos, com o desperdício de dinheiro e com uma série de acomodações ilícitas que haviam. Não dou nome nenhum de quem havia em torno da prefeitura e que sangrava ela vergonhosamente. Eu acabei com tudo isso, e todos eles tinham influencia no meio deles. (Costa, 1999)

As indicações originadas foram da área política, provocavam descontentamentos que somados aos resultados desfavoráveis nas eleições municipais de 1974, culminaram com a exoneração do militar que ocupava o cargo de prefeito nomeado – Daniel Cruz Costa. Com isso, assumiu o posto de prefeito de Canoas, o major reformado da Aeronáutica, Geraldo Gilberto Ludwig¹⁵⁶, com 10 anos de experiência no comando da prefeitura da base aérea, permanecendo no cargo de prefeito nomeado por dois mandatos.

3.3.2 COMISSÃO POLÍTICA: OS ELEITOS EM CÂMARAS DE VEREADORES

A agregação de duas categorias do *selectorate* não partidário (substituto legal e indicação militar após cassação) será descrita neste item como comissão política e serão destacados três exemplos. O primeiro exemplo apresenta o recrutamento promovido em Bagé que ocorre após intervenção militar de 1964¹⁵⁷ e a cassação do prefeito e vice-prefeito. O procedimento para a escolha dos novos prefeitos ocorre no interior da Câmara de Vereadores municipal, fato que é relatado com precisão pelo historiador bajeense, Cláudio de Leão Lemieszek (2003):

¹⁵⁶ Possuía parentesco com Rubem Carlos Ludwig: general no Exército Nacional. Em 1978, foi porta-voz do governo Geisel. No governo Figueiredo, ocupa o cargo e Ministro da Educação, até 1982.

¹⁵⁷ Para uma consulta mais detalhada (Cf. Lemieszek, 1997)

[...] em 9 de maio, são cassados os diretos políticos do prefeito [Luiz Maria] Ferraz, e de seu vice, Frederico Petrucci.

[...] No dia 9, sábado, a câmara municipal realizou sucessivas reuniões para aprovar emendas que possibilitassem a eleição indireta do Prefeito e do Vice, e, ao final da noite, estavam eleitos, por unanimidade, José Wilson Barcellos e Darcy Barcelos, respectivamente Prefeito e Vice-Prefeito.

José Wilson Barcelos [...] era diretor da CICADE, quando recebeu o convite para assumir a prefeitura de Bagé, feito pelo próprio Gen. Hugo Garrastazu, atribuindo sua escolha em função dos laços de amizade com o comandante da 3ª Divisão de Cavalaria, acreditando, todavia, que a ordem para que o Gen. Garrastazu o indicasse tenha vindo da cúpula superior das Forças Armadas; contudo, a escolha do vice-prefeito, Darcy Barcelos, foi pessoal, segundo suas próprias palavras prestadas pelo autor.

De fato, ao que tudo indica, sua escolha foi decisão unilateral do Exército, sem qualquer consulta partidária e tendo como critérios de seleção a seriedade, a experiência administrativa e a conduta ilibada, além, é claro, do alinhamento ideológico. Realmente, segundo relatos do Cel. Murilo Budó e do Vereador Clementino Molina, duas (sic.) personagens intimamente ligadas ao movimento revolucionário, a “recomendação iniciais do governo Castelo Branco era de não fazer indicação de um militar”, e sim de alguém “de conduta ilibada, como honestidade, experiência e sem vinculação política ostensiva”.

[...] desperta curiosidade saber como José Wilson, indicado Prefeito pelos militares, foi eleito por unanimidade pela Câmara, onde a bancada do PTB era majoritária. (Lemieszek, 2003, p. 58–60)

A descrição de Lemieszek apresenta semelhanças com o procedimento de escolha de prefeitos identificada nos municípios de Santana do Livramento, e Porto Alegre, não sendo um modelo frequente¹⁵⁸. A descrição Lemieszek, enfatiza que a ordem para nomeação dos novos representantes de Bagé partiu da alta cúpula do regime, sendo cumprida pelo general Hugo Garrastazu, qual ponderou para sua escolha a amizade com os indicados. Demonstrando que a substituição de prefeitos cassados entre 1964 e 1965 foi promovida com exclusividade por comandantes de divisões das Forças Armadas. Ainda segundo o autor, os vereadores petebistas só votaram nos candidatos indicados por Hugo, por que o prefeito “era um ardoroso getulista” (2003, p. 60).

Sobre o episódio da eleição indireta de Bagé, ainda existem questionamentos: porque os militares não utilizaram o dispositivo da nomeação presente na Constituição de 1947?

¹⁵⁸ Caso semelhante é destacado em trabalho recente de Pere Petit: “No dia 10 de junho de 1964, os vereadores de Belém elegeram, por unanimidade, o major Alacid Nunes como prefeito, e o advogado e vereador, Irawaldir Rocha, vice-prefeito: “Em solenidade prestigiada pela presença de altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, levada a efeito na sede do Legislativo da Cidade”. O general Jurandir Bizarria Mamede exerceu um papel preponderante na escolha de Alacid Nunes como novo prefeito de Belém. Segundo o próprio Alacid Nunes: Bizarria Mamede [...] foi designado para comandar a 8ª Região Militar. Quando o general assumiu o comando ele imediatamente mandou me chamar [...], e me disse o seguinte: “Eu gostaria de almoçar hoje com você, onde nós vamos almoçar?”. Eu: “Nós vamos almoçar no Clube Militar”, que na época eu presidia [...]. Este almoço com o General Mamede terminou por volta das 5 horas da tarde, ele procurando se inteirar da realidade do Pará com relação à Revolução [...]. Bem, no dia seguinte de manhã, o general Mamede manda me chamar e me diz o seguinte: “Você vai ser eleito prefeito hoje à noite”. Eu disse: “General, o senhor está me convidando ou o senhor está dando ordem? Porque se for convite, eu não aceito, mas se for ordem, eu cumpro”. Ele disse: “É missão da Revolução” [...]. Fiz a minha continência e obedeci o que ele determinou” (1985, p. 31–32).

Porque tanto trabalho para nomear um prefeito, sendo havia à mão toda uma legislação que vinha sendo aprimorada no país desde a década de 1930? Por outro lado, o artigo 136 desta Constituição foi largamente utilizado pelos militares para interromper a carreira de políticos opositoristas, pois cassava os direitos políticos que implicava na perda do mandato eletivo.

A escolha de prefeitos promovida no interior de câmaras municipais não gera nenhum tipo de surpresa quando se analisa o autoritarismo brasileiro. Na estância hidromineral de Vicente Dutra, embora a prática fosse comum entre os anos de 1975 e 1982, o fato de todos os prefeitos pertencerem ao MDB, surpreende. A explicação para este tipo de exceção é justificada pelo desinteresse do governador em promover um prefeito nomeado no município, o que permite aos vereadores sustentar a posição de prefeito em uma ASN em um período de grande repressão estatal. A inexistência de prefeito nomeado após 1975, admitiu aos presidentes da câmara municipal assumir a posição de prefeito. Assim, a cada dois anos ocorreriam eleições internas e o vencedor desempenharia a função executiva, conforme a tabela seguinte:

Tabela 10 – Lista de prefeitos de Vicente Dutra (1967-1982)

Período Administrativo	Partido	Prefeito	Situação
1967	Arena	Emílio Caetano Pastório	Nomeado
02 – 10/1969	Arena	Rudi Ervino Kirchoff	Pres. Câmara
22/10/1969 – 14/05/1971	Arena	Cel. Ápio Pereira de Vasconcelos	Nomeado
14/07/1969 – 29/07/1971	Arena	Augusto Fabris ¹⁵⁹	Pres. Câmara
29/07/1971 – 12/05/1975	Arena	Carlos Dalcin	Nomeado
13/05/1975 – 31/01/1977	MDB	Sérgio Egídio Dal Forno ¹⁶⁰	Pres. Câmara
01/02/1977 – 1979	MDB	Rudi Ervino Kirchoff	Pres. Câmara
1979 – 1982	MDB	Osmar José da Silva ¹⁶¹	Pres. Câmara

Fonte: elaboração própria.

Rudi Ervino Kirchoff era filho de um chefe integralista, educado com base a ideologia política e integrando posteriormente os quadros do PRP. Foi eleito vereador com 363 votos, em 1963, desempenhando o cargo na cidade de Frederico Westphalen mas representando o distrito de Vicente Dutra. Com a emancipação municipal filiou-se a Arena e no ano de 1968 foi eleito vereador, com 126 votos. Em função do impedimento do prefeito Emilio Pastório, foi escolhido entre os vereadores para exercer o cargo de prefeito interinamente, permanecendo até 1969, quando fora substituído pelo prefeito nomeado Cel. Ápio Pereira de Vasconcelos. No ano de 1972, em função de divergências com a Arena, Kirchoff deixa o

¹⁵⁹ Vereador (ARENA) 1968, 69 votos; Vereador (ARENA) 1972, 127 votos; Candidato Vice-Prefeito (PDS II) derrotado;

¹⁶⁰ Vereador (MDB) 1972, 116 votos; Prefeito (PDT I) 1982,

¹⁶¹ Candidato Prefeito derrotado (PDT) 1988; Prefeito (PDT) 1992 e 2008; Vice-Prefeito (PDT) 2004.

partido e se filia ao MDB. Em 1976, foi eleito vereador com 304 votos, mais que o dobro da primeira vez em que concorreu, com isso assumiu novamente a presidência da câmara e por consequência, a prefeitura municipal. Segue relato sobre a sua passagem como prefeito:

Rudi Ervino Kirchoff: Meu pai era um simpatizante de Vargas, Jango, essa linha. Ai foi que em 1976 me elegi vereador. Como o mandato era para quatro anos, então em janeiro 1979, houve nova eleição para a câmara. O cargo de prefeito era vago, e era câmara que vinha administrando, e era a minha vez de ser eleito como presidente e assumi como prefeito, entre 1979 até 1980. Naquele ano, houve uma prorrogação de mandato, e eu tinha me preparado para entregar o cargo, e essa prorrogação me sinalizou que eu poderia pleitear a prorrogação. Houve uma longa discussão judicial, mas eu acabei ganhando a demanda – cheguei até ser tirado do cargo uns dias – mas a justiça me empossou, e eu fiquei mais dois, totalizando seis anos.

Entrevistador: Porque que o governador não intervia em Vicente Dutra, aqui era uma ASN. O que acontecia?

Rudi Ervino Kirchoff: [esse sistema] causava um mal-estar. Nós fazíamos campanhas para vereador, e nas divisas dos municípios – Caiçara de um lado, e Frederico na outra ponta – tinha as eleições municipais do outro lado do riacho, e do lado de cá não tinha. Do outro lado da estrada o povo votava, e do lado de cá da estrada não votava. Então era um mal-estar, e isso já era um motivo do povo ser contra, o povo era mais contra o governo que a favor deste sistema.

Mas o normal na época era que o governo do estado nomeasse o prefeito, já que tinha essa história da estância hidromineral que cria a prerrogativa do governo nomear prefeito. **O último prefeito nomeado, Carlos Dalcin, ele cumpriu o tempo dele e não sentiu desejo de continuar, e como o governo não tomava providencia em nomear outro, ele acabou renunciando o mandato.**

Depois desta renúncia, ficou este “banho Maria” e o governo do estado teve dificuldade em nomear um novo prefeito, porque tinha os interesses políticos locais. Então tinha que mandar uma lista tríplice para lá, para a Assembleia e o Piratini decidir. Como estes três nomes representavam correntes diferentes e qualquer um que o governo escolhesse machucava os companheiros. Então o governador deixou de tomar a decisão para não criar problema político na localidade, ou descontentes com o governador. Então, para o governo, o assunto: Vicente Dutra se tornou secundário, não quis machucar companheiro, e deixou a coisa andar, sendo que isso ai ficou até que foi abolida a lei [das estância hidrominerais]...foi quando eu recebi o mandato do Rudi e entreguei para o Dalforno. O Rudi era interino, como presidente da câmara, e passei para o Dalforno que foi o prefeito eleito, e já tinha assumido interinamente logo após a renúncia do Dalcin.

Por isso tinha uma disputa muito acirrada para a câmara, pois o partido que colocasse a maioria dos vereadores estava ganhando a prefeitura junto, era automático. Então era aguerrida as campanhas políticas e dá para notar que por um bom período o MDB comandou, por possuir a maioria.

Entrevistador: O Dalcin não tinha respaldo do governo?

Rudi Ervino Kirchoff: Desestimulou. Porque ele não conseguiu realizar os projetos que gostaria, e se sentiu desanimado, ficou aquele tempo que era normal de ficar, e já era hora do governador nomear outro e não nomeava e ele acabou renunciando, por estar descontente com a política.

Entrevistador: Quem elegeisse o maior número de vereadores elegia o prefeito?

Rudi Ervino Kirchoff: É, porque elegia o presidente da Câmara e consequentemente iria assumir a prefeitura.

Entrevistador: E como funcionava a escolha do prefeito lá entre os vereadores? Como acontecia esse acordo? Perpassava o partido ou o partido ficava de lado?

Rudi Ervino Kirchoff: Não, normalmente os vereadores votavam, mas havia consultas ao diretório, se ouvia companheiros, se criava clima para isso, né. Então, se dentro de um mandato vai ter dois prefeitos, dois anos cada um, e já ficava mais ou menos delineado: os primeiros dois anos fica fulano e nos outros fica sicrano. Ai se fazia tipo um rodízio.

Entrevistador: Na época que o senhor foi presidente da câmara, quem foram as pessoas que enfrentou, ou só tinha um candidato que era o Senhor?

Rudi Ervino Kirchoff: Não. Não foi preciso a gente enfrentar uma disputa, porque a gente fazia isso sempre por consenso.

Entrevistador: Não era tríplice?

Rudi Ervino Kirchoff: Não, não. Sempre se fazia por consenso. O partido era bem unido nesse sentido aí. O partido dava o aval e a câmara sustentava isso lá.

(Kirchoff, Rudi Ervino, 2012) – Vicente Dutra

Caso semelhante ocorreu no município estância hidromineral de Iraí, onde o vereador Nelson Nabor dos Santos Paz, que integrou os quadros da Arena e, posteriormente, do PDS e do PP, assumiu a prefeitura após uma determinação judicial – esta delegava que a eleição para substituição do prefeito seria realizada no interior da Câmara Vereadores e posteriormente abonada pelo governador. Embora não tenha sido nomeado como prefeito, a sua posição de presidente da câmara municipal, associada a prorrogação dos mandatos de prefeitos em função das eleições de 1982, permitiu sua permanência entre 7 de novembro de 1980 e 31 de janeiro de 1983.

Os três casos, minoritários em sua quantidade, compensam pela riqueza de detalhes sobre a participação das câmaras de vereadores no processo de sucessão de prefeitos em ASN. No caso de Bagé, a interferência militar foi bastante ousada, modificou regimentos e a legislação municipal para legalizar a posse de dois administradores que assumiram mandatos como determinação da cúpula das Forças Armadas. Em Vicente Dutra, a Arena e o governo estadual não conseguiram nomear lideranças, sendo este o único caso de prefeitura conduzida por integrantes do MDB em área de segurança nacional, autodeterminada pela eleição realizada no interior das câmaras municipais, com vereadores eleitos entre 1975 e 1982. Desta forma, a seleção do prefeito apresenta caráter político e serve para ilustrar o descaso do regime com o município.

Conclusões parciais

Na introdução deste capítulo estabeleceu-se como objetivo, verificar com base um modelo tipológico, *como se organizam e se formam as minorias que governaram* as ASN. Procurando demonstrar como alguém conquistava a posição de prefeito nomeado, para isso foi realizada uma descrição do processo de recrutamento no interior de agências do *selectorate* partidário e não partidário, verificadas em nível local, o qual resguardou o acesso às prefeituras apenas para as elites arenistas e aos nomeados, tal fato evidenciou o baixo arejamento das elites políticas no intervalo de 19 anos.

A instalação do bipartidarismo, permitiu que algumas instituições permanecessem (entre elas: partidos e eleições) proporcionando as elites desalojadas pela extinção dos partidos da fase multipartidária, espaço institucional para a continuidade de carreiras políticas. Assim, a instalação do regime bipartidário admitiu que estes quadros migrassem aos novos partidos que se formavam, a Arena foi ocupada pelos apoiadores do regime e o MDB pela oposição. Essa reorganização institucional reuniu no interior da Arena, políticos que num período anterior eram adversários, mas que agora se viam protegidos por um mesmo partido.

O decreto do AI-3 e a lei Lei nº 5.449 de 4 de junho de 1968, retiraram o cargo de prefeito da disputa política, criando a figura do prefeito nomeado e as ASN, ambiente onde desempenhariam estas funções. O regime, embora tenha criado a legislação de nomeações, não definiu como seriam escolhidos estes prefeitos e a análise deste processo demonstra como se organizaram e se formaram as elites em ASN.

Nos procedimentos de escolha de candidatos, a Arena foi responsável por organizar e gerir o conflito, justificando o fato de a maioria das indicações ocorrer neste ambiente. Ao analisar o recrutamento, utilizando a tipologia, surgem diferenças no procedimento de condução da lista tríplice. A descrição do processo empregado pelas agências, apresenta variações, caso a caso e dentro de uma mesma agência, evidenciando claramente um processo de especialização, no tempo (entre 1964 e 1985) e no espaço (de ASN para ASN).

O processo empregado para a produção da lista tríplice revela a existência de estágios e níveis. A nomeação pode ser entendida como um procedimento de recrutamento, partilhado entre os ambientes local e estadual. As agências eram responsáveis por apontar pessoas que integrariam a lista política, resultando o nome do prefeito nomeado.

Agência possuía amplo poder de deliberar quem governaria, visto que há casos onde o partido impôs uma lista política que continha apenas um nome e os seletores ao adotar este comportamento, conformavam a tomada de decisão do governador, procedimento que permite relativizar as capacidades da centralização como única entidade com poder de nomeação. Há procedimentos de recrutamento que empregaram convenções partidárias exclusivas aos membros da Arena e outras mais inclusivas, que contavam com a presença de vereadores do MDB, empresários e indivíduos da sociedade civil. Em ambos os casos, estes indivíduos tinham direito de discutir e votar nos candidatos de uma lista, que dariam origem a lista tríplice.

Os procedimentos de recrutamento promovido pelos líderes partidários e executivos, demonstram um alto poder de exclusividade, nestas agências foi possível identificar que o capital social e trajetória dos indicados constituíram elementos para a definição de quem seria

nomeado. A proximidade destes líderes às instâncias do governo, permitiram atalhos a tipologia, demonstrando que estas agências determinavam os prefeitos sem consultar os membros do partido ou qualquer conselho, sendo também responsáveis por levar o nome ao governo, que posteriormente nomeava. Nas demais comissões partidárias, a intermediação de deputados e outros políticos, com acesso direto ao governador, também se revelava decisivo para definir quem seria nomeado. Portanto, o nome na lista não garantia a nomeação e sim os contatos e o peso destas influências junto ao governador.

O recrutamento partidário é suscetível e permeável a interferência de agentes externos. Evidenciado quando deputados auxiliavam as agências durante os procedimentos de recrutamento; quando deputados, líderes partidário e executivos impõem candidatos, utilizando o partido para formalizar a lista tríplice e; quando a responsabilidade de encaminhar a lista ficava com algum deputado, burocrata ou líder político. Esse tipo de procedimento auxilia na compreensão da seleção partidária de candidatos em democracias, sujeita a interferências externas ao partido.

O *selectorate* não partidário recrutou pessoas sem a mediação do partido, procedimento verificado para a comissão militar, onde o perfil do recrutamento segue diretrizes militares pautadas pela qualificação técnica e dedicada ao exercício administrativo. A intermediação das nomeações por militares foi comum durante o período pós-golpe, mas o caso de Canoas foi exemplar e demonstrou o papel do Estado Maior da Zona Aérea como recrutador e devido as conexões dos comandantes, com a alta cúpula do regime, garantiu que militares recrutados fossem nomeados para o cargo de prefeito.

Neste contexto, a ausência de eleições e diretrizes para a escolha de candidatos a nomeação promove o desenvolvimento de formas alternativas de recrutamento, onde as agências concentrariam este papel e selecionariam os indivíduos com as melhores qualificações. A competência técnica, expressada pela profissão, ou a experiência em cargos da administração estatal, ou eletivos, foram ponderadas pelas agências no momento de suas escolhas. O fato de estar próximo aos centros de poder municipal permitira, a diversos indivíduos, ampliar o capital social e obter o apoio de prefeitos e outras lideranças políticas – pontos reconhecidos pelos seletores das agências como essenciais para o exercício da atividade política.

O desempenho do cargo de presidente da Arena local, permitia aos seus ocupantes o acesso a um grande volume de informações e o controle de processos internos e externos. Em decorrência desta atividade, o presidente partidário expande seus canais de comunicação com as lideranças políticas de diversos níveis, especialmente os deputados. Deste capital social, as

conexões originadas com políticos suportaram a candidatura, indicação na lista tríplice e posteriormente nomeação.

A atividade profissional dos professores com ensino superior e médio, sempre foi vista como essencial e adquiriu grande destaque nas sociedades presentes nos municípios ASN com criação entre os anos de 1966 e 1969 (13 dos 29), antes distritos colonizados entre 1950 e 1960), situados na região Noroeste do estado agindo como um elemento de distinção social. Os comerciantes, por sua vez, mesmo sem instrução educacional, mantinham estreito contato com a comunidade através do intercambio comercial, desenvolvendo uma reputação e em função disso conseguiam aglutinar parte da população, encampando processos emancipacionistas. Com a instalação do bipartidarismo, estes comerciantes participaram da fundação de sessões da Arena e em alguns casos assumiram a posição de prefeito nomeado.

Os recursos sociais, capital escolar e de reputação apresentados pelos nomeados, foram responsáveis por posicionar estes indivíduos na sociedade e foram reconhecidos como elementos de capacidade política promovido pelas agências. Juntas, a conclusão do ensino médio e a posse de um diploma universitário, nos municípios fundados entre os anos de 1966 e 1969, representaram 84% (21 de 25) dos nomeados; já nos instituídos anteriormente à 1945, 85% (24 de 28) possuíam cursos de ensino superior, pós-graduação ou mestrado; e nos fundados entre os anos de 1945 e 1964, era predominante a presença de indivíduos com curso superior, sendo 78% (7 de 9). Neste cenário, fica evidente que a posse de um diploma era um importante elemento de posição e a principal característica dos nomeados.

O recorte municipal realizado pela data de origem dos municípios, revelou que nas cidades fundadas entre os anos de 1966 e 1969 o resultado do recrutamento (32 de 40) se concentrou em três ocupações sócio-profissionais: os professores, comerciantes e militares. Já entre os municípios criados entre 1945 e 1964, a preferência converge para indivíduos com profissões urbanas (7 de 12): como os militares, empresários e professores - neste cenário vê-se, pela primeira vez, os advogados na lista de profissões. Em municípios originados antes do ano de 1945, percebe-se que militares, professores, veterinários e agropecuaristas, corresponderam, juntos, a 64,5% das profissões dos nomeados (20 de 31), demonstrando a variação do perfil dos nomeados em relação ao espaço. Neste sentido, verifica-se que municípios de formação recente não apresentavam uma elite política formada, sendo os professores e comerciantes, referências reconhecidas socialmente e pelas agências dos selectorate.

A família política foi outro importante recurso social diretamente relacionado à nomeação dos prefeitos, na linha do tempo estudada está presente de uma maneira constante,

o percentual de sua ocorrência em municípios com fundação anterior ao ano de 1945 totalizaram 62,5% (20 de 32); 51% nos fundados entre os anos de 1966 e 1969 (21 de 41); e entre os anos de 1945 e 1965 em 62,5% (5 de 8).

Os capitais de notoriedade apresentados e forjados¹⁶² ao longo da trajetória dos indivíduos que se tornariam prefeitos nomeados, permitiram a construção de uma reputação que tendia para bem ou para mal. A ocupação profissional e os recursos sociais ofereceram oportunidades para o destaque individual, onde o afazer profissional predispõe este indivíduo para a atividade política e o *selectorate* para reconhecê-lo como alguém preparado. A nomeação representava a sedimentação e o reconhecimento social de sua liderança, detendo o poder de “tornar visíveis, tornar explícitas, as divisões sociais implícitas, é o poder político por excelência: é o poder de fazer grupos, de manipular a estrutura objetiva da sociedade.” (Bourdieu, 2004b).

¹⁶² “O mandatário do Estado é o depositário do senso comum: as nomeações oficiais e os certificados escolares tendem a ter um valor universal em todos os mercados. O efeito mais típico da “razão de Estado” é o efeito de codificação que atua em operações tão simples como a outorga de um certificado: um expert, doutor, jurista, etc., é alguém que recebeu um mandato para produzir um ponto de vista que é reconhecido como transcendente em relação aos pontos de vista singulares, sob a forma de certificados de doença, de inabilitação ou de habilitação, um ponto de vista que confere direitos universalmente reconhecidos ao detentor do certificado. O Estado aparece assim como o banco central que garante todos os certificados.” (Bourdieu, 2004b)

4 RECRUTAMENTO EM SELECTORATE NÃO PARTIDÁRIO: A RECONDUÇÃO E NOMEAÇÃO DIRETA DE PREFEITOS

No capítulo anterior considerou o recrutamento no ambiente municipal, destacando que *as minorias que governaram as ASN se organizaram em partidos e foram formadas em procedimentos de recrutamento promovido por agências de dois selectorate*. Embora o recrutamento de nomeados ocorresse na maior parte das vezes em ambiente partidário local, (66,7% de 107 casos) as entrevistas reforçaram **i)** a existência de uma articulação entre o ambiente local e o estadual, **ii)** transformando o recrutamento em agências, poroso e suscetível a acordos. Estas conexões que se dão no campo político são o ponto decisivo para as nomeações promovidas pelos *selectorate* partidário.

O presente capítulo tem como objetivo central, compreender estas conexões descrevendo *como alguém é recrutado, nomeado e reconduzido ao cargo de prefeito*. As nomeações promovidas diretamente pelos chefes executivos, presidente da República e governador de estado, pressupõe ao nomeados um estoque de capital social¹⁶³, mensurado pelo *total dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizada de conhecimento e reconhecimento mútuo*¹⁶⁴ (Bourdieu, 1980, p. 2). Um exemplo de recurso real pode ser expresso pelo capital econômico e potencial pelo capital simbólico fornecido pelo nome de família: a linhagem familiar¹⁶⁵. O capital social será encontrado na forma de relações sociais, de comércio, ativismo político e até na guerra.

Os capitais destacados anteriormente admitem sua transferência entre indivíduos ou grupos, sendo continuamente edificados pelos seus herdeiros. O manuseio destes capitais exige que o portador seja iniciado e treinado para o seu emprego, como por exemplo o portador de um capital político familiar, ao ser treinado e iniciado, potencializa o emprego do capital na construção de uma carreira. As entrevistas realizadas para esta pesquisa, revelam

¹⁶³ Para uma discussão do conceito de capital social ver: (Portes, 1998b)

¹⁶⁴ “Le capital social est l’ensemble des ressources actuelles ou potentielles qui sont liés à la possession d’un *réseau durable de relations* plus ou moins institutionnalisées d’interconnaissance et d’interreconnaissance; ou, en d’autres termes, à *l’appartenance à un groupe*, comme ensemble d’agents qui ne sont pas seulement dotés de propriétés communes (susceptibles d’être perçues par l’observateur, par les autres ou par eux-mêmes) mais sont aussi par des *liaisons* permanentes et utiles. Ces liaisons sont irréductibles aux relations objectives de proximité dans l’espace physique (géographique) ou même dans l’espace économique et social parce qu’elles sont fondées sur des échanges inséparablement matériels et symboliques dont l’instauration et la perpétuation supposent la reconnaissance de cette proximité. Le Volume du capital social que possède du réseau des liaisons qu’il peut effectivement mobiliser et du volume du capital (économique, culturel ou symbolique) possédé en propre par chacun de ceux auxquels il est lié.” (Bourdieu, 1980, p. 2)

¹⁶⁵ (Cf. Saint Martin, de, 1980).

este ponto e admitiram aos neófitos reconverter estes capitais, especialmente o social, em novas carreiras¹⁶⁶. Além das vantagens de um “bom nome”¹⁶⁷, o *habitus* forjado no seio das Forças Armadas e administração pública – entre nomeados e chefes executivos presidentes da República e governadores e outros políticos – forjam laços, alguns mais sólidos que e outros, que serão o sustentáculo empregado pelos seletores para o recrutamento e nomeações.

A discussão do capítulo está organizada em sessões. A primeira traz o recrutamento na fase estadual, que consiste na entrega das listas as divisões governamentais e a recondução de prefeitos promovidas pelo governador, demonstrando como a influencia e as ligações desenvolvidas no campo político, atuavam no sentido de definir quem seria nomeado. Na sessão II é investigada uma modalidade de recrutamento que não passou pelo circuito descrito nas sessões anteriores. As nomeações realizadas diretamente pelo chefe do executivo (governador ou presidente da República), expõe frontalmente a origem familiar e recursos sociais, como elementos que viabilizam o acesso a determinadas redes de sociabilidades, conexões que explicarão o recrutamento e as nomeações.

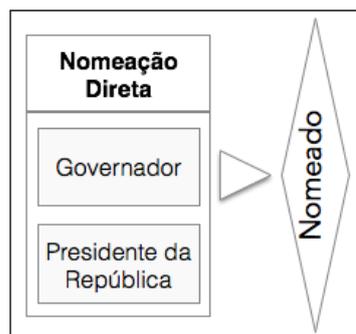
4.1 RECRUTAMENTO FECHADO ESTADUAL: QUEM E COMO SÃO NOMEADOS?

As *nomeações diretas* são caracterizadas por um atalho a tipologia proposta no Capítulo II. O recrutamento e as nomeações ocorrem de maneira concomitante, sendo conduzidas tanto pelo presidente da República quanto governador de estado, de maneira independente. Esta modalidade de recrutamento é designada como recrutamento direto e é descrito segundo o modelo disposto:

¹⁶⁶ Ribeiro (2012), em sua pesquisa, verifica que a transmissão das heranças políticas é uma das estratégias centrais para o recrutamento de muitos parlamentares brasileiros. Sua sobrevivência e peso inegável na estrutura do campo político indicam que, não só não é uma prática em vias de extinção, como vem sendo “refuncionalizada” e ressignificada ao longo da democratização das instituições nacionais.” Ao analisar a transmissão de capital familiar, verifica que as dinastias locais, cooptam indivíduos não membros para lançar candidaturas ao legislativo. Para os membros desta famílias, os que se lançam a atividade pela primeira vez, “o que pesa é o nome de família, em geral do pai e, claro, uma aptidão razoável do candidato para o trabalho político que justifique a sua escolha.” (2012, p. 53)

¹⁶⁷ Um caso exemplar de capital militar e um “bom nome”, título de uma sessão do trabalho de Ernesto Seidel (2011, p. 13) sobre o filho do General Medeiros Mallet (1840-1907), Barão de Itapevi, que seria o patrono da Artilharia do Exército brasileiro; o trabalho de Amaral (2005) analisando a herança política da elite política gaúcha em três períodos (1930-1937), (1937-1945) e (1945-1947), identifica um relativo padrão de transmissão destes capitais entre pode ser visto como um relativo modelo da política rio-grandense. Entre 1930 e 1937 “o tripé militar/estancieiro/político era um modelo para constituírem-se figuras proeminentes” (2005, p. 42) Como os casos de Getúlio Vargas e Assis Brasil. O fechamento do legislativo entre 1945 e 1947, apresenta uma mudança muito pequena em relação a primeira elite.

Tipologia para Nomeação Direta de prefeitos: federal e estadual



Fonte: Elaboração própria

Outra possibilidade de recrutamento direto é encontrada nos procedimentos de renovação do mandato de prefeitos, que nem sempre representaram uma atitude unilateral dos governos federal e estadual, devido ao espaço para que as agências locais realizem suas indicações. As ligações pessoais do postulante – mensuradas pelos apoios recebidos – e associadas aos recursos sociais, de herança familiar e capital escolar, sustentam e viabilizam a carreira de alguns prefeitos. A participação em cargos eletivos em partidos e na administração pública e o convívio social decorrente do exercício destas posições, foram o ambiente para o desenvolvimento do capital social dos nomeados, o que os tornou conhecidos entre os círculos políticos de suas localidades.

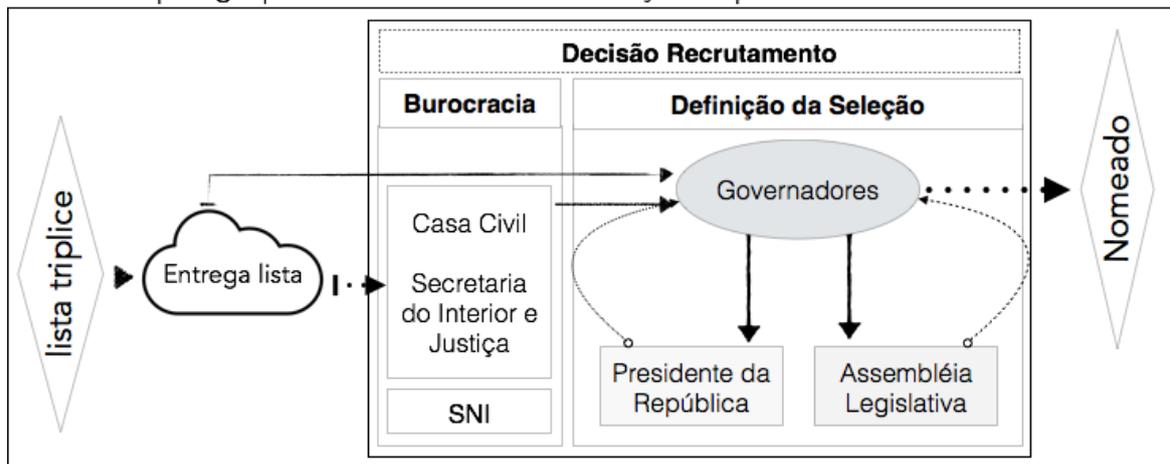
Os nomeados recrutados diretamente pelo presidente da República e governadores herdaram o capital social fundado pelos seus antepassados, que associado a recursos individuais, como posse de um diploma universitário e o desempenho de atividades profissionais destacadas, como os professores, militares, comerciantes, formaram o emaranhado de fatores responsáveis por gestar uma outra parte dos nomeados.

A segunda tipologia representa a continuidade do circuito iniciado na fase local, demonstrando o multivariado trajeto pelos quais percorriam as listas tríplices: iniciando na burocracia estadual entregues por meio de comitivas, chefes e líderes partidários e deputados, que em audiências convocadas pelo governador ou grupos, deram origem as indicações. Após este procedimento o governador enviava a lista ao governo federal, destacando o nome que apoiaria. As assessorias da presidência avaliavam o indicado com critérios variados, processo que esteve sujeito a intervenção de ministros, deputados e burocratas ligados aos prefeitos indicados, quais intercediam para que reversão de indicações. Após a presidência aprovar o nome, a decisão retornava ao governador que decretava a nomeação. Algumas nomeações promovidas por governadores e especialmente pelos presidentes da República transcenderam

o ambiente local, a Arena e o governador, deixando explícito o emprego de capital social por alguns indivíduos nomeados.

A posse era dada aos nomeados em ato solene, com discurso do governador, neste momento eram informadas as atribuições do cargo e o direito de agendar a cada mês uma audiência, onde seriam expostos os pleitos da localidade. Estes contatos facilitaram a alguns prefeitos estabelecer uma relação mais estreita com os governadores e, em função disso, acumular certo poder de indicação delegado pelos chefes de executivo. Esta proximidade poderia resultar na renovação para um segundo ou, em alguns casos, terceiro mandato de prefeito nomeado, admitindo carreiras de até 15 anos. As rotas para o procedimento no ambiente estadual são descritas na tipologia abaixo:

Tipologia para a recrutamento e nomeação de prefeitos: nível estadual:



Fonte: Elaboração própria

Nas sessões posteriores, serão apresentados diversos elementos para compreender a nomeação. Como já destacado, parte deles, aludem os recursos e capital sociais dos nomeados. Ao analisar a trajetória das entidades responsáveis por nomear em cargos eletivos ou na administração pública, serão observados o campo onde as relações entre nomeados e seletores se iniciam. Para tanto, a próxima sessão explorará os critérios empregados pelo governador.

4.2 A ENTREGA DA LISTA TRÍPLICE E OS CRITÉRIOS DO GOVERNADOR: OS CAMINHOS DA NOMEAÇÃO

Jair Soares, governador do estado do Rio Grande do Sul eleito no ano de 1982, exerceu o cargo no momento em que o país passou do autoritarismo para a democracia. A

criação de novos partidos e a ocorrência de eleições destinadas a escolher representantes de executivos municipais no ano de 1982, colocaram fim a nomeação de prefeitos em três municípios ASN gaúchos, enquadrados como estâncias hidrominerais: Vicente Dutra, Iraí e Catuípe. Entretanto, outros 26 municípios ASN do estado permaneceram sob o comando de prefeitos nomeados até janeiro de 1986, quando foram substituídos definitivamente por prefeitos eleitos em novembro de 1985¹⁶⁸, segundo o que estabelecia a Lei Nº 7.332, De 1º de Julho de 1985:

Art 1º - No dia 15 de novembro de 1985 serão realizadas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito nos seguintes municípios:
 I - Capitais de Estados e Territórios;
 II - Estâncias Hidrominerais;
 III - considerados do interesse da Segurança Nacional;
 IV - nos municípios de Territórios;
 V - descaracterizados do interesse da Segurança Nacional a partir de 1º de dezembro de 1984.

Neste sentido, a transição política assumirá um padrão híbrido, por congregarem aspectos democráticos e autoritários, verificado pela continuidade do sistema de nomeações, prerrogativa conservada pelos governadores eleitos e exercida até o ano de 1985, fato que segundo Jair Soares, exigia uma postura diferenciada no momento para o recrutamento, considerando nomes viáveis para a nomeação.

Assim, contar com o maior número de apoios e deter experiência na política, contribuíram na formação do perfil de um pré-candidato a nomeação. A ausência destas qualidades era compensada pelos recursos individuais e o capital social, verificada pelas conexões estabelecidas no campo político, antecedente à ocorrência da indicação promovida pelas agências locais (quando estas ocorriam), com isso garantindo a indicação e nomeação. Compreender este processo é como montar um quebra-cabeças.

Segundo Soares, a primeira peça deste jogo iniciou no ambiente local com a indicação de um ou mais nomes, apresentados em listas formuladas por agências, *“pessoas que elas achavam que pudessem representar. Alguém que tivesse identidade com o município”*. O indicado deveria possuir uma *“ficha branca”* e aptidões para o cargo, pois *“não se podia inventar alguém da noite para o dia, ele tinha que ser ou um grande empresário, um bom administrador; ele tinha de ter da parte da sociedade, da comunidade, um apoio que não viesse criar um problema”*. Eles sabiam que iriam encontrar alguém que estava sentado na cadeira de governador e que exigia todos estes critérios, desta maneira deveriam verificar a

¹⁶⁸ Lei Nº 7.332, De 1º de Julho de 1985. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7332.htm

ficha dos seus indicados nos órgãos de informação, evitando que o governo intervisse no município através da indicação de um prefeito de fora da localidade.

Então veja, que tendo este princípio, quando eu chego nesta hora de escolher os interventores nas ASN, que são os prefeitos interventores, eu tinha responsabilidade. **Levava muito a sério aquilo, tanto é que nós tínhamos uma assessoria pessoal que controlava uma pasta com todas as indicações, para podermos cobrar depois se houvesse alguma falha.** E só um município com problema, mas que foi demitido imediatamente. (Soares, 2015)

Algumas premissas utilizadas pelos governadores, para justificar suas escolhas, iniciavam pelo contato direto de sua assessoria, emissários ou do próprio governador com a sociedade, para isso consultavam **i)** representantes partidários da Arena e depois PDS (local e regional); **ii)** Clubes de serviços (Rotary e Lions Club); **iii)** associações de produtores rurais e sindicatos de classe locais e; **iv)** a classe política (líderes políticos locais, vereadores, deputados, em alguns casos, ministros). Através desta prática o governo estadual considerava amplos setores da sociedade nesta “engenharia social”:

Em cada um destes municípios, o sistema era esse, havia vários candidatos. E até mesmo o partido da oposição, não que ele participasse de forma direta, mas indiretamente. Quando havia alguma restrição ao nome que estava em maior evidência, ela também se manifestava, mas contra. Então, tudo isso interessava: **era necessário a figura ilibada, a capacidade técnica para o exercício de um cargo de prefeito municipal, que a pessoa tivesse também um apoio, vamos falar assim, mínimo. O ideal é que ele tivesse o máximo de apoio, nós sempre procurávamos isso.**

Mas era preciso que ele não fosse alguém que trouxesse alguma mácula na sua história pessoal, na sua vida, porque ele passaria a exercer um cargo de grande significado e interesse na administração pública daquele município.

Então, havia uma pressão enorme. **Vinham comissões do interior trazendo nomes, podia-se dizer em listas, ou senão viessem listas, um nome isoladamente, que seria examinado com as outras indicações da mesma comunidade. Então era, vamos dizer assim, uma verdadeira corrida, para buscar o melhor para aquele cargo sob o ponto de vista da sociedade, e claro, sob o ponto de vista do partido, do que estava no governo, havia também uma preferência por aquele ou um outro.** (Soares, 2015)

O postulante deveria ser reconhecido por setores destas sociedades locais, sendo essencial constituir conexões com políticos de outros níveis, afim de garantir algum respaldo no governo estadual, evidenciando que a nomeação não se resumia apenas a uma etapa de seleção partidária, abrangendo determinada articulação. Do ponto de vista do governo estadual, as conexões com dirigentes de entidades em nível municipal e com políticos de diversas esferas, minimizavam as incertezas do governo em relação ao nome indicado.

A consulta a outras lideranças municipais, cumpria o papel de abonar ou não um nome que muitas vezes, segundo Soares, *“parecia que atendia ao partido, porque vinha com*

aqueles membros do partido, e alguns da sociedade". E é neste sentido que a indicação das agências era insuficiente para a nomeação, "quando se ia ao encontro da verdade propriamente dita, no município, você via: *não, esse tem restrições, aconteceu isso com ele, não é um cara experiente, a família dele não é de boa índole*". O que tornava imperativo ao governador reunir informações, "*peneirar aquele nome, examinar na integralidade. Onde você teria vantagem: se ele fizesse uma boa administração, você teria dividendos*" (Soares, 2015).

O critério do governador era o mesmo utilizado pelas agências locais: nomear, dentre o grupo de indicados pelas agências locais, indivíduos que representavam ser os melhores ou com mais recursos e detentores de melhores referências. Com isso há subsídios para afirmar sobre a existência de uma articulação voltada a nomeação entre o ambiente local e o estadual.

O governo, na impossibilidade de realizar eleições permitiu, a utilização de processos alternativos de escolha que, por sua vez, impactaram diretamente no perfil dos selecionados: indivíduos com as melhores qualificações, integrantes de famílias políticas e com amplo estoque de capital social, diplomas de ensino superior e pós-graduados.

A trajetória e a herança familiar (econômica e simbólica) foram traços fundamentais dos indivíduos nomeados pelo governador, bem como participação em organizações civis como o Rotary e Lions Clube, em atividades sociais, festejos e ações cívicas da comunidade. Ao ocuparem estas posições, os indivíduos conquistavam visibilidade, aparecendo na coluna social do jornal local e com isso seus nomes permaneciam no imaginário social.

A participação nestas instituições, possibilitava aos indivíduos o ingresso em círculos sociais e rodas de amizade com pessoas influentes de suas comunidades. Em municípios pequenos, de três a cinco mil habitantes, como na maioria das ASN, a escolha destes indivíduos pelas agências derivava destas conexões. "*As listas tríplexes, muitas vezes, continham cinco, seis nomes, era grande o número de candidatos em cada município. Mas a verdade é que a linhagem das pessoas, a vida das famílias no município elas tem uma grande influencia*" (Soares, 2015).

Soares relata que em seu primeiro ano no governo, a indicação para prefeito nomeado era indicada primeiramente ao governo federal, contato que era realizado por telefone junto ao "*chefe da casa militar, o general Venturini, uma pessoa que eu tinha grande relacionamento, porque fui ministro daquele governo e nunca criou obstáculos, nunca criou nenhum problema*". Um ponto importante a ser destacado e que impactou sob o processo de escolha dos prefeitos nomeados, promovido por Soares, refere-se as relações desenvolvidas durante a

sua trajetória política, tanto em programas de vacinação, quando exerceu cargo de secretário da saúde, quanto ministro da previdência social:

É, muitos deles, nas minhas andanças pelo Rio Grande (como secretário de estado da saúde por oito anos, depois como ministro) eu já conhecia.

Por várias razões: alguns porque como eu construí muitas unidades sanitárias, muitos postos de saúde que se fez, como os verdadeiros quartéis gerais da saúde pública, para combater as doenças como: varíola, paralisia infantil, difteria, tétano, coqueluche, rubéola, caxumba, e a própria epidemia de meningite meningocócica; e além da tuberculose (que tivemos que modificar o sistema de vacinação para que se combatesse, se controlasse as doenças), eu tinha contato muito grande e muito frequente com o magistério local do município, como os clubes de serviço, com a brigada militar, com os políticos de um modo geral, porque é uma atividade que precisa ter esse apoio, porque uma vacinação...

[...]então eu entrei em todos os caminhos, todos os labirintos da atividade municipal, e por via de consequência eu conhecia muita gente e tinha nomes, quando vinha ser apresentado, que eu dizia:

“não, este aqui teve em tal campanha, esse nos ajudou naquela campanha de vacinação, esse nos ajudou nas campanhas de multivacinação”. Aqueles todos que eu conheci nenhum me decepcionou, nenhum.

[...] Então, a experiência é uma coisa que deve contar: se você tem alguém que foi vereador no município, presidente de um clube recreativo, presidente ou participante de um clube de serviço, que foi um bombeiro honorário, que não ganha nada, que estava ali por espírito público, por ser um colaboracionista, e esse nome vem numa lista, ou num punhado de nomes de um município e se você olha. Esse cara, sem ganhar ele fez, imagina ele agora com toda a força de uma nomeação de prefeito, o que que ele não pode fazer? Então, esta coisa tem que ser levada em conta. E é claro que a vida das pessoas, dos pais, da família, amigos tem influencia e é aquela velha frase: *“dize-me com quem anda e que eu te direi quem és”.*

(Soares, Jair. 2015)

O recrutamento promovido pelos governadores demandava por parte dos nomeados a posse de capitais e um emaranhado de relações e capital social, os quais motivaram escolhas de postulantes para o exercício da nomeação. A assessoria do governador verificava as conexões dos nomeados, através da investigação dos candidatos promovida junto a membros de instituições locais e políticos de diversas esferas. Sendo a nomeação o resultado destes processos de recrutamento local e estadual.

4.2.1 A NOMEAÇÃO DIRETA DE PREFEITOS POR GOVERNADORES

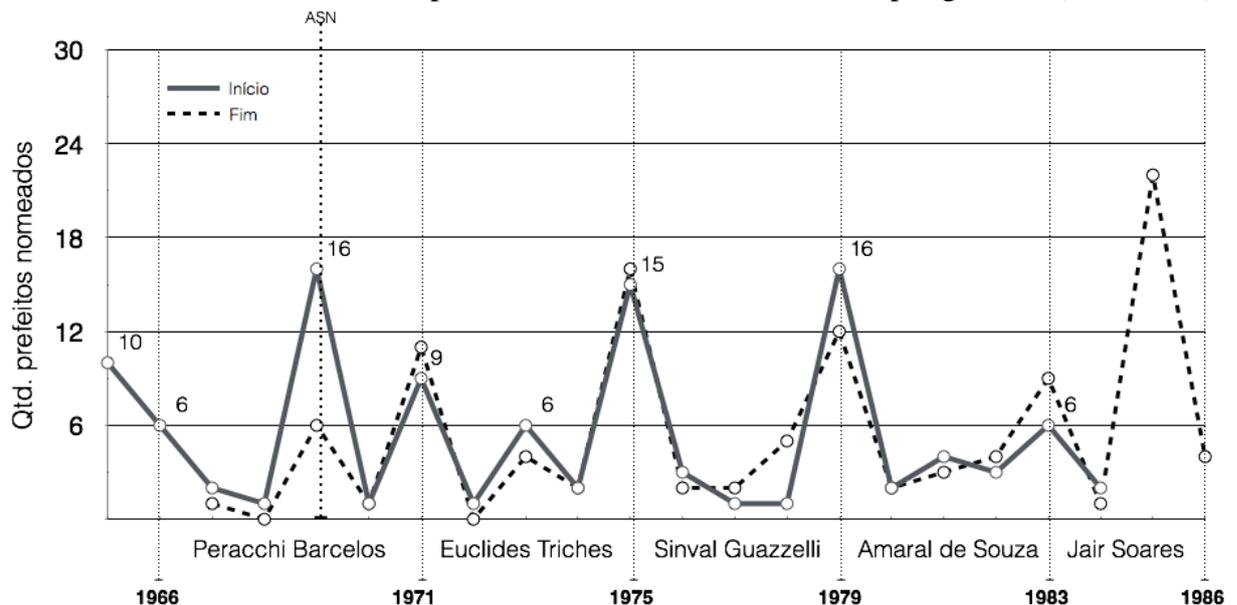
Quando a sucessão dos governadores era iniciada, os prefeitos de ASN necessitavam ser substituídos ou reconduzidos ao cargo. No gráfico abaixo está disponibilizada a frequência de nomeações promovidas exclusivamente pelos governadores, destacados o ano de início e fim do mandato de prefeitos, organizados por governo estadual.

A linha escura exhibe o início da carreira dos prefeitos, evidente nos anos de 1969, 1971, 1975 e 1979, os quais coincidem com o período de transição entre um governo e outro,

menor no governo de Jair Soares devido ao grande número de mandatos renovados de prefeitos nomeados na administração do governador Amaral de Souza. Os picos menores, evidenciados pela linha pontilhada, demonstram prefeitos substituídos no decorrer do mandato de governos estaduais e em menor número se comparado a ano de instalação do governo estadual (picos mais acentuados).

Na transição entre governos estaduais, há um elevado padrão de renovação de prefeitos, dado que fica demonstrado no ano de 1971 durante a mudança do governo Barcellos para o Triches e também no ano de 1975 entre os governos Triches e Guazzelli, identificado pela concatenação das linhas que mensuram a entrada e a saída de prefeitos. Esses picos indicam que os governadores buscavam nomear prefeitos de sua confiança, entre eles há exemplos de lealdades estabelecidas durante a trajetória dos governadores, sendo este um dos principais fatores que justificam certas nomeações e a renovação de mandatos.

Gráfico 1 – Prefeitos nomeados por ano de início e fim do mandato por governo (1967-1985)

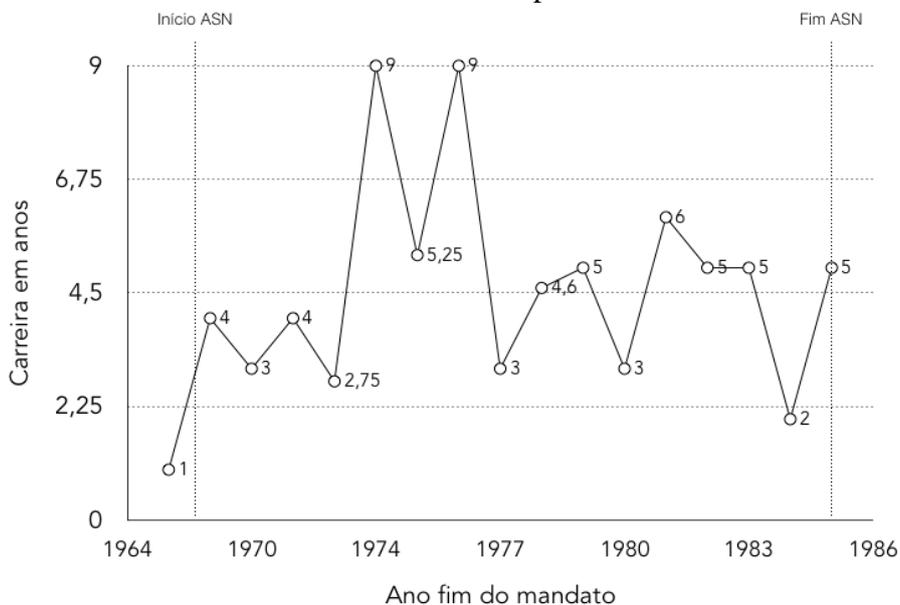


Fonte: Elaboração própria

O tempo de mandato, mensurado pelo ano de início e término da legislatura, demonstra que as carreiras com maior durabilidade foram iniciadas durante o governo Barcellos e encerradas entre os governos Triches e Amaral de Souza. O gráfico seguinte apresenta a média em anos da carreira de prefeitos nomeados, onde os pontos representam o momento de fim do mandato. Cada ponto especifica a média do tempo de carreira dos indivíduos que deixam o cargo no ano específico. Por exemplo, o total de indivíduos que finalizaram suas carreiras no ano de 1974, apresentaram média de carreira de 9 anos. Ao

observar o tempo de carreira, pode-se extrair que estes indivíduos cumpriram dois ou, em alguns casos, três mandatos como prefeito nomeado, num período onde a reeleição estava proibida.

Gráfico 2 – Ano do término do mandato e tempo de carreira de nomeados (1964-1985)



Para fins de comparação ao reunir os prefeitos nomeados entre 1964 e 1985, observa-se que tempo de mandato atingiu a média de 4,8 anos (107 casos), enquanto para os nomeados diretamente pelos chefes de executivo estadual e federal, para o primeiro mandato, essa média foi de 5,3 anos (13 de 107).

No interior deste grupo de nomeados pelo governador, há indivíduos que demonstraram um maior tempo de permanência no cargo, situado no intervalo entre 10 e 14 anos (2 de 13 casos). Heraclides Santa Helena, prefeito nomeado de Quaraí, permaneceu no cargo entre 1964 e 1978, apresentando a maior carreira entre todo o grupo de nomeados estudado. O fato de estarem no cargo de prefeito e representarem partidos que apoiaram o golpe, autorizava a continuidade de seus mandatos, que foram prorrogados em função do primeiro Ato Institucional, que suspendeu as eleições municipais. Casuísmos que permitiram a este grupo de prefeitos desempenhar a função entre 1964 e 1968, quando em virtude da criação das ASN foram nomeados, o que explica estas carreiras alongadas.

A experiência política decorrente do exercício do cargo de prefeito possibilitou a formação de capital social, tais fatores eram apontados pelas agências para a indicação de nomes na lista tríplice e conseqüente nomeação. Os municípios de Erval, Quaraí e Dom Pedrito, ambos situados na região da Campanha gaúcha, concentram a maior parte destas

carreiras de prefeitos eleitos e depois nomeados, que totalizaram 7 de 107 casos. O fim destes mandatos coincide com os anos de 1974 e 1977, motivo para as médias superiores. A nomeação direta praticada por governadores ocorre em dois momentos, 1) quando alguém ocupa o posto de nomeado pela primeira vez, podendo ser subdividindo em duas fases: a) antes da criação das ASN e b) posteriormente a criação; e 2) pela recondução ao cargo.

4.2.2 QUEM É NOMEADO?

A tabela seguinte sintetiza o momento da entrada na carreira de prefeitos nomeados pelo governador, por governo. Constam o nome do prefeito nomeado, cidade, o ano de início do mandato, tempo de carreira, se integra ou não a uma família política e a profissão. A atividade profissional revela que os indivíduos que ocupam posições privilegiadas e estabelecem relações no campo militar, representaram 46,1% dos nomeados, seguidos pelos veterinários e comerciantes.

Os selecionados diretamente pelo governador totalizam 13 casos e o tempo de carreira ampliado é garantido pela recondução destes indivíduos por duas e a até três legislaturas, demonstrando um processo de recrutamento mais restrito, melhor demonstrado no próximo item sobre a recondução de prefeitos.

Tabela 11 - Prefeitos nomeados para o primeiro mandato por ano, tempo de carreira e profissão

Governo	Nome	Cidade	Início	Família Política	Tempo Carreira	Profissão	Instrução
Peracchi Barcelos	Heraclides Santa Helena	Quaraí	1964	Não	14	Veterinário	Superior
	Hugo Feier	Porto Xavier	1966	Sim	10	Comerciante	Médio
	Gen. Luiz Dêntice	Tramandaí	1967	Sim	4	Militar	Médio
	Cap. Zoé de Souza Garcia	Porto Lucena	1969	Não	6	Militar	.
	Ten. Cel. Cid Scarone Vieira	Rio Grande	1969	Não	6	Militar	Médio
	Hugo Simões Lagranha	Canoas	1969	Sim	2	Militar	Superior
	Cel. José M. Barreto Lamper	Sta Vit do Palmar	1969	Sim	6	Militar	Médio
	Gen. Antônio Moreira Borges	Sat'ana Livrament.	1969	.	2	Militar	.
Albano Emílio Jung	Alecrim	1969	Não	4	Professor	Médio	
Euclides Triches	Aury De Oliveira	Tramandaí	1973	Não	2	Veterinário	Superior
	Claudionor Bastos Dode	Jaguarão	1975	.	4	.	.
Silnval Guazzelli	Aury de Oliveira	Sta Vit do Palmar	1976	Não	3	Veterinário	Superior
	Hugo Guimarães Soares	Sta Vit do Palmar	1979	Sim	6	Comerciante	Primário

Fonte: Elaboração própria

A participação direta do governador nas nomeações é ampliada após a criação das ASN. Embora a indicação de militares fosse explicada como parte de uma estratégia de segurança nacional, verifica-se que a totalidade das carreiras oferecidas pelos governadores à militares estiveram concentradas no governo de Peracchi Bancelos, posições que foram

oferecidas a indivíduos provenientes das Forças Armadas, como o Exército e a Brigada Militar do RS, que eram ligados a Peracchi Barcelos.

O *debut* dos militares, indivíduos treinados e socializados a rotina militar, está menos relacionado as oportunidades de uma carreira na política – muitos assumiram estas posições em busca da aposentadoria (foram reformados) ou como uma missão – ambos se viam diante de uma carreira administrativa e nenhuma habilidade política, o que resultou em administrações “omissas” e “apagadas” – adjetivos destacados pelos entrevistados.

A década de 60 foi marcada por um grande número de emancipações político-administrativas, conduzidas por moradores destas localidades, como por exemplo os comerciantes como porta-vozes, não em função da riqueza e sim pela função desempenhada. Alguns eram vereadores e representavam politicamente seus distritos na sede do município.

Ao integrarem as comissões de emancipação, ocupavam os postos mais importantes na hierarquia do município e eram os responsáveis por indicar a primeira câmara de vereadores e o prefeito municipal. Como as eleições estavam suspensas desde 1964 em virtude do AI-1, o nome do prefeito deveria ser indicado ao governo pela comunidade, através da composição de uma lista tríplice. Assim, tanto a instalação do município como a indicação do prefeito era realizada sob intervenção direta do governador. O entrevistado de Porto Lucena, Eugênio Reinaldo Werlang, secretário da administração municipal do Capitão Zoé, militar nomeado prefeito pelo governador Peracchi Barcellos, comenta o procedimento:

O Capitão Zoé veio para cá nomeado de Porto Alegre, era da brigada militar, capitão da brigada. E ele veio para cá em fevereiro de 1969 por indicação do Peracchi Barcelos que era o governador na época. Walter Peracchi Barcelos também era da brigada.

Entrevistador: Esse foi escolhido direto pelo governador? Não ocorreu reunião do partido?

Eugenio Reinaldo Werlang: Esse foi direto. Acontece o seguinte, houve aqui uma série de reuniões, eu até nem participei dessas reuniões, de pessoas pretendentes a prefeito.

Entrevistador: Isso na época do Zoé?

Eugenio Reinaldo Werlang: Não, antes de ser nomeado. Tinha o Barbieri, o Clemente Santinon, era um deles e outros candidatos que queriam a todo custo ser o prefeito nomeado. Houve uma batalha em Porto Alegre e cada um ia lá: “eu quero ser”, “eu quero ser” e “eu quero ser”. **O governador não gostou dessa intriga interna que se formou por causa dessa ganância, e chamou o Capitão Zoé com quem ele tinha bastante intimidade, convidou e nomeou ele para ser prefeito de Porto Lucena.**

(Werlang, 2012) – Porto Lucena

Conforme o relato de Werlang, a falta de entendimento entre as forças políticas locais foi o ponto de inflexão que deu origem a indicação de um prefeito alheio a localidade, abrindo espaço para que o recrutamento e a nomeação fossem realizados diretamente pelo governador.

A convivência estabelecida no campo militar e o fato de congregarem um mesmo *habitus*, produziu capital social, sendo esta a fonte de reconhecimento e a razão para Peracchi indicar Zoé. Essa relação de confiança entre governadores e nomeados do círculo militar, permaneceu por um curto período e foi concentrado nos três primeiros governos estaduais. Outro exemplo se dá no distrito de Roque Gonzales, recém emancipado do município de Cerro Largo, que segundo o relato de um historiador local, o processo de escolha do prefeito na comunidade atribuiu ao governador a responsabilidade pela indicação:

“[...] decidem entregar ao prefeito cerro-larguense José Otto Theobald uma lista triplece (sic.) de nomes para serem nomeados no cargo de interventor. Estavam cogitados Adolfo Kist, Ivo Hoffmann, entre outros. Mas os presentes decidiram que para o município começar bem, deveria ser entregue a primeira administração a um estranho à comunidade. O que acabou acontecendo, sem fazer exigência se seria um militar ou um civil que ocuparia o cargo. Um grande erro.” (Ramos, 2001, p. 27)

Entre os militares nomeados estavam os membros de famílias com tradicional passagem na política, em Tramandaí, cita-se o caso do General Luiz Dêntice; Santana do Livramento com General Antônio Moreira Borges; em Canoas, Hugo Simões Lagranha¹⁶⁹; Santa Vitória do Palmar o Ten. Cel. José Menna Barreto Lamper, descendente de família de portugueses detentores de uma sesmaria e tradicional participação nos meios político e militar. A carreira também foi oferecida aos indivíduos sem tradição política, como os citados nos exemplos de prefeitos recrutados por Peracchi Barcellos, diretamente dos quadros da Brigada Militar: Cap. Zoé de Souza Garcia, que desempenhou o cargo de prefeito nomeado em Porto Lucena ou o Capitão Arão de Souza Antunes em Roque Gonzales.

Antes da nomeação, os veterinários apresentavam trajetórias em sindicatos e o contato estabelecido no campo social e profissional, os aproxima de proprietários rurais influentes que sustentariam suas indicações, com exemplos nos municípios de Bagé, Santana do Livramento, Dom Pedrito, Quaraí e Tramandaí. De Quaraí, cita-se o caso de Heraclides Santa Helena, médico veterinário que entre 1952-1958, presidente do Sindicato Rural municipal¹⁷⁰, posteriormente Diretor da Cooperativa de Lãs e Carnes de Quaraí e presidente do Clube Comercial. Na política, foi candidato a prefeito pela UDN 1959, ficando como terceiro colocado com 1.108 votos. No ano de 1963 foi eleito prefeito pelo mesmo partido, venceu o pleito com uma diferença pró de 496 votos. Após a intervenção militar de 1964, o fato de

¹⁶⁹ Vice-prefeito (PSD) 1955, candidato prefeito derrotado pelo (PSD) 1959, com 87 votos; Prefeito (PSD, PL, PRP e UDN) 1963 com 11.700 votos; com a anulação da eleição de 1968, pelo fato de o município ser incluído na categoria ASN, a vitória do MDB no município com 61,24% dos votos foi anulada. Assim, o mandato de Lagranha foi prorrogada até janeiro de 1968, quando é indicado por Peracchi como prefeito nomeado entre 1969 e 1971.

¹⁷⁰ Está ativo até os dias atuais. <<http://www.quarairural.com.br/historico.php>>

Santa Helena estar no cargo de prefeito e apoiar o governo, garantiu a sua permanência no cargo por 14 anos, entre 1963-1978.

Aury de Oliveira, veterinário de carreira do estado do Rio Grande do Sul, desempenhou diversas funções no governo Ildo Meneghetti e após o golpe foi nomeado para dois mandatos em municípios distintos. Para o primeiro fora nomeado para Tramandaí pelo governador Euclides Triches, cumpriu o mandato entre 1973 e 1975, posição do qual se afastou para assumir a prefeitura do município de Santana do Livramento (1976-1979), posteriormente retornou à sua posição no governo estadual. Essa proximidade, aos centros de poder, foi a sua fonte de legitimidade para a nomeação.

Entre os comerciantes nomeados destaca-se Hugo Feier, de **Porto Xavier**. Sua carreira anterior a nomeação iniciou em **Porto Lucena**, onde foi o primeiro prefeito eleito, pelo PSD (coligado pela ADP), entre 1956 e 1959, neste mesmo ano elegeu-se vereador, com 260 votos. A atividade principal de Feier foi o comércio, mas também desempenhou a função de Juiz Distrital, o que lhe garantiu a formação de inúmeras conexões políticas, que após a criação do município de Porto Xavier, resultaram na sua indicação e nomeação entre 1966 e 1976.

Os exemplos citados demonstram que as nomeações realizadas pelo governador, além de laços de amizade fundadas pelo *habitus*, consideraram *os* aspectos políticos (experiência política prévia a nomeação), recursos sociais (integrantes de famílias políticas) e sócio-profissionais (comerciantes, militares, professores e veterinários).

A reorganização política imposta pela tomada do poder em 1964, a criação de um novo sistema político-partidário em 1965/66 e as divergências intra-elites, autorizaram ao governador estabelecer a indicação de prefeitos segundo seus anseios. A permanência destes chefes de executivo municipal em mais de um mandato foi igualmente condicionada a métrica do governador, responsável por definir quem continuaria na carreira política.

4.2.3 A RECONDUÇÃO DE PREFEITOS POR GOVERNADORES

O processo de sucessão dos governadores, dava início a fase de recrutamento dos prefeitos, processos que também eram promovidos em função de falecimento ou quando alguém se desligava do cargo. A renovação do mandato indica a continuidade da liderança municipal, quase sempre era promovida diretamente pelo governador em processos de recrutamento, que apresentam alto nível de exclusividade.

Embora o dispositivo da reeleição estivesse indisponível durante o autoritarismo¹⁷¹ a recondução de alguns nomeados por dois e até três mandatos foi uma realidade constante. As frequências apresentadas na tabela abaixo demonstram que 70% dos prefeitos cumpriram apenas um mandato; 22% permanecem por dois; e 1,8% são indivíduos com carreiras mais duradoras, já os indivíduos não nomeados, substitutos legais, totalizaram 5,6%¹⁷².

Tabela 12 –Quantidade de mandatos de prefeitos na condição de nomeado

Numero de vezes que foi nomeado?	Freq.	(%)
0	6	5,61
1	75	70,09
2	24	22,43
3	2	1,87
Total	107	100,0

Fonte: Elaboração própria

O total de prefeitos reconduzidos para mais de um mandato totalizaram 26 de 107, destes apenas 19 foram reconduzidos diretamente pelo governador do estado (89,5%) (17 de 19) e 10,5% para três mandatos. A continuidade da carreira de prefeitos esteve condicionada a decisão unilateral do governador, responsável por ofertar 73% da continuidade de prefeitos (19 de 26). Na próxima tabela, constam o nome, cidade, ano de entrada e fim do mandato e informações referentes ao tempo de carreira, se faz parte de uma família política e a profissão – dados organizados por ano do mandato e governo estadual.

Entre os prefeitos reconduzidos nos governos de Peracchi, Triches e Guazzelli, 58% integravam famílias políticas (11 de 19); 91% foram nomeados entre 1964 e 1975, mesmo percentual observado entre o que jamais ocuparam cargos na administração pública; e 64% ocuparam cargos eletivos em âmbito municipal.

A singularidade dos membros e não membros de família política, recrutados pelo governador, está no fato de participarem de partidos durante o multipartidarismo, seja como filiado ou político eleito pelo PSD. A escolaridade dos membros de famílias políticas é

¹⁷¹ Após o Golpe de 30, a Carta de 1934 pontificava, no artigo 52 a impossibilidade da reeleição. Em 1937, não restringia a reeleição. Durante o Multipartidarismo a reeleição também é inexistente e vista no artigo 139, I, da chamada Constituição Liberal. No autoritarismo a reeleições é proibida com base na Emenda Constitucional 01 de 1969, artigo 151, parágrafo único. Mas os nomeados poderiam ser reconduzidos. A constituição de 1988, também limitou a reeleição, pelo perigo da continuidade da ordem anterior, visto na norma do §5º do art.14. Só em 1997 é que a reeleição é instituída pela Emenda Constitucional nº 16/1997.

¹⁷² Estes, como já pontuamos em capítulos anteriores: assumiram cargos em função da omissão consentida das sessões da Arena local, como o caso dos vereadores do MDB do município de Vicente Dutra que conduziram a prefeitura em uma ASN; ou aqueles eleitos no interior da câmara de vereadores de Bagé.

dividida entre portadores de diplomas de ensino médio e de curso superior, os desprovidos destes capitais (família política) compensam a desigualdade pela posse de diplomas universitários

Tabela 13 - Prefeitos *reconduzidos* ao cargo, por município, ano, tempo de carreira e profissão

Governo Estadual	Nome	Cidade	Início	Fim	Mandato anos	Família Política	Profissão Principal
Peracchi Barcelos	Mario Lacroix Flores	Itaqui	1964	1974	10	Sim	.
	Heraclides Santa Helena	Quaraí	1964	1978	14	Não	Veterinário
	Crispim Chaves da Cruz	Dom Pedrito	1964	1975	11	Não	Func. Públ. Mun.
	Hugo Feier	Porto Xavier	1966	1976	10	Sim	Comerciante
	José Pereira Alvarez	São Borja	1966	1974	8	Sim	Eng. Agrônomo
	João Puhl	Tucunduva	1967	1970	3	.	.
	Hugo Simões Lagranha	Canoas	1969	1971	2	Sim	Militar
	Walter Neves Ferreira	Herval	1969	1979	10	Sim	Agropecuária
Darnô Fonseca	Jaguarão	1969	1975	6	.	.	
Euclides Triches	João Orlando Schaedler	Alecrim	1973	1983	10	Sim	Técnico
Sinval Gazzelli	Guilherme Socias Villela	Porto Alegre	1975	1983	8	Sim	Func. Públ. Fed.
	Adair Vicente Brum	Roque Gonzales	1975	1981	6	Sim	Agropecuária
	Pedro Osvaldo Scheid	Crissiumal	1975	1980	5	Sim	Professor
	José Caminha Coelho Leal	Dom Pedrito	1975	1985	10	Não	Veterinário
	Irineu Colato	Horizontina	1975	1982	7	Não	Professor
Israel Capellari	Tenente Portela	1976	1981	5	Sim	Comerciante	
Amaral de Souza	Rudi Weber	São Nicolau	1979	1985	6	Não	Alfaiate
	Juarez Custódio Gomes	Quaraí	1979	1985	6	Não	Veterinário
	Lúcio Adalberto Motta	Tenente Portela	1981	1985	4	Sim	Op. Máquinas

Fonte: Elaboração própria

Tabela 14 – Nome, partido e trajetória de prefeitos nomeados no multipartidarismo (1945-1965), ano de início, e diploma, em relação a origem familiar.

	Nome	City	Partido (45-65)	Início	ADM (4565)	Cargo Eletivo (45-6)	Instrução
Membro de Família Política	Mario Lacroix Flores	Itaqui	-	1964	0	1	.
	Hugo Feier	Porto Xavier	PSD	1966	0	2	Médio
	José Pereira Alvarez	São Borja	PL	1966	0	1	Pós-Grad.
	Hugo Simões Lagranha	Canoas	PSD	1969	0	3	Superior
	Walter Neves Ferreira	Herval	PSD	1969	1	1	Sup. Inc.
	João Orlando Schaedler	Alecrim	PRP	1973	0	1	Médio
	Pedro Osvaldo Scheid	Crissiumal	PRP	1975	0	4	Médio
	Adair Vicente Brum	Roque Gonzales	PSD	1975	0	0	Médio
	Guilherme Socias Villela	Porto Alegre	-	1975	0	0	Superior
	Israel Capellari	Tenente Portela	-	1976	0	0	.
Lúcio Adalberto Motta	Tenente Portela	PSD	1981	0	0	Primário	
Não Membro de Família Política	Crispim Chaves da Cruz	Dom Pedrito	PL	1964	0	3	Médio
	Heraclides Santa Helena	Quaraí	UDN	1964	0	1	Superior
	Irineu Colato	Horizontina	PSD	1975	0	0	Pós-Grad.
	José Caminha Coelho Leal	Dom Pedrito	PL	1975	0	0	Superior
	Juarez Custódio Gomes	Quaraí	PSD	1979	0	0	Superior
	Rudi Weber	São Nicolau	PSD	1979	0	0	Médio
	João Puhl	Tucunduva	PSD	1967	0	1	.
	Darnô Fonseca	Jaguarão	PSD	1969	0	1	.

Fonte: Elaboração própria

As entrevistas apresentadas na sequência, possibilitam o acesso ao campo de disputas e revela detalhes importantes sobre como parte desta elite de nomeados se firmava no poder, por duas e até três legislaturas. Como já advertido (com algumas ressalvas) a recondução de prefeitos é um procedimento concentrado e exclusivo dos governadores.

Apesar do governador formular a maior parte dos convites, alguns desistiram da atividade. Oswaldo Cypriano Guindani, economista, industrial e ex-prefeito nomeado de Canoas, educado para a política pelo seu pai, subprefeito do PSD nos anos 40, destaca que *“não havia mais o sabor da novidade, entende?”*. A recusa em continuar na carreira esteve associada ao desencantamento com o regime, devido a ausência de verbas destinadas a construção de equipamentos urbanos (estradas, pontes, eletrificação), motivos para o desentendimento entre prefeitos e governadores. Sem condições de realizar “grandes obras” e cumprir promessas assumidas publicamente, os nomeados cultivaram o sentimento de “abandono” por parte do governo, o que motivou a desistência de permanecer na atividade política.

Os desentendimentos entre prefeitos e governadores foram constantes, os principais problemas de relacionamento ocorreram com o governador Amaral de Souza, conflitos que seguiam acompanhados por pedidos de demissão. Caso o prefeito, que deixava o cargo, não indicasse um substituto, iniciava uma outra fase de recrutamento. E com a indicação de um nome, o acesso a carreira se encaixava no modelo destacado pela agência do líder executivo, descrito no segundo capítulo.

Ercy Gomes de Oliveira, militar reformado do Exército, membro de família política tradicional no município e ex-prefeito nomeado de São Nicolau (1975-1979), perto do fim de seu mandato recebeu um recado do governador Amaral de Souza em uma reunião da AMM [Associação dos Municípios das Missões] que ocorrera em Catuípe. Um emissário disse que Oliveira seria indicado para permanecer no cargo, dias depois esteve com o governador e foi taxativo: *“o que eu quero é o que o senhor indique um substituto no último dia do meu mandato, porque eu não quero e não vou continuar”*. Então o governador perguntou se existia alguém para indicar em seu lugar. E ele disse: *“tenho, mas eu não falei com ele”*. Convidou seu irmão, Renato Silva da Cunha um dos fundadores da Arena no município, mas o qual declinou do convite, respondendo ao governador que *“não indicaria ninguém”* (Oliveira, 2012).

O passo seguinte foi a realização de uma convenção partidária que escolheu o nome do Alfaiate e vereador pela Arena em 1968, Rudi Weber que na época era presidente do clube São José do Pirapó, onde deteve certo prestígio, tendo como membros indivíduos de origem

alemã: “não tinha pelo duro”. Quando Amaral de Souza foi substituído por Jair Soares, governador eleito, Weber foi convocado para uma audiência, onde o governador lhe disse: “*eu tenho informações que o senhor está sendo um bom prefeito de São Nicolau e, portanto, te convido para continuar de prefeito na minha gestão*”. Prontamente Weber aceitou a proposta: “*porque estava gostando, sempre gostei de política, sempre. Até hoje sou militante, até hoje, gosto e faço parte do diretório do PP*”.

Apesar das dificuldades na obtenção de recursos para realização de obras, existiram indivíduos, como o exemplo de Rudi Weber, motivados a continuar na posição, bem como, os que encerravam a carreira, como Ercy Oliveira e Oswaldo Guindani. Durante as audiências realizadas por telefone ou diretamente no palácio do governo estadual, o governador solicitava aos prefeitos que não desejassem mais continuar como nomeado, que indicassem um substituto.

É impossível prever quais seriam os indicados. As entrevistas demonstram que as indicações foram balizadas pelo capital social estabelecido entre indicadores (chefes executivos) e seus indicados (prefeitos), ou ainda de prefeitos com suas lealdades. As relações desenvolvidas no interior do governo destes prefeitos, colocava estes indivíduos em um grupo muito restrito. Como essa indicação ocorreria para o mais alto cargo da hierarquia política local, seria prudente a recomendação de alguém de sua confiança, mensuradas por diversos fatores, onde a competência técnica, experiência política, relações familiares, compadrio, amizade ou comungar um mesmo *habitus*, foram itens pesados pelos chefes executivos no momento da indicação de seu substituto – decisão tomada na maior parte das vezes sem o consentimento da Arena ou da elite arenista local.

4.2.4 CASO EXEMPLAR: RECRUTAMENTO, INDICAÇÃO E NOMEAÇÃO DE JOÃO ANTÔNIO DIB NA CAPITAL PORTO ALEGRE

Além de contatos formados no campo político e profissional, contar com uma trajetória política, seja em cargo eletivo ou na administração pública, foram as características inerentes a uma parcela dos nomeados conduzidos e reconduzidos ao cargo de prefeito. Nas ASN, o prefeito não era escolhido por processo eleitoral, necessitando apresentar predicados que viabilizassem a sua indicação. A passagem e a experiência adquirida em cargos administrativos da prefeitura, serviram para João Antônio Dib, ex-prefeito nomeado na capital Porto Alegre como uma espécie de fonte de crédito – acumulada lentamente em sua trajetória

– e reconhecida por Jair Soares, governador do estado, como um dos principais fatores para legitimar sua indicação e nomeação.

Soares, enfatiza que a escolha do prefeito da capital deveria ser avaliada necessariamente por líderes políticos da Arena e MDB, manifestando a existência de áreas de influência, círculos compostos por políticos proeminentes do cenário estadual, responsáveis por definir uma lista de opções e a viabilidade destes nomes. E relata que num destes encontros seu nome foi ventilado e Pedro Simon, líder do MDB na Assembleia, vetou a indicação realizada por Sinval Guazelli. Tal relato demonstra que a nomeação de prefeitos nem sempre foi realizada pela cúpula do regime e sim decidida regionalmente.

Soares, que já conhecia o sistema, ao ser questionado sobre a indicação de Antônio Dib como prefeito nomeado de Porto Alegre, o descreve como *“homem que tinha passado por todos os cargos da administração de Porto Alegre, a experiência dele vinha desde o DMLU, DMAB e na mais importante delas, a secretaria de obras do município. Então, ele era um homem preparado, por isso o nome dele foi aprovado”*.

Dib, iniciou sua carreira em 1963 como servidor público, conciliou passagens pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre e em diversos setores da prefeitura municipal. Pouco tempo antes de assumir como prefeito, foi eleito vereador pelo PDS, sendo o mais votado entre seus adversários no ano de 1982. Sobre sua indicação e nomeação, comenta o seguinte:

Eu nunca movi uma palha para ocupar todos os cargos que eu ocupei. O governador Jair Soares escolheu o meu nome, é verdade que eu tinha sido o mais votado do PDS. E eu sei que outros se movimentaram para que fossem escolhidos, mas eu não fiz um único movimento, e todos os cargos que eu ocupei eu aceitei, às vezes coloquei condições e se aceitaram as minhas condições, eu trabalhei.

Eu acho que quem quer servir, serve em qualquer lugar e eu assim pensei. Foi surpresa para mim até certo ponto, porque eu via muita gente se movimentando e eu não fazia nada.

O governador Jair Soares, no dia que ele iria assumir o governo do estado, me chamou no escritório do meu colega, José Granato e disse: *“eu escolhi teu nome, vou indicar teu nome pra Assembleia”*.

E eu, como sabia que ele fazia reunião com todo mundo que ele convidava para secretário durante horas, eu perguntei: *“O senhor tem alguma orientação?”*.

Governador: *“Não, é contigo”*.

Dib: *“O senhor quer indicar algum nome para o secretariado?”*

Governador: *“Não, é contigo”*.

Dib: *“Mas eu vou insistir, porque de repente o senhor pode ter algum problema”*.

Então ele indicou o nome de Adaury Pinto Filippi.

Dib: *“Você não precisa indicar esse nome porque eu escolheria ele”*.

Aí ele deu outro nome, esse eu posso levar, mas não para o lugar que ele quer, mas sim para o lugar que o pai dele foi diretor, foi o Vicente Dutra.

Governador: *“Então eu não quero mais nada, está tudo contigo agora, os nomes que eu te dei, tu pensas neles”*.

É claro, que nos últimos dias eu já sabia mais ou menos que as coisas estavam acontecendo em torno do meu nome, até porque saiu no jornal e o Jair. Encontrei o governador Jair na assembleia que disse: “Aquele jornalista não devia ter botado o teu nome, para não complicar as coisas.”

Também não perguntei por que ele disse aquilo, como eu disse, eu nunca movi uma palha. (Dib, 2012) – Porto Alegre

Embora Dib tenha expressado “não fazer força”, sua indicação foi patrocinada diretamente pelo governador Soares, que elenca seus motivos: *“dizer que existia outros candidatos. Existiam muitos. Todos queriam ser prefeito de Porto Alegre, mas nem todos, ou quase todos, obteriam o beneplácito da Assembleia Legislativa e isso era importante. Imagine, mandar um nome, cujo o líder á época era Pedro Simon”*.

Outro ponto considerado para esta escolha, além do respaldo da votação de Dib à câmara municipal, foi o amplo capital social acumulado por Dib durante o desempenho das atividades em diversos governos de prefeitos nomeados, como os de Célio Marques Fernandes, Telmo Thomposn Flores e de seu antecessor, Guilherme Sócios Vilella com quem mantém sólidos laços de amizade.

Eu não sei o que aconteceu, eu sei que ele me convidou no dia que ele assumiu o governo, mandou o meu nome para a Assembleia no dia 15 de março de 1983, e a Assembleia foi aprovar meu nome, no dia 2 de abril, por 34 votos contra 21, e eu assumi no dia 8. **Poderia ter assumido no dia 3, mas o Vilella tinha assumido no dia 8 de abril, ele completaria 8 anos, e eu entendi que ele deveria sair no dia 8 de abril e não do dia 2 ou 3 de abril. E nós nos consideramos quase irmãos, ele me considera o irmão mais velho dele.**

Entrevistador: O Vilella teve algum tipo de influencia na indicação do seu nome junto com o governador?

João Antônio Dib: Não, eu acho que não, pelo menos eu não sei. **Eu era secretario do governo dele quando fui indicado para ser o novo prefeito.**

(Dib, 2012)

Investigar o recrutamento com base na carreira anterior fornece indicadores sobre como se dá o ingresso na atividade política e o fato de Dib ter ocupado cargos na estrutura da prefeitura de Porto Alegre, conquistar o cargo de vereador com a maior votação, somado a experiência adquirida em diversos níveis da burocracia, admitiram a formação e cultivo de um amplo capital social. Deve-se considerar para este quebra-cabeças que é a nomeação, a estrutura de oportunidades, além dos filtros descritos pelos elevados critérios instalados por Soares, apoiado pessoalmente o nome de Dib.

4.3 O PRESIDENTE DA REPÚBLICA E OFERTA DE CARREIRAS: AS NOMEAÇÕES DIRETAS

Foram seis casos de nomeação de prefeitos promovida diretamente pelo chefe maior da nação, o presidente da República, destes três eram militares e três eram civis, onde apesar do número reduzido de casos, a análise do perfil dos nomeados permitiram verificar o

procedimento do recrutamento, levando em conta a trajetória anteriormente a indicação, auxiliado por depoimentos dos entrevistados.

Cumprir destacar que a nomeação direta exigia dos postulantes, civis e militares, um amplo capital social identificado pelas suas conexões, sejam as herdadas do núcleo familiar ou as desenvolvidas no campo político com governadores, ministros, deputados e próprio presidente da República. Além destas redes, estes indivíduos possuíam experiência na política e recursos sociais diferenciados, destacados na tabela abaixo:

Tabela 15 – Recursos sociais e políticos de prefeitos nomeados pelo Presidente da República

Nome	City	Família Política	Profissão	Formação	Partido (45-65)	Início	ADM (45-65)	Cargo Ele. (45-65)
Carlos Sá Azambuja	Bagé	Sim	Agropecuária	Superior	PSD	1979	0	0
Antônio Cândido Silveira Pires	Bagé	Não	Professor	Superior	PRP	1971	1	0
José Pereira Alvarez	São Borja	Sim	Agrônomo	Pós-Grad.	PL	1966	0	1
Cel. Washington Bandeira	Bagé	Sim	Militar	Médio	-	1969	0	0
Cel. A. Augusto Brasil Carus	Uruguaiana	Sim	Militar	Médio	-	1973	0	0
Gen. Armando Cattani	Rio Grande	Não	Militar	Médio	-	1966	0	0

Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 16 – Nomeação direta de prefeitos realizadas pelos presidente da República

Governo	Nome	Cidade
Castelo Branco	José Pereira Alvarez	São Borja
	Gen. Armando Cattani	Rio Grande
Costa e Silva	Cel. Washington Bandeira	Bagé
Médici	Antônio Cândido S. Pires	Bagé
	Cel. Antônio Augusto Brasil Carus	Uruguaiana
João Figueiredo	Carlos Sá Azambuja	Bagé

Fonte: elaboração própria.

A regularidade mais evidente em relação a nomeação, está vinculada aos municípios que gozavam de grande expressão no cenário político gaúcho, o maior destaque está atribuído a Bagé, o qual em governos diferentes registou 50% das nomeações promovidas diretamente pelos presidentes da República. Evidente que os presidentes não são responsáveis pela nomeação de prefeitos, suas preocupações estavam relacionadas com a nomeação dos governadores de estados e territórios.

Ao analisar os recursos políticos e sócio-profissionais dos nomeados, as diferenças admitem a criação de duas categorias para a análise, a dos civis e militares.

4.3.1 PREFEITOS CIVIS

Entre os prefeitos civis, destaca-se o fato de todos apresentarem cursos de nível superior e, em algum momento, ter integrado partidos políticos na fase multipartidária de 1945 a 1965. Antônio Cândido Silveira Pires, um dos prefeitos civis nomeado por um presidente da República, nasceu no ano de 1930 em Rincão dos Saraivas, distrito do

município gaúcho de Lavras do Sul, formou-se técnico em administração, contador e advogado¹⁷³. Na política, foi iniciado pelo seu pai, então membro da Ação Integralista Brasileira (AIB), posteriormente aderiu ao PRP, tornando-se um de seus principais líderes. Angêla Flach, destaca o engajamento de Antônio Cândido Silveira Pires em processos que dariam o desfecho do golpe de 1964 no estado gaúcho (2003, p. 74–75). Silveira, na condição de presidente da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do RS, atuou, juntamente com representantes da FARSUL, FEDERASUL e FIERGS, como um dos artífices das marchas pela família: uma campanha que visava a desestabilização do governo João Goulart (2003, p. 87–88).

Entre os anos de 1963 e 1967¹⁷⁴, em função da indicação de Alberto Hoffmann, na época presidente do PRP/RS, Pires assumiu a posição de secretário de Estado da Administração no governo de Ildo Meneghetti e quando os militares tomaram o poder, assumiu interinamente o cargo de secretário de Segurança Pública do Estado, ficando a frente da comissão responsável pelos expurgos¹⁷⁵ e no centro da implantação do regime no estado do Rio Grande do Sul.

Pires, ao assumir cargo de secretário do Estado, nutriu ligações com importantes nomes do governo Meneghetti, dentre eles então deputado bajeense Celestino Goulart, na época presidente da Caixa Econômica Estadual e Leitão de Abreu, Chefe da Casa Civil.

Ao deixar o cargo de secretário da administração, Pires assumiu a direção do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul)¹⁷⁶, após a indicação de Peracchi Barcellos. Em 1971 direcionou seu pedido de exoneração para assumir o cargo de prefeito nomeado em Bagé, onde permaneceu até 1975, quando retomou sua posição de procurador do Tribunal de Contas do estado até sua aposentadoria. Em 1977 foi nomeado como superintendente da SUDESUL – um organismo de desenvolvimento regional (Lemieszek, 2003, p. 139).

Pires gozava de uma grande representatividade no meio político, tanto que seu nome integrou a lista sêxtupla produzida por Petrônio Portela, destinada a apontar o futuro governador do Rio Grande do Sul, nomeação que saiu para Sinval Guazelli.

O historiador bajeense, Cláudio Leão Lemieszek, relatou sobre a nomeação de Pires: “a escolha do prefeito de Bagé resultaria de indicação pessoal do presidente Médici por se tratar de sua terra natal”. Já o depoimento de Pires, colhido por Lemieszek, destaca

¹⁷³ (Cf. Lemieszek, 2003, p. 139)

¹⁷⁴ Pires, percorreu dois governos como secretário de Estado da Administração. Inicia no governo de Meneghetti, e durante o primeiro ano do governador nomeado Peracchi Bacellos.

<http://www.sarh.rs.gov.br/conteudo/768/?Nominata_Secretários> Acesso: 05/01/2016.

¹⁷⁵ Em 19 de abril de 1964, aponta uma lista com 54 nomes (Cf. Flach, 2003, p. 116)

¹⁷⁶ (Lemieszek, 2003, p. 139)

que Médici devolveu ao governador Triches o direito de escolha, que formalizou o convite ao Coronel Vilson Vaz (2003, p. 140).

A indicação de Pires para prefeito nomeado, foi resultado de articulações entre Alberto Hoffmann e Leitão de Abreu, integrantes do alto escalão do governo do presidente Emílio Garrastazu Médici. Tudo começou em um encontro informal com Hoffmann, onde Pires sinalizou que não estava participando do governo de Médici. Hoffmann, por sua vez, utilizou do seu relacionamento com Leitão de Abreu, Ministro Chefe da Casa Civil, que ocupava posição chave no governo federal e era responsável pela triagem dos nomes de futuros prefeitos recomendados pelos governadores. Abreu, ponderou à Médici que não deveria omitir-se da indicação do prefeito de Bagé e aproveitou para lembrar o nome de Pires.

O peso desta articulação em torno do nome de Cândido Pires, forçou o governador Euclides Triches a retirar sua indicação ao João Vilson Vaz, coronel da reserva. Portanto, entre os principais fatores para sua indicação e nomeação estão: a sua trajetória entre as secretarias de estado; participação na instalação do regime no estado gaúcho pela secretaria de estado da administração; as importantes conexões com integrantes do extinto PRP, especialmente Alberto Hoffmann e integrantes do governo federal, como Leitão de Abreu. Demonstrando que estas conexões mantidas com indivíduos que ocupavam as posições mais altas na hierarquia do governo autoritário, permitiram a articulação pelo alto.

Pires ao ser empossado como prefeito, se aproximou de Carlos Sá Azambuja – detentor de amplo capital social – e solicitou seu apoio em alguns pleitos que deveriam ser requisitados diretamente em Brasília. A conexões de Azambuja, descritas em seu depoimento, foram amplas e atingiram a cúpula do regime, permitindo verificar o passo-a-passo da construção do capital social de Azambuja, partindo de sua herança familiar até as conexões desenvolvidas com a cúpula do regime, o que resultou na sua nomeação realizada diretamente pelo Presidente João Figueiredo.

Visse, o Antônio Candido Silveira Pires era conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Então o pessoal queria uma administração inovadora na fronteira, escolheram o Pires e mandaram para Bagé. O Pires me procurou vendo se eu poderia ajuda-lo.

Aí eu falei: *“Olha Pires eu posso te ajudar, mas tem algumas condições. A principal é a seguinte, não ganho nada, não quero emprego, mas o que tu precisar de mim eu te ajudo e peço firme contigo”*.

E ele foi me usando muito, e eu fui me entrosando muito, e nesse tempo o Presidente o Médici era presidente; foi quem nomeou o Pires. E terminou que os pleitos de Bagé, às vezes o Pires me mandava para eu tratar, porque eu ficava hospedado com o Presidente e tinha muita facilidade, sabe! Então, eu fui usado, entende? De bom gosto, de muito bom gosto, pelo Pires e para ajudar Bagé. E aí, claro, teu nome aparece. Começa todo mundo a te conhecer. Eu

fiquei muito amigo do João Figueiredo por causa do Presidente Médici, em Porto Alegre, quando ele era apenas General de Exército.

Resultado, depois que o Presidente Médici saiu do poder, que foi o Presidente Geisel. **Eu mantive sempre, com o Figueiredo, uma aproximação muito grande, ficamos muito amigos e gostávamos das mesmas coisas, de cavalo de mate. Então eu passei a ir muito à Brasília, na Granja do Torto.** Na época não era Presidente.

E aí, em 4 de janeiro do ano 78, o Presidente Geisel foi indicado. E ele ficou aquele ano todo já indicado, mas tinha que caminhar pelo Brasil e se apresentar nas assembleias legislativas...e daqui a pouco eu estava acompanhando o João Figueiredo de amigo e ele dizia para mim: *“Tu vens para Brasília comigo”*.

E eu digo: *“Olha, vamos conversar isso depois”*.

E ele: *“Não! Não, quis ir com o Médici...”* – Pois o Presidente Médici tinha me convidado - *“tu não quiseste ir com o Médici, mas comigo tu vais vir”*.

E eu digo: *“Olha, vamos ver esse assunto depois, vamos esquecer isso por enquanto”*

E ele diz: *“Não, porque tu vens para cá comigo...”*.

E assim foi, foi, foi até...Visse...No natal, mês de dezembro eu já estava aqui [Bagé] e ele me chamou: *“Vem cá!”*. Aí fui lá, fiquei 15 dias. O Delfin que era muito meu amigo [economista como Azambuja e também natural de Bagé] queria ser recebido pelo Figueiredo. O Andreazza me ligou e disse: *“Vamos ajeitar para o Delfin e para mim”*.

Eu digo: *“Deixa pra mim que eu acerto com o Presidente”*. Que não era presidente ainda. Aí eu acertei. O Delfin e o Andreazza foram lá para Granja do Torto, jantamos juntos...No outro dia o Figueiredo disse: *“O que tu quer do governo? Tu tens que vir para cá comigo”*.

Eu disse: *“Olha Presidente, vamos olhar bem nos olhos... Eu não venho para cá! Eu não estou interessado em nada daqui. Não faz a minha cabeça. Eu tenho outra vida, estou bem na vida, e criando meus filhos em uma cidade do interior que é muito mais fácil; não tenho nenhum atrativo para vir pra cá, a não ser a sua amizade, mas daqui a quatro anos acaba o seu mandato e se eu vier pra cá quando eu voltar, não encontro mais o que é meu. Eu não posso abandonar o que é meu”*.

Ele diz - *“Mas tu é difícil...”*.

Resultado, ele bateu na mesa: “Então tu vais ser o prefeito de Bagé”.

Eu digo: “Tá. Se eu não tiver que sair de lá, tudo bem”.

E eu terminei Prefeito assim. Eu estava na posse, fui para posse, fiquei um mês com ele. A posse foi 15 de março, ele me nomeou dia 19 de março e eu assumi aqui dia 30 de março. Por isso que eu caí de Prefeito. Eu não tinha nada a ver com isso, nada, nada, nada a ver...

Entrevistador: Direto pelo Presidente?

Carlos Sá Azambuja: O Governador Amaral de Souza, que terminou muito amigo, e que meu usou muito, pelo meu tramite, recebeu um telefonema do Presidente, dois dias depois: *“Olha é para nomear o fulano aí.”*

Entrevistador: Foi assim mesmo?

Carlos Sá Azambuja: [risos] Visse? Foi assim. Não houve lista tríplice, não houve absolutamente nada. Nem o meu Partido que era a ARENA - depois PDS - opinou em nada.

[...]E essa conversa minha com o João Figueiredo, a última, que eu ia ser Prefeito. Aconteceu em novembro do ano anterior. Aí eu estava escolhido...

Então né? *“Tu vai ser o Prefeito.”*

Eu falei: *“Tá.”*. Eu não falei nem para minha mulher. E como estava um Prefeito...

[...]E eu passei quatro meses aqui, aquela história. Os outros disputando e eu quieto né? Eu só dizia pra eles: *“O que tu acha?” “Eu acho que vão pedir a minha opinião, só isso que eu acho. Vão pedir a minha opinião.”* [risos] Muito gostoso muito gostoso...

(Azambuja, 2012) – Bagé

Para entender o capital social de Carlos Sá Azambuja, cumpre ressaltar sobre a sua linhagem e herança familiar, originadas de uma tradicional família de militares e políticos da região de Bagé. Seu avô paterno, *“Estácio Xavier de Azambuja era cognominado General Estácio porque participou da revolução de 1893”*, participou da Revolução de 1923, quando *“montou um exército próprio, um exército de 700 a 900 homens à custa dele para pelear nessas Coxilhas do Rio Grande contra, na época do governador Borges de Medeiros”*.

Conta ainda, que com a paz de Pedras Altas o governo federal e estadual se aproximaram e as forças revolucionárias fizeram um acordo, onde Borges de Medeiros, Presidente do estado, se comprometeria em nunca mais se reeleger. *“Então, o meu avô teve grande, grande, grande interferência - foi para guerra, vamos dizer, para revolução, levando dois genros e três filhos - levou a família”*. E em função disso o avô de Carlos Azambuja, lendário guerreiro, adquire reconhecimento e destaque:

[...] Meu avô, que era um fazendeiro muito forte e de ideias muito claras, fanático pelo parlamentarismo, bancou a suas expensas ao Partido Libertador durante muito tempo. Inclusive quando o Presidente Getúlio Vargas se [inaudível] com um grupo político do Rio Grande do Sul do qual o líder era Raul Pilla. O Raul Pilla teve que deixar o país. Ficou dois anos fora do país, foi perseguido pelo Governo Federal e foi para a fazenda do meu avô no Uruguai, e depois foi morar na propriedade do meu avô em Montevidéu. Então, pelos dois lados eu tenho alguma coisa, mas o meu lado forte, digamos, é o lado paterno, o lado Azambuja, porque meu avô sim, esse se atirou por inteiro na vida pública.
(Azambuja, 2012) – Bagé

O pai de Carlos Azambuja era médico radicado em Paris, na França, onde viveu por 14 anos, foi “chefe de clínica” de um famoso hospital e somente retornou ao Brasil a mando do seu pai, o avô de Azambuja. Logo filiou-se ao PSD e *“naturalmente, me carregava nas suas reuniões políticas. Eu, gurizinho, ia pela mão até que fiquei mais homenzinho e no ano de 1954 fundaram a ala moça do PSD em Bagé, e eu fui eleito Presidente”*.

Azambuja, apesar de mencionar por diversas vezes que não era político, foi submetido desde seus tenros anos de vida às práticas políticas da família. O *habitus*, discutido por Bourdieu se apresenta como uma matriz de comportamento, adquirido mediante exposição à práticas, conhecimentos e condutas culturais, que orientam o processo cognitivo do agente. O veículo para este aprendizado é a socialização dos conhecimentos, experimentados pela cultura prática e desenvolvidos no campo, seja ele social ou político. Da interação com estes ambientes emana a noção de capital social (i.e. conjunto de práticas que pode ser entendida, como uma forma *primitiva* de acumulação e transmissão de conhecimentos, costumes e redes sociais). O capital social, é segundo Portes, *“inherente a la estructura de sus relaciones. Para*

poseerlo, una persona debe relacionarse con otros, y el verdadero origen de su beneficio son éstos y no ella” (1998a, p. 6).

O relativo trânsito de Azambuja junto a grupos dirigentes do regime, fora aproveitado por políticos da comunidade que “lhe usaram” para solicitar pleitos em Brasília. Cita o caso do prefeito Pires, que solicita sua intermediação: “*olha Pires eu posso te ajudar, mas tem algumas condições. A principal é a seguinte, não ganho nada, não quero emprego, mas o que tu precisar de mim eu te ajudo e pego firme contigo*”. Em uma visão economicista, fica explícito que nesta transação, Azambuja não buscava auferir lucros pelo fato de disponibilizar seu capital social. Há um benefício duplo: o prefeito Pires consegue ter seus pleitos atendidos, fazendo uma boa administração e Azambuja, mesmo sem desejar, amplia seu capital social, aprofundando as relações com o chefe maior da nação e de uma minoria governante que ocupava as mais altas posições no governo federal.

Azambuja frequentava altas rodas da sociedade e da relação desenvolvida no campo político, algumas se converteram em amizade, sendo o *habitus* – gostar de cavalo, tomar chimarrão – práticas e costumes internalizados durante processos de socialização (Joignant, 2012, p. 295) responsáveis por estreitar relações, especialmente com João Figueiredo, futuro presidente da República.

O prefeito interino que antecedeu Azambuja, reconhece o “*trânsito na área militar, era muito ligado ao presidente Médici, depois ao Figueiredo, depois aos Coronéis. Ele transitava com facilidade no Palácio do Planalto*”¹⁷⁷, tais fatores que permitiram a Azambuja obter a nomeação, longa trajetória como deputado federal e duas vezes prefeito de Bagé – uma como cabeça e outra como vice.

O prefeito nomeado de São Borja, José Pereira Alvarez, era mais conhecido por “Juca” e no relato de sua esposa, Marli Teixeira Cabeleira Alvarez, foram destacadas as origens, remontando a política como um negócio de família. Marli, realça que o seu o seu pai, Vilmar de Assis Cabeleira era ligado a políticos como Ildo Meneguetti, Peracchi Barcellos e João Dêntice, “*sempre foi político. Quando Getúlio Vargas fundou o PSD e PTB, o meu pai e o Protásio fundaram o PSD. Depois com a morte do Protásio, ficou de presidente do PSD. Então, eu quando nasci, eu nasci dentro do PSD*”. E em função desta origem, acompanhava o pai em eventos políticos pelo interior de São Borja.

Juca, natural de São Borja, foi agropecuarista e como engenheiro agrônomo ingressou na Secretaria de Estado da Agricultura do RS em 1954, assumindo a posição de pesquisador

¹⁷⁷ KALIL, Luiz Simão. Entrevista concedida a Dirceu André Gerardi [22 nov. 2012]. Bagé

na Estação Experimental de São Borja. No ano de 1959, assumiu como Zootecnista na Associação Rio-grandense de Criadores de Ovinos (ARCO). A sua introdução na política ocorreu em 1963, quando foi eleito vereador pelo PL, partido em que seu pai, José Pozueco Alvarez, era presidente. Nesta mesma eleição, Marli Alvarez foi eleita vereadora pelo PSD e em 1977 pela Arena. Juca foi nomeado como prefeito, após a renúncia do General Serafim Dornelles Vargas¹⁷⁸. Marli destaca as conexões que garantiram a nomeação de Juca:

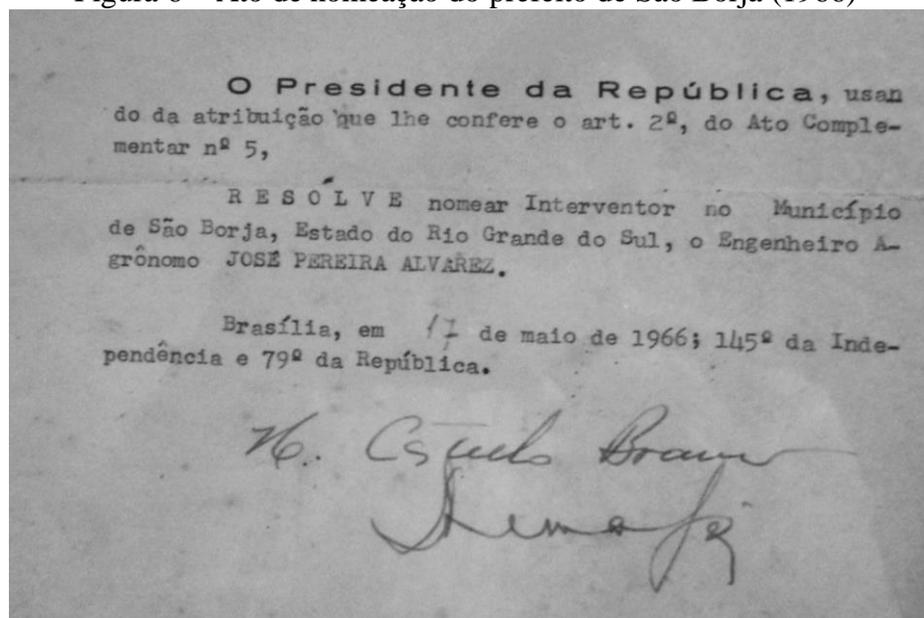
Aquela época o “Juca” tinha muitas boas relações e era muito conhecido pelo seu caráter, foi escolhido pelo SNI, e por pessoas amigas e influentes como Romeu Ramos, o Ministro Men de Sá [PL], Ministro Tarso Dutra que tinha relações conosco de Itaqui por ser da Arena e foi escolhido diretamente em Brasília.

Entrevistador: Dentro do partido tinha algum tipo de eleição?

Marli Teixeira Cabeleira Alvarez: Não, depois da sucessão dos outros prefeitos nomeados, sim. Na prática, foi escolhido pela alta cúpula do partido em Brasília e SNI. (Alvarez, 2012) – São Borja

A nomeação de “Juca” foi interessante, embora os militares garantissem a validade da Constituição de 1947, o dispositivo da nomeação de prefeitos contida nela, nunca fora utilizado. A carta disposta abaixo apresenta a existência de outro dispositivo criado dias depois da publicação do AI-2. O método era por intervenção, nos municípios onde os cargos de prefeito e de vice-prefeito vagavam em virtude de renúncia, morte, perda ou extinção do mandato são o foco do Ato Complementar nº 5, de dezembro de 1965: “Artigo 2º – A intervenção far-se-á mediante a nomeação de um Interventor que exercerá as atribuições conferidas aos Prefeitos Municipais”:

Figura 6 – Ato de nomeação do prefeito de São Borja (1966)



Fonte: Acervo pessoal da família Alvarez.

¹⁷⁸ Filho de Viriato, que era irmão de Getúlio Vargas e foi General de Cavalaria do Exército em São Borja.

Juca, em 1966, ainda como vereador, foi nomeado prefeito de São Borja, período em que Men de Sá era Ministro da Justiça. Entre 1969 a 1974, foi novamente reconduzido ao cargo, ao ser nomeado para outro mandato. O irmão de Juca, Salvador Lionço Pereira Alvarez, vereador mais votado da Arena em 1968, assumiu a posição de prefeito na condição de nomeado entre os anos de 1979 e 1982, demonstrando que a nomeação também poderia ser um negócio de família.

4.3.2 PREFEITOS MILITARES

O ex-prefeito nomeado de Uruguaiana, Ten. Cel. Antônio Augusto Brasil Carus, natural de Alegrete, hoje reformado, fez carreira no Exército, onde sua formação técnica em administração admitiu a atuação como instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Posteriormente foi ajudante de ordens do comandante da divisão blindada no estado do Rio de Janeiro e do Comando do Estado Maior do 3º Exército no estado do Pará, assistente secretário do Ministro-Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), Carlos Alberto da Fontoura no Palácio do Planalto – anexo aos gabinetes militar e civil, durante o governo Médici e respectivamente administrados por João Batista Figueiredo e João Leirão de Abreu.

Brasil Carus, como secretário do ministro do SNI foi responsável por *“preparar os despachos do ministro Fontoura, da documentação que chegava, a correspondência, saía com ordem para fazer expedição e também preparava a pasta que Fontoura levava para despacho com o presidente”*. Tal encontro ocorria todos os dias às 9 horas da manhã, onde se reuniam os chefes dos gabinetes militar, gabinete civil e o ministro-chefe do SNI. *“Ali eu tomava conhecimento de tudo que ocorria. Aquilo me deu uma noção muito ampla da política nacional, regional e local. Fez até eu pegar gosto por aquilo, sabe?”*. Acompanhava o dia a dia dos ministérios, os problemas e as sequências das trocas de ministros. Segue seu depoimento sobre os bastidores da renúncia de León Peres, governador do Paraná:

[...]E aí, um dia chega lá um empresário da área de construção CR Almeida, Cecílio do Rego Almeida, eu ainda consigo me lembrar de alguns nomes. O Cecílio chegou e queria falar com o ministro-chefe do SNI, para fazer uma grave denúncia. Ele era empreiteiro, um dos maiores empreiteiros do Paraná. Aí falei para o meu chefe e ele disse: “ouça ele aí e tal”. Recebi o camarada e ele começou a me contar. E ele me disse: “estou fazendo, mas tenho que sempre repassar 10% para o governador. Mas como o senhor faz uma acusação...ele disse: “É só fazerem uma operação lá que vão constatar que é verdade, toda verba que eu receber eu tenho que

repassar 10% pra ele”. Como é que faz isso? “Ah, ele tem uma lavanderia que é propriedade do irmão dele, e a gente vai com uma sacola como se fosse com roupa para lavar, e largava lá dentro, ficava o dinheiro lá, estava liquidado. Tá, anotei tudo que ele disse, e o senhor aguarde que nos vamos...Meu chefe já chamou o setor de operações e determinou operação pra averiguar. “ (Carus, 2012) – Uruguaiana

Durante o processo de tomada do poder em 1964, Carus era capitão do Exército em Uruguaiana e foi um dos responsáveis pelo processo de deposição do prefeito Izabelino Abad¹⁷⁹. As relações produzidas no campo militar promoveram sua aproximação ao presidente da República, João Figueiredo. A indicação como prefeito nomeado de Uruguaiana, ocorreu após sua passagem pelo gabinete do ministro do SNI e surgiu em função de desavenças no interior da elite política local. Seu nome foi apontado como alternativa:

Na minha época aqui havia uma briga interna no governo da Arena em Uruguaiana. O prefeito que estava aqui nomeado, estava doente em Porto Alegre, havia necessidade de ser substituído. Aí, diante desta disputa muito grande, pessoas de nome em Uruguaiana, pessoas reconhecidamente e importantes na cidade. Eu fui chamado a Porto Alegre pelo governo do estado.

Entrevistador: Oscar Miranda Schmidt.

Antônio Augusto Brasil Carus: Schmidt. Oscar Miranda Schmidt. Bom, daí o Ulrich foi inclusive chamado a Porto Alegre junto com outras lideranças políticas que estavam questionando a indicação do nome. E eu fui chamado, fiquei na sala de espera do governador, vi entrar todo aquele pessoal de Uruguaiana, perguntei para a secretária o que estava acontecendo... “é uma reunião que está havendo aí com o governador”. Eu não participei da reunião. Depois que terminou eu entrei. Aí o governador me apresentou como o escolhido para ser nomeado, e até fez uma introdução em que ele ressaltou que hoje aqui, naquela época, né... **“hoje nós temos que seguir certas determinações, orientações do governo federal, porque o poder central é muito fortalecido e está em Brasília. E no caso dos prefeitos nomeados quase sempre passam pelo crivo do presidente da República. E nesse caso, nem eu estou submetendo, veio de lá, que o nome escolhido é esse.**

Diante de algumas circunstâncias que não convém aqui analisar, disse ele. **Eu fiquei surpreendido, vim para cá, houve aquele episódio que eu contei da minha ascendência pelo Exército que o ministro, Coronel Silvio Frota não estava querendo, houve interferência então da presidência da República. Eu assumi. Era a primeira vez que eu exercia um cargo público civil.**

(Entrevistado 34 – Uruguaiana)

Sobre a interferência de Sérgio Frota, no veto a indicação de Carus para o cargo de prefeito, cabe destacar algumas passagens. A primeira foi em outubro de 1965 quando fez o transporte do General José Horácio da Cunha Garcia, em visita a todas as unidades militares “para destituir um movimento golpista” organizado para evitar a posse do governador eleito da Guanabara, Negrão Lima – mesmo abaixo de toda a repressão estatal venceu com ampla

¹⁷⁹ Vereador (PTB) 1955, 1959 e Prefeito eleito (PTB) 1963; foi cassado em 4 de abril de 1964; Sua vida política é retomada quando é candidato a Vereador (PDT) 1982 com 430 votos; Suplente (PDT) 1988, com 374 votos; isso apenas demonstra o impacto do regime na carreira política, e o potencial destes indivíduos, com a abertura, reativar a carreira.

margem de votos, um dos motivos que o levou a decretação do AI-2 e a candidatura a presidência do general Costa e Silva¹⁸⁰.

Após algum tempo, Carus arremonta no quartel de Uruguaiana e no ano de 1973 foi indicado para assumir a prefeitura, o regulamento militar exigia, para o exercício de cargo eletivo, uma liberação do Exército. *“O governador do estado encaminhou, o ministro da guerra negou. Era o Silvío Frota. Se lembrava bem de mim. Sabia que eu era da confiança do general José Horácio”*, este era responsável por repelir parte do movimento que queria evitar a posse de Negrão Lima.

Para desembaraçar a situação, ele relata: *“Liguei para o General Figueiredo que na época era chefe do SNI, do governo Geisel. Houve lá então uma determinação para que eu fosse cedido”*. Com isso assumiu o seu primeiro mandato como prefeito nomeado.

Figura 7 – Posse do Cel. Antônio Augusto Brasil Carus como prefeito nomeado de Uruguaiana, ocorrido no gabinete do governador Sinval Guazelli (1976)



Fonte: Acervo pessoal de Brasil Carus

No governo de Amaral de Souza se licenciou para exercer a posição de secretário estadual dos transportes em 1979, onde permaneceu menos de um ano. Ao desistir do cargo reassumiu a chefia do executivo de Uruguaiana. Sobre Carus, o governador Jair Soares comenta que *“era um homem que tinha uma ficha muito boa dentro da área que ele atuava, no Exército, era de um grupo que, numa escala menor, hierarquicamente falando, do presidente João Figueiredo”*. O retorno como prefeito nomeado, seria decorrência de sua vivência e de uma relação mais íntima desenvolvida com o presidente João Baptista:

¹⁸⁰ (Cf. Gaspari, 2002b- especialmente o Cap. III - “A esquerda sem arma”).

[...] Quanto assume o Amaral de Souza para governador do estado, ele me convida para secretário de estado dos transportes e eu assumi em março de 1979. [...] com um ano e pouco eu não estava gostando de trabalhar muito com o Amaral. Nada pessoal. Era com o grupo que cercava ele. Políticos. Pedi exoneração e tinha ficado um interino aqui [Uruguaiana] e de novo me nomearam prefeito. Aí eu fiquei quatro. Foram os meus últimos quatro anos.

Entrevistador: Por recomendação direta do governador?

Antônio Augusto Brasil Carus: Não. Por recomendação de cima. [Risos]. Foi porque, eu me lembro bem. Teve uma visita do presidente Figueiredo à Jaguarão e eu estava lá como secretário dos transportes e o Amaral também. Lá pelas tantas, o Figueiredo foi para o vestiário trocar de roupa, ele ganhou de presente um cavalo crioulo e ia montar, foi colocar umas botas. Daí entrou, e alguém me chamou que ele queira falar comigo. Entrei, só nós dois no vestiário da Associação Rural.

Figueiredo: “tu não está se sentindo bem, não é?”

Carus: “Não”.

Figueiredo: “está se sentindo desconfortável?”

Carus: “Tô sim”.

Figueiredo: “Então, porque tu não pedes”.

Carus: “É que eu não queria pedir, vai ficar chato”.

Figueiredo: “Não, não. Vai e volta para Uruguaiana, vai lá que está precisando tu voltar, tem umas coisas que eu não estou gostando também”.

Existia um problema aqui [Uruguaiana, local da entrevista] que eu não gosto de comentar. Aí, saí. Peguei o carro fui a Porto Alegre e nem fiquei para o restante da solenidade, fiz os documentos e pedi exoneração. O Amaral lamentou muito aquela história.

(Carus, 2012) - Uruguaiana

Washington Bandeira, nascido em 21 de dezembro de 1917 na cidade paraibana de Guarabira¹⁸¹, era filho de Pedro Bandeira Cavalcanti, que por muitos anos exerceu a função juiz no município de Guarabira, assumiu a posição de desembargador e por duas vezes de vice-presidente do estado da Paraíba. Entre seus irmãos está Ademar, médico militar e ginecologista do Hospital Central do Exército, no Rio de Janeiro; Ernani, advogado e funcionário do Banco do Brasil no Rio de Janeiro e; Antônio Bandeira, general reformado no ano de 1944, integrou um grupo que recebeu instrução na Escola de Infantaria de Fort Benning (USA) com a intenção de estruturar a Força Expedicionária Brasileira (FEB), serviu como Comandante da Zona Militar Norte, atuou no Comando do Planalto em Brasília e em 1972 comandou as tropas do Exército que combateram o movimento de guerrilha desencadeado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na região do Araguaia, sul do Pará, no ano de 1973 foi nomeado diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF) pelo presidente Emílio Médici e transferido, um ano depois, para comandar a 4ª Regimento Mecanizado, sediado em Juiz de Fora (MG) e em 1979 assumiu o comando do III Exército, em Porto Alegre, um ano mais tarde foi reformado por completar 12 anos no generalato¹⁸².

¹⁸¹ (Lemieszek, 2003, p. 106)

¹⁸² Consultar o verbete: Antônio Bandeira <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bandeira-antonio>>

Washington Bandeira, assim como alguns de seus irmãos, buscou a carreira no Exército, iniciou seus estudos no Colégio Militar do Ceará e posteriormente ingressou na Escola Militar do Realengo, onde foi contemporâneo do futuro presidente Médici e posteriormente, na Escola para Aperfeiçoamento de Oficiais e Comunicações do Exército. Na vida privada foi casado com Julieta Silveira Bandeira, descendente de tradicional família bajeense. Ao seu currículo, somam-se as atividades de pecuarista e de presidente em diversos clubes sociais em Bagé: Comercial, Cantegil, Rotary e do Bagé Tênis Clube.

Durante o golpe de 1964 participou dos eventos em Bagé e posteriormente foi recompensado com o comando da Prefeitura municipal, cargo que exerceu entre 1969 e 1971, quando foi nomeado diretamente por Médici – convite realizado em um evento de eletrificação rural, algum tempo antes do anúncio de sua indicação. Não há mais registros sobre a articulação para a indicação de Washington, segundo Lemieszek o nome mais cotado era de Nilo Romero e Carlos Mario Mércio Silveira, este membro de uma tradicional linhagem de políticos na cidade, ainda sendo considerada a recondução José Wilson Barcelos, fato que não se concretizou (2003, p. 105).

Conclusões Parciais

A discussão do Capítulo IV identificou que o recrutamento direto e a nomeação de prefeitos promovida pelos governadores e presidentes da República, dependeram de uma combinação de fatores. Ao juntar algumas destas peças, mensuradas pela quantidade de recursos sociais, os itinerários percorridos pelos nomeados e o capital social vinculado aos prefeitos, associada a uma descrição de como os seletores e recrutados se comportavam no campo, foi possível conceber como os mecanismos do recrutamento atuam na formação e na preservação da elite de nomeados.

As nomeações diretas e a recondução ao cargo de prefeito, se articulavam em torno do capital social, o qual apresentou variação no que se refere ao peso, ambiente de produção e forma de acumulação. Alguns casos revelaram que liames privativos foram colocados à disposição de outros indivíduos, um tipo de transação onde o portador acumula, amplia e aprofunda suas relações no campo político, enquanto o indivíduo que recebe o capital terá sua inserção na rede sob um custo variável. A forma de inserção na rede também pode variar, de capital social delegado, neste caso transferido integralmente a um novo portador (Ribeiro, 2012), como observado entre os membros de famílias políticas, ou sob a forma de capital social outorgado, onde as redes de um terceiro são utilizadas para obter recursos (políticos ou

financeiros), que seriam convertidos para o benefício comunitário, através de obras e serviços públicos, o que beneficiariam o portador.

A origem social dos prefeitos nomeados – alguns dotados de recursos simbólicos derivados da origem familiar, tempo de estudo e experiências em cargos de direção, políticos e na administração pública – apresentaram um perfil social elitizado, levando a crer sobre a existência de uma homologia, em que a posse do capital cultural e social seriam uma das fontes de monopólio do acesso aos postos de elite (Bourdieu, 2004a, p. 164). Os portadores deste perfil acessaram mais facilmente a nomeação, detinham um amplo capital social, identificado pelas conexões estabelecidos com integrantes da cúpula de governos (estadual e federal), sendo a peça-chave para a montagem do *puzzle*, o qual definiria a nomeação e a manutenção de prefeitos, promovido pelos governadores e presidentes da República.

O perfil considerado pelos governadores, valorizava a experiência decorrente da ocupação de posições em sindicatos, clubes recreativos, de futebol e de serviços, a exemplo do Rotary e Lions, os quais permitiram o desenvolvimento de uma reputação, ampliaram as conexões. O que permitiu serem reconhecidos pelos seletores locais e especialmente pelos governadores, como potencialidades para o agir político.

5 AVENIDAS DA TRANSIÇÃO: A ELITE NOMEADA E CARREIRA POLÍTICA NA NOVA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Nos capítulos anteriores, a descrição do recrutamento realizada com base em modelos tipológicos, ofereceu elementos para entender como se dava a formação da elite de nomeados, bem como a nomeação. O acesso a carreira promovida pelas as agências dos *selectorate*, ponderaram recursos individuais e elementos reputacionais de indivíduos com origem social mais elevada. O recrutamento na fase local pesou elementos de reputação para formar suas listas e a nomeação foi guiada pelo capital social, relações entre postulante e mediadores (políticos, secretários de estado, ministros, burocratas e generais), ou postulante e a agência não-partidária (presidente da República e governadores).

A intenção deste capítulo é averiguar como ex-prefeitos nomeados no autoritarismo mantiveram carreias no atual multipartidarismo¹⁸³. Os estudos dedicados as carreiras políticas no Brasil são recentes, tratam igualmente do recrutamento de elites legislativas na atual democracia e possui como variável explicativa a composição de sistemas partidários após períodos de ruptura institucional e transição¹⁸⁴. Em outras palavras, descrever o itinerário e recursos sociais dos nomeados durante a transição, admite elencar alguns pontos que auxiliam na compreensão sobre como o antigo sistema interfere no subsequente.

O objetivo é verificar quem segue carreiras na atual democracia, descrevendo a formação do sistema partidário atual em nível local por outra perspectiva, valorizando a carreira política após 1979 pode ser interpretada pela ótica da reconversão de recursos sociais e casuísmos produzidos pela fase de transição do autoritarismo para a democracia. No caso das ASN isso é extremamente importante, porque a liberalização do sistema político não se efetivou antes de 1985, oferecendo aos nomeados legenda e tempo suficiente para sua adaptação a nova conjuntura política que se instalava.

¹⁸³ Na literatura existem esforços de alguns autores que buscam nas regularidades institucionais a fonte explicativa para a formação de sistemas partidários após processos de transição. O primeiro trabalho a ser citado para o exemplo do RS, é Trindade (1981), ao analisar a migração e coligações, identificou que o estado do RS apresentava um sistema político com *design* bipolar, responsável pela formação do quadro político-partidário. O modelo de disputa (Pró e Anti-PTB), em certa medida, é sobreposto ao bipartidário, que em relação a outros estados brasileiros, assume *status* de “menos artificial”. A “artificialidade” seria o emprego e preservação de um arranjo institucional votado a legitimar o regime civil-militar (Barreto e Bento, 2012b; Kinzo, 1988). Madeira e Gerardi (2012), analisaram estas coligações para alguns municípios gaúchos, e entre seus achados está que as coligações promoveram a circulação de quadros dos antigos, aos novos partidos, e o bipartidarismo, serviu, segundo Xauza e Ferraz, pelo menos no RS, apenas para “confirmar e oficializar arregimentações já fixadas firmemente nas eleições de 1962, e que em 1966 foram substancialmente as mesmas, como seriam de resto sem a extinção dos partidos” (1981, p. 82).

¹⁸⁴ A repressão nos primeiros momentos após o golpe, particularmente com o AI-2 e a instalação do bipartidarismo – modificam o sistema político e de oportunidades – confinando a escolha dos atores entre situação (aderindo a ARENA) ou oposição (migrando para o MDB).

5.1 CARREIRAS E SISTEMA PARTIDÁRIO: PAVIMENTANDO CAMINHOS

Adriano Codato analisou os ocupantes de cargos no departamento administrativo do estado de São Paulo durante o Estado Novo e identificou que quase todos os operadores do “Daspinho” foram recrutados “nos partidos que controlavam a situação estadual antes e um pouco depois da Revolução de 1930 (PRP, PD, PC)” (2014, p. 147). Estes indivíduos, apresentavam no “saber jurídico” a sua principal fonte de “aptidão social”, evidenciando que os quadros do Estado Novo não foram renovados de maneira geral.

Os sistemas políticos construídos após eventos dramáticos, como o caso de rupturas institucionais, não iniciam do nada, mas conservam elementos do anterior. As rupturas são fatos reais que, do ponto de vista histórico institucional, podem manter ou originar novas instituições, ou ainda suceder em eventos aleatórios inesperados. Assim, ao destacar a composição social dos partidos, da burocracia ou qualquer instituição, permite demonstrar que os grupos sociais e a própria sociedade não ficaram aprisionados na história, há continuidade de elites e de pessoas que sucedem de um período a outro.

A arquitetura política implantada pelos militares após 1965, a qual pretendia, por um lado, “neutralizar pressões regionais e clientelistas que obstruíam o planejamento eficiente”¹⁸⁵, preservaram o arranjo institucional multipartidário, que por sua vez manteve a competição eleitoral viva, admitindo o funcionamento ininterrupto de máquinas eleitorais¹⁸⁶. O sistema bipartidário ao invés de renovar seus quadros, demonstrou conservar uma parte das elites do período anterior¹⁸⁷.

Perceber o bipartidarismo como ambiente que manteve parte dos grupos políticos no período multipartidário, transfere não somente as principais lideranças, como também suas redes políticas e bases eleitorais¹⁸⁸, que na fase de transição para a atual democracia, consistiram na sua principal “matriz”¹⁸⁹ (Madeira, 2002, p. 22). Essa perspectiva analítica e empírica abre um campo de possibilidades para o entendimento de como rupturas institucionais, mudanças de regime e transições, como as verificadas no Brasil, afetaram a

¹⁸⁵ (Dreifuss, 1987, p. 428)

¹⁸⁶ (Madeira, 2006, p. 19)

¹⁸⁷ Barry Ames, revela que a maior parte das bancadas conservadoras da Assembleia Constituinte de 1977/88 “contavam com máquinas políticas pessoais” (2003:49). No Nordeste e MG, “região em que boa parte dos deputados provém de famílias com tradição política – esses candidatos saíram vitoriosos, e de igual forma, Francis Hagopian pontua a continuidade destas famílias políticas tradicionais mineiras na atual democracia. (Cf. 2007, p. 247)

¹⁸⁸ (Carvalho, 2008)

¹⁸⁹ Exemplos como os de Minas Gerais (Cf. Hagopian, 1996: 246); carreiras de deputados na Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul (cf. Madeira, 2002:101);

composição dos partidos e em especial: como a continuidade de carreiras políticas na atual democracia¹⁹⁰ foi possível aos prefeitos nomeados?

Madeira (2006, 2007, 2011), que estuda a carreira política de deputados federais e demonstra, que embora a reforma partidária de 1979 desobstrua o mercado eleitoral, a geografia do poder sofreria poucas modificações, em razão da presença de “renascentes” políticos provenientes da Arena e MDB, que continuaram a exercer o poder influencia¹⁹¹ na atual democracia¹⁹². Grande parte das conexões estabelecidas entre nomeados membros de famílias políticas, provinha de relações estabelecidas por seus antepassados durante o multipartidarismo. Partindo destas origens, alguns integrantes desta elite estabeleceriam, no autoritarismo, suas próprias redes, que se estenderiam para além da reforma partidária de 1979.

Peres (2005) procurou entender a formação do sistema partidário após a reforma política de 1979, verificou a concorrência eleitoral para a Câmara dos Deputados entre 1966 e 2002 e mensurou a volatilidade eleitoral pela ótica da competição interpartidária, durante a transição do bipartidarismo para o multipartidarismo atual. Destaca que “a lógica bipartidária, encarnada justamente pelos dois herdeiros da estrutura partidária anterior, prolongou-se”¹⁹³ – segundo ele, evidências que, diante de uma visão mais conservadora, teriam se estendido até 2002:

[...] Isso significa que a formação do mercado eleitoral concorrencial não surgiu imediatamente após a abertura política, nem concomitantemente ao aumento imediato do número nominal de partidos ou do grau de competitividade dos partidos no que se refere à oferta mais ampla de candidatos. Estas, obviamente, foram

¹⁹⁰ Fraces Hagopian, relata que a tradição política é um dos principais atributos dos prefeitos eleitos no estado de Minas Gerais para as eleições de 1982. Considerando um survey efetuado pela (SEPLAN, 1983) constata que de 387 (de 708) prefeitos eleitos em 1982 no estado – 60% relataram ter família com tradição política – grande parte ativo entre 20 e 25 anos. Dois terços ocuparam cargos previamente “hand in hand with their “political tradition”, approximately 30 percent identified themselves as *fazendeiros* by profession; nearby 60 percent were from families of *fazendeiros*”. Além disso, demonstra que mais da metade dos prefeitos (58,9%) atribuíram suas vitórias a “personal attributes”; 28,9% “political tradition”; e 8,3% ao “party program” (1996:232). (1996:232). Igor Gastal Grill, analisando espaços de competição eleitoral do Rio Grande do Sul, constata que de 93 deputados eleitos em 1982: 47,31% apresentam “heranças familiares”, enquanto os iniciantes são 16,12%.

¹⁹¹ Rafael Madeira, encontra no interior da Câmara um conjunto de remanescente do período autoritário com carreiras já consolidadas (2006:128) continuidade que é substituída de maneira paulatina (2006:127).

¹⁹² Rafael Madeira, verificou a quantidade de ex-arenistas nas bancadas de deputados federais do PMDB, e identifica em 1982 foi (12,2%), 1986 (16,3%), 1990 (16%), 1994 (13%) 1998 (12%). A maior concentração ocorre em 1982 (28 de 228) e 1985 (42 de 258) - (Cf. Madeira, 2006 – especialmente o capítulo V). Leôncio Rodrigues (2002, 2009b) busca, compreender a composição dos sistemas partidários como base a carreira, e para isso analisa a composição social da câmara dos deputados, e entre seus achados, verificou que o perfil dos deputados apresenta diferenças, que foram utilizadas para diferenciar partidos.

¹⁹³ “Na verdade, se formos rigorosos, poderemos considerar que o sistema multipartidário somente veio a se consolidar mais plenamente em 1994, quando a elevação do NEE acima de 3 é confirmada depois das elevações que ocorreram na eleição de 1990. E, se formos ainda mais rigorosos, o multipartidarismo somente poderá ser considerado totalmente consolidado em 2002, quando todos os estados apresentaram uma competição sistêmica tal que seu NEE se elevou acima de 3.” (Peres, 2005, p. 211)

condições necessárias, porém, não suficientes para a estruturação de um mercado realmente competitivo em termos sistêmicos; afinal, foi preciso que os partidos estruturassem organizações com capilaridade nas diversas unidades federativas, foi preciso que se adotassem determinadas estratégias de competição, foi preciso que, enfim, houvesse uma intensa disputa por eleitores até então habituados a votar apenas naqueles dois grandes partidos que dominavam o mercado político desde os anos 1970 ?ARENA/PDS e MDB/PMDB. (Peres, 2005, p. 211)

No Brasil, a reforma política que “liberaliza” o sistema eleitoral, não terá impacto imediato nas ASN, uma vez que, somente foram extintas no final de 1985, promovendo tempo suficiente para que estes remanescentes arenistas se reorganizassem em novos partidos, seja no PDS, PMDB ou PFL. Os longos anos de confinamento do poder nas ASN, provocou o enfraquecimento e, em alguns casos, o desaparecimento da oposição, tais condições admitiriam a sustentação de carreiras pelos nomeados na nova democracia.

5.1.1 MUDANÇAS SOCIAIS, MANUTENÇÃO FUNDIÁRIA E CONTINUIDADES POLÍTICAS: ALGUNS DADOS

O curso de mais ou menos trinta anos (1960-1980) indicou modificações na estrutura produtiva das ASN. Inicialmente com a mecanização da região de fronteira, promovida pela chamada “revolução verde” que empregou um modelo de produção extensiva e foi responsável por ampliar a fronteira agrícola gaúcha, o emprego de novas tecnologias, máquinas agrícolas, sementes industrializadas e venenos, aumentaram a produção regional, criando um ambiente propício para a desenvolvimento do agronegócio, impulsionado pelo governo militar e multinacionais dos setores de grãos, máquinas e química fina. O *agrobusiness* adotou o modelo de cooperativas – instituições que abrigariam em suas diretorias alguns prefeitos nomeados.

O avanço do capitalismo na região de fronteira, provocou o êxodo da população do campo para a cidade. Na década de 1960, a média de pessoas residentes na zona rural de municípios ASN era de 36.906, despencando para pouco mais de 8.882 pessoas no ano de 1991, um encolhimento populacional da ordem de 76,22%¹⁹⁴. As principais perdas ocorreram entre as décadas de 60 e 70, quando 60,7%¹⁹⁵ da população deixou o meio rural, o que marcou um período de aprofundamento da mecanização. As emancipações político-administrativas, transformaram distritos isolados da fronteira em municípios e populações rurais em urbanas, impacto percebido pela observação dos dados na seguinte tabela:

¹⁹⁴ A média estadual foi de 67,5% e a de municipais não ASN, 63,4%.

¹⁹⁵ A média estadual para o mesmo período, foi de 32% e nos municípios não ASN, o êxodo foi de 22%.

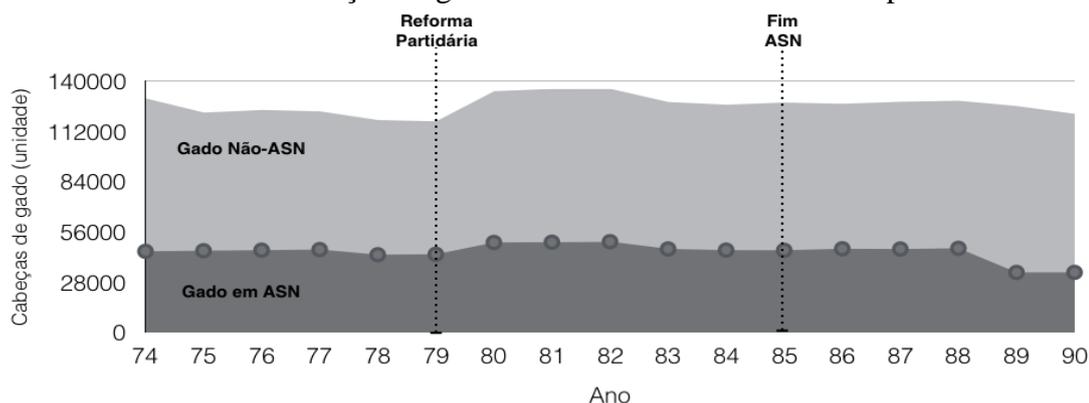
Tabela 17 - Média da população rural do RS entre 1960 e 1991 por ASN

	1960	1970	1980	1991
Não-ASN	17.048	13.297	10.784	6.227
ASN	36.096	14.180	11.539	8.582
Total	19.842	13.407	10.878	6.432

Fonte: adaptado pelo autor, de www.ipeadata.gov.br

Apesar da diminuição populacional rural, a quantidade de propriedades dedicadas ao agronegócio nos municípios ASN, se mantém estável no curso temporal (1960-1991), especialmente as destinadas à criação de animais (gado, ovelha, suíno) – enquanto nas fazendas dedicadas ao gado de corte há uma paulatina diminuição de trabalhadores, atividade que sofre poucos impactos em relação as modificações do ambiente político, mais claras após 1988.

Gráfico 3 – Produção de gado de corte em ASN e não ASN por ano



Fonte: adaptado pelo autor, de www.ipeadata.gov.br

As políticas do regime, como a instalação de filiais da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), possibilitaram o aprimoramento de algumas plantas, levando a tecnologia adaptada para estas regiões, que associada ao financiamento da agricultura extensiva, impulsionou na produção de grãos, criação de animais que trouxeram o desenvolvimento para estas regiões. Os resultados destas políticas são percebidos pelos rendimentos gerados pelos municípios gaúchos. Nas ASN a produção média anual das propriedades rurais de 1970, em relação a década anterior, acumularam um crescimento de 64,1%¹⁹⁶ e da mesma forma, os valores de 1985, que, comparativamente aos de 1975, apontam um crescimento de 102%.

¹⁹⁶ A média estadual, foi 52,4%.

Tabela 18 - Produção média anual das propriedades agrícolas por ASN (em Reais)¹⁹⁷

	1970	1975	1980	1985
Não-ASN	28.855,07	43.244,51	50.668,19	52.075,45
ASN	44.718,21	73.424,59	86.397,66	90.457,07
Total	30837,97	47017,02	55134,37	56637,2

Fonte: adaptado pelo autor, de www.ipeadata.gov.br

Os investimentos governamentais destinados à construção de estradas e pontes, aceleraram o escoamento da produção, o que facilitou a integração destas regiões periféricas ao conjunto do estado. Porto Mauá, município localizado na fronteira com a Argentina, “era um lugar de difícil acesso, de encontrar moradia, diziam que era uma comunidade indomável” (Giordani, 2012). O professor Irineu Colatto, ex-prefeito nomeado e prefeito eleito de Horizontina em 2012, em seu depoimento resume a percepção geral dos entrevistados em relação ao isolamento de suas localidades, parcialmente quebrado durante o governo autoritário:

Nós, não tínhamos telefone, era manual à manivela, e com uma empresa que fabricava produtos agrícolas para o mundo. Então, busquei o apoio do governo do estado para trazer uma central automatizada da então CRT – Companhia Rio Grandense de Telecomunicações – que está até hoje aqui prestando serviços. Nós, não tínhamos estradas, e eu tive que buscar asfalto para fazer o acesso ao município de Horizontina. (Colato, 2012) - Horizontina

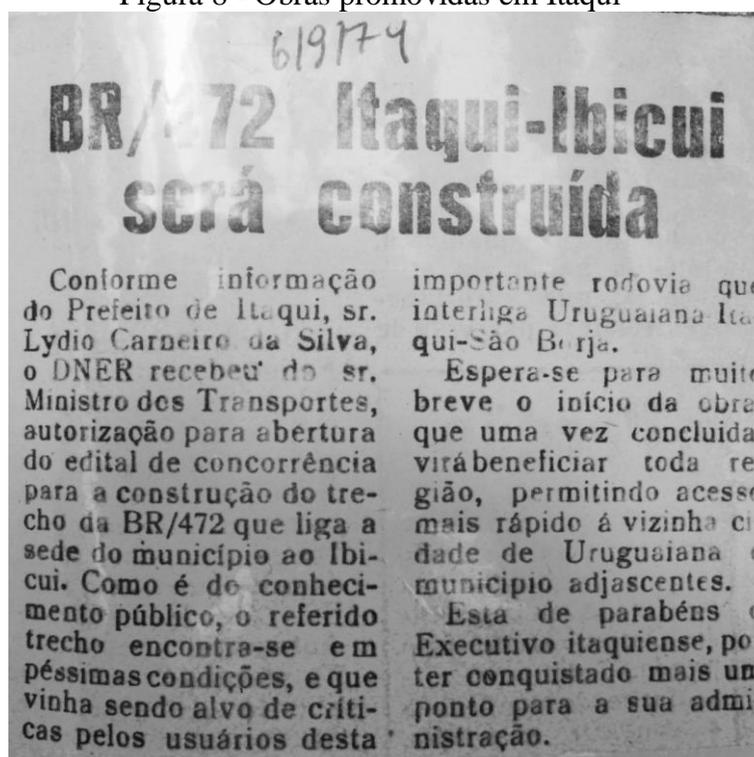
Os processos de integração implementados durante a fase autoritária, não apresentaram os resultados esperados pelos prefeitos e pelas populações destas áreas, visto que na região de fronteira e, especialmente, nas ASN, o capital privado internacional era de difícil aplicação, o que constituiu um dos principais entraves para o desenvolvimento econômico regional.

As tentativas de promover o desenvolvimento regional, na maior parte das vezes, foram frustradas. O caso do coronel Washington Bandeira, prefeito nomeado de Bagé, serve como exemplo, em 1969 solicitou intermediação ao embaixador brasileiro em Montevideo, pois buscava indústrias interessadas em se instalar no município. Processo que mobilizou a classe política local e os vereadores votaram leis que previam o fornecimento de incentivos fiscais, afim de atrair as indústrias e concretizar os planos de Bandeira. As empresas

¹⁹⁷ Unidade: R\$, a preços do ano 2000 (mil); Comentário: No Censo Agropecuário 1995/1996, o período de referência é de 31/12/1995 a 31/07/1996 (ano agrícola), sendo 31/12/1995 para as informações sobre propriedade, área e pessoal ocupada e 31/07/1996 para informações sobre efetivos da pecuária, efetivos da lavoura permanente e da silvicultura. Para os Censos Agropecuário de 1970, 1975, 1980 e 1985, como período de referência, ano civil, sendo 31/12 para informações de séries de estoque. O universo de municípios da tabela é definido pelo IBGE no levantamento censitário e não necessariamente coincide com o oficialmente existente ou instalado na data de referência. Deflator: Deflator Implícito do PIB nacional

esperadas eram do setor de cimento (Krupp e Artigas), além de uma fábrica de persianas de alumínio. Diversos embaraços foram verificados neste processo, o principal foi a distância das fábricas em relação aos centros urbanos mais dinâmicos, fator que impactaria sob os custos da logística de transportes. No seguinte recorte de jornal é possível verificar uma destas obras:

Figura 8 - Obras promovidas em Itaqui



Fonte: Acervo família Silva

Em Santana do Livramento, empreendimentos ligados ao setor agroindustrial teriam seus planos de implantação intermediados por um ex-presidente da República e o prefeito nomeado Guilherme Bassedas Costa. O presidente concedeu autorização para venda de terras para um grupo de japoneses, que formou o grupo “Santa Colina”¹⁹⁸ e a outro grupo americano Almadém “*National Distillers*”. Em ambos os casos, estes empreendimentos e projetos de industrialização esbarravam na Lei de Segurança Nacional, que estabelecia uma Faixa de Fronteira que impossibilitava a venda e a instalação de empresa estrangeiras sem um aporte mínimo de mão-de-obra e capital nacional¹⁹⁹. O caso mais conhecido no meio jornalístico, envolvendo os entraves produzidos pelas ASN ao setor produtivos, envolvia a venda da Fábrica Nacional de Motores (FNM) à italiana Alpha Romeo. A FMN foi considerada após o

¹⁹⁸ Em 2003 as terras foram vendidas para a cooperativa caxiense “Nova Aliança” e em 2011 esse grupo se une com outras quatro vinícolas da serras gaúcha, qual atua no município até os dias atuais.

¹⁹⁹ Ato Complementar número 45, de 30 de janeiro de 1969. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-45-69.htm>

golpe uma ASN, como sendo um dos primeiros lugares tomados pelos militares, em função de sua importância estratégica. Após um longo processo – iniciado nos anos 60 – a venda foi concretizada e somente foi possível pelo envolvimento direto da cúpula do regime²⁰⁰.

As políticas governamentais e a revolução verde, impulsionaram a produção agrícola de municípios ASN, acelerando o êxodo rural que promoveram mudanças sociais e demográficas significativas nestas regiões. Com a população residindo na cidade, existiu uma pressão por serviços públicos e elevou a preocupação destas sociedades com a educação, saúde, a necessidade de hospitais e de uma infraestrutura municipal, que inexistia na maior parte destas localidades, que resultou no surgimento de novas classes sociais, a atração de mão de obra vinda de outras localidades como os professores e comerciantes – paralelamente a uma casta estável de proprietários de terras e criadores.

1.1.1 O perfil rural dos nomeados

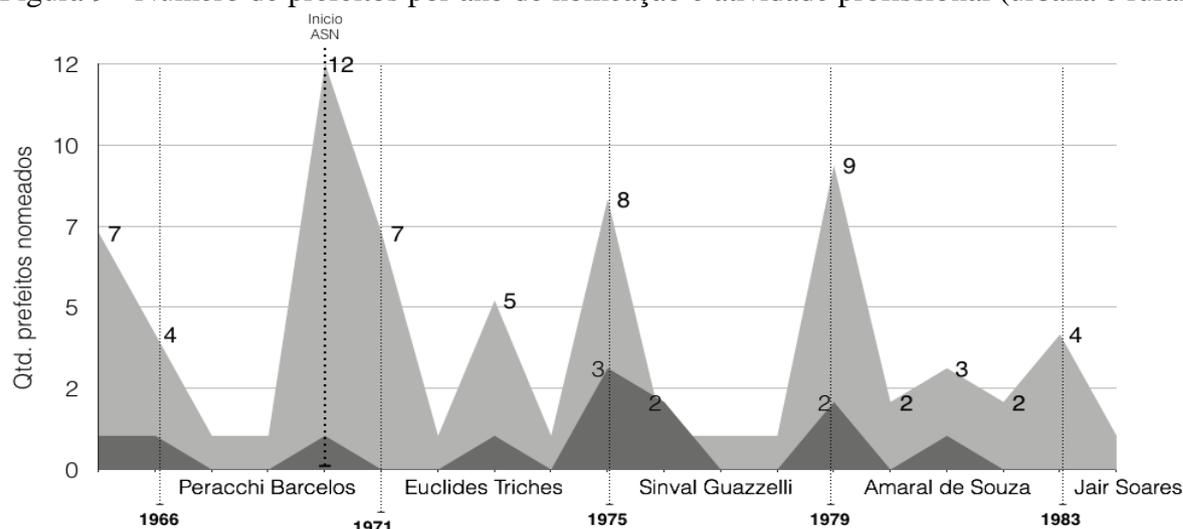
O perfil rural dos nomeados estava ligado aos indivíduos que, de certa forma, exerciam atividades rurais, como veterinários, agrônomos, zootecnistas, agropecuaristas e agricultores, os quais apresentam uma baixa participação em cargos de prefeito nomeado, representando apenas 14,5% da elite²⁰¹. Os indivíduos que não apresentam recursos familiares, compensam esta carência pela posse de diplomas de ensino superior, conforme pode ser percebido na tabela e gráfico disponibilizados na sequência, que permite identificar a evolução dos nomeados segundo o desempenho de atividade rural (área escura gráfico) ou eminentemente urbanas (área mais clara).

Nesta observação, pode-se extrair a existência de um padrão profissional concentrado em atividades urbanas, demonstrando, no governo de Guazzelli, o pico mais significativo de profissões rurais. Os presidentes de associações rurais dos municípios de Erval (Walter Neves Ferreira, agropecuarista) e Dom Pedrito (Pedro Caminha Coelho Leal, veterinário) são exemplos de políticos com profissões ligadas ao campo, que obtiveram sucesso na nomeação em função da posição em sindicatos patronais – atuavam na promoção de práticas de produção – e ficaram conhecidos por suas funções no sindicato, pela profissão e até mesmo pela sua origem familiar (descendentes de famílias que tradicionalmente criavam gado), fatores que facilitaram suas indicações.

²⁰⁰ Correio da Manhã, 30 de julho de 1968. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=94202&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader# Acesso: 10/01/2016.

²⁰¹ (12 de 83)

Figura 9 - Número de prefeitos por ano de nomeação e atividade profissional (urbana e rural)



Fonte: Elaboração própria – informações para (83 de 107)

Tabela 19 – Nomeado com atividade profissional ligada ao setor rural

Nome	Cidade	Profissão1	profissão2	Família Política	Escolaridade
Aury De Oliveira	Tramandaí	Veterinário	.	Não	Superior
Heraclides Santa Helena	Quaraí	Veterinário	Agropecuária	Não	Superior
Aury de Oliveira	Sta Vit do Palmar	Veterinário	.	Não	Superior
José Caminha C. Leal	Dom Pedrito	Veterinário	.	Não	Superior
Juarez Custódio Gomes	Quaraí	Veterinário	Militar	Não	Superior
Rubens Emil Corrêa	Rio Grande	Agropecuária	.	Sim	.
Paulo Martim Engers	Porto Xavier	Agropecuária	Comerciante	Sim	.
José Battista de Brum	Roque Gonzales	Agricultor	.	Sim	.
Adair Vicente Brum	Roque Gonzales	Agropecuária	.	Sim	Ensino Méd.
José Pereira Alvarez	São Borja	Eng. Agrônomo	Zootecnista	Sim	Pós-Grad.
Carlos Sá Azambuja	Bagé	Agropecuária	Economista	Sim	Superior
Walter Neves Ferreira	Herval	Agropecuária	.	Sim	Superior Inc.

Fonte: Elaboração própria

Com o golpe de 64 e a criação das ASN, as famílias, com tradição política e ligadas ao setor rural, não se inserem em grande número na empreitada da nomeação. Entretanto, os indivíduos com estas características, que assumiram posições de prefeito durante o autoritarismo, ampliaram o legado familiar e formaram novas redes.

A tabela seguinte resume e organiza a informação em relação ao pertencimento ou não de nomeados em uma família com tradição na política. Quase todos apresentaram candidatura após 1979, exceto José Brum de Roque Gonzales, por falta de legitimidade junto a elite local (Brum, 2012). Outro dado ressaltado na tabela é que os integrantes de famílias políticas possuem poucos anos de estudo e se dedicam, em sua maioria, a atividade agropastoril. Em contrapartida, os não membros possuem diplomas universitários na área da Medicina Veterinária e são os que apresentaram o maior período como nomeados, se comparado aos integrantes de famílias políticas.

Tabela 20 - Prefeitos nomeados com profissional principal (rural)

	Nome	Cidade	Início	Fim	Tempo Mandato	Profissão	Cand. Pós-1979
Família Política	José Pereira Alvarez	São Borja	1966	1974	8	Agrônomo	Sim
	Walter Neves Ferreira	Herval	1969	1979	10	Agropec.	Sim
	Rubens Emil Corrêa	Rio Grande	1975	1978	3	Agropec.	Sim
	Adair Vicente Brum	Roque Gonzales	1975	1981	6	Agropec.	Sim
	Paulo Martim Engers	Porto Xavier	1976	1979	3	Agropec.	Sim
	Carlos Sá Azambuja	Bagé	1979	1985	6	Agropec.	Sim
	José Batista de Brum	Roque Gonzales	1981	1983	2	Agricultor	Não
Sem Família Política	Heraclides Santa Helena	Quaraí	1964	1978	14	Veterinário	Não
	Aury De Oliveira	Tramandaí	1973	1975	2	Veterinário	Sim
	José Caminha C. Leal	Dom Pedrito	1975	1985	10	Veterinário	Sim
	Aury de Oliveira	Sta Vit do Palmar	1976	1979	3	Veterinário	Sim
	Juarez Custódio Gomes	Quaraí	1979	1985	6	Veterinário	Sim

Fonte: Elaboração própria

Uma das fontes explicativas para as tentativas destes representantes da classe rural romper a transição política está: i) no tempo de carreira estabelecido em municípios tradicionais como São Borja, Erval, Quaraí e Dom Pedrito; ii) na origem familiar, conexões políticas e principalmente, na ausência de competição para o cargo de prefeito, o que promoveu uma baixa produção de lideranças – mesmo na situação como oposição – transformando estes indivíduos nos principais representantes políticos destas localidades. Na fase de transição, são alçadas a condição dos candidatos, como identificado em Dom Pedrito, município que contou com apenas dois prefeitos nomeados e um deles, Crispim Chaves dos Santos, que fora cogitado para disputar a prefeitura nas eleições de 1985, conforme o recorte de jornal a seguir:

Figura 10 – Sucessão eleitoral em Dom Pedrito (1985)

09 DE FEVEREIRO DE 1985
DOM PEDRITO - RS
AVULSO : 700,00
Ruy Barbosa Eq. Borges
de Medeiros.Fone:43-11.30

PONCHE VERDE

Crispim Chaves da Cruz e Cândido de Godoy Dias, os nomes mais cogitados do PDS

« — Nós estamos buscando um consenso. Como a eleição não tem data marcada e não conhecemos a regulamentação que fixará as circunscrituras, preferimos não optar por nenhum nome em definitivo. No momento, todas as possibilidades estão sendo estudadas, até mesmo de uma coligação com o PDT e PMDB — afirmou o Secretário do Partido Democrático Social, Dr Odim D'Ávila à reportagem do jornal Ponche Verde.

Segundo o entrevistado, dois nomes estão sendo lembrados por uma significativa parcela do partido para concorrer a Prefeitura Municipal: Dr. Cândido de Godoy Dias e Crispim Chaves da Cruz, mas até o momento não há nada de definitivo.

Sobra a formação da Frente Liberal em Dom Pedrito, Dr. Odim acha que «não terá espaço político»: — «Foi um partido criado para acomodar situações passageiras. Pode ser que exista um núcleo de políticos locais que propugnarão pela fundação, mas não acredito que venha a ter influência nas decisões que o'a estão em evidência», afirmou.

Crispim Chaves da Cruz

Fonte: Arquivo do PDS, disponível no arquivo do Partido Progressista (PP) de Dom Pedrito.

Isso demonstra que a longa trajetória, somada à experiência administrativa, ao fato de integrar um partido político e a continuidade das ASN, foram alguns dos elementos que viabilizaram adaptação dos nomeados ao novo sistema. No entanto, o desgaste natural e o contexto de transição, constituem entraves para aqueles que pretendiam seguir uma carreira na nova democracia.

5.2 REGULARIDADE DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS: ALGUMAS VARIÁVEIS

O sistema político brasileiro entre 1945 e os dias atuais, contou com a presença constante de partidos políticos, embora durante o autoritarismo se apresentem breves momentos de sua inexistência, como verificado durante a primeira reforma política de 1965 (entre o AI-2, de outubro de 1965, e o Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965 que autorizou a criação do bipartidarismo²⁰²) e também na segunda reforma ocorrida em 1979 (instituída pela Lei 6.767, de 20 de dezembro de 1979²⁰³), abrindo o mercado político à criação de novas siglas, o qual marcou a fase de retorno ao multipartidarismo que vige no país até hoje.

Embora a descompressão do mercado partidário seja assumida por alguns analistas como irrestrita, essa afirmação é válida apenas para os cargos legislativos. Em municípios ASN o ambiente político ainda estava reservado aos remanescentes arenistas, os quais criaram os novos partidos, especialmente o PDS. É importante enfatizar que parte importante destes políticos nomeados nunca enfrentou o mercado concorrencial, condição mantida pela maioria até o fim de 1985, quando as eleições municipais colocaram fim, não só as ASN mas, a uma longa tradição de nomeações à executivos municipais, inaugurada em 1930.

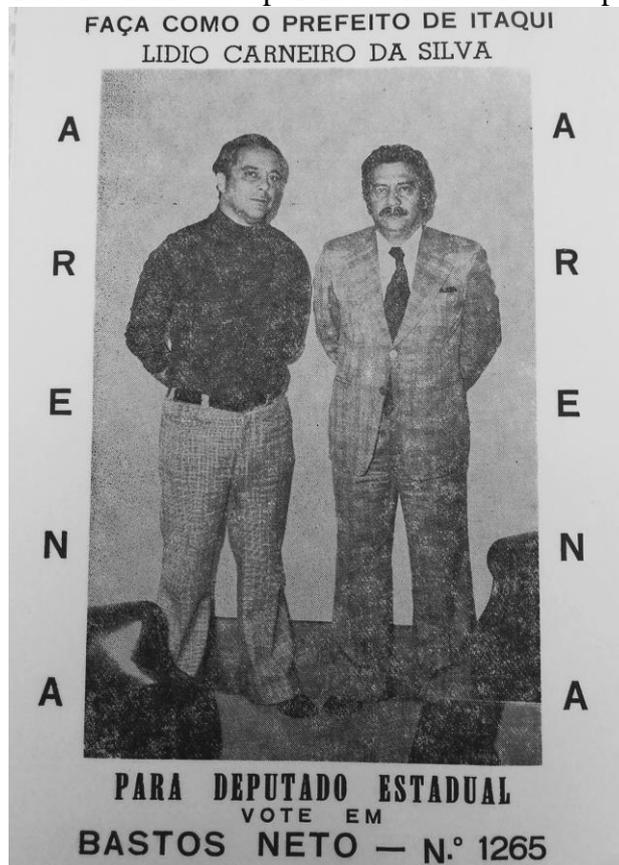
A nomeação de prefeitos perdurou por mais ou menos dezenove anos. As implicações desta conjuntura impactaram diretamente nas carreiras desenvolvidas na fase de transição. O fato de alguém ser escolhido para ocupar o cargo de prefeito, através do sistema de recrutamento fechado, não isolava estes indivíduos do mercado eleitoral, seja no autoritarismo quanto na transição. Prefeitos nomeados apoiaram vereadores, deputados (estaduais, federais), políticos eleitos de maneira constante, porém não se observa regularidade durante o período estudado.

²⁰² Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-4-20-novembro-1965-351199-publicacaooriginal-1-pe.html>>

²⁰³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6767.htm

Neste sentido, a atitude dos militares em preservar as instituições políticas da democracia liberal, partidos e um calendário eleitoral para cargos legislativos, mesmo em ASN, proporcionaram: i) a perpetuação de uma cultura partidária entre as elites arenistas, explicando o recrutamento e produção da lista tríplice no âmbito partidário; ii) em virtude da preservação deste aparato institucional, procedimentos destinados a escolha de vereadores²⁰⁴ foram a fonte explicativa para o recrutamento de prefeitos estar, em sua maioria, concentrado no partido; iii) a aproximação dos nomeados aos políticos, apoiando campanhas eleitorais ou algum candidato de sua confiança, ampliaram o capital social, dimensão simbólica expressa na imagem a seguir²⁰⁵.

Figura 11 - Prefeito nomeado apoiando candidatura de deputado estadual



Fonte: Material de campanha. Acervo da família Silva, de Itaquí.

²⁰⁴ Os partidos necessitavam realizar uma convenção partidária, colher os nomes, e enviar um documento, geralmente uma ata, informando os candidatos, número do título eleitoral, declaração de bens dos candidatos, e uma descrição dos postulantes ao cargo de vereador (profissão e idade). A exigência legal para o registro de candidatos permaneceu a mesma durante todo o autoritarismo e primeiros anos da transição para a democracia.

²⁰⁵ Em estudo exploratório, foi possível verificar que candidatos à deputado federal, apoiados por prefeitos nomeados, faziam, em alguns municípios ASN, as melhores votações. Tendo em vista que 37% do eleitorado estadual estava concentrado nestes 29 municípios, e que o prefeito concentrava recursos políticos e seletivos (Panebianco, 2005), era um importante aliado municipal.

1.2.1 A TRANSIÇÃO PARA O MULTIPARTIDARISMO

A reforma política de 1979 e a continuidade das ASN e da nomeação de prefeitos até 1985, permitiram a manutenção do apoio de prefeitos às campanhas de políticos em plena transição. Entre 1979 e 1975, quando o novo sistema político foi instalado, houve a exigência da organização de novos partidos, a Arena foi extinta e seus remanescentes aderiram ao PDS. Esse era um quesito essencial para quem almejava ser prefeito nomeado ou ocupar cargos na estrutura das prefeituras entre 1979 e 1985. Segundo Madeira, que analisa a adesão de deputados federais e sua migração, a “ARENA gaúcha manteve-se unida” e com o “PDS obteve êxito em conquistar o governo estadual em 1982”, além de 40,6% da vagas destinadas a Câmara dos Deputados²⁰⁶ (2002, p. 96). Demonstrando o poder eleitoral do PDS rio-grandense no novo sistema.

Embora o PDS fosse o destino de grande parte dos indivíduos que deixavam a Arena nas ASN, alguns aderiram ao PMDB e PDT ou criaram novas siglas, como o PFL e PPR (que se funde ao PMDB). Outra parte dos representantes do regime, foi acomodada na estrutura do Estado, em secretarias e diretorias de empresas públicas, tais ambiente foram responsáveis por lhes proteger das intempéries promovidas pelo processo de abertura.

Alguns autores demonstram que o apoio dos militares não terminou com a abertura política. Os “generais procuraram resguardar seu legado” (Ames, 2003), seja pela criação de novos estados²⁰⁷, ao entregar a democracia aos cuidados de políticos de centro e de direita (deputados constituintes) ao controlar a legislação e proibir as coligações, ou na garantia da continuidade das áreas de segurança nacional, bem como, a nomeação de prefeitos em ASN e o voto vinculado. Estes casuísmos, por sua vez, forneceram vantagens para os representantes do regime, que permaneceram participando do sistema político.

O estigma de representantes do regime foi quebrado quando os ex-nomeados aderiam ou criavam um outro partido. Como exemplo, há o município de Crissiumal, onde diversos remanescentes da Arena, foram a base que compôs a maioria dos partidos na localidade. O ex-prefeito nomeado, Benno Bender foi um político experiente²⁰⁸, ocupou cargos importantes

²⁰⁶ Foram 32 vagas. No ano de 1986 o percentual cai bruscamente para 16,1% ou (5) assentos legislativos. (Madeira, 2002, p. 96)

²⁰⁷ Jorge Teixeira de Oliveira, militar, prefeito nomeado em Manaus em 1973. É nomeado governador de Rondônia em 10 de abril de 1979. A criação do estado pela Lei nº 221-A/81, garante sua continuidade. Os três senadores eleitos no estado foram do PDS. Elegeram também a maioria dos deputados federais (5 de 8) e estaduais (15 de 24);

²⁰⁸ No ano de 1959 registra-se a sua primeira tentativa eleitoral, foi candidato a vice-prefeito pelo (PSD), e obteve 1460 votos. Mas sua trajetória, reservaria diversas passagens pelo legislativo local, foi eleito vereador pelo (PSD) em 1963; pela (ARENA) no ano de 1968, com 673 votos; e no ano de 1969 seria indicado para

na estrutura partidária arenista e após 1979 migrou para o PMDB. Nas eleições de 1982 foi eleito vereador, com 326 votos e no ano de 1988 conquistou o posto de vice-prefeito eleito pelo (PDT), encerrando sua carreira.

Outro exemplo de arenista que aderiu ao PMDB foi Ruti Feix, que possuía uma sólida trajetória no legislativo de Crissiumal²⁰⁹, lançou candidatura em 1982, ficando na suplência, com apenas 31 votos. Dário de Deus e Valdemar Tormes, são os casos de remanescentes arenistas responsáveis pela fundação do Partido da Frente Liberal (PFL) (**Anexo VII**), partido pelo qual concorreram as eleições municipais de 1985 (**Anexo VI**). Ambos possuíam trajetória como vereador, escala que seria reconvertida após 1985, devido a derrota eleitora. Dário, permaneceu no interior dos partidos herdeiros da Arena PDS/PPB/PP²¹⁰, reconvertendo sua carreira no ano de 2000, quando aderiu ao PSB. Tormes, manteve a mesma linha até o fim de sua carreira no ano de 2000 – PDS/PPB/PP²¹¹. A vitória eleitoral destes indivíduos, demonstra que apesar do fim do regime, existia um eleitorado conservador, que continuava votando nestes indivíduos. Justificando como alguns políticos remanescentes arenistas mantinham suas carreiras ou de onde advém parte da força política (PP) gaúcho.

Neste sentido, o recorte de 1979 a 1985 fornece tempo suficiente para que esta elite de nomeados se adeque a nova fase, especialmente para aqueles que pretendiam integrar partidos que fariam oposição ao PDS, neste caso o PMDB, PDT e PFL. A adesão de políticos a uma sigla não herdeira do regime visava diminuir o desgaste provocado pela abertura e pelo seu pertencimento a extinta Arena. E, esse comportamento, também proporcionava maiores chances para o sucesso de suas carreiras, demonstrando que os ex-nomeados pretendiam continuar a trajetória na nascente democracia. Um exemplo de tentativa de desvincular a imagem de representante do regime, foi verificado quando Antônio Brasil Carus se licenciou de seu segundo mandato como nomeado no ano de 1985, que utilizava a Associação dos Municípios da Fronteira Oeste (Amfro), para manifestar o ideal de um grupo de prefeitos, que reivindicavam o fim das ASN e o imediato retorno as atividades democráticas (**Anexo VIII**). Carus, integrou o PDT, partido pelo qual irá trilhar sua carreira.

assumir a prefeitura municipal como prefeito nomeado, permanecendo até 1975. No ano de 1976, será novamente eleito pela (ARENA), conquistando 292 votos.

²⁰⁹ Durante o multipartidarismo foi vereador eleito pelo (PRP) em 1955 e candidato à prefeito em Horizontina pelo (PRP), porém, não eleito. Durante o autoritarismo, foi vereador eleito pela (Arena) 1968, com 358 votos; vereador (Arena) 1971, com 257 votos; suplente de vereador pela (ARENA) 1976, 168 votos; e suplente de vereador pelo (PMDB) 1982, 31 votos.

²¹⁰ Vereador (ARENA) 1976, 509 votos; Vereador (PDS) 1982, 455 votos; Vereador (PPB) 1996, eleito por média, com 405 votos; Vereador (PP) 2000, eleito por média, com 304 votos; Suplente (PSB) 2004, 159 votos;

²¹¹ Vereador (ARENA) 1971, 238 votos; Vereador (PDS) 1982, 252 votos; Suplente (PPB) 1996, 261 votos; Suplente (PP) 2000.

5.3 A ELITE NOMEADA NA CARREIRA POLÍTICA: ENTRE A TRANSIÇÃO E OS DIAS ATUAIS (1979–2012)

Nesta sessão foi utilizado o modelo tipológico desenvolvido por Madeira e Gerardi (2014), que foi adaptado para a análise da carreira política de nomeados entre 1979 e 2012. A primeira subseção faz um balanço dos indivíduos com carreira na administração pública, já a carreira político partidária será abordada na segunda parte. No decorrer do texto destacam-se fatores que afirmaram estas carreiras, os motivos para a desistência da atividade política e um breve perfil sócio-profissional e educacional de ex-nomeados.

5.4 EX-NOMEADOS NO SERVIÇO PÚBLICO: QUEM ASSUME E QUE CARGOS?

Uma parte da trajetória percorrida na administração pública pelos ex-nomeados foi ofertada por governadores após o final de seus mandatos, algumas destas posições foram desempenhadas no decorrer da década de 80, o que pode ser entendido como uma forma de agradecimento pelos serviços prestados ao regime. Alguns prefeitos recusaram estas ofertas e preferiram retomar as suas atividades privadas, por outro lado identificou-se que entre 107 prefeitos nomeados, 23,3% ocuparam ao menos um cargo na administração pública municipal e estadual entres os anos de 1979 e 2012, totalizando 25 casos. Afinal, quem, como e com que perfil assumiram estas funções?

A tabela seguinte reúne informações sobre a trajetória na administração pública anterior a nomeação, onde foram destacados o número total de cargos ocupados durante o multipartidarismo, demonstrada pela variável (ADM 45/65), durante o autoritarismo (ADM 65/79) e a carreira posterior a nomeação (ADM 79/12). Para fins de comparação foi disponibilizado a carreira eletiva posterior a nomeação, que demonstra o total de cargos para o qual foi eleito (ELE 79/12). Os dados estão organizados cronologicamente de acordo com o ano de início da nomeação e buscam destacar três fases distintas de nomeações, demarcadas pela linha pontilhada.

Tabela 21 - Relação de nomeados com passagens na administração pública (1979-2012)

Nome	Cidade	Início	Fim	ADM 45/65	ADM 65/79	ADM 79/12	ELE 79/12
Hugo Simões Lagranha	Canoas	1969	1971	0	0	1	4
Antônio Cândido Silveira Pires	Bagé	1971	1975	1	3	1	0
Ruy Born	Iraí	1971	1979	0	0	1	0
Candido Giordani	Tuparendi	1971	1979	0	1	2	0
Arlindo Schwantes	Tenente Portela	1972	1975	0	0	5	0
Cel. Antonio A. Brasil Carus	Uruguaiana	1973	1985	0	0	2	4
Lydio Carneiro Da Silva	Itaqui	1974	1979	0	0	1	1
Adair Vicente Brum	Roque Gonzales	1975	1981	0	3	1	3
Camilo Moreira	Bagé	1975	1978	0	1	1	1
José Caminha Coelho Leal	Dom Pedrito	1975	1985	0	0	3	2
Guilherme Socias Villela	Porto Alegre	1975	1983	0	8	9	5
Paulo Martim Engers	Porto Xavier	1976	1979	0	0	1	1
Luiz Jeronymo Busato	Canoas	1978	1978	0	1	1	1
Carlos Sá Azambuja	Bagé	1979	1985	0	0	1	6
Rudi Weber	São Nicolau	1979	1985	0	0	1	4
Ouvidio Kaiser	Porto Xavier	1979	1985	0	1	2	1
Alcides Olindo Muraro	Itaqui	1979	1985	0	0	2	3
Carlos Willy Grun	Crissiumal	1980	1985	0	2	1	2
Nelson Nabor dos Santos	Iraí	1980	1983	0	0	1	1
Lúcio Adalberto Motta	Tenente Portela	1981	1985	0	1	1	4
Abel Abreu Dourado	Rio Grande	1981	1985	0	2	1	2
Eugenio Reinaldo Werlang	Porto Lucena	1981	1985	1	2	3	3
Pedro Venâncio de O. Marques	Roque Gonzales	1983	1985	0	2	1	0
Dário Afonso Schaedler	Alecrim	1983	1986	0	0	3	2
Cláudio Bloedow Schultz	Canoas	1984	1985	0	0	1	5

Fonte: Elaboração própria

Entre os 25 nomeados com trajetória administrativa entre 1979 e 2012, verifica-se que 92% assumiram a função de prefeito, sem nenhuma experiência administrativa desempenhada no multipartidarismo de 45/65. Deixando claro que o início da carreira ocorreu no interior do autoritarismo, sendo a nomeação a primeira experiência política. Por outro lado, esse perfil se transformou no tempo, 48% dos nomeados entre 65/69 possuíam experiência administrativa, sendo este um dos requisitos para a nomeação, conforme demonstrado nos capítulos anteriores. Outra demonstração desta mudança é observada entre os nomeados entre 80/85 que anteriormente ocuparam ao menos dois cargos (5 de 8).

A principal similaridade entre os indivíduos com carreira administrativa entre 1979 e 2012, se refere ao modelo de carreira misto: parte desempenhada na burocracia estatal e em cargos eletivos. Quando observada a trajetória anterior, fica claro que os nomeados no recorte entre 1973 e 1979 nunca desempenharam cargos entre 45/65. Entretanto, imediatamente após deixarem o cargo de prefeito, 41,6% assumiram postos na administração pública municipal (5 de 12), enquanto a carreira mista entre 79/12 foi verificada para todos os casos (12 de 12).

O modelo de carreira misto percorrido em secretarias municipais de obras, educação, administração e fazenda, são alcançadas em função do clima eleitoral desfavorável encontrado após 1979, desta forma, alguns prefeitos preferiram se firmar nestas posições, especialmente os nomeados entre 1969 e 1972. A carreira mista foi uma forma de

comportamento que prezava sobrevivência política, tendo em vista que a reeleição não estava prevista para o cargo de prefeito. Alguns entrevistados demonstraram que ao final da carreira política deveriam “sair por cima”, demonstrando que a trajetória seria mantida ao mesmo nível do último cargo conquistado ou então subir níveis. Ocupar cargo de vereador, era visto como algo que desabonava a trajetória, demonstrando descrédito junto ao eleitorado.

Assim, ao término de seus mandatos (como prefeito e vereadores eleitos) apoiavam a candidatura de algum político, coligação ou em virtude do *background*, seriam convidados para assumir cargos administrativos, assessorando prefeitos eleitos que desconheciam o funcionamento da máquina pública. As alianças firmadas entre partidos coligados para eleições municipais e o fato de alguns ex-prefeitos se elegerem como vereadores, abriu caminho para que assumissem cargos por cotas partidárias. Sendo uma das explicações para este modelo de carreira mista.

A carreira mista na atual democracia, fornece evidências para a existência de uma profissionalização da atividade política dos remanescentes nomeados, não verificada durante o autoritarismo. Fase onde os vereadores não recebiam salários e os vencimentos de prefeito não eram atrativos, a ponto de alguém sobreviver única e exclusivamente desta atividade²¹². Cândido Giordani, resume a situação financeira dos prefeitos nomeados: era professor de carreira do governo estadual e por esse fator, nunca recebeu salários da prefeitura. A arrecadação das prefeituras era baixa o que acabava limitando as capacidades financeiras, motivo para alguns prefeitos abdicar dos rendimentos, como o caso de Giordani que recebia o salário de seu cargo, professor: “saí com uma mão na frente e outra atrás”.

Os militares que assumiram as funções de prefeito também preferiram conservar os vencimentos inerentes a posição nas Forças Armadas. As nomeações, por outro lado, foram distribuídas aos militares como uma espécie de bônus, pois era o caminho mais rápido para a aposentadoria. Outros buscavam o desligamento das forças de segurança, após dois anos na função de prefeito eram automaticamente reformados, implicando em melhores vencimentos.

Os indivíduos que assumem funções no governo estadual, além de recursos sociais de elite, possuem capacidades diferenciadas conferidas pela experiência política em diversas administrações e cargos, além de diplomas de nível superior. As conexões políticas proporcionaram a conquista de posições, seja pela oferta de algum deputado ou governador. As maiores frequências são vistas no ano de 1982, na transição do governo de Amaral de Souza, para Jair Soares, 52% foram absorvidos pelas estruturas administrativas locais (13 de

²¹² O Ato Complementar Número 60, de 25/07/1969, limitou a remuneração dos nomeados. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-60-69.htm> .

25) e 48% no âmbito do governo estadual (12 de 25). Para a tabela sobre os dois principais cargos administrativos que os ex-nomeados ocuparam entre 1979 e 2012, consulte o **Anexo IX** e para as frequências de cargos municipais e estaduais, vide o **Anexo X**.

Um caso bem-sucedido foi o de Candido Giordani, ex-prefeito de Tuparendi, que em 1982 apoiou a candidatura de Jair Soares ao governo estado, mas foi através de um deputado de Santa Rosa (também apoiado por ele) que surgiu a possibilidade de ocupar a posição de assessor da comissão de serviços públicos na Assembleia Legislativa, permanecendo entre 1983 e 1986. O fato de Giordani já integrar os quadros do governo do estado (era professor), facilitou o processo e assim foi cedido. Clemente Santinon, prefeito de Porto Lucena, no ano de 1981 se desvinculou da sua posição e nas eleições de 1983 apoiou a candidatura de Jair Soares, “a ideia era que a gente assumisse um departamento”. Mas como esse fato não se concretizou, Santinon retoma seu negócio local.

As secretarias municipais não foram o único destino dos nomeados e a outra parte assumiu cargos no governo estadual, como no caso do prefeito nomeado de Bagé, Antônio Cândido Silveira Pires, defensor e conselheiro do Tribunal de Contas, que após realizar uma escala como prefeito retornou à sua pasta de origem.

5.4.1 RECURSOS SOCIAIS DA ELITE ADMINISTRATIVA: ESCOLARIDADE, ÁREA DE FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA POLÍTICA

Nesta fase será analisado os recursos sociais – *profissão, escolaridade, área de formação e membro de família política tradicional* – de nomeados que seguiram carreiras na administração pública. Através da análise dos recursos sócio-profissionais e educacionais dos nomeados, busca-se estabelecer um perfil dos que desempenharam cargos na burocracia estatal entre 1979 e 2012.

Coradini (2010) investigou a relação entre recursos de posição, a posse de um diploma escolar e a conquista de cargos eletivos municipais do ano de 2004 e gerais ocorridas em 2006, identificando que quanto mais elevado hierarquicamente é o cargo em disputa, mais a titulação é mais valorizada, assim como o “carisma de função”, decorrente da experiência em cargos eletivos anteriores, os quais estão diretamente relacionados as capacidades de financiar suas campanhas, sendo este um ponto importante para quem seria eleito.

Tecnicamente qualquer indivíduo pode ocupar posições estatais, no entanto os ex-nomeados recrutados, além de conexões, possuíam diplomas de nível superior, como os professores, economistas, advogados e administradores, que possuíam experiência em

secretarias municipais, estaduais, e também como prefeitos. Indivíduos dotados de capacidades técnicas que conheciam as engrenagens da administração estatal, assim como os meandros da política, foram o perfil escolhido para o exercício de um cargo burocrático.

Os indivíduos que entre 79/12 ocuparam **dois ou mais cargos**, 89% finalizam seu mandato entre 79/85 (8 de 9); 66% pertenciam a famílias com tradição na política, mesmo percentual é encontrado para os detentores de diplomas de nível superior (6 de 9); e pouco mais da metade deste grupo, 55%, exercia o ofício educacional.

Já os não membros de famílias políticas, tinham como fonte de legitimidade a posse de um diploma universitário ou de pós-graduação. Alcides Muraro de Itaquí, destoa do perfil geral, visto que possuía apenas o curso primário, mas controlava uma das principais casas comerciais da localidade. A experiência como nomeado e o capital social definido pela fortuna e conexões no meio político e social não são motivos para sua carreira administrativa. A primeira posição foi ocupada, entre os anos de 1996 e 1998, na secretaria municipal de agricultura e coincide com sua tentativa de manter carreira – se candidatou como vereador pelo Partido Progressista (PP), mas não foi eleito. Muraro, realizou outras duas incursões no mercado eleitoral afim de manter a carreira, a primeira como candidato à prefeito pelo PDS em 1988, representando a ADP e coligado com o PFL – perdeu por uma diferença de 140 votos para o PMDB, o qual obteve 5.000 votos. A segunda tentativa, também como prefeito, foi pelo PDS no ano de 1992, coligado com o PRN, sendo é novamente derrotado e ficando com a terceira votação entre os prefeitos. Muraro, realizou no total três tentativas, todas sem sucesso. A sua experiência com o comércio e o apoio dado a coligação vencedora de 1996, foram pontos importantes para sua indicação para um cargo da administração municipal.

Entre os indivíduos que conquistam apenas **um cargo** estatal, 75% finalizaram seus mandatos entre 1979 e 1985 (11 de 16), 53% pertenciam a famílias políticas (8 de 16) e 73,3% possuíam cursos superiores e destes 33% estavam relacionados as áreas de educação e economia cada um. Os professores, agropecuaristas, militares e empresários representavam 75% do grupo²¹³ investigado (12 de 16).

Comparando os indivíduos que ocuparam apenas um cargo e o que desempenharam duas ou mais funções, tem como semelhança o fato de finalizarem seus mandatos entre os anos de 1979 e 1985. Nesta fase, os nomeados estavam na atividade política, e o apoio as candidaturas em eleições municipais e gerais, explicam em parte os postos conquistados nesta fase de transição ocorrem em função das conexões estabelecidas durante o regime e transição.

²¹³ 31,2% professor; 18,7% agropecuarista e 12,5% militar e empresário, cada.

Outro ponto a ser destacado se refere a formação superior, perfil de 42% dos indivíduos que assumem secretarias municipais, especialmente as de educação e finanças. Os cargos desenvolvidos no âmbito estadual, apesar de diluídos em diversas categorias são associados aos portadores de diplomas de ensino superior e pós-graduação, nas áreas do direito, educação e economia, na razão de 84% (**Anexo XI**).

Os indivíduos com melhores qualificações e contatos são absorvidos pelo governo estadual, destacando-se neste meio os professores, que assumiram funções de assessoria de deputados e em nível municipal, dedicavam-se às secretarias de educação, esporte ou cultura. Fazer parte de uma família política é um atributo percebido em todos os indivíduos que ocupam cargos de assessoria ou em qualquer divisão do governo estadual.

Há de se fazer uma distinção entre desempenhar funções em uma secretaria de um município do interior gaúcho ou na capital Porto Alegre, ou ainda ocupar funções no primeiro ou segundo escalões dos governos federal e estadual. Não se busca com isso reduzir a dinâmica do campo a determinadas individualidades. Mas, apresentar que no mundo empírico, há diferenças. Neste caso, ocupar cargos em instâncias hierarquicamente superiores da estrutura estatal, admitem aos agentes, se aproximar de centros de poder e conquistar postos ainda mais elevados na estrutura.

O acesso a estas posições, hierarquicamente superiores, exige o pertencimento a um determinado grupo, congregar de um mesmo *habitus* (ideias, prática, pertencimento institucional, área de formação) e possuir capacidades técnicas para o exercício de um determinado cargo. Este modelo de carreira, pode ser observado nos estudos dedicados a composição da elite ministerial. Segundo o que pontua Joan Turuel, para o caso espanhol há um caminho de aprendizagem e preparação (2004, p. 3) a ser percorrido no interior do Estado e a proximidade das pessoas que ocupam posições de poder no interior da coalizão governista do Chile (Olivares, Baeza e Dávila, 2015) foi o guia para algumas destas carreiras.

No caso dos ex-prefeitos nomeados, a experiência anterior a nomeação desenvolvida em instituições estatais, como as prefeituras e o governo estadual, associada a qualificação promovida pela formação de nível superior, promove um aumento das chances de alguém vir a ocupar um cargo eletivo entre 1979 e 2012.

Afim de medir o impacto de algumas variáveis, foi empregada como metodologia a regressão logística em forma de *dummies*, onde “1” representa a ocorrência de um evento e “0” sua não ocorrência. As variáveis independentes foram o nível educacional (ensino médio; superior; pós-graduação), a trajetória dos nomeados em cargos administrativos entre 1965 e 1979, integrar família política, a profissão desempenhada e as tentativas de manter a carreira

eletiva entre 79/12. A variável dependente é formada por ex-nomeados que ocuparam cargos na burocracia estatal entre 1979 e 2012. Foram considerados para o teste 107 casos.

Tabela 22 – *Odds Ratio*, significância e variáveis preditoras para carreira administrativa, local e estadual – (79/12)

Variáveis	<i>Odds Ratio</i> (local)	<i>Odds Ratio</i> (Estadual)
<i>Nível Educacional:</i>		
Ensino Superior	5,449 (0,019)	17,04 (0,009)
Pós-Graduação	3,916 (0,281)	32,66 (0,010)
Ensino Médio	2,111 (0,286)	5,15 (0,191)
ADM (65/79)	2,740 (0,087)	5,28 (0,007)
Candidatura (79/12)	16,66 (0,008)	3,478 (0,071)
Família Política	0,866 (0,801)	5,370 (0,015)
<i>Profissão:</i>		
Professor	3,422 (0,040)	12,2 (0,004)
Agropecuária		45,75 (0,001)

Fonte: Elaboração própria

Os resultados da regressão logística mostram que os indivíduos com as melhores qualificações educacionais, tanto no ambiente local como o estadual, são os mais recrutados, o que foi demonstrado para ausência de significância para a variável ensino médio.

Entre os indivíduos que desempenharam cargos em prefeituras, o fato de ser professores aumentava em 3,4 vezes a razão de chance de ocupar cargos, possuir diploma de nível superior aumentaria em 5,4 vezes essa possibilidade e participar de processos eleitorais aumentavam em 16,6 vezes as chances, demonstrando que estar integrado ao sistema político é a variável com o maior peso e importância para a continuidade de suas carreiras municipais. Integrar uma família política não apresentou significância estatística.

Por outro lado, os cargos exercidos em âmbito estadual atraem os indivíduos que, anteriormente a nomeação, possuam experiência em postos administrativos, além disso pertencer a uma família política aumentou em 5,3 vezes a razão de chance dos nomeados terem uma carreira estadual. A origem privilegiada faz dos portadores de diplomas de ensino

superior, aumentar em 14 vezes esta possibilidade e ter curso de pós-graduação promove aumento de 32 vezes. Quando observamos a profissão dos indivíduos com carreiras após 1979, verifica-se que ser professor aumentou em 12 vezes a probabilidade, entretanto, ser agropecuarista elevou em 45 vezes essa possibilidade. Juntas, estas variáveis demonstram claramente que os escolhidos pertencem a uma casta privilegiada e que auxilia na manutenção de carreira independentemente do mercado eleitoral.

Para exemplificar um caso estadual, destaca-se a trajetória de Guilherme Sócios Vilella, formado em economia, que iniciou a carreira como técnico em desenvolvimento do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) – cargo de carreira exercido em Porto Alegre, entre 1962 e 1993. Antes de assumir a vaga de prefeito nomeado em 1975, atuou no meio universitário, ministrando aulas em departamentos de economia, engenharia e administração da UFRGS entre 1965 e 1967 e em cursos de extensão da PUCRS em 1965. No ano de 1968, integrou a equipe de assessoria do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e Coordenador da Assessoria Técnica do Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA), no Rio de Janeiro. Entre 1969/70, foi adjunto da subchefia para Assuntos Financeiros e de Desenvolvimento do Gabinete Civil do Governo Emílio Garrastazu Médici, em Brasília. Após ocupar cargos no governo federal, retornou ao governo estadual, quando assumiu posição de destaque na estrutura estatal, desempenhando entre 1970/71 o cargo de Secretário de Estado de Coordenação e Planejamento e no período entre 1972/75, Secretário de Estado Extraordinário e Chefe da Assessoria Especial, no governo de Euclides Triches. Essa trajetória, possibilitou à Vilella o acesso à posições de poder dentro da estrutura estadual e de segundo escalão em âmbito federal.

A experiência de Vilella em organizações estatais, lhe projetou no campo político. O acúmulo de capital social nesta trajetória, rendeu sua nomeação para o cargo prefeito na capital, Porto Alegre. Após deixar seu cargo no ano de 1983, Antônio Dib assumiu seu lugar, com quem possuía uma amizade fraternal. Vilella permanecera envolvido na política, assumindo o cargo de Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). Entre 1985 e 1990, assumiu no interior do BRDE, diversas diretorias, até ser eleito deputado estadual pelo PDS, cumprindo mandato entre 1991/95. Posteriormente, entre 1995/97, tornou-se Secretário de Estado dos Transportes, no governo Antônio Brito.

O processo de concentração de ex-nomeados em cargos hierarquicamente superiores, ocorre para indivíduos com superiores recursos individuais e detentores de diploma superior ou de pós-graduação, em setores como o da educação, direito e economia. A profissão

exercida e o fato de integrar uma família política, revelam-se importantes elementos de distinção, definindo uma espécie de ordem hierárquica para a ocupação de cargos. Integrar família política abre canais de comunicação, que associado a posse de um diploma e o *background* adquirido durante a passagem por cargos, são fatores, que juntos, abriram as portas do Estado. Já em nível municipal, apesar dos dados estatísticos não demonstrarem significância da variável família política e experiência em cargos entre 65/79, se configuram como elementos importantes para estas indicações, porém não essenciais para escolhas. O que pesou na escolha é o fato de estar integrado no sistema político, fator verificado pela participação em eleições.

A profissão é um dos atributos mais estudados, quanto o assunto é recrutamento e carreiras. Diversos são os aspectos utilizados na análise: as alianças políticas, as conexões estabelecidas no campo político, apoio em época eleitoral, a forma de ingresso na carreira, o diploma escolar – que segundo Codato et al. podem impulsionar ou breçar muitas carreiras (2014, p. 308). Esse dados se revelou importante, para o caso dos ex-nomeados com carreiras.

A área de atuação profissional do grupo estudado, apresenta uma diferença interessante para os estudos legislativos, pois o perfil do político escolhido, difere significativamente: professores, militares e agropecuaristas – profissões que em conjunto, concentraram 72% dos indivíduos que seguiram uma carreira administrativa.

Universos empíricos mais restritos, permitem alguns ganhos analíticos. Aqui, a incorporação de indicadores específicos e a explicação de como eles atuam em cooperação com outros, neste caso os recursos sociais, permitiram identificar o exposto por Coradini (2010), quanto maior é a posição hierárquica, maiores devem ser os estoques de recursos individuais (diploma, família política, trajetória).

5.5 OS NOMEADOS NA CARREIRA ELETIVA: QUEM SEGUE E COM QUE CAPITAIS

O colapso do desenvolvimentismo associado ao impacto das regras eleitorais²¹⁴ que restringiram os últimos prefeitos nomeados de concorrer²¹⁵, o “estigma” (i.e. atributo de descrédito que denigre o possuidor de outro)²¹⁶ de representantes do regime, a pressão social

²¹⁴ Emenda Constitucional número 25.

²¹⁵ VEJA. Um Doce Pacote: O congresso varre do vocabulário político as expressões prefeito nomeado, eleição indireta, sublegenda e fidelidade partidária. Ed. 871 de 15 de maio de 1985. pp. 20 e 21. Acesso: 23 de junho de 2013. < <http://veja.abril.com.br/acervodigital> >

²¹⁶ Utilizo este conceito no sentido empregado por Goffmann (1968).

pelo retorno das eleições diretas e o surgimento de lideranças com propostas²¹⁷ à novas demandas sociais – representam uma fração dos problemas que os nomeados enfrentariam se decidissem seguir carreiras políticas após a reforma partidária de 1979. Fatores não percebidos para os indivíduos que seguiram carreiras administrativas, pois contavam a seu favor a continuidade de governos do PDS local e o estadual, que comandando Jair Soares, fornecera um outro caminho, que não apenas, o de enfrentamento eleitoral.

Como se sabe, a fronteira gaúcha foi o berço de algumas das lideranças mais importantes no cenário político estadual e nacional, além de redutos ideológicos do “varguismo”, o “brizolismo” e, em especial, o “petebismo”. O repertório de ex-prefeitos nomeados, atribui à região fronteira da Campanha e Oeste gaúcho uma matriz petebista. Foram inúmeros os relatos sobre a intervenção militar pós-64 nesta área.

As Forças Armadas, através de fuzileiros navais, militares do Exército e brigadas militares perseguiram, prenderam e torturaram diversos líderes políticos do extinto PTB e posteriormente do MDB. Em alguns municípios, como o caso de Itaqui, foram montados campos de concentração, onde diversos representantes da esquerda, entre eles políticos e civis, ficaram detidos por um longo período. Rotulados pelo Estado como “subversivos”, perderam seus cargos e ficaram inelegíveis por até 10 anos. Foram substituídos por políticos indicados pelas Forças Armadas, como o já elucidado caso dos prefeitos eleitos pela Câmara Municipal de Bagé ou escolhidos diretamente pelo regime em Porto Alegre, Uruguaiana, Osório e Santana do Livramento.

A literatura sobre a repressão estatal é significativa e unânime em demonstrar que a experiência autoritária exerceu sob populações isoladas uma espécie de terrorismo, através de um modelo de guerra psicológica. Do ponto de vista político, o Estado agiu no sentido de minimizar a sua oposição. No entanto, nem mesmo a extinção e perseguição dos remanescentes petebistas diminuiu ou apagou este tipo de identificação da memória da população. A consagrada polarização em blocos “PTB” e “anti-PTB”, destacada no trabalho de Hélgio Trindade e facilmente encontrada em “disputas político-partidárias locais” (1981, p. 192) no RS, são parte da explicação. Com a instalação do bipartidarismo, os remanescentes do PTB em municípios ASN aderiram ao MDB e os situados no bloco “anti-PTB” (PRP, PSP, PL, PSD, UDN) formaram a Arena.

²¹⁷ Como identifica (Sauels, 2000: 85) “*for resolving problems and providing services to Brazil’s citizens means that for the first time in the country’s history, municipal-level solutions to municipal-level problems are indeed a possibility*”.

Existe consenso entre os ex-nomeados entrevistados, acerca do MDB ser integrado, majoritariamente, por remanescentes petebistas, além de novas lideranças. Assim, o regime, ao tolerar a existência de uma oposição organizada em partidos, fornece espaço para os remanescentes do sistema anterior seguir carreiras, entre eles alguns petebistas. Mas isso não quer dizer que a tarefa foi fácil. Nos municípios ASN, a única carreira possível era a de vereador.

Adyr Milton Burmann, prefeito eleito de Catuípe no ano de 1963 foi preso em 18/04/1964, permanecendo encarcerado até 21/04/1964 no Quartel do Exército de Santo Ângelo; de abril a maio 1965 ficou preso no Quartel do Exército de Santa Rosa; e de 30/03/1966 a 28/05/1966, aprisionado na 5ª Auditoria de Guerra de Curitiba – PR²¹⁸. Adyr, foi preso por motivos políticos e não citou companheiros de prisão, não houve cassação de seu mandato²¹⁹, entretanto foi perseguido pelo estado de maneira constante. Após a primeira detenção, retornou a cidade e reassumiu o cargo de prefeito, sendo recebido pela população local com uma “grande festa”.²²⁰

Burmann foi um importante chefe municipal do PTB, do MDB e, posteriormente, do PDT. Embora fosse perseguindo constantemente, manteve sua candidatura à prefeito nas eleições de 1978 pela sublegenda MDB III – o ponto final de sua trajetória na política. Alguns de seus filhos e nora preservaram seu legado, que se estende até os dias atuais no município de Catuípe. Entre os filhos que seguem carreira, está Ademir Sebastião Burmann, vereador eleito pelo PDT em 1992, e prefeito eleito nos anos de 1996 e 2000, pelo mesmo partido. Rodolfo Antônio Burmann, também filho de Adyr, com carreira mais recente, aderiu a política sob influência dos “pais e familiares”, atuando “diretamente na coordenação das campanhas”²²¹ do PDT municipal. No ano de 2011, filiou-se ao PT e em 2012 foi eleito vereador pelo partido, conquistando 613 votos. Ivete Maria Kessler Burmann, casada com Rodolfo, foi vereadora pelo (PDT) no ano de 2008 e eleita prefeita pelo mesmo partido em

²¹⁸ (Cf. Brando, 2014, p. 35)

²¹⁹ (Menegon, 2012)

²²⁰ Madeira e Gerardi (2012), verificaram algumas conexões e o grau de representatividade das famílias na região: “Em um breve histórico da família, identifica-se que atravessa três sistemas eleitorais, não sendo desarticulada pela ditadura. Benno Orlando Burmann, trabalhou na Associação Comercial de Ijuí e formou-se contador e em 1944 fundou o PTB sendo eleito vereador da Juventude Trabalhista. Fora da vida política foi fiscal e inspetor da Secretaria Estadual da Fazenda, proprietário do moinho Arroio do Leão, no atual distrito do Chorão, além de proprietário e plantador no distrito de Mauá, foi um dos fundadores da COTRIJUÍ. Perseguido pela ditadura, exila-se no Uruguai, Após retornar ao Brasil, é eleito Deputado Estadual pelo PDT, partido fundado por ele em Ijuí e faleceu em 2006. Seu irmão, Arno Arcêncio Burmann era comunista e defensor da Campanha da Legalidade, ajudando inclusive a organizar um grupo de militantes dispostos a pegar em armas em Catuípe, local onde residia. Wanderley Agostinho Burmann, também era irmão de Benno. O filho de Wanderley, Gerson Burmann é eleito três vezes [deputado estadual] pelo PDT (2002, 2006 e 2011).”

²²¹ Campanha na internet. <http://timvereador.blogspot.com.br/p/trajetoria.html> Acesso em: 10/01/2016.

2012. Esta descrição, serve como exemplo de como a linhagem de políticos do PTB que aderem ao MDB, permitiu a continuidade do personalismo, ideologia e carreira.

A reforma de 1979, impõe aos remanescentes do bipartidarismo a formação de novos partidos, sendo um dos destinos o PDT ou PMDB. Onde se quer chegar? Se os remanescentes do PTB migram para o MDB e estes durante a abertura para o PDT e PMDB. A sequência evolutiva, demonstra que a elite oposicionista pode manter de maneira constante uma carreira após 1964. Fazendo sentido intuir que a instalação das ASN, associada a possibilidade do MDB eleger vereadores, admitiu a continuidade de algumas lideranças do extinto PTB. Lideranças que, em certa medida, conservaram seus eleitorados durante o autoritarismo, mas, que na fase de abertura, voltariam a cena eleitoral como concorrentes diretos dos nomeados em um cenário certado pela imprevisibilidade.

Pensando nisso, buscou-se criar um indicador que pudesse minimamente mensurar a possibilidade de um nomeado continuar a carreira na fase de abertura²²². Sabendo que nas ASN parte dos remanescentes do PTB estavam no MDB e que estes, durante o autoritarismo, somente poderiam seguir carreira de vereador. Nos resultados eleitorais para estes cargos, há base empírica para a construção do indicador.

Os dados de votação dos vereadores da Arena e MDB, em certa medida, poderiam revelar uma tendência para a continuidade da carreira dos prefeitos após 1979 – em suma a ideia é encontrar, nos resultados para vereador, uma tendência para a permanência na carreira política. Ou seja, se o percentual de votos da Arena for superior e, mais ou menos, estáveis no tempo, existirá uma tendência do eleitorado alinhar-se aos seus candidatos remanescentes da Arena, elevando, com isso, a chance de um prefeito nomeado manter sua carreira na política.

Nesta análise, se o percentual de votos do MDB for superior, as chances dos arenistas não lançarem candidaturas em 1982, 1985 e 1988, seriam maiores. O cálculo é simples, soma-se o total de votos obtidos pelos vereadores de cada sigla por eleição e os converte em percentuais (P), segundo a fórmula $P = (\% \text{votos_arena}) - (\% \text{votos_mdb})$ para cada eleição entre 1968 e 1982. O índice, seria o cálculo da média destas eleições. Exemplo: Os resultados eleitorais para o município de Canoas demonstram que os vereadores do MDB conquistam

²²² Como se buscava verificar quais seriam as chances de um nomeado lançar candidatura, foi feita uma análise exploratória. Utilizou-se o método da regressão logística com variáveis dependentes e independentes no formato *dummies*. Se buscava associar um contexto político pró ou contra Arena, com a possibilidade, ou melhor as razões de chance (*odds ratio*) de um ex-prefeito nomeado se lançar a atividade política entre 1979 e 2012. Todos os resultados foram estatisticamente insignificantes. O principal problema do modelo refere-se ao tamanho do “N”, contava com apenas 29 casos. Assim, este modelo não aparece no texto do capítulo. A saída encontrada, foi associar de uma maneira simples, o contexto eleitoral (média de votos pró ou contra Arena) ao fato de um prefeito lançar candidatura.

mais votos em quatro eleições (-11,5, -21,7, -28,4 e -14,3). O índice reflete a média destes resultados, neste caso -18%. Isso significa que há, uma menor tendência de um partido herdeiro da Arena ou prefeito nomeado seguir carreira após 1979. Quando o percentual for positivo, a Arena apresenta vantagem e se negativo, o cenário será desfavorável. Essas médias, realizadas para os 29 municípios ASN, serão comparadas com o partido do prefeito vencedor entre 1982 e 1998, nestes mesmos municípios. Para solucionar alguns problemas desta abordagem e compensar carências decorrentes, a análise do contexto de transição será acompanhada de descrições em uma abordagem histórica, onde se articula o contexto nacional, estadual e local das ASN.

Tabela 23 - Partido do prefeito eleito por município ASN (1982 – 2008)

Município	% Votos ao Legislativo Municipal dos Vereadores (Arena)					Partido do Prefeito Eleito por Ano da Eleição							
	68	72	76	82	Média	1982	1985	1988	1992	1996	2000	2004	2008
Canoas	-11,5	-21,7	-28,4	-14,3	-18,9	.	PMDB	PDT	PDS	PTB	PSDB	PSDB	PT
Porto Alegre	-19,9	-14,9	-30,2	-3	-17	.	PDT	PT	PT	PT	PT	PT	PMDB
Alecrim	-17	-4	12,2	-11,1	-4,97	.	PMDB	PDT	PMDB	PPB	PMDB	PMDB	PMDB
Sant. do Livramento	-8,4	-10,3	-10,1	9,5	-4,82	.	PMDB	PDT	PDT	PTdoB	PPB	PSB	PSB
Rio Grande	-12,8	8,1	-18	14,3	-2,1	.	PDS	PT	PSDB	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB
Vicente Dutra	16,5	-1,9	-7,9	0	1,67	PDT	.	PL	PDT	PMDB	PMDB	PDT	PDT
Uruguaiana	-17,6	29,1	0,6	-4,8	1,82	.	PMDB	PDT	PDS	PPB	PTB	PSDB	PSDB
Sta. Vit. Palmar	17,9	9,2	-18,7	0	2,1	.	PMDB	PMDB	PMDB	PDT	PDT	PT	PT
Porto Lucena	1,5	-0,5	7,4	0	2,1	.	PMDB	PMDB	PDT	PMDB	PT	PDT	PMDB
Bagé	-16,6	16,7	-4,1	28,6	6,15	.	PDT	PDS	PDT	PPB	PT	PT	PT
Três Passos	13,4	9,2	12,2	-6,7	7,02	.	PMDB	PMDB	PTB	PSDB	PSDB	PMDB	PTB
Tramandaí	13,1	-6	9,7	27,3	11,0	.	PFL	PMDB	PMDB	PDT	PMDB	PMDB	PP
Roque Gonzales	13,8	11,4	6,2	14,3	11,4	.	PMDB	PMDB	PDS	PMDB	PMDB	PP	PP
Itaqui	5,2	2,6	-0,2	38,5	11,5	.	PDT	PMDB	PDT	PMDB	PMDB	PDT	PDT
Tucunduva	12,1	-3,5	27,3	22,2	14,5	.	PMDB	PDS	PMDB	PPB	PMDB	PMDB	PP
Jaguarão	6,3	22,3	2,8	36,4	16,9	.	PDS	PFL	PFL	PMDB	PMDB	PMDB	PT
São Borja	-20	100	-18,6	10,5	17,9	.	PDT	PDS	PDS	PMDB	PPB	PDT	PDT
Iraí	20,2	27,9	12,6	22,2	20,7	PDS	.	PMDB	PDS	PMDB	PPB	PDT	PP
Horizontina	3,5	30,1	34,7	27,3	23,9	.	PDS	PDS	PDT	PDT	PPB	PDT	PP
São Nicolau	-4,5	100	20,2	-11,1	26,1	.	PMDB	PDS	PMDB	PMDB	PPB	PMDB	PMDB
Dom Pedrito	-8	100	11,7	7,7	27,8	.	PMDB	PDT	PFL	PDT	PMDB	PP	PP
Osório	-14,4	100	10,9	26,7	30,8	.	PDT	PDT	PDT	PMDB	PMDB	PDT	PDT
Crissiumal	100	11,4	12,3	27,3	37,7	.	PMDB	PDT	PMDB	PPB	PPB	PSB	PDT
Catuípe	8,5	100	15,6	33,3	39,3	PDS	.	PDT	PDS	PDT	PDT	PDT	PDT
Tuparendi	12,8	100	34,2	18,2	41,3	.	PMDB	PDS	PDS	PDT	PPB	PP	PDT
Quaraí	34	33,5	49,5	54,5	42,8	.	PDT	PDS	PDS	PTB	PTB	PSDB	PMDB
Porto Xavier	35,9	100	18,5	33,3	46,9	.	PDS	PDS	PMDB	PPB	PMDB	PP	PP
Tenente Portela	100	11,6	65,3	18,2	48,7	.	PMDB	PDS	PDS	PMDB	PMDB	PP	PDT
Herval	42,4	100	13	42,9	49,5	.	PDT	PDT	PDT	PTB	PTB	PDT	PP
Total Média	10,5	33,1	8,3	15,9	17,0								

Fonte: TSE, TRE-RS

5.5.1 O CONTEXTO DA TRANSIÇÃO E AS ELEIÇÕES DE 1982 E 1985

As eleições municipais de 1982, avaliadas pelo partido do prefeito eleito, demonstram claramente a superioridade do PDS, que nacionalmente conquistou 64,5% das vagas e o PMDB 34,6%. Juntos, PDS e PMDB, concentraram 99,2% do mercado eleitoral municipal²²³,

²²³ (N=3932).

demonstrando que a disputa convergia para os partidos herdeiros da Arena e MDB. Das prefeituras em disputa nestas eleições, 61,3% apresentou apenas dois partidos concorrentes, 21,1% apresentaram três e 8,77% apenas um.

No Rio Grande do Sul 57% das prefeituras ficaram nas mãos do PDS e 36% no PMDB, concentrando 93%²²⁴ do mercado eleitoral. Diferente do observado no âmbito nacional, a abertura do mercado político no RS demonstra que 57,6% da disputa municipal esteve concentrada entre três partidos, 21,2% em apenas dois e mesmo percentual para quatro partidos.

No contexto específico das ASN, as eleições de 1982, que substituíram chefes de executivo em 32 municípios brasileiros, demonstram que juntos o PDS e PMDB, conquistaram 96,8% das prefeituras em disputa, sendo 16 prefeituras para o PDS e 15 para o PMDB. Nestas eleições os municípios ASN gaúchos que escolheram seus prefeitos foram Vicente Dutra, Iraí e Catuípe. Localidades classificadas como estâncias hidrominerais, sendo extintas por decretos do governo estadual. Os resultados eleitorais, atribuem a vitória do PDS em Iraí e Catuípe. Nestes municípios, a média de votos para vereador entre 1968 e 1982 foi pró-Arena: 20,7% e 39% respectivamente. No município de Vicente Dutra, a vitória foi atribuída ao PDT, ilustrada pela debilidade da Arena e pelo contexto de alta competição ao legislativo municipal, com média de votos de apenas 1,67%.

A superioridade do PDT e o marasmo arenista, observado no município de Vicente Dutra, pode ser associado a colonização da região, visto que contava com forte presença de assentamentos agrícolas e colonos fiéis aos políticos do PTB. Com o advento do bipartidarismo, estes indivíduos ingressaram no MDB e mantendo parte deste eleitorado. Diante do escasso apoio governamental, prefeitos nomeados presenciaram o fracasso de seus projetos de desenvolvimento regional, este se tornou o principal motivo para a substituição de prefeitos no transcorrer de governos regionais.

Desestimulados, os nomeados de Vicente Dutra, não permaneceram muito tempo na função, o que promoveu o encolhimento da Arena municipal. A omissão do governo estadual foi de tal proporção, que os vereadores do MDB se revezaram no cargo de prefeito, entre os anos de 1975 e 1983, o que possibilitou a manutenção de suas carreiras em ASN e a reconquista das prefeituras. Como o caso de Sérgio Egídio Dal Forno²²⁵, prefeito eleito pelo PDT I em 1982 e Osmar José da Silva²²⁶, eleito prefeito pelo PDT nos anos de 1992 e 2008.

²²⁴ (N=214)

²²⁵ Prefeito eleito na Câmara Municipal para o mandato entre 1975 e 1977.

²²⁶ Prefeito eleito na Câmara Municipal para o mandato entre 1979 e 1982.

Após reforma de 1979, o PDS manteve-se absoluto em apenas dez municípios gaúchos: Horizontina, Porto Xavier, Iraí, Catuípe, Jaguarão, São Borja, Tuparendi, Quaraí e Tenente Portela. Onde a média de votos pró-Arena nas eleições para vereador (entre 1968 e 1982) e os resultados favoráveis ao PDS/PFL nas eleições de 1985, somente será percebido quando o percentual apresentar valor superior a 16% (verificar a linha divisória na tabela). Há municípios onde a média de votos pró-Arena está no intervalo entre 26% e 49%, o que não foi impeditivo para as vitórias do PMDB e PDT. Nestes municípios, o impacto da abertura e o contexto histórico, associado a administrações malsucedidas de nomeados, foram fatores que abriram espaço para novidades, como novas carreiras, elites políticas e ideias – que combinadas com desejo de mudança (anos sem eleições para prefeito) e a adesão de remanescentes da Arena ao PMDB, PDT ou a construção do PFL, influenciaram a perda da hegemonia do PDS.

Os ex-nomeados tinham ciência dos riscos de lançar candidatura nas eleições de 1985 e preferiram aguardar e não lançaram candidaturas, pois compreenderam o contexto momentâneo e a superioridade da oposição. Das 26 prefeituras em disputa, 65% foram conquistadas pelo PMDB (14 de 26), 27% pelo PDT (7 de 26) e apenas 15% dos assentos em executivos municipais foram conquistados pelo PDS (Rio Grande, Horizontina, Porto Xavier e Jaguarão). O PFL, através de um ex-nomeado, Eloy Braz Sessim, venceu no município de Tramandaí. Entre os eleitos pelo PDS, estava Rubens Emil Correia de Rio Grande, que entre 68-82, apresentou média de votos pró Arena em -2,5%. Embora o indicador criado para a análise demonstre uma menor tendência para a carreira de remanescentes da Arena é preciso considerar que a nomeação promoveu poucas lideranças com capacidades de manter a carreira na oposição. Neste sentido, o contexto de competição local deve ser levando em conta.

Nas eleições de 1986, destinada a escolha de governadores, senadores, deputados federais e estaduais, quatro ex-nomeados postularam à deputado estadual. Por Crissiumal, Carlos Willy Grun; Bagé, Carlos Sá Azambuja; Uruguaiana, Cel. Antônio Augusto Brasil Carus e; Rio Grande, Abel Abreu Dourado. Carlos Willy Grun foi o único não eleito e atribui este fato a “*um erro de cálculo e inobservância do contexto político*” mais amplo, como a euforia em relação ao Plano Cruzado, o qual impulsionou a expressiva vitória do PMDB para todos os cargos e em todo o país no ano de 1985. Para Grun, sua candidatura ocorreu “*numa hora errada, eu tinha conhecimento [do contexto político], mas não vi*”.

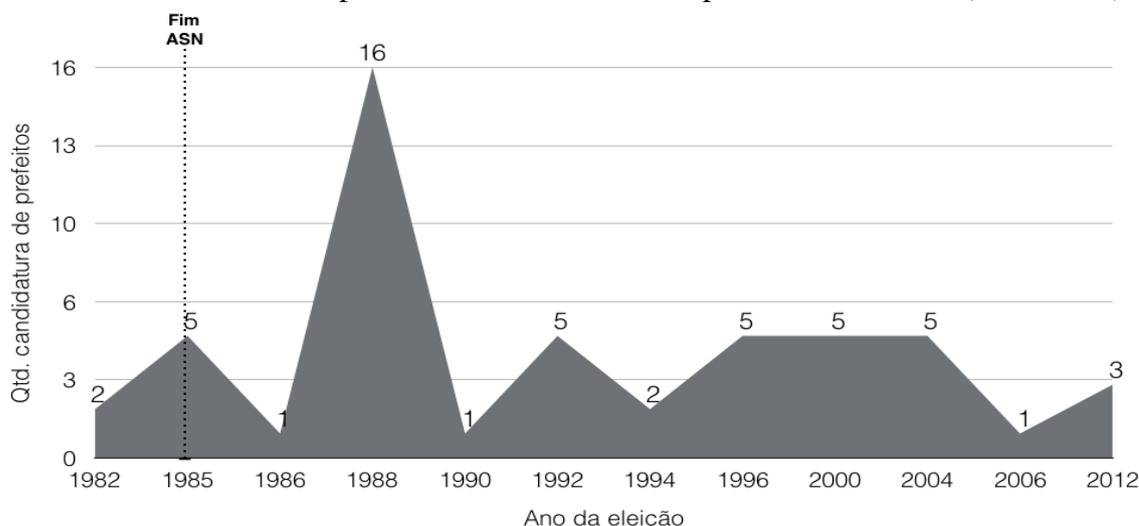
Nas eleições de 1988, o governo de José Sarney se desgastou em função da hiperinflação. Neste contexto, verifica-se uma grande quantidade de ex-nomeados lançando candidaturas vitoriosas para vereador, prefeito e deputado estadual. O percentual médio de

votos para os vereadores do MDB (tabela anterior), associado ao partido do prefeito que venceu as eleições entre 1982 e 2008, demonstrou a ampla superioridade do PDT e PMDB. Que iniciou na fase de transição, admitida pelo afrouxamento das regras eleitorais e da repressão estatal.

Neste sentido, a oposição ao regime nas ASN latente, eclode com a reforma de 1979. Estes representantes da oposição formaram novos partidos e em 1982, aproveitando o cenário propício da crise econômica para lançar candidatura, possibilitada pelo aumento dos movimentos que reivindicavam as eleições diretas. Nas ASN após anos de fechamento, sem competição eleitoral, as eleições de 1982 e especialmente as de 1985, deixaram claro o clamor mudancista, cenário modificado, parcialmente, no ano de 1988.

A sequência histórica das candidaturas de ex-nomeados à diversos cargos, após 1979, foram acumuladas por ano. Com esta informação, foi produzido o gráfico seguinte, demonstrando o percentual de municípios onde os nomeados lançaram candidaturas. O ano de 1988 significa o tempo para a retomada.

Gráfico 4 - % de municípios com candidatura de ex-prefeitos nomeados (1982-2012)



Fonte: Elaboração Própria

Entre os exemplos de remanescentes arenistas que se candidatam em ASN no ano de 1985, está Luís Simão Kalil; médico, produtor rural, político com longa militância pela ARENA de Bagé, onde foi vereador pela Arena em 1976 e presidente da câmara, em função dessa exposição foi prefeito interino entre 1978 a 1979. Com a extinção das ASN e a previsão das eleições de 1985, candidatou-se pelo PDS ao cargo de prefeito, sendo derrotado pelos candidatos do PDT. Kalil, em relato fornecido ao historiador Cláudio Leão Lemieszek (2008), atribui a derrota da chapa ao “*espírito mudancista. Nós tínhamos saído de um regime militar,*

e o governo municipal representava o espírito militar da época. (...)”. E o dirigente do PMDB bajeense, na época, Luiz Carlos Deibler, reconheceu possuir uma *“equipe muito qualificada, militantes ativos dentro do PMDB...mas não tínhamos o respaldo popular.”* Para Deibler, *“o grande eleitorado da periferia tinha uma identificação muito forte com o antigo PTB, e acabou aderindo ao PDT e não ao PMDB”* (2008, p. 270).

A presença de eleições para vereador e a possibilidade de carreiras em ASN, gestou uma pequena oposição, entre eles alguns ex-petebistas, que se mantiveram latentes durante o autoritarismo no interior do MDB e aproveitaram o ambiente favorável, criado pela reforma partidária de 1979, para lançar suas candidaturas de oposição, o que possibilitou a conquista de postos políticos, especialmente no ano de 1985.

A repressão estatal, foi outro indicador para as expressivas vitórias do PDT e PMDB nas eleições de 1985, municípios onde a população local sofreu com a repressão, como Itaqui, Rio Grande, Canoas, Catuípe, Três Passos, Porto Lucena e Porto Alegre, que permitiram ao PMDB, PDT e PT se revessarem no poder, entre 1985 e 2008. Em Itaqui, por exemplo, presos políticos foram mantidos num campo de concentração. Na cidade de Porto Lucena, fuzileiros navais mantiveram aprisionados os civis adeptos ao PTB. Semelhante cenário foi observado em Três Passos, onde foi desarticulada uma guerrilha, perseguida e eliminada no Paraná. Nestes cenários a votação em vereadores do MDB foram expressivas, indicando a existência de associação entre a ausência de carreira dos remanescentes da Arena, na nova democracia.

5.5.2 DESISTINDO DA CARREIRA ELETIVA

A carreira administrativa é intercalada com passagens por cargos eletivos, acentuadas na nova democracia. Os estudos sobre a carreira política no Brasil, buscam estabelecer essa discussão, originada das proposições realizadas por Max Weber sobre a profissão política. Nas páginas seguintes, serão analisados alguns pontos da carreira dos nomeados, especialmente entre 1979 e 2012 – nesta fase, os seletores partidários buscavam políticos competitivos, realizavam alianças e atuavam no campo político, para angariar o maior número de votos. Essa experiência democrática, seria a primeira para muitos ex-nomeados.

Dos 107 prefeitos investigados, mais da metade tentou manter a carreira em cargo eletivo, sendo que 49,5% não manteve carreira após a reforma política de 1979. Dentre os motivos estão o falecimento e retorno às suas atividades de origem ligadas à sua profissão, ou ainda por decepção, como destaca Uivalde Pigatto, nomeado entre 1971 e 1977 na estância hidromineral de Iraí.

Quando a gente saía, saía desiludido, sabe? Sempre tive sonhos, sempre quis fazer aquilo que precisava ser feito pela comunidade. Então você briga, faz, acontece, e no fim vê que não é culpa sua. Mas por força das circunstâncias, não consegue fazer aquilo que tu imaginavas que poderias fazer. Então eu desisti. (Pigatto, 2012)

Em suma, o período como nomeado foi uma experiência que desmotivou Pigatto a seguir na carreira política. Outros depoimentos destacam que os nomeados esperavam incentivos e condições para o desenvolvimento de seus municípios. Existia pressão da população por obras e melhorias, não concedidas pelo governo autoritário, devido a ausência de experiência na política dos prefeitos, que desconheciam o funcionamento da máquina pública local, estadual e federal e assim, acabavam esbarrando na burocracia. Os nomeados, entendiam que a condição a eles conferida, asseguravam prerrogativas para exigir do governador, presidente da República e burocratas, desde verbas até condições políticas para o desenvolvimento regional. O que resultou em administrações infrutíferas, direcionando os prefeitos, ao fim do mandato, às atividades privadas exercidas antes da nomeação.

Embora uma parte abdique da atividade política durante o autoritarismo, houve quem achasse que, nesta fase de retorno a democracia, teriam condições para enfrentar eleições. O fim do regime e da forma do recrutamento, a perda do apoio político do governo estadual e o estigma de representantes do governo autoritário, foram empecilhos que não os intimidaram, pois estavam cientes dos riscos, demonstrando que existia um caminho. Entre 1979 e 1989, 24,2% dos nomeados (26 de 107), tentaram manter a carreira lançando candidatura à diversos cargos. Carlos Willy Grun, de Crissiumal, foi um exemplo, já que em 1986, postulou pelo PDS ao cargo de deputado estadual e mesmo obtendo 13.000 votos não foi eleito.

5.5.3 NOMEADOS NO CAMINHO DEMOCRÁTICO: POSTULANTES E ELEITOS

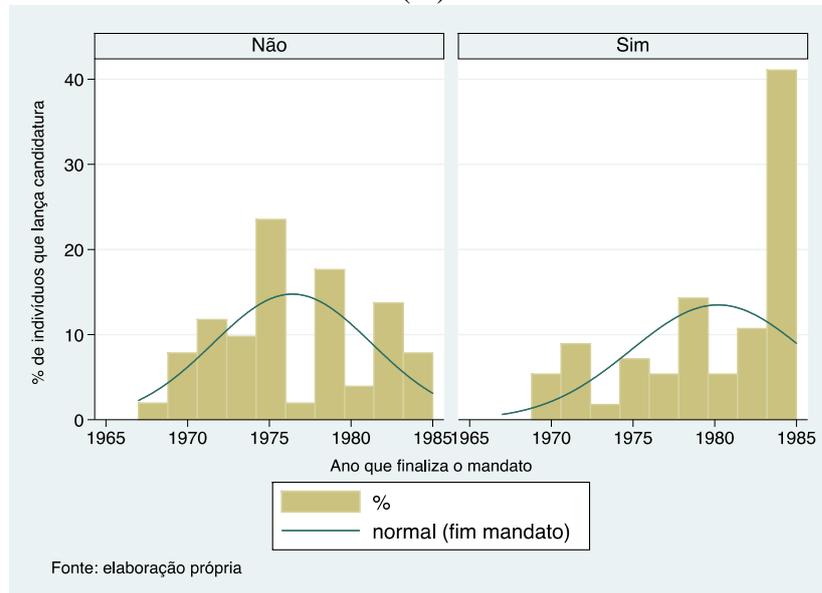
Pouco mais da metade dos ex-nomeados procuraram manter uma carreira eletiva, dos quais 56 que tentam manter a carreira política apenas 43 (40,1%) obtiveram sucesso eleitoral. Treze candidatos fracassaram na empreitada política e desistiram da atividade, sendo que a maioria realizou apenas uma tentativa, dentre eles estavam integrantes de família tradicional e comerciantes. No município de Porto Xavier, três ex-prefeitos postularam e todos fracassam (**Anexo XII**).

Em relação trajetória dos 107 prefeitos investigados, 72% nunca cumpriu mandato eletivo e 95,3% jamais ocupou função na administração pública anterior a nomeação e apenas 23,2% não conseguiu estabelecer uma carreira eletiva.

Quando mensuradas as tentativas de candidaturas, verifica-se que 18,6% (20 de 107), realizou apenas uma tentativa, 11,2% postularam duas vezes e 20,6% entre três e oito vezes. A maior concentração destas tentativas está para posição de prefeito, seguido de vereador, a minoria buscou carreira de deputado estadual e federal e há casos de candidaturas ao Senado Federal e vice-governador.

O próximo gráfico demonstra a distribuição normal dos prefeitos nomeados, que postularam entre 1979 e 2012 conforme o ano do fim de seu mandato. Os indivíduos que tentam manter carreira, finalizaram o mandato entre os anos de 1979 (demonstrada pela curva que indica o ponto médio da distribuição) e o ano de 1985 (visualizada pela barra que rompe a linha). Os que desistiram de manter a carreira apresentam como ponto médio para o fim de seus mandatos o ano de 1975.

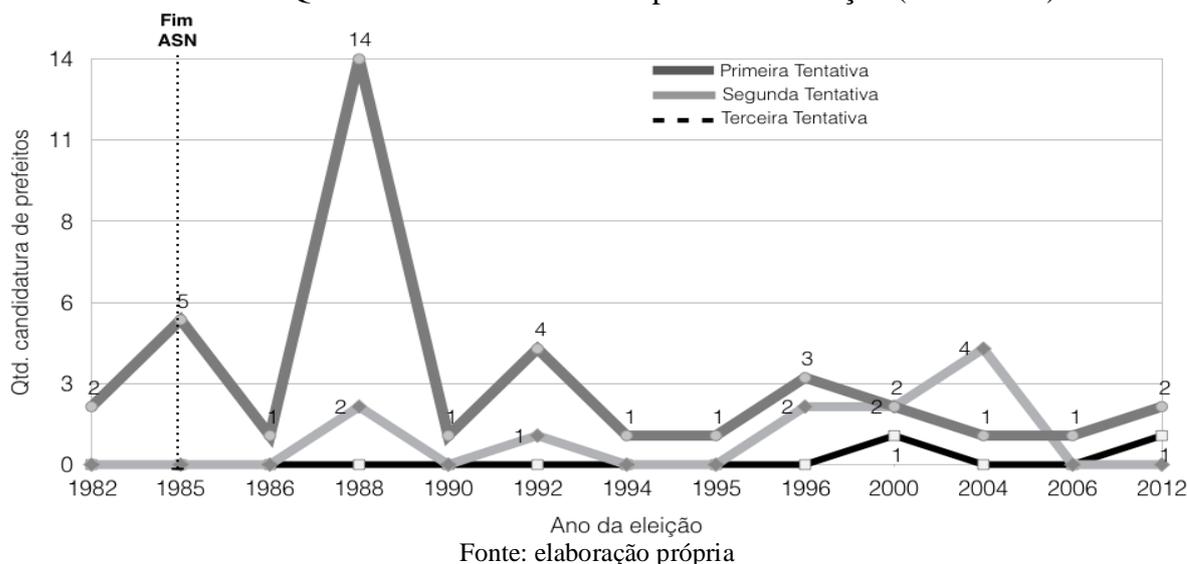
Gráfico 5 – candidaturas entre 1979 e 2012 em relação ao fim do mandato como nomeado (%)



No gráfico seguinte, percebe-se que a **primeira tentativa**, ou incursão eleitoral, está concentrada no período de transição e a **segunda e terceira** tentativas, encontram-se no intervalo entre 1996 e 2004. O ano de 1988 registra o maior pico de tentativas direcionadas especialmente ao cargo de prefeito, correspondendo 29,1% (16 de 56) de todas as candidaturas entre 1979 e 2012. O baixo índice de tentativas de carreira registrado no ano de

1985, resultam um contexto com baixas as chances de sucesso eleitoral, em função da legislação que impedia os últimos prefeitos nomeados de concorrer e, inclusive, dos aptos, que não se arriscaram. O que demonstrou sua consciência acerca dos riscos eminentes e do cenário político nacional e em suas localidades.

Gráfico 6 - Quantidade de candidaturas por ano da eleição (1979-2012)



As tentativas, mensuradas por cargo e ano verificadas anteriormente, demonstram que a maior parte das candidaturas está no período de transição iniciado em 1979, que se estendeu até 1992. Estas tentativas podem ser verificadas em todo o recorte, sendo os maiores picos entre 1985 e 1992, explicando os motivos de 20% dos nomeados não obter sucesso eleitoral, fato que estaria associado ao período histórico, que a sociedade exigia a modificação nos governos e nas ASN dos governantes.

As tentativas frustradas foram motivos para o afastamento total da atividade política dos ex-nomeados, argumento sustentado por Clemente Santinon de Porto Lucena que após seu afastamento da prefeitura, retomou suas atividades na sua fábrica de móveis. Para as eleições de 1988, foi convocado pelo PDS para concorrer como prefeito, tendo como à vice-prefeito o professor e ex-nomeado, Eugenio Reinaldo Werlang. Resultado. Nesta eleição o PMDB coligado com o PDT de Frontino Wagner²²⁷ venceu com 53% dos votos. Com a derrota Santinon solicitou desligamento do partido.

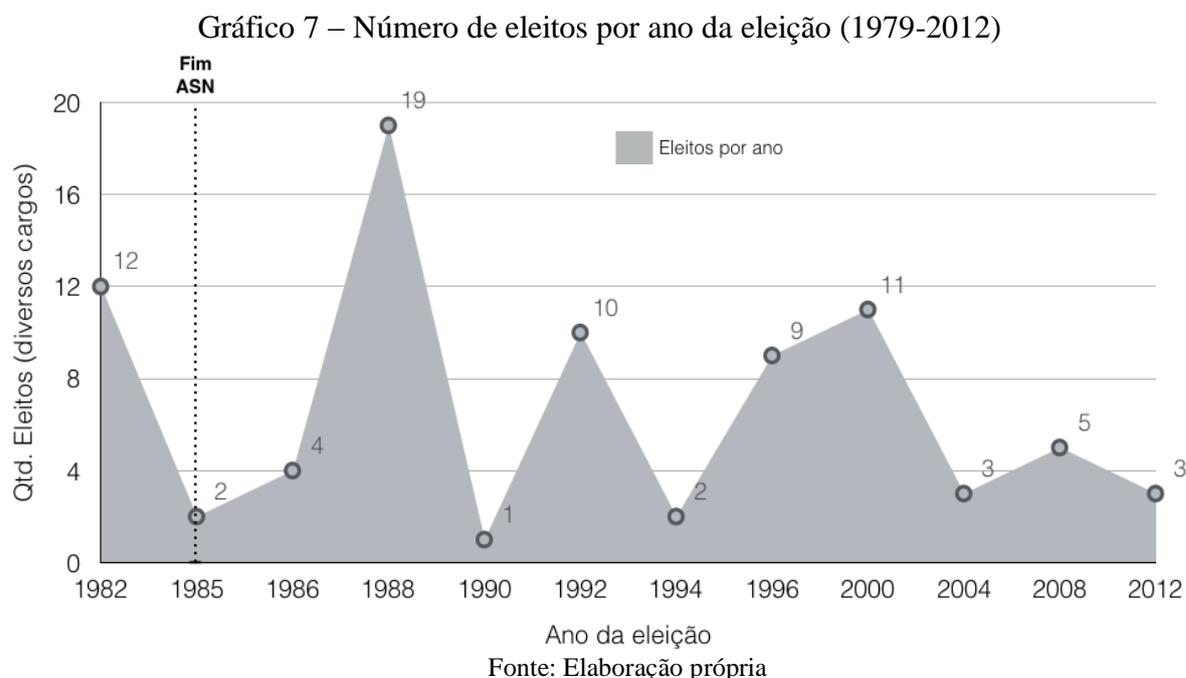
A formação de chapas eleitorais por ex-prefeitos nomeados, constam na história de diversos municípios, demonstrando que, após anos na vivência de um sistema de escolha

²²⁷ Vereador (MDB) 1971 e 1976; Vereador (PMDB) 1982; Prefeito eleito (PMDB) 1988 e 1996 com o mesmo vice (Vilmar Hopner); Vereador eleito por média (PMDB) 2008, com 165 votos;

fechado, ainda existiam chances de se manter na carreira, pois se julgavam habilitados a empreitada política.

Assim, uma parcela de ex-nomeados concretizaria sua carreira na atual democracia, ao enfrentar os dispositivos democráticos na fase de transição. Alguns ocuparam cargos eletivos, intercalando passagens em cargos públicos, o que totalizou 16 casos – 15% da população total investigada.

Os cargos ocupados apresentam um pico importante em 1982, superado em 1988 que registrou o maior número de eleitos, diminuindo gradativamente em 1992, 1996 e 2000. Considerado natural, devido a idade avançada dos ex-prefeitos nomeados, cujo nascimento ocorreu entre 1914 e 1945.



Fica evidente que o maior número de candidatos eleitos ocorre durante eleições municipais, demonstradas pelo ano de sua ocorrência. O cargo de prefeito seguido pelo de vereador representa a maior parte dos eleitos, o que demonstra uma preferência pela carreira na localidade de origem – estes dados podem ser consultados no **Anexo XIII**.

Os ex-nomeados, que procuraram progressão na carreira, também podem ser identificados nas candidaturas para os cargos de deputado estadual, federal, senador e vice-governador, tal fato demonstra a existência de indivíduos com mais recursos, que são necessários para esta ascensão na hierarquia política.

5.5.4 RECURSOS SOCIAIS E TRAJETÓRIA DE ELEITOS

Nesta etapa, de forma sucinta, serão apresentados os recursos sociais dos ex-nomeados eleitos entre 1979 e 2012, com destaque para a profissão, escolaridade, área e nível de formação e a origem familiar.

A taxa de sucesso eleitoral, mensurada pelo total de candidaturas em relação aos postos eletivos conquistados, apresenta um valor médio de 77%, sendo que 42% (18 de 43) venceram em todos os pleitos disputados e, destes, 58% (11 de 18) realizaram apenas uma tentativa. Ainda sobre o número total de eleitos, metade apresentam trajetória eletiva durante o multipartidarismo e 72% ocuparam cargo eletivo durante o autoritarismo, tornando evidente que a experiência política foi um fator determinante para o sucesso eleitoral.

Os que apresentaram taxa de sucesso entre 50% e 88% totalizaram 22 casos ou 51% dos eleitos, os quais realizaram entre 2 e 8 tentativas, onde apenas três indivíduos ocuparam cargos eletivos entre 1945 e 1965. Entretanto, 59% (13 de 22) apresentou trajetória eletiva durante o autoritarismo e sendo 41% (9 de 22) eleitos para cargos municipais. Deste grupo, destaca-se Antônio Dib, que conquistou os oito cargos disputados, sete deles como vereador na capital, Porto Alegre.

A análise geral sobre a trajetória destes 43 ex-nomeados eleitos, demonstraram que 65% encerrou o mandato de prefeito nomeado entre 1979 e 1985, que 28% ocupou cargo eletivo durante o multipartidarismo e 65% no autoritarismo. Para estes, o posto de vereador municipal foi o perfil da maioria, sendo 28% seguiram carreira na administração pública e 16% na carreira mista. Em relação a categoria profissional, 49% dos eleitos pertencem aos professores, militares, comerciantes, veterinários e agropecuaristas, respectivamente – vide a tabela do **Anexo XIV**.

Os dados sobre a origem dos eleitos indicam que 42% originaram de grupos familiares com tradição na política, 46,5% apresentam curso superior ou de pós-graduação e 23% o ensino médio ou médio técnico.

Conclusões parciais

A trajetória dos ex-prefeitos nomeados em cargos estatais e eletivos na atual democracia, em certa medida, parecem exitosos e como resultado exclusivo do esforço individual. A análise das trajetórias sociais dos nomeados, revelaram que as conexões estabelecidas no campo político e recursos sociais privilegiados, são mecanismos sobre o qual

se sustenta um sistema de desigualdades. Realmente, há alguma movimentação no campo para sua ocorrência e é justamente esta movimentação que deixa claro a existência das desigualdades.

Os recursos sociais dos indivíduos expõe outra parte do sistema. Os provenientes de famílias tradicionais, mesmo sem experiência prática, já estão inseridos no campo político e possuem acesso às redes de contatos privilegiados, cultivadas com políticos do cenário local, estadual e federal. Redes que se formaram pelo apoio dado a alguma candidatura política, pelo exercício da atividade na política em departamentos governamentais, ou por comungarem de um mesmo *habitus*. A falta do simbolismo de um sobrenome de família pôde ser compensada pela formação universitária. Assim, tanto a nomeação quanto a continuidade das carreiras, seja em instituições estatais ou eletivas, são o resultado dos privilégios sociais.

Com a reforma partidária de 1979, novos partidos foram fundados, preservando os mesmos quadros e prevalecendo no momento da seleção o peso das desigualdades e a manutenção destas elites na carreira.

O componente eleitoral, mensurado pelas votações da Arena e MDB, não possibilitou realizar inferências ou identificar uma relação de dependência com nomeados que decidiram seguir carreira após 1979. A história política das localidades revela-se essencial para compreender como as elites permaneceram na carreira, assim como os atributos dos nomeados, o exercício de uma boa administração, associados ao contexto municipal favorável para a candidatura.

Casuísmos como a continuidade das ASN até 1985 e a presença constante de partidos e eleições, possibilitaram aos nomeados a ocupação de cargos nas prefeituras, bem como conquistar postos de vereador, deputado estadual e deputado federal, o que facilitou a ampliação do seu capital social. Além disso, o contexto de fechamento das ASN, permitiu, em alguns municípios, o desaparecimento da oposição e até mesmo da Arena, como exemplificado em Vicente Dutra.

Fatores contrários à manutenção da elite dos nomeados após 1979, decorrem exatamente da possibilidade da oposição emedebista em manter carreiras durante o autoritarismo, entre eles estão alguns remanescentes do extinto PTB. Ideologia que mobilizou a formação do PDT (conforme caso de Bagé), resgatando o eleitorado de outrora. Cumpre ressaltar que os principais concorrentes do PDS foram vereadores remanescentes do MDB.

Alguns nomeados, nesta fase de transição, tentaram desvincular o estigma de representantes do regime em nível discursivo, pregando o retorno à democracia, o fim das ANS e a imediata instauração de eleições para os executivos municipais. Outros, aderiram ao

PMDB e PDT, ou fundaram novos partidos, como o caso do PFL – estratégia que se revelou eficaz para a manutenção de carreiras.

Com isso, percebe-se que o sistema político em âmbito municipal será composto pelos remanescentes do regime e não somente pela oposição. Neste sentido, o sistema partidário, se configura em um importante instrumento que admitiu o gradual retorno a democracia em municípios ASN. Tais fatores reduziram os custos da transição, evitando uma ruptura mais profunda nestas sociedades locais, onde o ato de votar e a possibilidade de escolher os candidatos, foram essenciais para o processo de retorno a democracia.

Quem segue carreira? Ao analisar os indivíduos que ocuparam cargos públicos (25), com os que conquistam cargos eletivos (43) e subtrair os indivíduos que seguem em ambos os setores (16), verificamos com segurança que 52 de 107 ex-prefeitos nomeados ocuparam pelo menos um cargo no período que vai de 1979 até 2012, isso significa que 48,5% da população estudada segue carreiras na atual democracia brasileira. Dos 56 que postulam cargos, 43 são eleitos, apresentando uma taxa média de 60% de sucesso, tanto para o caso dos nomeados que seguem carreiras na burocracia estatal, quanto aos que se arriscam na empreitada eletiva. Ambos, adquiriram experiência durante o autoritarismo e cumpriram seus mandatos como nomeado durante a transição. Fato que permitiu a formação de novas siglas e o apoio a campanhas de vereadores e deputados, este suporte foi utilizado para reconverter a carreira após o fim da nomeação, geralmente associado a um perfil político mais elitizado, no que tange a formação superior, profissão e família política.

6 CONCLUSÃO FINAL

Com a tomada do poder pelos militares em abril de 1964, diversos prefeitos foram enquadrados no âmbito do Ato Institucional Número 1, estes se opuseram ao regime que se instalava, o que resultou na perda de seus cargos e dos direitos políticos, sendo substituídos sumariamente por indivíduos chancelados pelo regime. Com o intuito de aparentar legalidade a estas substituições, os militares forçaram os vereadores a criar e modificar leis e estatutos municipais, para que as Câmaras Municipais realizassem eleições no seu interior para a escolha de novos prefeitos. Embora a Constituição de 1945 admitisse a nomeação, o governo militar criou um aparto legal-burocrático especial, capaz de manter sobre o controle a oposição.

Entre os meses de outubro de 1965 e fevereiro de 1966, a intervenção militar na política foi intensa. A vitória de governadores contrários ao projeto autoritário, em 3 de outubro de 1965, motivou a intervenção militar, através da edição do Ato Institucional nº 2, que aboliu o sistema partidário criado em 1945. A Emenda Constitucional nº 12, de 05 de dezembro de 1965, foi o primeiro passo no sentido da regulação da nomeação de prefeitos em municípios de Territórios Federais. O Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966, foi uma resposta direta do regime, retirando o cargo de prefeito da disputa eleitoral, face à expansão política da oposição em capitais de estados brasileiros. A Constituição de 1967 inseriu o conceito de “áreas indispensáveis a segurança nacional”. O ápice da política de nomeações ocorreu com a publicação da Lei nº 5.449, de 04 de junho de 1968, que definiu as Áreas de Segurança Nacional – ASN – compostas pela capitais de estados, estâncias hidrominerais, balneários, o Distrito e Territórios Federais e municípios localizado na zona de fronteira com países, classificados como pontos geopoliticamente sensíveis do Estado.

Esta tese buscou verificar como se organizaram e se formaram estas minorias que governavam municípios ASN durante o autoritarismo e se foi possível que estes ex-nomeados seguissem carreira, nos primeiros anos da transição, até 2012.

Ao mensurar o processo de recrutamento foi possível constatar que 77% de sua ocorrência esteve concentrada em *agências do selectorate partidário*. A análise dos cenários nos 29 municípios, demonstram que estas sessões da Arena possuíam autonomia para escolher representantes, um dos pontos fundamentados pelo ex-governador Jair Soares:

[...]vinham comissões do interior trazendo nomes, podia-se dizer em listas, ou senão viessem listas, um nome isoladamente, que ai seria examinado com as outras

indicações da mesma comunidade. Então era, vamos dizer assim, uma verdadeira corrida, para buscar o melhor para aquele cargo sob o ponto de vista da sociedade, e claro, sob o ponto de vista do partido, do que estava no governo, havia também uma preferência por aquele ou um outro. (Soares, Jair, 2015)

A escolha dos candidatos realizada em agências dos *selectorate* partidário, encontraram fundamentação na continuidade de partidos, eleições e de elites do período multipartidário. As eleições dedicadas a compor legislativos em municípios ASN, pressupunham a escolha dos candidatos no interior dos partidos e tal processo foi estendido para as escolhas de prefeitos, o que justifica as indicações se concentrarem no interior da Arena. Neste sentido, as sessões da Arena nunca foram uma entidade acessória a burocracia estatal e sim autônoma, visto que selecionavam candidatos, estabeleciam critérios e indicavam o candidato ideal.

O procedimento de escolha informal concedeu as agências de recrutamento, extrema liberdade para compor as listas políticas em procedimentos nem sempre pacíficos, o que envolvia disputa pelo poder e promovia, por consequência, modificações na estrutura de oportunidades, sendo exposta pela existência de dois níveis: o ambiente local como fomentador de candidaturas e a nomeação como fase final do processo de recrutamento, que ocorria somente após a intervenção do governo estadual ou federal.

Ter o nome na lista tríplice, era um dos critérios formais a ser cumprido por quem almejasse a nomeação. Embora existissem candidatos preferenciais, o fato de ser filiado a Arena era suficiente para sinalizar o desejo de integrar a lista. Apesar da importância destes critérios, existiam mecanismos sociais atuantes na qualificação de alguns e responsáveis por repelir os impuros, como os recursos sócio-profissionais, de educação, de origem familiar e o capital social. Tais ocorrências, empregadas pelos seletores, foram observadas em todas as fases do recrutamento, partindo da indicação até a nomeação.

O capital social foi um dos elementos centrais no processo de recrutamento de prefeitos, expresso, principalmente, pelas conexões entre nomeados e indivíduos proeminentes do cenário políticos, como os deputados federal e estadual, ministros, secretários de estado, governadores e, inclusive, presidentes da República. No processo, os deputados tornaram-se responsáveis por conectar os ambiente local e o estadual, intermediando as indicações e as nomeações, em contrapartida, recebiam dos prefeitos nomeados importantes apoios em época eleitoral. Esta intermediação foi consentida por todos os governadores gaúchos, tornando-se explícita entre o governador Amaral de Souza e seu genro Fernando Gonçalves – caso exemplar deste artifício.

As nomeações diretas, foram outro caminho de acesso às posições de prefeito nomeado. Neste processo, a Arena e outras lideranças eram excluídas, tal procedimento foi verificado em dois momentos. O primeiro deles foi a recondução ao cargo de prefeito promovido diretamente pelo governador, sem o aval do poder central. Se tratava de ato administrativo, onde o governador, após consultar as bases locais, perguntava se o prefeito gostaria de continuar. E o segundo foi a nomeação direta, pelo alto, pelo presidente da República, este não considerava a opinião da classe política local, dos partidos ou do governador do estado. Tais indicações jamais foram questionadas, sendo admitidas apenas para os membros de elites políticas, consagradas no seu contexto de origem e detentoras de recursos sociais privilegiados, que permitiam acesso as redes de contatos singulares, garantindo a perpetuação de algumas linhagens de políticos tradicionais.

Portanto, as alterações promovidas pela intervenção dos militares, iniciada pela instalação do bipartidarismo e consagrada pela criação das ASN, produziu grupos políticos - oligarquias responsabilizadas por escolher os candidatos à nomeação. Anteriormente à instauração das ASN, estas elites escolhiam indivíduos competitivos ou “bons de voto” para concorrer as eleições municipais.

Após a instituição das ASN e o estabelecimento da nomeação de prefeitos, estas mesmas elites ficaram sem parâmetros para fundamentar suas escolhas de candidatos, o que resultou no destaque de indivíduos com os melhores recursos sócio-profissionais e educacionais – sobressaindo-se a “nata” da elite local. Estes recursos pesaram de maneira diferenciada em municípios recém emancipados ou de pequenos agrupamentos da fronteira, se comparado a centros urbanos médios ou a capital Porto Alegre, que apresentava elites políticas já formadas. O que demonstra a variação desses recursos no espaço geográfico.

O momento vivido pela sociedade na sucessão de seus prefeitos, é responsável por variações na forma de escolha e por definir o perfil do político ideal. Certos grupos partidários, não apresentavam variações substantivas entre os membros, o que fomentou o recrutamento com padrão lateral, externo a este grupo e focado em professores, comerciantes e indivíduos ligados a agropecuária ou com algum destaque em sua região.

O capital escolar, especialmente para os detentores de cursos de ensino superior e pós-graduação e até mesmo com ensino médio, foram reconhecidos pelas agências de recrutamento, como o grupo que reuniam as capacidades necessárias para a representação política da localidade. Alguns municípios da fronteira Oeste do estado, valorizavam nos professores a habilidade de comunicação e a distinção cultural, visto que estes eram os elementos de distinção e capacidade para o agir político.

Parte importante dos nomeados, não apresentavam qualificações educacionais, entretanto, traziam do berço a vivência política e o simbolismo da origem familiar fundamentados pelos feitos heroicos de seus antepassados na política e em guerras, que foram internalizadas no imaginário social. Além do reconhecimento social, eram detentores de recursos econômicos e de amplo capital social legado por gerações, sendo esta a sua fonte de legitimidade. Outros nomeados incorporavam diversos recursos, visto que possuíam vasta experiência no mundo da política, na ocupação de cargos eletivos ou na administração estatal – essa proximidade aos centros de poder e conexões com os ocupantes destes postos, facilitaram a recomendações de suas indicações e posterior nomeação.

A liberalização do mercado partidário promovido pela reforma de 1979, promoveu a migração dos remanescentes da Arena para o interior do PDS. A baixa produção de lideranças políticas, demonstrada pela reserva do mercado concorrencial, impediu o MDB, assim como a Arena, de promover novas lideranças. E isso ficou evidente pelo tempo de mandato de alguns prefeitos, trajetórias que duraram por 8, 10 e até 14 anos. O fato dos nomeados estarem entre os fundadores das novas siglas, a exemplo do PDS, PMDB, PDT e PFL, associado a continuidade das ASN até 1985, admitiu a esta restrita elite de nomeados o tempo necessário para se adaptar ao novo sistema que se instalava, através de uma a transição suavizada.

Identificou-se que dos 107 prefeitos nomeados, 52 acessaram cargos eletivos ou na administração pública, feitas as contas, conclui-se que 48,5% dos ex-prefeitos nomeados ocuparam pelo menos um cargo na atual democracia brasileira.

A legislação eleitoral, apesar de impedir que estes prefeitos concorressem, em certa medida ajudou em suas trajetórias. Na ocasião, o país estava tomado por movimentos que exigiam eleições diretas, inclusive alguns prefeitos nomeados serviram de porta vozes para o fim das ASN e exigiam o retorno das eleições para prefeitos. Em 1985 o PMDB venceu na ampla maioria dos municípios ASN, entretanto nas eleições de 1988, os ex-prefeitos nomeados se lançaram a empreitada política e como resultado conquistaram algumas prefeituras e posições de vereadores. Por fim, convém destacar que a presente tese aprofunda um fenômeno ainda inconcluso: recrutamento partidário, o qual abre futuras linhas de investigação sobre a oferta de carreiras em sistemas políticos autoritários, comuns após o final da Guerra Fria.

Com a intenção de aprofundar o estudo da carreira política de ex-nomeados, ainda em aberto, proponho, para futuros trabalhos, a seguinte questão de pesquisa: como e porque prefeitos nomeados conseguem manter a carreira política frente à drástica mudança do ambiente político e da forma de recrutamento imposta pela reforma partidária de 1979 e o fim

das ASN, a ponto de ter uma carreira política no atual período democrático? A hipótese diz que *“a restrição à circulação de elites em ASN admitiu aos prefeitos nomeados, adquirir/ampliar experiência política, recursos sociais, formação de clientelas, estabelecimento de relações no campo político, durante a fase de transição e institucionalização da democracia, encontrando ambiente favorável para a reconversão em novas carreiras”*.

ANEXOS

Anexo I – Roteiro de entrevista para Prefeitos

I CARREIRA POLÍTICA DOS NOMEADOS E FAMILIARES:

1. Qual é sua profissão?
2. O senhor foi filho ou parente de algum político?
3. Fale de sua carreira na política (ela iniciou: em 1945-1964 ou após 1965-1985)?
4. Entre (1945-64) ocupou algum cargo na administração pública?
5. Entre o final do Regime e os dias atuais: (quais cargos ocupou na administração pública (local, estadual ou federal?)
6. Algum familiar seu (filho, neto, esposa, amigo) teve sucesso na política com seu apoio direto? Se sim, qual foi sua trajetória?
7. Porque alguns dos prefeitos nomeados não seguiram carreiras políticas após 1985? Quais seriam os motivos? Entre estes que não seguiram, eles apoiaram algum familiar que teve sucesso na política?

1.2 PARA OS VICES-PREFEITOS APENAS:

8. O regime não previa a existência de vice-prefeitos. Como o senhor tornou-se um? Como isso foi possível? Qual era seu papel ao lado do prefeito? Como ocorreu sua nomeação?

II PROCESSO DE NOMEAÇÃO:

9. Como ocorria o processo de sucessão entre os prefeitos nomeados?
10. Como eram escolhidas as pessoas que seriam nomeadas?
11. Ser eleito pelo voto, assumir como vereador, era um dos critérios para ser nomeado?
12. Descreva como ocorreu seu processo de nomeação (Passos)?
13. Quem escolhia os nomes dos nomeados? Era indicação de (militares, comissão ARENA local, governador, quem)?
14. Como se chegou ao seu nome?
15. O senhor foi investigado pelo DOPS/SNI? O senhor tem a ficha de investigação?

III ELEIÇÕES PARA O LEGISLATIVO MUNICIPAL:

16. Nas áreas de segurança nacional ocorriam eleições apenas para o legislativo. Como eram escolhidos os vereadores? Era apenas por meio das convenções? Ou eles eram escolhidos do mesmo modo que os prefeitos?
17. O dispositivo da sublegenda foi aplicado de alguma forma?
18. Apesar de a ARENA (NOME DO MUNICÍPIO) ser organizada por membros de vários partidos (tendências políticas), o senhor acha que o partido era coeso?
19. Existiam rivalidades entre integrantes de antigos partidos (PSD, PL, PDC...) para concorrer aos cargos de vereador.
20. O MDB era um partido Fraco?

IV DIVERGENCIAS ENTRE PREFEITOS NOMEADOS E VEREADORES DA ARENA:

21. Durante o seu mandato de prefeito, em algum momento, um ou alguns vereadores, questionaram suas decisões?
22. Como eram resolvidos esses casos de rebeldia?
23. Algum vereador da ARENA de seu município foi cassado pelo Regime?
24. O Legislativo tinha poder? Qual era esse poder?
25. Se a maioria do legislativo fosse do MDB como isso era resolvido pelo prefeito nomeado?

V ADMINISTRAÇÃO:

26. O Regime intervinha em seu governo? Se sim, como fazia isso?

27. Como as áreas de segurança contribuíram com o Regime? Mais especificamente, por que nomear prefeitos apenas em áreas de fronteira? Qual foi a vantagem nisso?
28. As áreas de segurança foram cinturões que serviam para isolar o Brasil de outros países?
29. O senhor foi presidente de alguma associação de municípios durante sua administração?
30. Qual era o papel destas associações?
31. Elas eram uma forma de os prefeitos nomeados pressionarem o Regime?
32. Em municípios onde havia a presença das Forças Armadas, a intervenção era feita de que forma?
33. Durante sua administração, houve repressão do aparato do Estado a municípes ou a partidos ilegais, militantes de esquerda...

VI SOBRE A ARENA:

34. Para municípios criados entre (1965 e 1985) qual foi o peso do Regime na formação da ARENA?
35. Quem fundou a ARENA no (município)?
36. Qual foi o peso do Regime na formação do partido (município)?
37. Quais eram os partidos das pessoas que formaram a ARENA (município)?

Anexo II – Roteiro da Entrevista: Jair Soares

BLOCO I - Sobre o processo de nomeação de prefeitos em área de segurança nacional:

Os relatos de ex-prefeitos nomeados demonstram que suas candidaturas tem origem no âmbito municipal, alguns contaram com apoio de algum selectorate. Assim, eram produzidas listas políticas, conhecidas por “lista tríplice” que deveriam conter três ou mais nomes, e então remetidas ao governo estadual.

O caminho percorrido por estas listas era diverso: 1) secretaria do interior e justiça, 2) investigações do SNI ou 3) enviadas diretamente ao chefe executivo.

Outra modalidade de nomeações não passava pelo circuito descrito anteriormente, e eram realizadas diretamente pelo governador do estado. Em alguns momentos elas serviram como uma forma de pacificação de desavenças entre os grupos locais, ou, simplesmente, punir estes grupos políticos pela falta de acordo.

As perguntas que seguem, tentam responder o seguinte questionamento: *como é que alguém se tornava um prefeito nomeado no RS?* A intenção aqui é entender o processo de recrutamento que ocorria em dois níveis, o *local*, para então comparar com as respostas dadas pelos prefeitos nomeados. E neste sentido, teremos a visão do chefe executivo, e prefeitos nomeados.

Como resultados, espero aprofundar a investigação, captando alguns pontos: origem de candidatura local; convenções municipais da Arena; produção das listas políticas;

PERGUNTAS NÍVEL LOCAL:

- 1) Como é que alguém era escolhido para ser um pré-candidato à prefeito nomeado em um município ASN e a Capital de Estado? Havia diferenças?
- 2) Quem escolhia os candidatos: Era um chefe partidário, uma comissão política mista, uma convenção política, ou o prefeito anterior?

BLOCO II – Sobre o processo político das nomeações no âmbito estadual

Nesta parte, as questões tentarão extrair o processo político no interior do governo estadual: entrega das listas, a filtragem realizada pela burocracia até a decisão governamental promovida pelo governador. Este bloco será fonte para o capítulo IV que fala sobre o recrutamento fechado. A principal pergunta a ser respondida aqui: *como é que o governador chegava ao nome de quem seria nomeado?*

PERGUNTAS NÍVEL ESTADUAL: processo de nomeação quando havia indicação local

- 1) Após a composição da “lista tríplice”:
 - a. Quem entregava estas listas (o líder partidário, deputados, o prefeito anterior...)?
 - b. Quais eram os caminhos percorriam (Secretaria do Interior e Justiça (Goulart), SNI)?
- 2) Como o governador Jair Soares decidia quem seria nomeado:
 - a. Necessitava aval do presidente da República ou algum Ministério?
 - b. Os indivíduos que entregavam as listas traziam em alguns casos os resultados de votações realizadas em convenções municipais, ressaltando o mais votado. Estes resultados influíram na decisão do governador em nomear?
 - c. Existia um perfil de prefeito ideal “ideal”?
 - d. O pertencimento a uma família política tradicional, ou o fato de ter uma carreira política anterior, pesaram na hora da decisão de nomear ou não?
- 3) Quando havia divergências, como era resolvido o impasse? Por exemplo, várias comitivas de um mesmo município estavam lutando pela nomeação (Carus de Uruguaiana e o Kalil em Bagé)
 - a. Quando a nomeação era realizada sem a interferência da Arena local, ou lideranças políticas, a relação social ou política mais próxima, pode ter sido um fator decisivo?

Anexo III - Lista de Entrevistados

1. LAUTERT, Egon. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [out. 2012]. Porto Alegre.
2. KUNT, Lúcia da Costa. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [out. 2012]. Porto Alegre.
3. GUINDANI, Oswaldo Cypriano. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [out. 2012]. Canoas.
4. PILGER, Theobaldo Willy. Entrevista concedida a Dirceu André Gerardi [out. 2012]. Porto Alegre.
5. CONZATI, Milton. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [out. 2012]. Tucunduva.
6. GRUN, Carlos Willy. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [20 out. 2012]. Crissiumal.
7. MENGON, Luiz Fiorin. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [20 out. 2012]. Ijuí.
8. COLATTO, Irineu. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [21 out. 2012]. Horizontina.
9. SANTINON, Clemente. Entrevista concedida a Dirceu André Gerardi [24 out. 2012]. Porto Lucena.
10. WERLANG, Eugenio Reinaldo. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [24 out. 2012]. Porto Lucena.
11. KAISER, Ovídio. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [25 out. 2012]. Porto Xavier.
12. ENGERS, Paulo Martin. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [25 out. 2012]. Porto Xavier.
13. MARQUES, Pedro Venâncio de Oliveira. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [26 out. 2012]. Roque Gonzales.
14. OLIVEIRA, Ercy Gomes de. [Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [26 out. 2012]. Santo Antônio das Missões.
15. BRUM, Adair Vicente. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [26 out. 2012]. Roque Gonzales.
16. WEBER, Rudi. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [27 out. 2012]. São Nicolau.
17. PIGATTO, Uivalde. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [09 nov. 2012]. Iraí
18. PAZ, Nelson Nabor dos Santos. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [09 nov. 2012]. Iraí
19. SILVA, Osmar José da. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [10 nov. 2012]. Vicente Dutra.
20. KIRCHOFF, Rudi Ervino. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [10 nov. 2012]. Vicente Dutra.
21. GIORDANI, Candido. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [10 out. 2012]. Porto Alegre
22. MOTTA, Lúcio Adalberto. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [11 nov. 2012]. Tenente Portela
23. CAPELLARI, Israel. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [11 out. 2012]. Tenente Portela.
24. ALBUQUERQUE, Renato Espindola. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [19 nov. 2012]. Rio Grande.
25. DOURADO, Abel Abreu. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [20 nov. 2012]. Pelotas.
26. FERREIRA, Walter Neves. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [21 nov. 2012]. Erval.

27. AZAMBUJA, Carlos Sá. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi. [22 nov. 2012]. Bagé.
28. KALIL, Luiz Simão. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [22 nov. 2012]. Bagé
29. LEAL, José Caminha Coelho. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [23 nov. 2012]. Dom Pedrito.
30. ALVAREZ, Marli Teixeira Cabeleira. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [05 dez. 2012]. São Borja.
31. MURARO, Alcides Olindo. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [07 dez. 2012]. Uruguaiana.
32. PEDROZO, Francisco Fernando Santana. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [07 dez. 2012]. Uruguaiana.
33. GOMEZ, Juarez Custódio. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [07 dez. 2012]. Quaraí.
34. CARUS, Antônio Augusto Brasil. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [08 dez. 2012]. Uruguaiana.
35. CUNHA, Sérgio Abreu da. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [10 dez. 2012]. Santana do Livramento.
36. DIB, João Antônio. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [12 dez. 2012]. Porto Alegre.
37. SOARES, Jair. Entrevista concedida à Dirceu André Gerardi [04 mai. 2015]. Porto Alegre.

Anexo IV – Lista de Prefeitos nomeados, ano que iniciou da carreira e deputados apoiados (local)

Prefeitos recrutados pela *Comissão Partidária*

Nome	Município	Início	Deputado #1	Deputado #2
Urivalde Pigato	Iraí	1964	Fernando Gonçalves	Amaral de Souza
Elcides José Salamoni	Tenente Portela	1964		
Aquiles Turra	Tuparendi	1964		
Sady Martins Portela	São Nicolau	1966		
Emílio Caetano Pastório	Vicente Dutra	1966		
João Puhl	Tucunduva	1967		
Cel. Ápio P. de Vasconcelos	Vicente Dutra	1969		
Ermindo Carlos Schwerz	Tucunduva	1970		
Ney Cavalheiro Campos	Santana do Livram.	1971		
Carlos Dalcin	Vicente Dutra	1971		
Arlindo Schwantes	Tenente Portela	1972		
João Carlos M. Escobar	São Borja	1974		
José Caminha Coelho Leal	Dom Pedrito	1975	Nelson Marchesan	
Irineu Colato	Horizontina	1975		
Rubens Emil Corrêa	Rio Grande	1975		
Guilherme Bassedas Costa	Santana do Livram.	1975		
Israel Capellari	Tenente Portela	1976	Alberto Hoffmann	Rubem Scheid
Luiz Jeronymo Busato	Canoas	1978		
Juarez Custódio Gomes	Quaraí	1979	José Hugo	Mardini
Salvador Lionço P. Alvarez	São Borja	1979		
Artur Fronza	Tucunduva	1979		
Luiz Mattiazzi	Tuparendi	1979	Alberto Hoffmann	
Fco. Carlos S. de B. Coelho	Uruguaiana	1979		
Abel Abreu Dourado	Rio Grande	1981		
José Luiz Ruschel	Horizontina	1982		
Hildebrando A. Guimarães	São Borja	1982		
Nerci Camera	Tucunduva	1983		
José Antonio Grando	Tuparendi	1983		
Cláudio Bloedow Schultz	Canoas	1984		
Arneldo Matter	São Borja	1984		

Fonte: elaboração própria.

Prefeitos recrutados pela *Comissão Mista*

Nome	Cidade	Início	Deputado #1	Deputado #2
Cap. Arão de S. Antunes	Roque Gonzales	1966	.	.
Walter Neves Ferreira	Herval	1969	.	.
Telmo Thompson Flores	Porto Alegre	1969	.	.
Candido Giordani	Tuparendi	1971	Ariosto Jaeger	.
Ruy Born	Iraí	1971	Fernando Gonçalves	Amaral de Souza
Aparício Piccinin	Catuípe	1973	Rubi Diehl	Emídio O. Perondi
João Orlando Schaedler	Alecrim	1973	.	.
Adair Vicente Brum	Roque Gonzales	1975	Alberto Hoffmann	Adylson M. Motta
Guilherme Socias Villela	Porto Alegre	1975	.	.
Camilo Moreira	Bagé	1975	Rubem Scheid	.
Clemente Santignon	Porto Lucena	1975	José Arlindo Kunzler	Ariosto Jaeger
Paulo Martim Engers	Porto Xavier	1976	José Hugo Mardini	Leônidas Ribas
Oswaldo Cypriano Guindani	Canoas	1979	Fernando Gonçalves	.
Dário Afonso Schaedler	Alecrim	1983	.	.
João Antônio Dib	Porto Alegre	1983	.	.

Fonte: elaboração própria.

Prefeitos recrutados pela *Convenção Municipal*

Nome	City	Início	Deputado #1	Deputado #2
Crispim Chaves da Cruz	Dom Pedrito	1964	.	.
Alfonso Alfredo Lückemeyer	Horizontina	1964	.	.
Pedro Harry Hoffmann	Crissiumal	1964	.	.
Benno Bender	Crissiumal	1969	.	.
Vicente Miguel Soares	São Nicolau	1969	.	.
Walter Bündchen	Horizontina	1971	.	.
Ademar Rodrigues da Silveira	São Nicolau	1971	.	.
Lydio Carneiro Da Silva	Itaqui	1974	.	.
Sgt. Ercy Gomes de Oliveira	São Nicolau	1975	.	Ricardo Leônidas Ribas
Pedro Osvaldo Scheid	Crissiumal	1975	.	.
Alcides Olindo Muraro	Itaqui	1979	.	.
Rudi Weber	São Nicolau	1979	José Hugo Mardini	Adylson Martins Motta
Carlos Willy Grun	Crissiumal	1980	Rubem Scheid	Fernando Gonçalves

Prefeitos recrutados pela *Comissão Militar*

Nome	City	Início	Deputado #1	Deputado #2
Cel. Gilberto Oscar Miranda Schmitt	Uruguaiana	1968	.	.
Cel. Aviador Daniel Cruz Costa	Canoas	1971	.	.
Geraldo Gilberto Ludwig	Canoas	1973	.	.

Prefeitos recrutados pelo *Líder Partidário*

Nome	City	Início	Deputado #1	Deputado #2
Pedro Venâncio de O. Marques	Roque Gonzales	1983	Celso Bernardi	Adylson Martins Motta
Ouvidio Kaiser	Porto Xavier	1979	Adylson Martins Motta	.

Prefeitos recrutados pelo *Líder Executivo*

Nome	City	Início	Deputado #1	Deputado #2
Otoni Amaro da Silveira	Herval	1979	.	.
José Battista de Brum	Roque Gonzales	1981	.	.
Eugenio Reinaldo Werlang	Porto Lucena	1981	.	.
Lúcio Adalberto Motta	Tenente Portela	1981	Fernando Gonçalves	.

Prefeitos recrutados pela *Comissão Política*

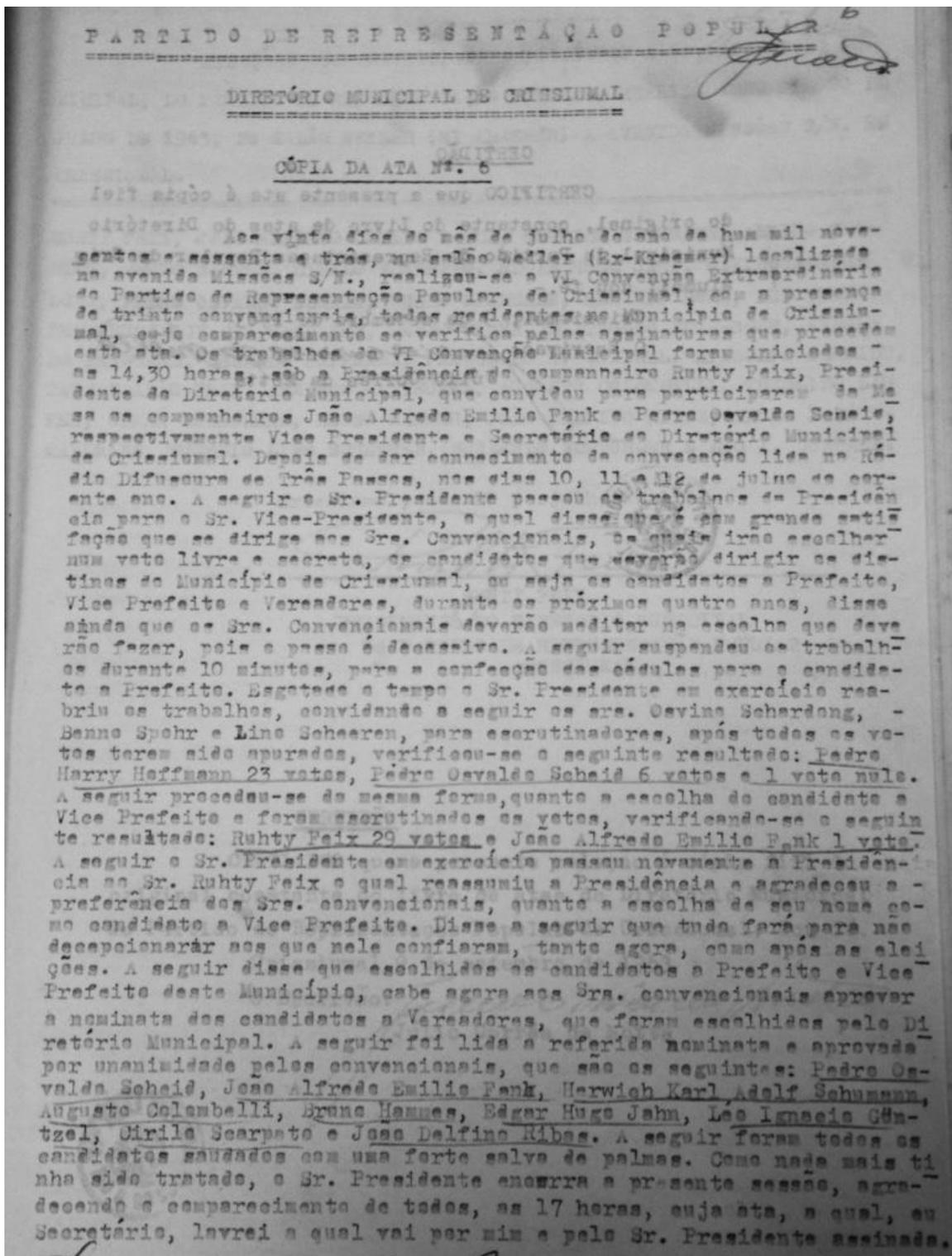
Nome	City	Início	Deputado #1	Deputado #2
Mario Lacroix Flores	Itaqui	1964	.	.
José Wilson Barcellos	Bagé	1964	.	.
Darci Barcellos	Bagé	1964	.	.
Maj. Carlos F. Dornelles de Azambuja	Osório	1969	.	.
Augusto Fabris	Vicente Dutra	1969	.	.
Lauro Aluísio Rech	Alecrim	1973	.	.
Sérgio Egídio Dal Forno	Vicente Dutra	1975	.	.
Rudi Ervino Kirchoff	Vicente Dutra	1977	Alberto Hoffmann	Pedro Afonso Anschau
Osmar José da Silva	Vicente Dutra	1979	.	.
Nelson Nabor dos Santos	Iraí	1980	.	.

Prefeitos nomeados sem dados sobre recrutamento

Nome	City	Início
Darnô Fonseca	Jaguarão	1969
Aldo Francisco Rosa	Jaguarão	1979
Jorge Dariva	Osório	1975
Bruno Niederauer	Osório	1982
Onil Xavier Dos Santos	Tramandaí	1971
Décio Gomes De Azevedo	Tramandaí	1975
Elói Braz Sessim	Tramandaí	1979
João Carlos Wender	Tramandaí	1983
Egon Julio Goelzer	Três Passos	1969
Egon Lautert	Três Passos	1975
Renato Jose Oppermann	Três Passos	1979

Anexo V – Atas de convenções partidárias

Exemplo de ata de convenção partidária do PRP de Crissiumal (1963):



Fonte: TRE-RS.

Exemplo de ata de convenção municipal da Arena, destinada ao legislativo e do pré-candidato a prefeito nomeado do município de Crissiumal (1968):

CÓPIA AUTÊNTICA DA ATA DA CONVENÇÃO MUNICIPAL DA ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL DE CRISSIUMAL.

Aos vinte e sete (27) dias do mês de setembro do ano de hum mil, novecentos e sessenta e oito (1968), no recinto / da Câmara de Vereadores, reuniu-se a Convenção Municipal da / Aliança Renovadora Nacional do município de Crissiumal, de acordo com as leis em vigor, ás vinte e trinta horas (20,30) / foram abertos os trabalhos presididos pelo Rev. João Heidemann designado pelo Exmo. Dr. Juiz Eleitoral desta Comarca, a seguir o sr. presidente disse aos convencionais, de que, a presente / convenção tem o objetivo em escolher os candidatos a vereadores para as eleições a se realizarem em quinze (15) de novembro próximo vindouro, após foram distribuidos as cédulas para a escolha / lha dos candidatos, tendo sido dado um espaço de quinze (15) / minutos, para os convencionais pudessem livremente deliberar / a respeito da votação terminado a tolerância de quinze (15) / minutos, procedeu-se a votação, pelo sr. presidente foram designados para escrutinadores os srs. Rubi Broekmann e Ari Thums tendo-se verificado que votaram a todos dezesseis (16) convencionais presentes, sendo o resultado o seguinte conforme apuração verificada: Pedro Osvaldo Scheid, 16 votos: Ruhty Feix 16 - votos, Benno Bender 16 votos, Arno Ebeling 16 votos, Fredolino Wunsch 16 votos, Sezefredo Knob 16 votos, Lindolfo G. Schmid - 16 votos, Jabob L. Ritter 16 votos, Romeu Ruwer 16 votos, Herbert Schwingel 16 votos, Leonidês N. Albring 16 votos, João A. Schaefer 16 votos, Romaldo Renner com 15 votos, Francisco Sapieginski com 12 votos, tendo assim todos alcançados a maioria absoluta, portanto eleitos candidatos a vereadores; a seguir o sr. presidente leu um requerimento, apresentado pelo sr. Arno Ebeling, no sentido de que os convencionais deliberassem sobre a indicação do sr. Pedro Harry Hoffmann para futuro prefeito / do município de Crissiumal, o mesmo requerimento após ter sido discutido, foi o mesmo posto em votação, com o resultado de 16 votos a favor, ou seja por unanimidade; pediu a palavra o sr. Herwich C.A. Schumann, pedindo que fosse enviados officios ao comando do 3º exército, Governador do Estado, Presidente da ARENA Presidente da República, e ao sr. Secretário do Interiro e Justiça; a seguir o sr. presidente pos a palavra a disposição para quem dela uso quizer fazer; e como nada mais havendo a tratar o sr. presidente encerrou a presente convenção, e para constar

continua na fls.2

(Continuação)

continuação.

CÓPIA AUTENTICA DA ATA DA CONVENÇÃO MUNICIPAL DA ALIANÇA RE-
NOVADORA NACIONAL DE CRISSIUMAL.-

lavrou-se a presente ata, que vai assinada por todos os presen-
tes.

Crissiumal, 27 de setembro de 1.968.-

Pe. João Heidemann - Presidente
Adalberto Guido Trapp
Thomaz Elemar Klaus
Benno Bender
Pedro Osvaldo Scheid
Dr. Helio Drebes
Valentino Jabrowski
Ary Thums
Edvino Roque Kunh
Herwich C.A.Schumann
Anim Manteufel
Osvino Schardong
Fredolino Wunsch
Rubi Brockmann
Arno Ebeling - Secretário
João Darci Felden
Elio Engster

Crissiumal, 28 de setembro de 1.968.

Arno Ebeling
Arno Ebeling
Secretário

CERTIDÃO

CERTIFICO que a presente cópia é
fiel do original.-

O referido é verdade e d ou fé
Crissiumal, 30/9/1968

VISTO

Pe. João Heidemann

Pe. João Heidemann
Presidente da Convenção.

Arno Ebeling
Escrivão Eleitoral

Exemplo de ata de convenção partidária destinada a escolha do pré-candidato a prefeito nomeado município de Alecrim (1983):

LISTA DE PRESENÇA DOS SRS. CONVENCIONAIS (MEMBROS DO DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL DE ALECRIM) À REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PARA APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS QUE FORMARÃO A LISTA AO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALECRIM. 1. João José Hartwig, 2. Gessi Lourdes Schaedler, 3. Lidio Hansen, 4. Camilo / Leopoldo Ames, 5. Altamiro Fernandes Dias, 6. Vilson Germano Luardi, 7. Ivo Fernandes dos Santos, 8. João Alfredo Schaedler, 9. Edgar Meinerz, 10. José Amandio Escher, 11. Jair Schmidt, 12. Emilio Marino Kuhn, 13. Renato Minetto, 14. Dari Meinerz, 15. Orge - nio A. Klaus, 16. Luiz Antônio Schaedler, 17. Waldomiro Weschen - felder, 18. Isoldi M. Müller, 19. Renilda Schaedler, 20. Nair / Schorr, 21. Edvino R. da Silva, 22. Arsênio Heck, 23. Adão Pagel.

CÓPIA DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL DE ALECRIM PARA ESCOLHA DE NOMES QUE / FORMARÃO A LISTA DE NOMES AO CARGO DE PREFEITO NOMEADO DO MUNICÍPIO DE ALECRIM, fôlha 11 do livro de atas. Aos quatorze dias do / mês de abril, de mil novecentos e oitenta e três, às (20) vinte horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Alecrim, na Rua Nicolau José Schaedler, nº42, aí presentes os vinte e um (21) membros do Diretório Municipal do Partido Democrático Social (PDS) mais os quatro (4) vereadores da bancada na Câmara Municipal, observa-se que dois (2) membros do Diretório são, também, vereadores, a fim de tratar da indicação de nomes que devem figurar na / lista de candidatos ao cargo de Prefeito nomeado do Município de Alecrim, conforme edital de convocação, uma vez que o atual prefeito nomeado pediu afastamento do cargo. Abertos os trabalhos, pelo Sr. Presidente, solicitou ao Sr. Secretário executivo a leitura do edital de convocação. Passou-se em ato contínuo o assunto ao debate e apreciação dos membros presentes. Após discussão, através de diálogo, do assunto deliberaram o seguinte: que a escolha seria feita através de votação secreta dos Srs. membros do Diretório e vereadores do Partido. Assim se procedeu. Após a votação realizada na presença de todos, verificou-se a escolha dos seguintes nomes, pela ordem de preferência: Dario Afonso Schaedler, com dezoito (18) votos dos convencionais; Camilo Leopoldo Ames, com sete (7) votos dos convencionais. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente, agradeceu a presença unânime dos convencionais, elogiando pela forma pacífica como se desenvolveu o processo de escolha / dos nomes que formarão a lista ao cargo de Prefeito do Município de Alecrim, e, para tudo constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Executiva do Partido Democrático Social de Alecrim. ALECRIM, 14 de abril de 1983. Seguem-se as assinaturas de: *Dario Afonso Schaedler* *Camilo Leopoldo Ames*

Anexo VII – Relação candidatos do PMDB para as eleições de 1982, em Crissiumal

Exmo. Sr. Dr. Juiz Eleitoral da 91ª Zona Eleitoral.

O Diretório Municipal do PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB - pelo seu presidente nos termos da legislação vigente, requerer o registro abaixo relacionados, às eleições de 15 de novembro de 1982 para Vereadores à Câmara Municipal de Crissiumal escolhidos na Convenção Municipal realizada no dia 01 de agosto de 1982, para documentos exigidos por lei:

a) autorização dos candidatos para o registro;

b) prova de filiação partidária;

c) prova de domicílio eleitoral;

d) cópia da lista de presença dos convencionais;

e) cópia da ata da Convenção Municipal;

f) certidão dos Cartórios;

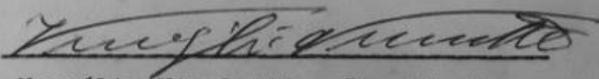
g) declaração de bens.

CANDIDATOS A VEREADORES:

- 1.- Arnildo Aloísio Haas; Título Eleitor nº 8191, deste município;
- 2.- Benno Bender; Título Eleitor nº 3158, deste município;
- 3.- Ruthy Feix; Título Eleitor nº 2944, deste município;
- 4.- Nestor Müller; Título Eleitor nº 466, deste município;
- 5.- Gelocy Soares da Silva; Título Eleitor, nº 953, deste município;
- 6.- Elimar Eckert; Título Eleitor nº 11224, deste município;
- 7.- Pedro Abel da Costa; Título Eleitor nº 14802, deste município;
- 8.- Teobaldo Ernesto Nass; Título Eleitor nº 1074, deste município;
- 9.- Silvério Rodolfo Hausmann; Título Eleitor nº 570, deste município;
- 10.- José Raymundo Pletsch; Título Eleitor nº 1415, deste município;
- 11.- Henrique Ebeling; Título Eleitor nº 8505, deste município.

Termos em que, pede deferimento.

Crissiumal, 10 de agosto de 1982.


Vergílio Nicoletti - Presidente.

Handwritten notes in the top right corner:
K. H. P. Teobaldo o
requisição, para
que se os aspectos Edi
tais, dig. os respectivos
nomes atuais da Edital
que deve ser anexado
abaixo assinado, vem,
no local do costume.
Art. 93, § 1º do Código Eleitoral
rel.
10-08/82
que junta os

Anexo VIII – Representante da Famurs pede o fim das ASN

Famurs aprova memorial pela direta na área de segurança

Documento vai esta semana para Brasília em nome da entidade dos prefeitos

A Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) encaminhará ao Governo Federal e lideranças políticas no Congresso Nacional memorial pedindo a inclusão na emenda das diretas à Presidência da República das eleições nos Municípios enquadrados como áreas de segurança nacional. A moção foi aprovada neste fim de semana, no encontro estadual promovido pela entidade, em Itaqui, e foi proposta pelo prefeito Antônio Brasil Carus, de Uruguaiana.

Carus, que é prefeito nomeado daquele Município de área de segurança, justificou sua proposição alegando que o momento é o mais oportuno a que sejam restabelecidas as diretas nas áreas de segurança. Mas incluiu no memorial, que acabou sendo aprovado, um item pelo qual nenhum Município permaneceria enquadrado, proporcionando, assim, as eleições em todos, sem qualquer distinção. Segundo parlamentares que assistiram à reunião da Famurs, surgiram manifestações de alguns prefeitos de Municípios da área de segurança contrários à moção, mas ela acabou sendo aprovada por grande maioria. E assim será encaminhada já nesta semana a Brasília. Esta é a primeira manifestação oficial da entidade em favor das diretas nas áreas de segurança. O documento vai ser encaminhado ao presidente Figueiredo, Leitão de Abreu, Nelson Marchezan, José Sarney, Ulysses Guimarães, Doutel de Andrade, Luiz Inácio Lula da Silva e Roberto Ribeiro, estes presidentes dos Diretórios Nacionais.



Antônio Brasil Carus é prefeito (nomeado) de Uruguaiana, mas foi o autor do trabalho

Fonte: Jornal Zero Hora, 25 de março de 1984, p. 14

**Anexo IX – Ex-prefeitos nomeados com carreira na administração pública entre 1979 e 2012
(dois principais cargos)**

Nome	Qtd. Cargos	Primeiro Cargo	Ano 1o Cargo	Segundo Cargo	Ano 2o Cargo
Cel. Antonio Augusto Brasil Carus	2	Diretor em Banco Estadual	1998	Secretário Municipal	2008
José Caminha Coelho Leal	3	Secretário Municipal	2001	Secretário Municipal	2010
Ouvidio Kaiser	2	Assessor Parlamentar Estadual	1986	Secretário Municipal	.
Dário Afonso Schaedler	3	Secretário Municipal	1994	Secretário Municipal	1997
Eugenio Reinaldo Werlang	3	Secretário Municipal	2000	Secretário Municipal	2012
Arlindo Schwantes	5	Assessor Parlamentar Municipal	1981	Assessor Parlamentar Municipal	1994
Candido Giordani	2	Assessor Parlamentar Estadual	1982	Fund. Rec. Hum. Assemb. Leg.	1984
Guilherme Socias Villela	9	Presidente de autarquia estadual	1983		
Carlos Willy Grun	1	Secretário Municipal	.		
Hugo Simões Lagranha	1	Secretário Municipal	1992		
Nelson Nabor dos Santos	1	Secretário Municipal	.		
Rudi Weber	1	Secretário Municipal	2000		
Luiz Jeronymo Busato	1	Defensor Público	.		
Camilo Moreira	1	Conselheiro Tribunal de Contas RS	1991		
Lúcio Adalberto Motta	1	Secretário Municipal	1992		
Lydio Carneiro Da Silva	1	Gerencia Regional de Habitação	1983		
Pedro Venâncio de O. Marques	1	Secretário Municipal	1992		
Cláudio Bloedow Schultz	1	Secretário Municipal	.		
Paulo Martim Engers	1	Funcionário Banco Estadual	1980		
Carlos Sá Azambuja	1	Diretor em Banco Estadual	1995		
Ruy Bom	1	Secretário de Autarquia Estadual	1981		
Antônio Cândido Silveira Pires	1	Superintendente de Autarq. Regional	1983		
Alcides Olindo Muraro	2	Secretário Municipal	1996		
Adair Vicente Brum	1	Sub Chefia de Secretaria Estadual	1981		
Abel Abreu Dourado	1	Secretário Municipal	2012		

Anexo X – Ex-nomeados na carreira administrativa

Primeiro cargo administrativo

Primeiro cargo entre 1979 e 2012	Freq.	%	Cum.
Secretário Municipal	12	48,0	48%
Diretor em Banco Estadual	2	8,0	52%
Assessor Parlamentar Estadual	2	8,0	60%
Secretário de Autarquia Estadual	1	4,0	64%
Sub Chefia de Secretaria Estadual	1	4,0	68%
Conselheiro Tribunal de Contas RS	1	4,0	72%
Superintendente de Autarquia Regional	1	4,0	76%
Defensor Público	1	4,0	80%
Presidente de autarquia estadual	1	4,0	84%
Funcionário Banco Estadual	1	4,0	88%
Assessor Parlamentar Municipal	1	4,0	96%
Gerencia Regional de Habitação	1	4,0	100%
Total	25	100,0	

Segundo cargo administrativo

Segundo cargo entre 1979 e 2012	Freq.	%
Secretário Municipal	5	71,4
Assessor Parlamentar Municipal	1	14,2
Fundação de Recursos Hum. Assembleia	1	14,2
Total	7	100,0

Anexo XI – Recursos sociais e educacionais de ex-nomeados com carreira na ADM estatal
(79/12)

Nome	Cidade	Fim	Profissão	Escolaridade	Área Formação	Família Política	ADM 7912
Guilherme Socias Villela	Porto Alegre	1983	Func. Fed.	Superior	Economia	Sim	9
Arlindo Schwantes	Tenente Portela	1975	Professor	Superior	Direito	Sim	5
José Caminha Coelho Leal	Dom Pedrito	1985	Veterinário	Superior	Med. Vet.	Não	3
Dário Afonso Schaedler	Alecrim	1986	Professor	Superior	Educação	Sim	3
Eugenio Reinaldo Werlang	Porto Lucena	1985	Professor	E. Médio	Magistério	Não	3
Candido Giordani	Tuparendi	1979	Professor	Superior	Educação	Sim	2
Cel. Antonio A. Brasil Carus	Uruguaiana	1985	Militar	E. Médio	Técnico	Sim	2
Ouvidio Kaiser	Porto Xavier	1985	Professor	Superior	Educação	Sim	2
Alcides Olindo Muraro	Itaqui	1985	Comerciante	Primário	.	Não	2
Carlos Sá Azambuja	Bagé	1985	Agropecuária	Superior	Economia	Sim	1
Adair Vicente Brum	Roque Gonzales	1981	Agropecuária	E. Médio	.	Sim	1
Hugo Simões Lagranha	Canoas	1971	Militar	Superior	Admin.	Sim	1
Rudi Weber	São Nicolau	1985	Alfaiate	E. Médio	.	Não	1
Carlos Willy Grun	Crissiumal	1985	Professor	Superior	Economia	Não	1
Luiz Jeronymo Busato	Canoas	1978	Empresário	Superior	Direito	Não	1
Camilo Moreira	Bagé	1978	Militar	Pós-Grad.	Educação	Sim	1
Paulo Martim Engers	Porto Xavier	1979	Agropecuária	.	.	Sim	1
Nelson Nabor dos Santos	Iraí	1983	Empresário	Sup. inc.	Economia	Não	1
Lúcio Adalberto Motta	Tenente Portela	1985	Op. de Máq.	Primário	.	Sim	1
Antônio Cândido S. Pires	Bagé	1975	Professor	Superior	Direito	Não	1
Cláudio Bloedow Schultz	Canoas	1985	Func. Pub. Mun.	Superior	Economia	Não	1
Ruy Born	Iraí	1979	Professor	Superior	Educação	.	1
Abel Abreu Dourado	Rio Grande	1985	Industrial	Superior	Admin.	Não	1
Lydio Carneiro Da Silva	Itaqui	1979	Professor	Pós-Grad.	Educação	Sim	1
Pedro Venâncio O. Marques	Roque Gonzales	1985	Professor	Pós-Grad.	Educação	Não	1

Fonte: elaboração própria

Cargo Administrativo segundo o nível educacional

Cargo*	Primário	Ensino Médio	Superior	Pós-Grad.	Sup. Inc.
Secretário Municipal	2	2	6	1	1
Assessor Parlamentar Municipal			1		
Assessor Parlamentar Estadual			2		
Secretário de Autarquia Estadual			1		
Sub Chefia de Secretaria Estadual		1			
Conselheiro Tribunal de Contas RS				1	
Superintendente de Autarquia Regional			1		
Defensor Público			1		
Presidente de autarquia estadual			1		
Diretor em Banco Estadual		1	1		
Gerencia Regional de Habitação				1	
Total	2	4	14	3	1

*Falta o dado para Paulo Martim Engers

Anexo XII – Candidatos sem sucesso eleitoral 79/12

Nome	Cidade	Profissão	Escolaridade	Fam Pol	Ele 45/65	Ele 65/79	ADM 65/79	CAND 79/12
Carlos Willy Grun	Crissiumal	Professor	Superior	Não	0	0	2	2
Walter Neves Ferreira	Herval	Agropec.	Sup. Inc.	Sim	1	0	0	1
Nelson N. dos Santos	Iraí	Empresário	Sup. Inc.	Não	0	1	0	1
Lydio Carneiro da Silva	Itaqui	Professor	Pós-Grad	Sim	0	2	0	1
Clemente Santignon	Porto Lucena	Comerciante	E. Médio	Sim	0	0	0	1
Paulo Martim Engers	Porto Xavier	Agropec.	.	Sim	0	0	0	1
Ouvidio Kaiser	Porto Xavier	Professor	Superior	Sim	0	0	2	1
Hugo Feier	Porto Xavier	Comerciante	E. Médio	Sim	2	0	0	1
Sady Martins Portela	São Nicolau	Comerciante	.	Não	0	0	0	1
Hugo G. Soares	Sta Vit do Palmar	Comerciante	Primário	Sim	0	3	1	1
João Puhl	Tucunduva	.	.	.	1	1	0	1
Rudi Ervino Kirchoff	Vicente Dutra	Comerciante	.	Sim	1	2	0	2
Augusto Fabris	Vicente Dutra	.	.	.	0	2	0	1

Propaganda eleitoral de Porto Xavier (2012)



Fonte: Acervo pessoal de Ovídio Kaiser.

Anexo XIII – Ex-nomeados e a carreira eletiva (cargos por ano)

Eleitos 79/12 (primeiro cargo)

Cargo #1	1982	1985	1986	1988	1991	1992	1996	2000	Total
Prefeito	2	2		7		3			14
Vereador	6			4		2	2		14
Dep. Estadual	2		3		1				6
Vice-Prefeito							1		1
Supl. Vereador	2			2			1	2	7
Total	12	2	3	13	1	5	4	2	42

Eleitos 79/12 (segundo cargo)

Cargo #2	1986	1988	1990	1992	1994	1996	2000	2004	2008	2012	Total
Prefeito		2		1			3	1			7
Vereador		1		3					1	1	6
Dep. Federal			1		1						2
Dep. Estadual	1				1						2
Vice-Prefeito		1				1		2			4
Supl. Vereado		2					2			1	5
Total	1	6	1	4	2	1	5	3	1	2	26

Eleitos 79/12 (terceiro cargo)

Cargo #3	1996	2000	2008	2012	Total
Prefeito	3	2	3	0	8
Vereador	0	2	0	1	3
Supl.	1	0	1	0	2
Total	4	4	4	1	13

Anexo XIV – Recursos sociais dos eleitos

Nome	Início/ Fim	Cidade	Nível Educ.	Profissão	Fam. Pol.	Ele 45/65	Ele 65/79	ADM 65/79	Cand 79/12	ELE 79/12	% Suss.
João Orlando Schaedler	1973/1983	Alecrim	E. Médio	Militar	Sim	1	1	0	1	1	100
Dário Afonso Schaedler	1983/1985	Alecrim	Superior	Professor	Sim	0	0	0	2	1	50
Carlos Sá Azambuja	1979/1985	Bagé	Superior	Agropecuária	Sim	0	1	0	6	4	67
Camilo Moreira	1975/1978	Bagé	Pós-Grad.	Militar	Sim	1	1	1	1	1	100
Cel. Washington Bandeira	1969/1971	Bagé	Méd. Téc.	Militar	Sim	0	1	0	1	1	100
Cláudio Bloedow Schultz	1984/1985	Canoas	Superior	Func. Pub. Mun.	Não	0	0	0	5	5	100
Hugo Simões Lagranha	1969/1971	Canoas	Superior	Militar	Sim	3	1	0	4	3	75
Luiz Jeronymo Busato	1978/1978	Canoas	Superior	Empresário	Não	0	2	1	1	1	100
Aparício Piccinin	1973/1977	Catuípe	Primário	Comerciante	Não	1	1	0	1	1	100
Benno Bender	1969/1975	Crissiumal	.	Comerciante	Não	1	2	0	2	2	100
Pedro Harry Hoffmann	1964/1969	Crissiumal	.	Cartorário	Não	1	0	0	3	2	67
José Caminha Coelho Leal	1975/1985	Dom Pedrito	Superior	Veterinário	Não	0	0	0	2	1	50
Crispim Chaves da Cruz	1964/1975	Dom Pedrito	E. Médio	Func. Pub. Mun.	Não	3	1	0	1	1	100
Otoni Amaro da Silveira	1979/1985	Herval	.	.	Sim	0	2	0	1	1	100
Irineu Colato	1975/1982	Horizontina	Pós-Grad.	Professor	Não	0	0	3	5	3	60
José Luiz Ruschel	1982/1985	Horizontina	.	.	.	0	1	0	3	2	67
Uivalde Pigato	1964/1971	Iraí	.	Comerciante	Sim	1	0	0	2	2	100
Alcides Olindo Muraro	1979/1985	Itaqui	Primário	Comerciante	Não	1	1	0	3	1	33
Aldo Francisco Rosa	1979/1985	Jaguarão	.	.	.	0	2	0	2	1	50
João Antônio Dib	1983/1985	Porto Alegre	Superior	Func. Pub. Mun.	Sim	0	2	5	8	7	88
Guilherme Socias Villela	1975/1983	Porto Alegre	Superior	Func. Pub. Fed.	Sim	0	0	8	5	2	40
Eugenio Reinaldo Werlang	1981/1985	Porto Lucena	E. Médio	Professor	Não	0	1	2	3	2	67
Juarez Custódio Gomes	1979/1985	Quaraí	Superior	Veterinário	Não	0	1	0	6	2	33
Rubens Emil Corrêa	1975/1978	Rio Grande	.	Agropecuária	Sim	0	2	1	4	3	75
Abel Abreu Dourado	1981/1985	Rio Grande	Superior	Industrial	Não	0	0	2	2	1	50
Adair Vicente Brum	1975/1981	Roque Gonz.	E. Médio	Agropecuária	Sim	0	0	3	3	2	67
Guilherme Bassedas Costa	1975/1985	Sant do Livr.	Superior	Professor	Sim	0	1	1	5	3	60
José Pereira Alvarez	1966/1974	São Borja	Pós-Grad.	Eng. Agr.	Sim	1	0	1	5	3	60
Vicente Miguel Soares	1969/1971	São Nicolau	Superior	Professor	Não	1	2	0	2	2	100
Rudí Weber	1979/1985	São Nicolau	E. Médio	Alfaiate	Não	0	1	0	4	3	75
*Aury de Oliveira	1976/1979	Sta Vit do Pal.	Superior	Veterinário	Não	0	0	0	2	2	100
Lúcio Adalberto Motta	1981/1985	Tenente Portela	Primário	Op. de Máq.	Sim	0	2	1	4	2	50
Israel Capellari	1976/1981	Tenente Portela	.	Comerciante	Sim	0	1	0	1	1	100
Arlindo Schwantes	1972/1975	Tenente Portela	Superior	Professor	Sim	1	1	0	1	1	100
*Aury De Oliveira	1973/1975	Tramandaí	Superior	Veterinário	Não	0	0	0	2	2	100
Elói Braz Sessim	1979/1983	Tramandaí	.	.	.	0	2	0	3	2	67
João Carlos Wender	1983/1985	Tramandaí	.	.	.	0	0	0	2	1	50
Renato Jose Oppermann	1979/1985	Tres Passos	Superior	Advogado	.	0	3	0	1	1	100
Nerci Camera	1983/1985	Tucunduva	Superior	Adm. de Empr.	Não	0	2	0	5	3	60
José Antônio Grando	1983/1985	Tuparendi	.	.	.	0	0	0	6	5	83
Cel. Antônio A. B. Carus	1973/1985	Uruguaiana	E. Médio	Militar	Sim	0	0	0	4	4	100
Sérgio Egídio Dal Forno	1975/1977	Vicente Dutra	.	.	.	0	1	0	1	1	100
Osmar José da Silva	1979/1983	Vicente Dutra	.	Professor	Não	0	1	0	4	3	75

Anexo 15 - Legislação para a nomeação de prefeitos (1934-1988)

Tipo de Executivo Municipal	Origem da Legislação	Descrição da legislação para nomeação de prefeitos
Prefeito de ASN	Constituição de 1946	Art. 28, § 2º - Serão nomeados pelos Governadores dos Estados ou dos Territórios os Prefeitos dos Municípios que a lei federal, mediante parecer do Conselho de Segurança Nacional, declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do País.
	Constituição do RS 1947	Art. 93 - Compete ao Governador do Estado: X - nomear e demitir, por indicação do Secretariado, os prefeitos dos Municípios que a lei declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do país. Art. 141 - O Governador nomeará os prefeitos dos municípios que a lei federal declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do país.
	Constituição de 1967	Art. 16, § 1º - Serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação: b - do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional, por lei de iniciativa do Poder Executivo.
	Lei nº 5.449, de 04 de junho de 1968	Art. 1º São declarados de interesse da segurança nacional, para os efeitos do disposto no art. 16, § 1º, alínea b, da Constituição, os seguintes Municípios: VII - no Estado do Rio Grande do Sul: - os de Alecrim; Bagé; Crissiumal; Dom Pedrito; Erval; Horizontina; Itaqui; Jaguarão; Pôrto Lucena; Pôrto Xavier; Quaraí; Rio Grande; Santa Vitória do Palmar; Santana do Livramento, São Borja; São Nicolau; Tenente Portela; Três Passos; Tucunduva; Tuparendi e Uruguaiana;
	Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969	Art. 15. A autonomia municipal será assegurada: b) à organização dos serviços públicos locais. § 1º Serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação: b) do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional por lei de iniciativa do Poder Executivo.
	Constituição do RS 1970	Art. 144 - Serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação: b) do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional. Art. 156 - O Prefeito Municipal, eleito ou nomeado na forma da legislação federal, é o titular do Poder Executivo.
	Decreto-lei nº 1.866, de 9 de março de 1981	Art. 1º - Os prefeitos dos municípios declarados de interesse da Segurança Nacional, nos termos do artigo 15, § 1º, alínea b, da Constituição, serão nomeados pelo Governador do Estado respectivo, mediante prévia aprovação do Presidente da República. (Execução suspensa pela RSF nº 58, de 1995) § 1º Se o nome escolhido não merecer aprovação do Presidente da República, o Ministro da Justiça comunicará a decisão ao Governador do Estado, para que este, dentro do prazo de dez (10) dias, a contar da data da comunicação, faça nova indicação. § 2º Até a nomeação e posse do cidadão escolhido pelo Governador e aprovado pelo Presidente da República, responderá pela prefeitura Prefeito pro tempore, designado pelo Presidente da República. (Execução suspensa pela RSF nº 58, de 1995) Art. 2º - O Ministro da Justiça comunicará ao Governador e ao Presidente da Câmara Municipal a designação de que trata o § 2º do artigo anterior, bem assim a posse do designado, que se dará perante o Ministro da Justiça. (Execução suspensa pela RSF nº 58, de 1995)
	Decreto-lei nº 2.183, de 19 de dezembro de 1984.	Art. 1º - Deixam de ser declarados de interesse da Segurança Nacional, assim caracterizados pela Lei e Decretos-leis abaixo indicados, os seguintes municípios: - ALECRIM, BAGÉ, CRISSIUMAL, DOM PEDRITO, HERVAL, HORIZONTINA, RIO GRANDE, SANTA VITÓRIA DO PALMAR, SÃO NICOLAU, TENENTE PORTELA, TRÊS PASSOS, TUCUNDUVA,

		TUPARENDI, TRAMANDAÍ e OSÓRIO no Estado do Rio Grande do Sul; Parágrafo único - Até a posse dos eleitos permanecerá o regime de Prefeito nomeado, na forma da legislação que disciplina a matéria.
Prefeito do Distrito Federal	Constituição de 1934	Art 15 - O Distrito Federal será administrado por um Prefeito, de nomeação do Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, e demissível ad nutum cabendo as funções deliberativas a uma Câmara Municipal eletiva.
	Constituição de 1937	Art. 30 - O Distrito Federal será administrado por um Prefeito de nomeação do Presidente da República, demissível ad nutum, e pelo órgão deliberativo criado pela respectiva lei orgânica. (Redação dada pela Lei Constitucional nº 9, de 1945)
	Constituição de 1946	Art 26 - O Distrito Federal será administrado por Prefeito de nomeação do Presidente da República, e terá Câmara eleita pelo povo, com funções legislativas. § 1º - Far-se-á a nomeação depois que o Senado Federal houver dado assentimento ao nome proposto pelo Presidente da República. § 2º - O Prefeito será demissível ad nutum
	Constituição de 1967	Art 17 - A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal e dos Territórios. § 2º - O Prefeito do Distrito Federal e os Governadores dos Territórios serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado.
	Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969	Art. 17. A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal e dos Territórios. § 2º O Governador do Distrito Federal e os Governadores dos Territórios serão nomeados pelo Presidente da República.
	Constituição de 1988	Art. 16. Até que se efetive o disposto no art. 32, § 2º, da Constituição, caberá ao Presidente da República, com a aprovação do Senado Federal, indicar o Governador e o Vice-Governador do Distrito Federal.
Prefeito Capital de Estado e Estâncias Hidrominerais	Constituição de 1934	Art 13 - Os Municípios serão organizados de forma que lhes fique assegurada a autonomia em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse; e especialmente: I - a eletividade do Prefeito e dos Vereadores da Câmara Municipal, podendo aquele ser eleito por esta; II - a decretação dos seus impostos e taxas, a arrecadação e aplicação das suas rendas; III - A organização dos serviços de sua competência. § 1º - O Prefeito poderá ser de nomeação do Governo do Estado no Município da Capital e nas estâncias hidrominerais.
	Constituição de 1937	Art 27 - O Prefeito será de livre nomeação do Governador do Estado.
	Constituição de 1946	§ 1º - Poderão ser nomeados pelos Governadores dos Estados ou dos Territórios os Prefeitos das Capitais, bem como os dos Municípios onde houver estâncias hidrominerais naturais, quando beneficiadas pelo Estado ou pela União.
	Constituição do RS de 1946	Art. 141 - O Governador nomeará os prefeitos dos municípios que a lei federal declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do país. Parágrafo único - Serão eleitos o prefeito da Capital e os dos municípios onde houver estâncias (sic) hidro-minerais naturais, mesmo quando beneficiadas pelo Estado ou pela União.
	Emenda Constitucional nº 12 de, 05 de dezembro de 1965	§ 1º Poderão ser nomeados pelos governadores dos Territórios os prefeitos das respectivas capitais, bem como pelos governadores dos Estados e Territórios os prefeitos dos Municípios onde houver estâncias hidrominerais naturais, quando beneficiadas pelo Estado ou pela União
	Ato Institucional Número 3 de,	CONSIDERANDO, mais, que é conveniente à segurança nacional alterar-se o processo de escolha dos Prefeitos dos Municípios das Capitais de Estado; Art. 4º - Respeitados os mandatos em vigor, serão nomeados pelos

	5 de fevereiro de 1966.	Governadores de Estado, os Prefeitos dos Municípios das Capitais mediante prévio assentimento da Assembleia Legislativa ao nome proposto.
	Constituição de 1967	<p>Art 16 - A autonomia municipal será assegurada: (Ver Lei Complementar nº 2, de 1967)</p> <p>§ 1º - Serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação:</p> <p>II - pela administração própria, no que concerne ao seu peculiar interesse, especialmente quanto:</p> <p>a) à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação de suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade, de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei estadual;</p> <p>b) à organização dos serviços públicos locais.</p> <p>§ 1º - Serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação:</p> <p>a) da Assembleia Legislativa, os Prefeitos das Capitais dos Estados e dos Municípios considerados estâncias hidrominerais em lei estadual.</p>
	Constituição do RS 1970	<p>Art. 27 - É da competência exclusiva da Assembleia:</p> <p>XII - aprovar previamente, por voto secreto da maioria de seus membros, a escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas, Procurador Geral da Justiça, Consultor Geral do Estado, Prefeito da Capital e dos Municípios considerados estâncias hidrominerais, Diretores-Presidentes das sociedades de economia mista, bem como de outros servidores, quando determinado em lei;</p>

Fonte: Elaboração própria, com base as Constituições Federais de 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988; Atos Institucionais, Complementares e Emendas Constitucionais, publicados entre 1966 e 1985.

REFERENCIAS

- ABREU, L. A. DE. Estado Novo, realismo e autoritarismo político. *Política & Sociedade*, 2005.
- _____. Estado Novo: o fim das políticas regionais? *Estudos Ibero-Americanos*, v. XXXIII, n. 1, p. 172–191, 2007a.
- _____. Um olhar regional sobre o Estado Novo. [s.l: s.n.].
- _____. Elites políticas regionais: o caso das interventorias gaúchas. *Revista de Sociologia e Política*, p. 187–197, 2008.
- ABRUCIO, F. Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Departamento de Ciencia Política, USP, 1998.
- ABRUCIO, F.; SAMUELS, D. A “Nova” Política dos Governadores: Política Subnacional e Transição Democrático no Brasil. *Lua Nova*, v. 40/41, p. 138–326, 1999.
- ALESSIO, N.; LOPES, I. M. M. Transformação Política ao Nível do Poder Local - estudo de caso (Caxias) - relatório preliminar. *Revista de Ciência Política*, v. 5, n. 4, p. 43–88, 1971.
- ALVES, M. H. M. Estado e oposição no Brasil:(1964-1984). Bauru: EDUSC, 2005.
- AMARAL, O. E.; BRAGA, M. DO S. S. Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária: o caso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, p. 33–43, 2013.
- AMARAL, S. M. O teatro do poder: as elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo. [s.l: s.n.].
- AMES, B. Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.
- ARAÚJO, C.; BORGES, D. TRAJETÓRIAS POLÍTICAS E CHANCES ELEITORAIS: ANALISANDO O “GÊNERO” DAS CANDIDATURAS EM 2010. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, p. 69–91, 2013.
- ASEFF, M. G. Retratos do exílio: experiências, solidariedade e militância política de esquerda na fronteira Livramento - Rivera (1964-1974). [s.l: s.n.].
- BARBOSA, L. Política em família. Relações de parentesco e facções políticas em um município da Zona da Mata de Minas Gerais. *Cadernos de Campo* (São Paulo, 1991), v. 21, p. 119–136, 2013.
- BARRETO, A. Reeleição parlamentar: reflexões metodológicas e análise do caso da Câmara de Vereadores de Pelotas (1976-2004). *Opinião Pública*, 2008.
- BARRETO, A.; BENTO, J. S. Candidatura nata para a câmara dos deputados brasileira e as ambiguidades da ditadura civil-militar. Rio Grande: [s.n.].
- _____. Regime militar e sistema político brasileiro: a origem da candidatura nata. *Perspectivas: Revista de Ciências ...*, v. 41, p. 105–134, 2012b.
- BELOCH, I.; ABREU, A. DE. Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984.
- BENTO, J.; BARRETO, A. A candidatura nata na legislação eleitoral brasileira. *Revista de Informação Legislativa*, v. 49, n. 195, p. 111–126, 2012.
- BOLOGNESI, B. Candidatos e eleitos: o recrutamento político nos partidos paranaenses nas eleições de 2006. [s.l.] Universidade Federal do Paraná, 2009.
- _____. Caminhos para o poder: a seleção de candidatos a Deputado Federal nas eleições de 2010. [s.l.] Tese (Doutorado) UFSCAR, 2013a.
- _____. A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, p. 45–68, jun. 2013b.
- BOLOGNESI, B.; COSTA, L. D. Estruturação social e enquadramento institucional no processo de formação das elites políticas: o caso da eleição de mulheres para a Câmara dos Deputados em 2006. *Seminário Intermediário da Associação Brasileira de Ciência Política*.

Anais...2006

BOLOGNESI, B.; MEDEIROS, P. L. Aspectos motivacionais do recrutamento político: um estudo inicial dos candidatos a deputado federal no Brasil (2010). *Paraná Eleitoral: revista de direito eleitoral e ciência política*, v. No prelo., p. 99–124, 2014.

BONES, E. 1966: a conciliação impossível: a candidatura Ruy Cirne Lima ao governo do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Carmen Langaro Produção Cultural, 2014.

BOTTOMORE, T. *Class and Elite Theory, Elites and Society*. 1993.

_____. *Elites and society*. [s.l.: s.n.].

BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 31, p. 2–3, 1980.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 2004a.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004b.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Edusp, 2007a.

_____. *Meditações Pascalinas*. RIO de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.

BRAGA, M. DO S. S. *Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo* Opinião Pública, 2008.

BRAGA, M. DO S. S.; VEIGA, L. F.; MIRÍADE, A. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006 *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2009.

BRANDO, N. M. (ET ALL). *Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil (1961-1979)*. Rio Grande ed. Porto Alegre, RS: CORAG, 2014.

BRASIL. ATO INSTITUCIONAL (Nº 1). Poder Constituinte originário da Revolução de 31/03/1964 Rio de Janeiro, 1964. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1&tipo_norma=AIT&data=19640409&link=s>. Acesso em: 5 jun. 2014

BRASIL, C. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. *In*: IV. [s.l.: s.n.]. .

BUNCE, V.; MCFOUL, M.; STONER-WEISS, K. *Democracy and Authoritarianism in the Postcommunist World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CAMPELLO DE SOUZA, M. DO C. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

CARDOSO, C.; FARIAS, G. C.; MONTEMEZZO, L. F. Entrevista - A trajetória política de Sereno Chaise: da democracia de 1945 aos dias atuais. 24ª entrevista editada pelo Programa de história oral do Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular (CD-AIB/PRP) - PUCRS, 2009.

CAREY, J.; SHUGART, M. Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas. *Electoral studies*, 1995.

CARVALHO, A. Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da Arena e do MDB. [s.l.] UFRJ, 2008.

CARVALHO, J. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CASE, W. Electoral authoritarianism in Malaysia: trajectory shift. *The Pacific Review*, v. 22, n. 3, p. 311–333, 6 ago. 2009.

CASE, W. Electoral authoritarianism and backlash: Hardening Malaysia, oscillating Thailand. *International Political Science Review*, v. 32, n. 4, p. 438–457, 16 jun. 2011.

CASTRO, C.; D'ARAÚJO, M. C. Militares e política na Nova República. [s.l.: s.n.].

CHARLE, C. *Les élites de la République (1880-1900)*. Paris: Fayard, 1987.

_____. *Les Elites de la République revisitado* in *Dossie Sociologia do Poder e das Elites*.

SEIDL, Ernesto. São Cristóvão-SE, NPPCS/UFS, n. 13 jul./dez., 2008. TOMO, *Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais/Universidade Federal de Sergipe*, p. 15–42, 2008.

- CODATO, A. CLASSE POLÍTICA E REGIME AUTORITÁRIO: Os advogados do Estado Novo em São Paulo. v. 29, n. 84, p. 145–164, 2014.
- CODATO, A.; CERVI, E. U.; PERISSINOTTO, R. M. Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012. Cadernos ADENAUER, v. XIV, p. 61–84, 2013.
- CODATO, A.; COSTA, L. D.; MASSIMO, L. Régimen político y reclutamiento parlamentario en Brasil: perfil de los senadores en la democracia y la dictadura in 2da Reunión Internacional sobre Formación de las Elites : enfoques y avances de investigación en el estudio relacional de las desigualdade. E-Book. p. 49–67, 2013.
- _____. Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. Opinião Pública, v. 20, n. 3, p. 346–362, dez. 2014.
- COLUSSI, E. Estado Novo e municipalismo gaúcho. Passo Fundo: UPF, 1996.
- CORADINI, O. L. Categorias sócio-profissionais, titulação escolar e disputas eleitorais. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, p. 109–122, 2010.
- _____. Representação política e de interesses: bases associativas dos deputados federais de 1999-2007. Sociedade e Estado, 2011.
- COSTA, D. C. Entrevista concedida a Leila Silveira [21 maio 1999]. Não Relatado, 1999.
- COSTA, L. D. Composição sócio-ocupacional dos senadores brasileiros: testando algumas hipóteses sobre o Congresso Nacional (1987-2007). [s.l.] Dissertação (Mestrado) UNICAMP, 2010.
- COSTA, L. D.; CODATO, A. Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos Senadores da República in: Marengo, A. Os Eleitos: Representação e carreiras políticas em democracias. [s.l.] Editora da Ufrgs, 2012.
- COSTA, L. D.; CODATO, A.; MASSIMO, L. Codificando profissões em estudos de elites políticas: uma discussão metodológica e tipológica. Curitiba: NUSP/UFPR, 2013.
- COSTA, P. R. N.; COSTA, L. D.; NUNES, W. Os senadores-empresários: recrutamento, carreira e partidos políticos dos empresários no Senado brasileiro (1986-2010). Revista Brasileira de Ciência Política, n. 14, p. 227–253, maio 2014.
- COUTO E SILVA, G. O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: [s.n.].
- DAHL, R. A. Uma crítica do modelo de elite dirigente. AMORIN, Maria Stella. Sociologia Política II. Rio de Janeiro, 1970.
- DANTAS, B. S. DO A. Religião e Política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal. [s.l.] PUCSP, 2011.
- DIAMOND, L. J. Thinking About Hybrid Regimes. Journal of Democracy, v. 13, n. 2, p. 21–35, 2002.
- DIAP. Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2011-2015. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, v. 5, p. 118, 2010.
- _____. Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, v. 6, p. 164, 2014.
- DONNO, D. Elections and democratization in authoritarian regimes. American Journal of Political Science, v. 57, n. 3, p. 703–716, 7 jul. 2013.
- DREIFUSS, R. 1964, A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. [s.l.: s.n.].
- FERNANDES, A. Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira eo Uruguai (1964-1973). [s.l.] UFRGS, 2009.
- FERREIRA, G. Recrutamento à Representação Político-Partidária: O Caso das Eleições de 2010 no Rio Grande do Sul. [s.l.] PUCRS, 2012.
- FLACH, A. “Os vanguardeiros do anticomunismo”: o PRP e os perrepiistas no Rio Grande do Sul (1961-1966). [s.l.] Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003.
- FLEISCHER, D. O recrutamento político em Minas 1890 1918: análise dos antecedentes

- sociais e das carreiras políticas de 151 deputados federais. Belo Horizonte: Edição da Revista brasileira de estudos políticos Imprensa da Universidade federal de Minas Gerais, 1971.
- _____. O Trampolim político: mudanças nos padrões de recrutamento político em Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*, v. 7, n. 1, p. 99–116, 1973.
- _____. A cúpula mineira na Velha República: as origens sócioeconômicas e recrutamento de governadores, vice-governadores e deputados federais. *Rev. de Ciência Política*, v. 20, n. 4, 1977a.
- _____. A Bancada Federal Mineira: trinta anos de recrutamento político, 1945/1975. *Revista Bras. de Estudos Políticos*, n. 45, 1977b.
- _____. A redemocratização em Minas: recrutamento à Assembléia Legislativa Mineira, 1947-1977. In: *Cadernos do Departamento de Ciência Política*. n. 4, 1977c.
- FLORENTINO, R. Saindo de Cena: parlamentares que desistem da disputa eleitoral (1990-2006). *Revista de Sociologia e Política*, p. 45–63, 2008.
- FORJAZ, M. C. S. Os deputados de São Paulo: trajetória social e política. *Revista de Administração de Empresas*, v. 25, n. 3, p. 49–56, 1985.
- FREIRE, A. A profissionalização política dos deputados portugueses. *Sociologia*, v. 12, p. 27–56, 2002.
- GALLAGHER, M.; MARSH, M. *Candidate Selection in Comparative Perspective. The Secret Garden of Politics*. [s.l.] Sage Publications, 1988. v. 18
- GANDHI, J. *Political institutions under dictatorship*. [s.l.] Cambridge University Press, 2008.
- GANDHI, J.; LUST-OKAR, E. Elections Under Authoritarianism. *Annual Review of Political Science*, v. 12, n. 1, p. 403–422, jun. 2009.
- GASPARI, E. *A ditadura escancarada*. [s.l.: s.n.].
- _____. *A ditadura envergonhada*. 4. ed. [s.l.] Companhia das Letras, 2002b.
- GAXIE, D. As lógicas do recrutamento político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 165–208, 2012.
- GEDDES, B. *Why Parties and Elections in Authoritarian Regimes?* Paper presented at the annual meeting of the American ..., 2005.
- GELMAN, V. The Dynamics of Subnational Authoritarianism. *Russian Politics and Law*, v. 48, n. 2, p. 7–26, 2010.
- GOLOSOV, G. The regional roots of electoral authoritarianism in Russia. *Europe-Asia Studies*, v. 63, n. 4, p. 623–639, jun. 2011.
- GRILL, I. G. Parentesco e política no Rio Grande do Sul in *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*. Niteroi: EdUFF, 2005. v. 18
- _____. Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão. *Revista de Sociologia e Política*, p. 65–87, 2008.
- _____. “FAMÍLIAS”, ASCENSÃO SOCIAL E ALINHAMENTOS PARTIDÁRIOS NO RIO GRANDE DO SUL. *rcs.ufc.br*, p. 137–157, 2012.
- HAGOPIAN, F. *Traditional politics and regime change in Brazil*. [s.l.: s.n.].
- HAZAN, R. Y.; RAHAT, G. *Candidate Selection Methods: An Analytical Framework*. *Party Politics*, v. 7, p. 297–322, 2001.
- _____. The influence of candidate selection methods on legislatures and legislators: Theoretical propositions, methodological suggestions and empirical evidence. *The Journal of Legislative Studies*, v. 12, n. 922095907, p. 366–385, 2006.
- _____. *The Influence of Candidate Selection Methods on Legislatures and Legislators: Theoretical Propositions, Methodological Suggestions and Empirical Evidence in: Comparing and Classifying Legislatures*. [s.l.] Routledge, 2013.
- HEINZ, F. (ORG. . *O Parlamento em Tempos Interessantes*. PORTO ALEGRE: CORAG, 2005. v. III
- HEINZ, F. (ORG. . *História social de elites*. [s.l.] Oikos, 2011.

- HOWARD, M.; ROESSLER, P. G. P. Liberalizing electoral outcomes in competitive authoritarian regimes. *American Journal of Political ...*, v. 50, n. 2, p. 365–381, 2006.
- IZUMI, M. Padrão de carreira dos senadores brasileiros (1989-2008). Trabalho apresentado no VII Encontro da Associação ..., 2010.
- JENKS, M. Political parties in authoritarian Brazil. [s.l.: s.n.].
- JOIGNANT, A. Habitus, campo y capital. Elementos para una teoría general del capital político. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 74, p. 587–618, 2012.
- KINZO, M. D. Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB, 1966-1979. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- KLÖCKNER, L. O diário político de Sereno Chaise: 60 anos de história. Porto Alegre: Editora AGE Ltda, 2007.
- KRIEGER, D. Desde as Missões...: saudades, lutas, esperanças. 1976.
- LAMOUNIER, B.; KINZO, M. Partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil, 1945-1978. *Boletim Informativo Bibliográfico*, n. 5, p. 117–139, 1978.
- LEMIESZEK, C. DE L. Bagé: relatos de sua história. [s.l.: s.n.].
- _____. Governos e governantes de Bagé – 1964-1978. Bagé: Praça da Matriz, 2003.
- _____. Governos e governantes de Bagé–1979-1992. [s.l.: s.n.].
- LEMONS, L. B. DE S.; RANINCHESKI, S. O perfil sociopolítico dos senadores brasileiros. *Revista Senatus*, v. 2, n. 1, p. 33–39, 2002.
- LEONI, E. Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: a Câmara dos Deputados (1991-1998)Dados, 2002.
- LEONI, E.; PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. *Opinião Pública*, v. IX, p. 44–67, 2003.
- LEVITSKY, S.; WAY, L. The Rise of Competitive Authoritarianism. *Journal of Democracy*, v. 13, n. 2, p. 51–65, 2002.
- LIMA, D.; WERNECK, V. Política e Mídia: a Igreja Universal do Reino de Deus nas Eleições. *Revista de Ciências Sociais*, v. 55, p. 221–250, 2012.
- LIMA, R. N.; BARRETO, A. A carreira de vereador e a ambição progressiva: análise a partir do caso do Rio Grande do Sul (2002-2010). *Pensamento Plural*, 2014.
- LIMA, R. N. DE. Vereadores eleitos deputados no RS nas eleições 2002 , 2006 e 2010 : uma análise de carreiras políticas e perfil socioeconomico. 2010.
- LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. *Executivo e Legislativo na Nova ...*, 1999.
- LUST-OKAR, E. Elections under authoritarianism: Preliminary lessons from Jordan. *Democratization*, v. 13, n. 3, p. 456–471, jun. 2006.
- MADEIRA, R. M. ARENA ou ARENAs? A coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros. [s.l.] UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL INSTITUTO, 2002.
- _____. Integração horizontal e fragmentação partidária: uma análise de carreira política dos deputados federais da Arena em São Paulo. *Sociedade e Cultura*, v. 7, n. 2, p. 207–224, 2004.
- _____. Vinhos antigos em novas garrafas : a influência de ex- arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro. 2006.
- _____. Integração vertical e estabilidade de carreiras políticas: uma análise da trajetória política dos deputados federais da Arena gaúcha. *Política & Sociedade*, v. 6, n. 10, p. 243–273, 2007.
- _____. A atuação de ex-arenistas e ex-emedebistas na assembleia nacional constituinte. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, p. 189–204, 2011.
- MADEIRA, R. M.; GERARDI, D. A. Aprendendo a jogar pelas regras do jogo: o impacto do regime na construção de carreiras políticas em áreas de segurança nacional no RSIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA. Brasília: [s.n.].

- MADEIRA, R. M.; GERARDI, DI. A. DESCOMPRIMINDO TENDÊNCIAS: Os embates intrapartidários no interior da ARENA e MDB em eleições municipais gaúchas (1968-1976). *aucip.org.uy*, p. 14–16, 2012.
- MAGALH, P. Recrutamento parlamentar para o Senado e o perfil dos senadores brasileiros, 1989-2006. *1. v. 20, n. 2, p. 1989–2006*, 2006.
- MAGALONI, B. Voting for Autocracy: Hegemonic Party Survival and its Demise in Mexico. *In: Voting for Autocracy: Hegemonic Party Survival and its Demise in Mexico* Beatriz. [s.l: s.n.]. p. 1–43.
- MAINWARING, S. Brazilian party underdevelopment in comparative perspective. *Political Science Quarterly*, 1992.
- MANCUSO, W. P. *et al.* Determinantes dos padrões de carreira política dos deputados federais paulistas entre as legislaturas 49^a (1991-1995) e 53^a (2007-2011). *Opinião Pública*, v. 19, p. 430–448, 2013.
- MARENCO DOS SANTOS, A. Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros. [s.l.] UFRGS, 2000.
- _____. Experiência política e liderança legislativa na Câmara dos Deputados. *Novos Estudos CEBRAP*, p. 153–171, 2001.
- _____. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, 2007.
- MARIANO, R.; PIERUCCI, A. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos Cebrap*, 1992.
- MASSIA, L. A CARREIRA POLÍTICA DOS GOVERNADORES ELEITOS NO BRASIL. *ufpel.edu.br*, 2010.
- MASSIA, L. P. A carreira política dos governadores eleitos no Brasil (1994-2010)8^o Encontro da ABCP 01 a 04/08/2012. Gramado: [s.n.]. Disponível em: <http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/9_7_2012_16_16_35.pdf>.
- MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20, p. 115–134, jun. 2003.
- MILLS, C. W. A elite do poder. [s.l: s.n.].
- MIYAMOTO, S. Geopolítica e poder no Brasil. 1995.
- MONTALVÃO, A. Recrutamento de Elites Parlamentares em Sergipe: deputados da ARENA (1965-1979). [s.l.] Dissertação (Mestrado) UFS, 2011.
- MONTALVÃO, A.; SEIDL, E. Arena Sergipana: Trajetórias Políticas dos Deputados Federais. *Scientia Plena*, v. 6, p. 1–12, 2010.
- MOREIRA, M. T. V. A Renovação dos Quadros Políticos na Guanabara. *Revista de Ciência Política*, v. 1, n. 1, p. 128–148, 1967.
- MORSE, Y. L. The era of electoral authoritarianism. *World Politics*, v. 64, n. 01, p. 161–198, 20 dez. 2012.
- MOSCA, G. *Elementi di scienza politica*. 2a. ed. Torino: FRATELLI BOCCA EDITORI, 1923.
- MOTTA, R. P. S. Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. 2002.
- _____. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa : 1964-1969. *Topoi Revista de História*, v. 14, n. 26, p. 62–85, 2013.
- MÜLLER, G. Comissões e partidos políticos na Câmara dos Deputados: um estudo sobre os padrões partidários de recrutamento para as comissões permanentes. *Dados*, 2005.
- NACIF, B.; MORGENSTERN, S. *Legislative Politics in Latin America*. *Legislative politics in Latin ...*, 2002.
- NEIVA, P.; IZUMI, M. Os “Doutores” da Federação: formação acadêmica dos senadores

- brasileiros e variáveis associadas. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 21, n. 41, p. 171–192, 2012.
- NETO, O. A.; COX, G.; MCCUBBINS, M. *Agenda power in Brazil's Câmara dos Deputados, 1989–98*. World Politics, 2003.
- NICOLAU, J. *Eleições no Brasil: Do Império aos dias atuais*. [s.l.] Zahar, 1981.
- NICOLAU, J. *Disciplina partidária e base parlamentar na câmara dos deputados no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)*. [s.l.: s.n.].
- NORRIS, P. *Passages to power: Legislative recruitment in advanced democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- _____. *Recruitment into the European Parliament*. The European, 1999.
- _____. *RECRUTAMENTO POLÍTICO*. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, p. 11–32, jun. 2013.
- NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. *Political recruitment: gender, race, and class in the British Parliament*. Melbourne: Cambridge University Press, 1995.
- OLIVARES, A.; BAEZA, J.; DÁVILA, M. *Los Gabinetes Ministeriales en la Democracia Chilena pos 1990: Un Caso de Estabilidad, Continuidad Histórica y Negociación Inter-Partidaria*. *DAAPGE*, v. 24, n. 24, p. 7–31, 2015.
- OLIVEIRA, P. A. M. DE. *Atos Institucionais: Sanções Políticas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações., 2000.
- ORO, A.; MARIANO, R. *Eleições 2010: religião e política no Rio Grande do Sul e no Brasil*. Debates do NER, 2010.
- ORO, A. P. *Organização eclesial e eficácia política: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus*. *Civitas*, v. 3, n. 1, p. 97–109, 2003.
- PANEBIANCO, A. *Political Parties: organization and power*. Cambridge ed. Great Britain: CUP Archive, 1988.
- PATERSON, P. *The selectorate: the case for primary elections in Britain*. 1967.
- PEGURIER, F. *Carreiras Políticas e a Câmara dos Deputados Brasileira*. [s.l.] Tese (Doutorado) IUPERJ, 2009.
- PEPINSKY, T. *The Institutional Turn in Comparative Authoritarianism*. *British Journal of Political Science*, v. 4915, p. 1–23, 19 mar. 2013.
- PEREIRA, C.; RENNÓ, L. *O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados*. Dados, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 28 mar. 2014
- _____. *O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil*. *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 4, dez. 2007.
- PERES, P.; MACHADO, A. *Analisando o Recrutamento Partidário: Proposta de um modelo classificatório*. 37o Encontro Anual da ANPOCS de 23 a 27 de Setembro. Anais...Águas de Lindóia: 2013
- PERES, P. S. *O Sistema Partidário e a Volatilidade Eleitoral na Dinâmica Democrática Brasileira*. *O Sistema Partidário e a Volatilidade Eleitoral*. [s.l.] Tese (Doutorado) USP-Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2005.
- PERISSINOTTO, R. M. *As elites políticas: questões de teoria e método*. [s.l.: s.n.].
- PERISSINOTTO, R. M.; BOLOGNESI, B. *Recrutamento político no PT e no PFL paraenses nas eleições de 2006: sugestões de pesquisa*. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 14, n. 1, p. 143–169, 2009.
- PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. *Apresentação: por um retorno à Sociologia das Elites*. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, n. 30, p. 7–15, jun. 2008.
- PERISSINOTTO, R. M.; MIRÍADE, A. *Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos*

- nas eleições para deputado federal em 2006. *Dados*, v. 52, n. 2, p. 301–333, 2009.
- PERISSINOTTO, R. M.; VEIGA, L. F. Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010. *Opinião Pública*, v. 20, n. 1, p. 49–66, 2014.
- PETIT, P. Disputas políticas no Estado do Pará: 1964-1985. *Revista de Estudos Brasileños*, v. 3, n. 4, p. 24–37, 1985.
- PINHO, A. Mulheres e carreiras políticas no poder executivo: representação e gênero nas eleições estaduais e municipais brasileiras. [s.l.] Dissertação (Mestrado) UNB, 2011.
- PITTA, N. A. M.; ARRUDA, J. M. Composição Sociológica da Assembléia Legislativa do estado da Guanabara. *Revista de Direito Público e Ciência Política*, v. 9, n. 3, p. 65–81, 1966.
- PORTES, A. Capital social: sus orígenes y aplicaciones en la sociología moderna. In: *De Igual a Igual: el desafío del estado ante los nuevos problemas sociales*. [s.l.] Flacso, 1998a. v. 24p. 1–25.
- _____. Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology. *Annual Review of Sociology*, v. 24, n. 1, p. 1–24, ago. 1998b.
- PUTNAM, R. The comparative study of political elites. 1976.
- RAHAT, G. Candidate Selection: The Choice Before the Choice. *Journal of Democracy*, v. 18, n. 1, p. 157–170, 2007.
- RAMOS, A. F. A Fascinante História de Roque Gonzales. São Luiz Gonzaga: Biblioteca Borck, 2001.
- REIS, J. O Rio de Janeiro e seus prefeitos: evolução urbanística da cidade. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.
- REUTER, O. J.; ROBERTSON, G. B. Subnational Appointments in Authoritarian Regimes: Evidence from Russian Gubernatorial Appointments. *The Journal of Politics*, v. 74, n. 04, p. 1023–1037, 21 set. 2012.
- RIBEIRO, S. Dinastias políticas e poder local: o caso do município de Arcos-MG. 2012.
- RODRIGUES, L. DA S. Elites Políticas em três perspectivas: origem social, carreira pública e valores dos membros dos poderes executivo e legislativo de Ponta Grossa/PR. [s.l.] UFPR, 2006.
- RODRIGUES, L. M. Quem é quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados. 1987.
- _____. Partidos, ideologia e composição social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2002.
- _____. Mudanças na classe política brasileira. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009a.
- _____. Partidos, Ideologia e Composição Social: Um Estudo das Bancadas Partidárias na camara dos deputados. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009b.
- ROHDE, D. W. Propensão ao risco e ambição progressiva: o caso dos deputados federais nos Estados Unidos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 2012.
- SADDI, F. Estado e federalismo no Governo Geisel: uma análise do federalismo na gênese da transição política brasileira. [s.l.: s.n.].
- SAINT MARTIN, M. DE. Une grande famille. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 31, n. 1, p. 4–21, 1980.
- SALDAÑA, J. Carreras políticas de los diputados chilenos, 1989-2013: evolución y sus consecuencias para la representación política del país. *Revista de ciencia política (Santiago)*, v. 52, n. 2, p. 127–156, 2014.
- SAMPAIO, P. Profissionalização legislativa e padrão de carreira dos deputados estaduais nas Assembleias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. 2012.
- SANTOS, F. Câmara dos Deputados e a estrutura de oportunidades políticas no Brasil: alguns apontamentos acerca das eleições de 2010. *Cadernos Aslegis*, n. 40, p. 109–126, 2010.
- SANTOS, W. G. DOS. Governadores-políticos, governadores-técnicos, governadores-

- militares. Dados: Revista de Ciências Sociais, n. 8, p. 123–128, 1971.
- SCHEDLER, A. Electoral authoritarianism: The Dynamics of Unfree Competition. [s.l.: s.n.].
- SETTI, R. Revista Veja: Coluna Bytes de Memória. Os caças da FAB que estouraram os vidros do edifício do Supremo me trouxeram más recordações. Estamos em 1965, durante a ditadura e... Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/bytes-de-memoria/os-cacas-da-fab-que-estouraram-os-vidros-do-edificio-do-supremo-me-traz-mas-recordacoes-estamos-em-1965-durante-a-ditadura-e/>>. Acesso em: 11 jun. 2014.
- SEVERO, I. Migração partidária no município de Bagé (RS) e o impacto sobre o sistema local (1985-1988). pucrs.br, 2008.
- SIAVELIS, P.; MORGENSTERN, S. Pathways to power: Political recruitment and candidate selection in Latin America. University Park: Pensilvania State University Press, 2008.
- SILVA JÚNIOR, J. A. DA; FIGUEIREDO FILHO, D. B. Marolas ou tsunamis?: o impacto das ondas de renovação sobre a profissionalização dos deputados federais(1999-2003). Revista de Sociologia e Política, v. 20, n. 42, p. 199–212, jun. 2012.
- SILVA, G. DO C.; FRANCO, A. DE M.; COUTO E SILVA, G. Geopolítica do Brasil. 1967.
- SILVA, R. S. DA. Senado : Casa de Senhores? Os perfis de carreira dos senadores eleitos entre 1990 e 2006. [s.l.] DISSERTAÇÃO (Mestrado) UFRGS, 2010.
- SNYDER, R. Beyond electoral authoritarianism: the spectrum of non-democratic regimes. Electoral authoritarianism: The dynamics of unfree ..., 2006.
- TEIXEIRA, I. A. Nuvens de chumbo sobre o Cambaí: a queda de João Goulart : um campo de prisioneiros em Itaquí. [s.l.: s.n.].
- TERUEL, J. R. Reclutamiento y carrera ministerial de los ministros en España. VII Congreso Español de Ciencia Política y de la Administración: Democracia y Buen Gobierno, p. 1–26, 2004.
- TRINDADE, H. Eleições e partidos no Rio Grande do Sul: do sistema multipartidário à criação do bipartidarismo (1950-1976). Os partidos políticos no Brasil, Brasília, Editora da ..., 1981.
- TRINDADE, H.; WINTER, A. Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937). 1980.
- VALENZUELA, A.; DAMMERT, L. Problems of Success in Chile. Journal of Democracy, v. 17, n. 4, p. 65–79, 2006.
- VIEIRA, J. A geografia eleitoral: padrões de votação para deputados federais no Rio Grande do Sul e em Pernambuco nas eleições de 2006 e 2010. [s.l.] DISSERTAÇÃO (Mestrado) PUCRS, 2012.
- WAY, L. The new authoritarianism in the former Soviet Union. Communist and Post-Communist Studies, v. 43, n. 4, p. 335–337, dez. 2010.
- XAUSA, L.; FERRAZ, F. O surgimento do bipartidarismo no Rio Grande do Sul nas eleições de 1966. Os partidos políticos no Brasil. Brasília: UNB, 1981.
- ZACHARIADHES, G. Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes. [s.l.: s.n.].
- ZAGO, L. G. Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense: um estudo do município de Marechal Cândido Rondon Marechal Cândido Rondon. [s.l.] Universidade de Passo Fundo, 2007.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934.
 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937.
 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946.
 Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.
 Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.
 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1935.
 Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1947.
 Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1970.

Ato Institucional Número 1, de 09/04/1964.
 Ato Institucional Número 2, de 27/10/1965.
 Ato Institucional Número 3, de 7/02/1966.
 Ato Institucional Número 11, de 14/08/1969.
 Ato Institucional Número 15, de 11/09/1969.

Ato Complementar 4, de 20/11/1965 - Dispõe sobre a organização dos partidos políticos.
 Ato Complementar 7, de 22/02/1966 - Fixa normas para as eleições diretas e indiretas de 1966.
 Ato Complementar 9, de 12/05/1966 - Inscrição de candidatos nas eleições indiretas.
 Ato Complementar 11, de 30/06/1966 - Intervenção, por ato do Presidente nos Municípios.
 Ato Complementar 12, de 30/06/1966 - Eleições indiretas para Governador (Alagoas)
 Ato Complementar 16, de 27/07/1966 - Normas a serem adotadas nas eleições indiretas.
 Ato Complementar 45, de 31/01/1969 - A aquisição de propriedade rural no território nacional.
 Ato Complementar 55, de 06/06/1969 - Recesso da Câmara de Vereadores de Santana do Livramento.
 Ato Complementar 59, de 25/07/1969 - Prorroga mandato de prefeitos até a nomeação de interventor.
 Ato Complementar 60, de 25/07/1969 - Limita a remuneração dos interventores nos municípios.
 Ato Complementar 93, de 08/07/1970 - Suspende, o recesso da Câmara de Santana do Livramento.
 Ato Complementar 97, de 29/01/1973 - Recesso da Câmara de Vereadores de Rio Grande.

Lista de Museus, Arquivos Públicos e Bibliotecas Consultadas

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - <http://www.apers.rs.gov.br>
 Arquivo Público Municipal de Bagé - <http://www.bage.rs.gov.br/arquivo>
 Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho - <http://ahpoa.blogspot.com.br>
 Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul - <http://www2.al.rs.gov.br/memorial>
 Arquivo da Aliança Renovadora Nacional - <https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/guia>
 Museu Paulo Firpo – Don Pedrito – <http://museupaulofirpovirtual2013.blogspot.com.br>
 Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão - <https://www.facebook.com/Instituto-Histórico-e-Geográfico-de-Jaguarão-226398797561116>
 Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
 Arquivo Público Municipal de Santana do Livramento
 Arquivo da Câmara de Vereadores de Porto Xavier
 Arquivo Histórico e Museu Municipal Hugo Simões Lagranha de Canoas
 Biblioteca Municipal de Itaqui
 Biblioteca Municipal de Crissiumal
 Biblioteca Municipal de Tramandaí
 Biblioteca e Arquivo Municipal de Rio Grande
 Biblioteca Municipal de Osório
 Biblioteca e Arquivo Municipal de São Borja